

Relatório sobre a
Condição da Mulher
em Macau em



Publicado pela Comissão Consultiva para os
Assuntos das Mulheres do Governo da RAEM



Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau em 2010

Editor	: Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres de Macau
Coordenado e verificado por	: Tang Wai Lin, Cheng Yi Ting, Tam Kuaí Seong
Unidade de Pesquisa	: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau
Equipa de Pesquisa	: Investigadora Dra. Lam lok Fong (autora do planeamento e relatório do projecto) Dr. Cheang Wing Hin (responsável pelo inquérito telefónico) Investigadores auxillares Lei So Man, Mou Mei Si, Zhang Yuan, Ge Shuai, Luo Le Assistente administrativo Mou Mei Si
Website	: http://www.ccam.gov.mo
Data de Edição	: Dezembro de 2011
Edição	: 1ª
Desenhado e Produzido por	: FIO Advertising
Impressão	: 1ª
Medidas	: 210 x 285 mm
Tiragem	: 250 exemplares (este artigo não é para venda)
ISBN	: 978-99937-726-5-1

O Relatório é uma versão traduzida em Português. Em caso de dúvida, prevalece a versão em Chinês.
Todos os direitos de reprodução reservados



Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau em 2010

Prefácio

O Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Chui Sai On

Em meados de 2011, o Conselho de Estado promulgou o “Programa Nacional para o Desenvolvimento da Mulher Chinesa (2011-2020)”, um documento programático que define o que há a fazer para o desenvolvimento da mulher e que serve de guia para o desenvolvimento harmonioso das mulheres na China. O Programa estipula que se devem realizar “pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento da mulher e para averiguar se os seus direitos e interesses estão a ser atempadamente salvaguardados. Pretende-se assim conhecer novas situações e analisar novas questões que possam fundamentar a elaboração de leis, regulamentos e políticas necessárias”.

O Governo da RAEM dá muita importância às iniciativas relacionadas com a mulher, enfatizando a resolução expedita dos problemas práticos que se colocam às mulheres no decurso do seu desenvolvimento. No sentido de fazer o acompanhamento, de forma continuada, das condições de vida e das necessidades das mulheres de Macau, a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres renovou o convite aos especialistas e investigadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau para realizarem estudos e análises aprofundadas, a partir de várias perspectivas, dos quais resultou o presente “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau 2010”, que teve como base o “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau 2008”. O presente estudo investigou uma gama mais variada de valores e conceitos, de forma a obter dados básicos sobre a atitude das mulheres de Macau em relação às questões de (igualdade) de género e para tentar compreender as mulheres dos diferentes grupos etários e estratos sociais, os seus valores e opiniões sobre a sua situação e relação com a sociedade e a família, sobre a educação, a profissão, o papel da mulher e o casamento. As conclusões deste estudo forneceram uma importante base de dados de referência para a análise e compreensão das condições da mulher em Macau.

Aproveitando a conjuntura oportuna da implementação do 12º Plano Quinquenal nacional, das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” e do “Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha de Hengqin”, Macau entra confiante numa fase mais progressiva, que oferece novas e favoráveis oportunidades para o desenvolvimento da mulher. No limiar de um novo capítulo histórico, espera-se que a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres continue a promover, de forma sustentada, pesquisas e estudos, procurando sempre alargar e aprofundar o âmbito dos seus trabalhos. Através do seu esforço dedicado, a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres tem contribuído para criar as condições propícias e as plataformas que melhoram a interacção e o intercâmbio com a comunidade. A Comissão trabalha com afinco para o desenvolvimento harmonioso dos géneros procurando abrir uma nova era de realizações em prol da mulher.





Índice

Prefácio	4
Resumo do Relatório	10
Introdução	20
Capítulo 1 : Resultados do Inquérito do Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau em 2010	
I. Situação geral do emprego feminino	22
Condições de emprego	22
Motivos de não ter emprego a tempo inteiro	24
Situação de emprego em tempo parcial	26
Sectorres laborais e identidade ocupacional	28
Situação de promoção no emprego	31
Situação de aumentos salarial	34
II. Situação Económica	38
Rendimentos pessoais médios mensais	38
Rendimentos mensais médios do lar	41
Despesas domésticas	42
Rendimento disponível para gastar	46
III. Situação familiar	48
Estado civil e situação dos filhos	48
Situação de união de facto	49
Gestão Financeira Familiar	50
Atribuição de trabalhos domésticos	52
Cuidados da família	55
Necessidade de serviços de apoio à família	56
Satisfação com a vida familiar	58
Pressão para ter filhos	61
Violência doméstica	63
Situação de heranças	65



IV. Participação Social	66
Participação em actividades sociais e lúdicas	66
Participação em actos de beneficência	68
Participação em associações	70
Trabalho de voluntariado	73
Participação em eleições	75
Participação em votação em eleições	76
Expressão de opiniões	78
Utilização dos media	83
Media utilizados para obter informações gerais	88
Media utilizados para obter informação sobre lazer	92
V. Saúde física e mental	98
Avaliação da condição de saúde física	98
Avaliação da condição de saúde mental	100
Problemas emocionais das mulheres	102
A quem recorrem as mulheres para apoio emocional	104
VI. Valores	108
Papel na família	108
Papel na sociedade	122
Papel na educação	127
Papel na profissão	133
Papel da mulher	138
Valores do casamento	156
VII. Características das Inquiridas	169

Capítulo 2 : Comparação internacional da situação da mulher em Macau em 2010

I. Índice Global de Disparidade dos Géneros (IGDG)	177
Avaliação do Índice Global de Disparidade dos Géneros de Macau	182





II. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	186
Elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento do Género (IDG) e Índice de Equidade de Género (IEG)	186
Avaliação dos IDH, IDG e IEG de Macau (2007-2009)	188
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	188
Índice de Desenvolvimento do Género (IDG)	191
Índice de Equidade de Género (IEG)	193
III. Anexo : Notas técnicas (Detalhes sobre o cálculo dos diferentes índices)	195

Capítulo 3 : Conclusão do Relatório

I. Avaliação das condições de igualdade de género em Macau	204
1. O nível dos salários e número de postos de trabalho femininos precisam de ser aumentado	205
2. A emancipação política das mulheres abaixo dos padrões internacionais	205
II. Mudanças nas Condições de Sobrevivência das Mulheres de Macau : 2008 e 2010	206
1. Mudanças globais nas condições de emprego	207
Melhoria na situação de desemprego não voluntário, com mais mulheres de meia-idade a desistir do emprego para se dedicar à família	207
Aumentou 15% a proporção de mulheres com reforma antecipada	207
Mobilidade de carreira do sector do jogo, entretenimento e cultural e outros	207
Cuidar de crianças pode afectar a promoção no emprego, e origina fraca mobilidade profissional ascendente	208
70% das mulheres teve aumento de salário e o não-aumento salarial está relacionado com um baixo nível de escolaridade	208
2. Alterações na Condição Financeira das Mulheres	209
Decréscimo evidente na população de mulheres com um rendimento pessoal mensal de MOP 6.000	209
O peso das despesas familiares tornou-se claramente mais leve	210
Menos gastos em compras e mais em comer fora	210



3. Situação familiar	211
Mais mulheres tomam a seu cargo as finanças familiares e menos os afazeres domésticos	211
Necessidade de mais serviços de apoio à família	211
A maioria das mulheres está satisfeita com a sua vida familiar embora sentindo pressões de natureza financeira	212
20% sofre pressões para ter filhos, 10% sofre violência doméstica	212
Herança familiar pela linha masculina, não pela feminina	213
4. Participação social	213
Aumento da participação social, mas pouca expressão das opiniões em público	213
5. Saúde física e mental	214
Mulheres conscientes do agravamento das condições de saúde e de comunicação	214
III. Avaliação dos valores das mulheres de Macau	215
IV. Características e necessidades das mulheres de Macau	217
Características das mulheres	218
Nº 1 Com fortes valores familiares e dispostas a dedicar-se à família	218
Nº 2 Com sentimento de cidadania, mas pouca participação social	219
Nº 3 Têm noção do conceito de igualdade de género e estão dispostas a aceitar papéis não tradicionais	220
Nº 4 Têm noção da sua autonomia mas alguma falta de autoconfiança	220
Problemas que as mulheres enfrentam e as suas necessidades	221
Nº 1 Mulheres com emprego a tempo inteiro têm fraca progressão na carreira	221
Nº 2 Dificuldades laborais das mulheres em regime parcial e problemas de convivência comunitária	221
Nº 3 Diferentes grupos de mulheres têm necessidade de serviços diferentes	222
Nº 4 Papel da educação na emancipação da mulher	222
Nº 5 Atenção especial às condições de vida das mulheres com fracos recursos	223
Nº 6 Condições de vida das jovens e adolescentes e seu desenvolvimento	224
Anexo I : Questionário do Relatório	226
Anexo II : Relatório de Execução do Estudo	241
Índice de Gráficos e Tabelas	243



Resumo do Relatório



Resumo do Relatório

I. Avaliação das condições igualdade de género em Macau

Para avaliar, de uma forma completa, a situação de igualdade entre o homem e a mulher em Macau e compará-la com os padrões internacionais, este Estudo serviu-se de vários índices reconhecidos mundialmente para calcular a posição de Macau, tendo chegado às seguintes conclusões.

1. Índice Global de Disparidade entre Géneros (IGDG): em 2009, Macau situava-se na 23ª posição mundial, com 0,7294 pontos, portanto em melhor situação que 2006, quando pontuou 0,7067, conforme calculado pelo Relatório de 2008.

2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Em 2007, o valor estimado do índice em Macau era de 0,948, o que colocava a RAEM na 21ª posição mundial.

3. Índice de Desenvolvimento do Género (IDG): Em 2007, o valor estimado para Macau era de 0,947, o que colocava a RAEM na 13ª posição mundial.

4. Índice de Equidade de Género (IEG): em 2009, o valor estimado de Macau era de 0,797, 15º a nível mundial.

Estes números mostram que, em geral, a mulher em Macau goza de melhores condições de vida e de desenvolvimento do que a média da população feminina mundial, com o território a registar um índice elevado de igualdade de género, quando comparado com a China continental e até com o mundo em geral.

No entanto, a alta classificação de Macau **deve-se sobretudo a indicadores específicos, como sejam a esperança média de vida e o PIB per capita. Em relação a outros índices, Macau está muito atrasado a nível mundial, em especial em termos da participação política da mulher, e também da participação económica.** Por isso, a fim de melhorar em Macau a condição da mulher nestas áreas, são necessários estudos mais completos e uma outra definição de políticas.

II. Mudanças nas Condições de Sobrevivência das Mulheres de Macau : 2008 vs 2010

O Estudo de 2010 utiliza cinco áreas – emprego, economia, família, participação social e saúde física e mental – como base para analisar as mudanças a longo prazo nas condições de vida das mulheres em Macau. **Assim, com base na comparação vertical dos resultados dos inquéritos realizados em 2008 e 2010, tentar-se-á resumir nesta secção as mudanças ocorridas nas cinco áreas mencionadas nos últimos dois anos, com realce para oito mudanças cruciais detectadas:**

1. Emprego em geral : melhorou a situação do desemprego involuntário; aumentou o número de mulheres de meia-idade que desistem de empregos a favor da família e há mais mulheres a reformarem-se antecipadamente.





Entre as mulheres que não possuem emprego a tempo inteiro, a percentagem das desempregadas ou à espera de colocação baixou para 6,1 pontos percentuais, de 15,4% em 2008, indicando uma melhoria do desemprego involuntário. Entretanto, no grupo etário 35-44, a percentagem das mulheres que desistiu de empregos a tempo inteiro para cuidar da família aumentou substancialmente (14,7 pontos percentuais) para 61,3%, quando em 2008 era de apenas 46,6%. Além disso, 9,8% do grupo etário 45-54 e 43,5% do grupo etário 55-64 de mulheres com emprego a tempo inteiro reformaram-se, um aumento significativo de 14,6 pontos percentuais, comparado com os resultados de 2008 (respectivamente de 5,9% e 32,8%), revelando uma tendência para a reforma antecipada antes dos 65 anos, a idade definida pelo governo para a atribuição de benefícios de aposentadoria, indicando que são merecedoras de atenção as condições de vida deste segmento da população feminina.

2. Sectores em que trabalham e perfil ocupacional : há uma tendência de fluxo da área de serviços de entretenimento, culturais e de jogo para outros sectores e o ter de cuidar dos filhos pode ser um empecilho à promoção na carreira.

Não obstante, a área de “serviços de entretenimento, culturais e de jogo e outros” ainda é a que regista a maior taxa de emprego de mulheres (21,2%), mas acusando uma queda de quase 10 pontos percentuais quando comparada com os números do inquérito de 2008 (31,1%). Por outro lado, aumentou ligeiramente a proporção de mulheres empregadas na educação (4,7 pontos percentuais), serviços de intermediação financeira (2,2 pontos percentuais) e de limpeza (4,6 pontos percentuais), indicando uma tendência de fluxo da área de “serviços de entretenimento, culturais e de jogo e outros” para estas. Entretanto, 71,4% das mulheres inquiridas disseram não ter sido promovidas nos últimos cinco anos.

Nos últimos dois anos, as mulheres de Macau mostraram ter uma fraca mobilidade ascensional nas suas carreiras. Além disso, o facto de ter ou não filhos está relacionado com a obtenção ou não de promoção, na medida em que a percentagem de mulheres sem filhos que foram promovidas (46,8%) é bastante superior à das mulheres com filhos que o foram (22,6%), indicando que as oportunidades de promoção podem ser afectadas pela necessidade de cuidar dos filhos.

3. Rendimentos : ligeiro aumento salarial das mulheres com fraco nível de escolaridade; o aumento do rendimento mensal do agregado familiar foi superior ao aumento do rendimento pessoal mensal da mulher.

Comparado com os resultados do Inquérito de 2008, excepto as mulheres do grupo de rendimentos entre MOP3.001-6.000 (cujo rendimento baixou de 22% em 2008 para 16% em 2010) todos os outros grupos registaram um aumento ligeiro. No entanto, a percentagem de mulheres sem qualquer aumento salarial (28,1%) é a mais elevada dos últimos cinco anos, com realce para o grupo com escolaridade primária ou inferior, que representa 40,2%.

Em termos de rendimentos médios mensais do lar, a maior parte das famílias inquiridas pertencia ao grupo de rendimentos mais elevados, MOP30.000 ou superior, representando uma percentagem de 24%, um aumento de 9,6 pontos percentuais em relação a 2008, com 40,1% das famílias a declarar um rendimento de MOP21.000 ou superior, o que constitui um aumento de 11,3 pontos percentuais, comparado com os 28,8% registados em 2008. Esta percentagem de 40,1% é mais de 30% superior à percentagem de 9,7% das mulheres que possuem um rendimento pessoal mensal de MOP21.000 ou superior. De notar que em 2008, a proporção de famílias com um rendimento mensal de MOP21.000 ou superior era apenas 20% superior aos das mulheres com idêntico rendimento mensal.





Isto indica que nos dois últimos anos os agregados familiares de Macau viram aumentar os seus rendimentos, à medida que aumentou o rendimento médio mensal das mulheres. No entanto, este não parece ter acompanhado o aumento dos rendimentos mensais da família, mostrando que muito provavelmente o aumento dos rendimentos médios mensais das mulheres foi inferior ao dos homens.

4. Encargos familiares : diminuíram os encargos com despesas familiares e trabalhos domésticos mas aumentou a responsabilidade de gestão das finanças familiares.

De forma similar aos resultados do Inquérito de 2008, a maioria das inquiridas tem a seu cargo as despesas familiares (51%), ao passo que 20,1% afirmou que são as suas mães a gerir as contas familiares, sendo que as duas percentagens combinadas (71,1%) ainda estão 11,9 pontos percentuais acima (em 2008 eram 13,8 pontos percentuais) da percentagem combinada (59,2%) das que afirmaram ser o cônjuge (39,7%) ou o pai (19,5%) a tratar disso. Tais dados indicam que muito possivelmente as mulheres de Macau ainda são o principal arrimo das finanças familiares. Entretanto, 28,3% das inquiridas (uma queda de 15,6 pontos percentuais, em relação aos 43,9% de 2008) afirmam que 80% ou mais dos seus rendimentos são aplicados no lar, 63,8% afirmam gastar 40% ou mais (uma queda de 18,8 pontos percentuais em relação aos 82,6% de 2008) indicando que o fardo dos encargos familiares das mulheres de Macau se reduziu consideravelmente nos últimos dois anos.

De realçar que, em comparação com 2008, a proporção de mulheres cujos maridos cuidam das lides domésticas aumentou 8,3 pontos percentuais, (de 2,2% para 10,5%), reflectindo uma tendência de os cônjuges ajudarem mais em casa. Além disso, num ligeiro aumento em relação a 2008, 7,8% das inquiridas disse que o trabalho doméstico era executado por empregadas estrangeiras.

Com resultados similares aos de 2008, a maioria das mulheres de Macau tem, de forma directa ou indirecta, uma palavra a dizer na gestão das finanças familiares. Mas é de realçar que, ao passo que a percentagem das mulheres que têm absoluta liberdade de gestão das finanças familiares aumentou 4,6 pontos percentuais, a percentagem dos agregados familiares em que as finanças são co-geridas pelo casal diminuiu 4,2 pontos percentuais, revelando que a mulher reforçou o seu controlo sobre a gestão das finanças familiares nos últimos dois anos.

5. Necessidade de serviços : aumentou a necessidade de mais serviços de apoio à família

As necessidades das mulheres em termos de serviços mostram uma tendência similar a 2008, com aumentos em três áreas. A maior parte (34,9%) das inquiridas considera que actualmente a necessidade mais premente é de serviços de apoio a idosos, um aumento de 4,1 pontos percentuais em relação aos 30,8% registados em 2008. Mais serviços de cuidados infantis (creches) são reclamados por 22,5%, um aumento significativo de 5,6 pontos percentuais em relação aos 16,9% de 2008, ao passo que 17,2% disse serem precisos mais serviços de planeamento familiar.

6. Vida familiar : situação satisfatória, embora com pressões de natureza financeira e para ter filhos, com 10% a experimentar situações de violência doméstica.

Mais de 88,1% das inquiridas afirmou estar satisfeita com a sua actual vida familiar, um incremento de 5,6 pontos percentuais em relação aos 82,5% de 2008. Das 63% que se mostraram insatisfeitas, a maioria afirmou ser por pressões financeiras, com 11% a queixarem-se de pressões familiares e 6% de problemas de natureza pessoal, com 5% pressionadas para terem filhos, 4% insatisfeitas com o cônjuge e 4% por problemas no trabalho. O Inquérito de 2010 considera uma nova questão, a de as mulheres serem pressionadas para terem filhos, à qual 19% das inquiridas respondeu afirmativamente. Quanto aos factores dessa pressão, a maioria (38,5%) referiu ser o cônjuge ou namorado e 21,9% os familiares do marido.





A fim de melhor compreender a situação da violência doméstica em Macau, o Inquérito de 2010 contemplou esta questão. A maioria das inquiridas (31,2%) considera a violência doméstica uma questão de meros abusos físicos, ao passo que 23,7% considera serem os abusos sexuais, 23,3% os abusos de natureza mental e 21,6% a violência de natureza verbal. A maior parte das inquiridas (91%) disse jamais ter experimentado qualquer tipo de violência doméstica, com 9% a afirmarem-se vítimas dela.

7. Participação social : aumentou a sua participação social em geral, mas as mulheres continuam, claramente, a não expressar as suas opiniões em público

Mais de metade das inquiridas (53,5%) afirmou participar em actividades comunitárias de convivência social e 56,5% afirmou doar, ocasionalmente, dinheiro ou objectos a instituições de beneficência. Mais de 37,4% afirmou pertencer a associações locais de carácter social, um aumento de 12,1 pontos percentuais em relação a 2008. Entretanto, 67,2% disseram estar registadas como eleitoras, um aumento de 5,7 pontos percentuais em relação aos 61,5% de 2008, com 87,7% a declarar que votaram nas últimas eleições.

Uma esmagadora maioria das mulheres de Macau (99,1%) afirmou nunca ter expresso as suas opiniões através de canais sociais, o que representa um aumento de 9,4 pontos percentuais em relação à percentagem de mulheres que em 2008 haviam declarado nunca ter expresso opiniões em público (89,7%). Outra esmagadora maioria (94,3%) nunca exprimiu opiniões através dos media e 90,2% nunca o fez sequer através das associações de que são membros.

8. Saúde mental : as mulheres sentem que a sua saúde mental se deteriorou e continua a ser difícil encontrar quem lhes dê apoio emocional em alturas de crise.

Mais de metade (54%) das inquiridas acha que a sua saúde física é razoável, 36,1% que é boa e 9,5% que a sua saúde é má. De notar que a percentagem de mulheres que considera ser boa a sua saúde mental e física baixou 12,3 pontos percentuais (de 48,4%). Quase metade (47,8%) das inquiridas considera-se em “bom estado” de saúde mental, 45,3% em razoável estado e apenas 6% disse “sofrer problemas” de saúde mental.

Em 2010, por outro lado, 29,5% das inquiridas disse recorrer a amigos ou colegas quando confrontadas com problemas emocionais, mas **28,5% afirma não dispor de ninguém que possa ajudar nestas situações**, o que representa um ligeiro aumento de 1,8 pontos percentuais, em relação aos 26,7% registados em 2008. No entanto, embora em cada grupo etário haja sempre mulheres que dizem não ter ninguém a quem recorrer para efeitos de apoio emocional, esta situação parece especialmente grave, com percentagens superiores a 40%, nomeadamente nos grupos etários 45-54 (44,4%), 55-64 (45,1%) e 65-74 (43,2%). Estes grupos de mulheres, em idades de risco, não têm a quem recorrer em caso de problemas emocionais.

III. Avaliação dos valores das mulheres de Macau

Com base no Estudo de 2008, o Inquérito de 2010 inclui uma secção de “Valores”, a fim de melhor compreender os conhecimentos e a atitude das mulheres de Macau em relação às questões de género e bem assim a forma como eles influenciam a sua qualidade de vida e perspectivas de desenvolvimento. O Estudo de 2010 procura dissecar estes valores através de um mecanismo integrado e dinâmico, com cinco componentes principais, a saber: papel na família, papel na sociedade, papel na educação, papel na profissão e papel como mulher. Foi concebida uma série de questões específicas, com base no universo social de Macau. Além disso, dado que o matrimónio é um elemento-chave na vida e desenvolvimento da mulher, o estudo-



inquérito de 2010 concebeu uma secção extra, independente, além dos cinco papéis principais já referidos, para tentar perceber os “valores do casamento” professados pela generalidade das mulheres de Macau. Assim se formou o sistema de valores “5+1” que foi aplicado à pesquisa.

Em termos de “papel na família” certos conceitos tradicionais inerentes à cultura chinesa, como a piedade filial, a harmonia e a unidade da família, são amplamente reconhecidos pela maioria das mulheres de Macau. Outros valores mais modernos, de pendor feminista, são igualmente admitidos pela maior parte. Por exemplo, em resposta à questão de saber se “a mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família”, a maioria das inquiridas (62,6%) respondeu negativamente, portanto, aparentemente, a ideia apenas será defendida por uma minoria.

Em termos de “papéis sociais”, as inquiridas mostraram opiniões divergentes em relação à questão de “as mulheres não deverem assumir funções de liderança”, com a maior parte das inquiridas (85%) a responder que “as mulheres também podem ser líderes”. Os resultados sugerem que a maior parte das mulheres de Macau está subjectivamente preparada para aceitar líderes femininos, desejando uma participação social activa e a assunção de papéis de chefia, embora ao mesmo tempo pareçam denotar alguma falta de confiança nas suas capacidades.

Em relação ao “papel na educação”, a questão é analisada sob dois aspectos: as realizações da mulher em termos de estudos académicos e o seu papel na educação das crianças. Em relação ao primeiro, mais de 90% das inquiridas é de opinião de que “a mulher também deve prosseguir estudos superiores”. Em relação ao segundo, 85% das inquiridas mostrou-se contrária à ideia de que “punir as crianças é uma tarefa reservada sobretudo ao pai”.

Em termos de “papel na profissão”, o Estudo de 2010 mostra que, embora mais de 60% das inquiridas se oponha à ideia de “os homens serem mais capazes do que as mulheres em termos profissionais”, 30,8% delas concorda com a ideia e 5,2% concorda mesmo em absoluto. Os resultados também confirmam que as mulheres defendem a ideia de que “os homens têm maior capacidade analítica nos assuntos de natureza política e social”. Devido aos resquícios da mentalidade tradicional, que defende ser o homem superior à mulher, combinados com o estereótipo que considera os homens serem, física e mentalmente, superiores às mulheres, estas tendem a admitir subjectivamente que são menos capazes que os homens.

Em relação ao “papel em termos de género”, mais de 40% das inquiridas concorda com a ideia de que “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”, ao passo que mais de 60% afirma que “é muito importante para uma jovem casar com um bom marido” e 64,7% pensa que “o homem deve ser o sustentáculo económico da família”. Estes resultados revelam que os valores defendidos pela generalidade das mulheres de Macau são ainda relativamente conservadores. Apesar de as suas respostas a algumas questões mostrarem um certo grau de abertura, estas respostas merecem uma reflexão mais profunda. Por exemplo, enquanto a maior parte das inquiridas pensa que “o homem deve ser o sustentáculo económico da família”, mais de 80% defende que “as mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar”. Este dado, por outro lado, vem confirmar uma das características marcantes das mulheres de Macau como sendo “devotadas à família”.

Em termos de “valores do casamento”, as conclusões do Estudo de 2010 reflectem a tendência das mulheres de Macau professarem os valores tradicionais do matrimónio, mas por outro lado mostram-se mais tolerantes em termos de relações sexuais mais abertas, desde que não sejam violados os princípios do casamento tradicional. Por exemplo, embora mais de 80% das inquiridas afirme que “o casamento deve durar para sempre” e se oponha a “relações extramaritais”, mais de 60% mostrou-se favorável a situações sociais como “viver em coabitação”, “ser mãe solteira”, com 79,3% a admitir que “pessoas casadas podem ter bons amigos do sexo oposto”.





IV. Resumo : Características e necessidades das mulheres de Macau

Segundo os dados mais recentes e a sua análise exaustiva, as conclusões do Estudo-Inquérito de 2010 confirmam, no essencial, as características e problemas típicos das mulheres de Macau já detectados no Relatório de 2008. No entanto, tendo em vista as novas questões de avaliação agora incluídas bem como a evolução estatística de alguns dados, em particular as alterações nos indicadores de “saúde física e mental”, o Relatório de 2010 decidiu eliminar uma das características apontadas no Relatório de 2008, nomeadamente “que a mulher de Macau, apesar das pressões e tensão emocional consideráveis, está em geral de boa saúde, física e mentalmente”. Assim, este tópico será incluído e discutido no capítulo sobre as necessidades da mulher. Desta forma, apresentamos uma nova conclusão sobre a condição da mulher em Macau, subordinada a quatro pontos :

Características das mulheres

1. Com fortes valores familiares e dispostas a dedicar-se à família

Tal como já tinha sido revelado no Estudo de 2008, as mulheres de Macau dão uma grande importância à família e um dos principais motivos de as mulheres não manterem empregos a tempo inteiro é o terem de dedicar-se a cuidar da família e das lides domésticas. A maior parte das inquiridas são as principais responsáveis pelo lar e também gestoras das finanças familiares, dispostas a gastar a maior parte dos seus rendimentos com despesas de família. O Inquérito de 2010 constatou que a família continua a ser o maior óbice ao trabalho a tempo inteiro das mulheres. A contribuição com o seu rendimento pessoal é uma das suas ajudas mais importantes ao agregado familiar. Mais de metade das mulheres cuidam do lar e estão também dispostas a utilizar a maior parte dos seus proventos para suprir as despesas diárias agregado familiar. Entretanto, um número considerável de mulheres continua a prescindir de empregos a tempo inteiro por razões familiares, o que vem confirmar que as mulheres de Macau “professam sólidos valores de família, à qual são muito devotadas”.

2. Com sentimento de cidadania, mas pouca participação social

Esta característica das mulheres de Macau “com bom sentimento de cidadania, mas necessitando de melhorar a participação social” ficou bem clara nos inquéritos e estudos de 2008 e 2010. O Estudo de 2010 revela que a maioria das mulheres inquiridas (77,3%) afirma participar frequentemente ou ocasionalmente em actividades de beneficência, mostrando que esta é a actividade social em que mais participam. Por outro lado, 67,2% das inquiridas registaram-se como eleitoras. É interessante notar que mais de metade das inquiridas (53,5%) afirmaram participar em actividades sociais de carácter comunitário, o que representa um aumento de 8,2 pontos percentuais em relação aos 45,3% de 2008. Registe-se que 37,4% das inquiridas dizem ser membros de associações locais, ou seja, um incremento de 12,1 pontos percentuais, o que revela um aumento significativo nos últimos dois anos do número de mulheres que participa em actividades associativas ou de carácter comunitário. Não obstante, estas associações são em regra “de serviço social ou beneficência” ou de carácter “grupal”, como as associações de conterrâneos, com um número muito diminuto de mulheres a participar em associações de natureza política. E mesmo sem considerar as deste tipo, uma esmagadora maioria das inquiridas (99,1%) afirmou jamais ter expresso qualquer opinião em público, de forma aberta. Esta falta de expressão política por parte das mulheres pode ser indiciadora de um escamoteamento de muitos problemas sociais, que assim não chegam ao conhecimento do público em geral.



3. Têm noção do conceito de igualdade de género e estão dispostas a aceitar papéis não tradicionais

Não obstante o Inquérito ter constatado que as mulheres de Macau atribuem grande importância à família e admitem plenamente os valores familiares tradicionais típicos da cultura chinesa, elas não deixam de, por outro lado, manifestar algumas opiniões divergentes sobre o assunto e também sobre o seu papel enquanto mulheres. A maior parte das inquiridas (62,6%) opõe-se à ideia de que “a mulher deve sacrificar a sua carreira ou estudos para se dedicar ao marido ou à família”. Além disso, o Inquérito mostra que 27% das inquiridas concorda que “os homens, quando sem emprego, podem cuidar da família” e mais de 35% afirma que “não é imperioso que a mulher case e tenha filhos”. As mulheres com um nível de escolaridade superior e rendimentos mais elevados mostram, naturalmente, uma maior aceitação destas ideias. A proporção, de cerca de 30%, não representa uma maioria, mas indica que uma percentagem significativa de mulheres de Macau aceita assumir, em termos de género, papéis não tradicionais no seio da família, chegando até a inverter a situação e aceitando a ideia de “a mulher assegurar o rendimento do agregado familiar e o homem tratar da casa”.

Por outro lado, esta secção sobre os valores mostra que as mulheres de Macau têm a noção do conceito de igualdade de género, o que naturalmente se manifesta na sua responsabilidade no apoio à família. O Inquérito revela que embora 64,7% das inquiridas pensem que “o homem deva ser o sustentáculo económico da família”, uma percentagem ainda maior (81,5%) defende que “a mulher tem a mesma responsabilidade em prover o sustento do lar, tal como o homem”. Além disso, num contexto de convivência social de ambos os sexos, a maior parte das mulheres (72,1%) não concorda com a ideia de que “quando um par janta fora, deva ser o homem a pagar”.

4. Têm noção da sua autonomia mas alguma falta de autoconfiança

A secção sobre os valores deste Inquérito constatou que as mulheres de Macau têm uma noção relativa da sua autonomia embora 63,3% das inquiridas defenda a ideia de que “é muito importante que uma jovem se case com um bom marido”. No entanto, cruzando com outros dados, podemos ver que tal conceito apenas reflecte as naturais expectativas do casamento, não constituindo per se uma admissão de que deva ser o marido a tomar conta da mulher. A este respeito, é de notar que uma esmagadora maioria das inquiridas (91,3%) opõe-se à ideia de “não ser necessário que a mulher também prossiga estudos superiores” e a maior parte delas (85%) não concorda que “as mulheres não devam assumir funções de chefia”. Na mesma linha, há uma percentagem de 71,8% que não concorda com a ideia de “as mulheres não deverem superar os seus maridos ou namorados em termos de realização profissional”, ao passo que 61,9% não admite que “no trabalho, em regra os homens são mais competentes que as mulheres”. Além disso, mais de metade das inquiridas (53,9%) não concorda com a ideia de que “a mulher nasceu para ser protegida pelo homem”.

Estes resultados indicam que a mulher de Macau tem uma relativa noção da sua autonomia, mas também que lhe falta alguma dose de autoconfiança, sobretudo quando confrontada com questões de natureza política ou social, já que mais de metade das inquiridas (51,5%) concorda com a ideia de que “os homens têm maior capacidade analítica nas questões de natureza política e social”. Este tipo de pensamento é provavelmente a razão profunda que contribui para uma inibição por parte da mulher nestes campos de acção. É importante notar que, conforme dados já referidos, 61,9% das inquiridas não concordam que “no trabalho, em regra os homens sejam mais competentes que as mulheres” mas por outro lado quase 40% acha que os homens em geral sejam mais capazes que as mulheres. Tal revela uma falta de autoconfiança nas suas capacidades, o que possivelmente deve afectar o desempenho profissional das mulheres.





Problemas que as mulheres enfrentam e as suas necessidades

O Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau em 2008 constatou oito problemas principais que afectavam as mulheres de Macau. No entanto, alguns dos problemas identificados nessa altura resultavam da análise das estatísticas oficiais, as quais não foram tomadas em linha de conta no presente Estudo. Por isso, o Relatório 2010 apenas tomará como referência os resultados dos Inquéritos de 2008 e 2010 e, como tal, sintetizou os problemas e necessidades das mulheres em seis pontos, que são apresentados a seguir.

1. Mulheres com emprego a tempo inteiro têm fraca progressão na carreira

Em relação a mais de metade das inquiridas (55,1%) que possuem emprego a tempo inteiro, uma análise comparada dos resultados dos Inquéritos de 2008 e 2010 mostra que a progressão na carreira continua a ser um problema evidente. Ambos revelam que mais de 70% das mulheres não tiveram qualquer promoção nos últimos cinco anos, sendo que não se registaram quaisquer progressos no grupo de mulheres mais idosas e também no grupo com menos habilitações. É contudo interessante notar que parece haver uma correlação entre o facto de terem filhos e obter promoção, na medida em que a percentagem de mulheres sem filhos que foram promovidas (46,8%) é bastante superior à das promovidas com filhos (22,6%), indicando que as oportunidades de promoção na carreira da mulher podem estar a ser afectadas pela necessidade de ter de cuidar da prole.

Analisando e comparando os resultados dos Inquéritos de 2008 e 2010 com os vários indicadores de igualdade de género, tal como se apresentam na primeira parte deste capítulo, constata-se que o incremento no rendimento pessoal das mulheres não acompanhou o dos homens, nem sequer o dos agregados familiares. Este dado demonstra que o nível de rendimentos da mulher não acompanhou o ritmo geral de desenvolvimento económico da sociedade. Por conseguinte, há que estudar medidas para reforçar os serviços de natureza social, de modo a ajudar as mulheres que têm de cuidar de crianças a reduzir a sua carga de trabalho familiar, contribuindo dessa forma para aumentar as suas oportunidades de promoção no emprego. Por outro lado, também se afigura necessário investigar por que razão o nível salarial das mulheres não acompanhou o desenvolvimento geral da sociedade.

2. Dificuldades laborais das mulheres em regime parcial e problemas de convivência comunitária

Uma análise exaustiva a vários conjuntos de dados do Inquérito mostra que uma grande parte das mulheres prescinde de empregos a tempo inteiro para poder cuidar da família mas, por outro lado, a percentagem de mulheres com emprego a tempo parcial que participa em actividades sociais de carácter comunitário é aparentemente inferior à das mulheres com emprego a tempo inteiro. Isto indica que o emprego não é apenas uma fonte de rendimentos pessoais das mulheres mas também uma forma de viabilizar um maior contacto social. Além disso, quando confrontadas com problemas de natureza emocional, 28,5% das inquiridas disse não ter a quem recorrer para efeitos de ajuda, sendo o caso mais gravoso o das mulheres idosas que não possuem empregos a tempo inteiro, o que indica que uma percentagem considerável de mulheres carece de uma rede de contactos sociais que as possa ajudar a resolver de forma satisfatória os seus problemas de carácter emocional.

Em função disso, o Estudo de 2010 considera ser necessária mais investigação de forma a encontrar maneiras de ajudar as mulheres com empregos a tempo parcial a constituir uma rede de contactos sociais, para além de lhes procurar providenciar os vários serviços de apoio à família, por forma a reduzir substancialmente a percentagem de mulheres que prescinde de uma carreira profissional por ter de cuidar da família.



3. Diferentes grupos de mulheres têm necessidade de serviços diferentes

Tal como já foi referido, as necessidades das mulheres em termos de serviços sociais e serviços de apoio à família mostraram-se similares às de 2008 mas aumentaram, o que veio tornar ainda mais premente a prestação deste tipo de serviços. A maior parte das mulheres inquiridas (34,9%) afirma que o serviço mais necessário é o de apoio a idosos, o que representa um aumento de 4,1 pontos percentuais em relação aos 30,8% registados em 2008. Mais serviços de cuidados infantis (creches) são reclamados por 22,5% das inquiridas, um aumento de 5,6 pontos percentuais comparado com os 16,9% de 2008, o que constitui o aumento mais significativo em termos de procura de serviços. Por fim, 17,2% reafirmou a necessidade de mais serviços de planeamento familiar, um aumento de pouco mais de 1 ponto percentuais em relação aos 16,1% de 2008.

A análise cruzada dos dados mostra que, quanto mais idosas forem as inquiridas, mais elas reclamam a necessidade de serviços de apoio a idosos, indicando que a população sénior de Macau enfrenta problemas e precisa de ajuda, quer em termos pessoais quer para cuidar de cônjuges incapacitados. E, tal como em 2008, as mulheres viúvas mostram-se as mais necessitadas, constituindo 61,1% do total. Entretanto, as viúvas (27,8%), as divorciadas (31,3%) e as mulheres solteiras (20,2%) têm aparentemente uma necessidade de serviços de planeamento familiar, ao passo que as divorciadas (25%) e as mulheres casadas em segundas núpcias (50%) parecem ter mais necessidade de serviços de aconselhamento psicológico, com as mulheres casadas (25,8%) naturalmente a exigir mais infantários, num incremento de 2,9 pontos percentuais em relação aos 22,9% de 2008, no que são acompanhadas por 41,1% das mulheres no grupo dos (25-34), neste caso um aumento de 12,4 pontos percentuais em relação aos 28,7% de dois anos atrás.

Quanto mais jovens são as mulheres, maiores são as necessidades manifestadas em termos de serviços de planeamento familiar e de aconselhamento psicológico. Neste caso, o grupo etário dos 15-17 foi o que registou o aumento mais significativo, com uma percentagem de 36,5%, uma subida de 5 pontos percentuais em relação aos 31,3% de 2008, o que reflecte os problemas que enfrentam as mulheres jovens em termos de planeamento familiar e saúde mental.

4. Papel da educação na emancipação da mulher

Uma análise detalhada das pontuações dos indicadores internacionais, bem como dos valores revelados pelos dados do Inquérito na primeira secção deste Capítulo mostra que as mulheres de Macau possuem uma noção clara da sua autonomia (reconhecendo que as mulheres podem ocupar posições de chefia e prosseguir estudos superiores) mas aparentemente denotam uma falta de confiança na sua própria capacidade de trabalho, com quase 40% das inquiridas a afirmar que "em termos profissionais, os homens em geral são mais capazes que as mulheres". Nas questões de natureza política e social, parecem denotar ainda menos confiança, já que praticamente metade das mulheres inquiridas (51,5%) concorda que "os homens possuem uma melhor capacidade de análise para as questões de natureza política e social".

Por conseguinte, o Estudo de 2010 sugere que, a fim de reforçar o poder político das mulheres de Macau, se deve começar pela educação. Através de uma formação específica, vocacionada para as suas capacidades, e uma correcta educação sobre o papel dos géneros na sociedade, as mulheres podem ser levadas a compreender que não existem capacidades inatas





inerentes aos géneros nem diferenças substanciais na forma como cada um deles analisa e resolve questões de natureza política ou social. Com a aplicação de tais programas, as mulheres ganhariam mais confiança para participar de forma mais activa nas questões políticas e sociais, ampliando assim a sua influência na sociedade.

5. Atenção especial às condições de vida das mulheres com fracos recursos

O Relatório de 2008 alertou para a necessidade de se olhar para as condições de vida das mulheres de recursos económicos mais fracos. Os resultados do Inquérito de 2010 mostram que as mulheres com rendimentos mensais inferiores a MOP3.000 ainda constituem uma camada desfavorecida em Macau, que enfrenta consideráveis pressões de natureza existencial. Em termos estatísticos, em 2010, as mulheres com rendimentos mensais inferiores a MOP3.000 ainda representam cerca de 8% do total da população feminina, não se registando qualquer melhoria neste segmento mas, pelo contrário, um ligeiro agravamento de 0,3 pontos percentuais em relação aos 7,7% de 2008.

Devidos aos seus fracos recursos, este grupo de mulheres enfrenta uma grande pressão financeira, o que pode afectar negativamente o seu bem-estar, tanto físico como mental. No que diz respeito aos papéis na família e na sociedade, por exemplo, o Estudo de 2010 mostra que as mulheres de fracos recursos professam valores relativamente conservadores, dando maior importância ao casamento, à família e aos filhos e, como tal, tendem a sacrificar-se mais pela família. Em termos concretos, apenas 76,6% das mulheres deste grupo manifestou satisfação com a vida, sendo que a percentagem é a mais baixa entre todos os grupos de rendimento e representa um decréscimo, quando comparada com os resultados (83,4%) de 2008. É de notar aqui que 19,8% destas mulheres afirmaram ser vítimas de violência doméstica, a percentagem mais elevada de entre os vários grupos de rendimento. Todos estes dados confirmam que as mulheres de baixos recursos continuam a constituir em Macau um grupo de risco que necessita de ajuda.

6. Condições de vida das jovens e adolescentes e seu desenvolvimento

O Estudo-Inquérito de 2010 revela que, em comparação com as mulheres dos restantes grupos etários, o grupo das jovens/adolescentes apresenta características bem distintas. Para começar, 98,1% não trabalha a tempo inteiro, sendo o principal motivo invocado (98%) ainda serem estudantes ou estarem a prosseguir estudos superiores, embora 10% afirme estar a trabalhar a tempo parcial. Sugere-se a realização de mais estudos, através de um projecto específico, para saber se esta elevada proporção de adolescentes/jovens a estudar é apropriada e que impactos, positivos ou negativos, poderá ter o emprego a tempo parcial.

Em termos de vida de família, o Inquérito mostra que 39,2% das jovens/adolescentes se manifestaram "muito satisfeitas" com a sua actual condição de vida, constituindo esta a percentagem de satisfação mais elevada entre os vários grupos etários. Não obstante, 7,7% afirmaram ser vítimas de violência doméstica. Em termos de serviços de planeamento familiar e de aconselhamento psicológico, revela-se a tendência de, quanto mais jovens forem as mulheres, mais precisarem deste tipo de serviços, nomeadamente com as jovens/adolescentes a manifestar uma necessidade premente de serviços de planeamento familiar, com uma percentagem de 36,5%, que representa um aumento de cerca de 5 pontos percentuais em relação aos 31,3% registados em 2008. Este dado revela-se preocupante, pois pode estar relacionado com as questões de gravidez prematura de jovens.



Introdução

Com o objectivo de melhorar a comunicação entre as mulheres dos vários estratos sociais e criar as condições para as mulheres poderem exercer os seus plenos direitos de cidadania em todas as áreas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou em 2005 a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres com a missão de “salvaguardar os direitos e interesses das mulheres e garantir a sua dignidade e acesso a oportunidades iguais”. Assim, a Comissão espera poder levar a efeito várias iniciativas, no sentido de “melhorar as condições de vida das mulheres, encorajando-as a partilhar as suas responsabilidades familiares, sociais, culturais, económicas e políticas e a participar activamente na vida da RAEM”.

Para a consecução destes objectivos, missão e ideal, após a sua criação, a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres (adiante designada por “CCAM”) envolveu-se activamente no estudo das condições de vida e necessidades das mulheres de Macau, para além de outras iniciativas. Em 2008, a CCAM encomendou à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau um estudo sobre a matéria. Agora, no sentido de manter um acompanhamento contínuo das condições de vida e necessidades das mulheres de Macau, a CCAM renovou o convite à mesma instituição universitária para realizar o presente estudo, “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau 2010”, (referido no texto como Estudo de 2010) a fim de, tomando como base as conclusões do Estudo de 2008, coligir mais dados que se possam revelar úteis para melhorar as condições de vida e definir as respectivas políticas concernentes às mulheres de Macau.

O Estudo de 2010 tentou compreender a condição actual da mulher em Macau através da realização de um Inquérito e também mediante análise comparada com estudos anteriores, de forma a aquilatar o impacto que as rápidas transformações sociais dos últimos dois anos tiveram nas condições de vida da população feminina de Macau, bem como as necessidades subjectivas da mulher em termos de equipamentos sociais, o que por sua vez facultará à CCAM e ao governo um quadro mais fidedigno da condição geral e das necessidades mais prementes da mulher em Macau, o qual permitirá definir recomendações de políticas e uma visão para o governo, para além naturalmente de constituir um valioso acervo académico de referência para futuros estudos a realizar pela CCAM.

O Estudo de 2010 consta de três capítulos :

O 1º Capítulo trata da condição da mulher e dos resultados do Inquérito do “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau 2010”, bem como a comparação com os resultados do Relatório de 2008.

O 2º Capítulo compara a condição da mulher em Macau com os padrões internacionais.

O 3º Capítulo apresenta as Conclusões do Relatório.



01

Resultados do Inquérito do Relatório sobre a
Condição da Mulher em Macau, 2010



01

Resultados do Inquérito do Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau, 2010

Este Capítulo analisa a condição da mulher em Macau e os Resultados do Inquérito do Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau 2010.

De acordo com a categoria das questões concebidas para o questionário do Inquérito, o conteúdo deste capítulo está dividido em seis partes principais: situação laboral da mulher, situação económica, situação familiar, nível de participação social, saúde física e mental e valores. Consoante a estrutura das perguntas, as várias necessidades da mulher foram inseridas nas respectivas secções e não serão tratadas numa secção à parte. O questionário é apresentado em anexo, para efeitos de referência.

Este inquérito teve lugar entre 5 e 17 de Novembro de 2010, utilizando o método de Entrevista por Telefone Assistida por Computador (CATI), por meio do qual foram entrevistadas com êxito 1.006 residentes de Macau do sexo feminino com idades entre os 15-74 anos. Utilizando cálculos de resposta, valor 3 (RR3) e o valor de Cooperação (COOP3) da American Association for Public Opinion Research (AAPOR), a taxa de resposta deste inquérito é de 40,4% e a taxa de cooperação é de 61,6%, ao passo que o erro de amostragem (erro de estimativa) é $\pm 3,15\%$, com 95% de nível de confiança.

Para revelar eficazmente as condições de amostragem que representam a população – a generalidade das mulheres de Macau, aqui estão os resultados do Inquérito por questionário, depois de ponderados em função dos dados etários publicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau em Fevereiro de 2009.

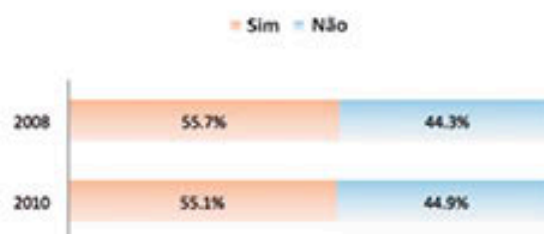
I. Situação geral do emprego feminino

Condições de emprego

De acordo com os Resultados do Inquérito, mais de metade das inquiridas (55,1%) afirmou trabalhar a tempo inteiro, o que representa um ligeiro decréscimo de 0,6 pontos percentuais em relação aos 55,7% de 2008 ao passo que 44,9% disse que não tinha emprego a tempo inteiro. Os resultados confirmam o rácio entre a população feminina empregada e o total da população feminina (Gráfico 1.1).

A análise cruzada dos dados mostra que há uma correlação entre a condição de uma mulher trabalhar ou não a tempo inteiro e a sua idade e nível de escolaridade.

Gráfico 1.1 Está actualmente empregada a tempo inteiro



A percentagem de mulheres com emprego a tempo inteiro diminuiu ligeiramente em relação a 2008.



Com base nos grupos etários, a percentagem das que disseram trabalhar ou não a tempo inteiro é consistente com a participação laboral feminina em Macau, por idades (Gráfico 1.2). **Os Resultados do Inquérito revelam uma tendência: considerando o grupo etário 25-34 como a linha mediana, quanto mais idosas ou jovens são as mulheres, menor é a percentagem das que trabalham a tempo inteiro e maior a das que trabalham a tempo parcial.** Em termos mais específicos, 78,2% das mulheres do grupo etário (25-34), 65,9% do grupo (35-44) e 59,8% do grupo (45-54) trabalham a tempo inteiro. Em comparação com 2008, aumentou ligeiramente a percentagem de mulheres a trabalhar a tempo inteiro nos grupos etários 15-34 e 65-74, tendo diminuído um pouco nos restantes. Entretanto, com excepção dos grupos etários 45-54 e 55-64, todos os restantes registaram um incremento na percentagem de mulheres a trabalhar a tempo parcial.

Considerando as mulheres que trabalham a tempo parcial, por nível de escolaridade, é **evidente que quanto mais elevado é o seu nível maior é a percentagem das que trabalham a tempo inteiro e quanto menor o nível menor é a percentagem de trabalhadoras a tempo inteiro.** Por níveis de escolaridade, (Gráfico 1.3), entre as mulheres com emprego a tempo inteiro, 87,8% possuem nível de pós-graduação ou superior, 73,4% nível universitário, 53,1% nível secundário sénior, ao passo que apenas 47,3% das de nível secundário júnior e 40% das de nível primário ou inferior são trabalhadoras a tempo inteiro.

Gráfico 1.2 Está actualmente empregada a tempo Inteiro (por idade)

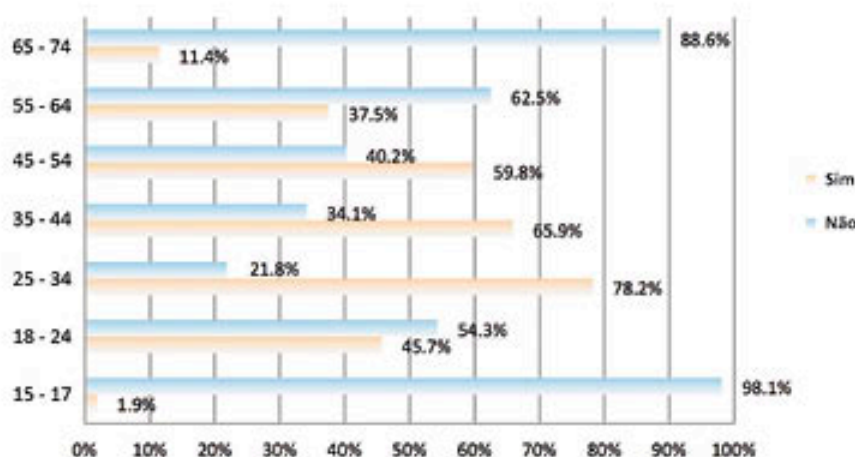
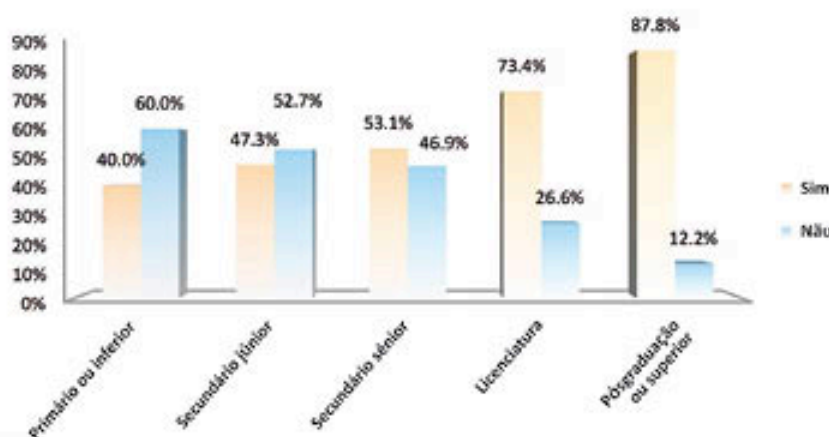


Gráfico 1.3 Percentagem de inquiridas a trabalhar a tempo Inteiro (por nível de escolaridade)

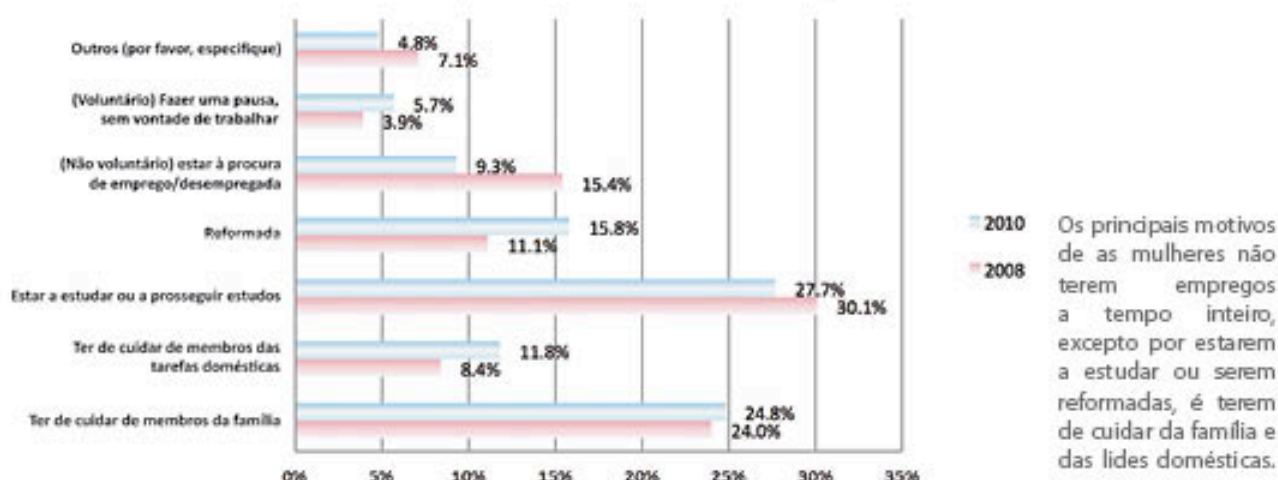




Motivos de não ter emprego a tempo inteiro

Tal como se pode ver no Gráfico 1.4, entre as inquiridas que não trabalham a tempo inteiro, 27,7% afirmou serem “estudantes ou a tirar cursos de aperfeiçoamento”, 24,8% disse “cuidar da família” e 11,8% disse “cuidar das lides domésticas”, ao passo que apenas 9,3% se declarou “desempregada/à espera de emprego”. **A percentagem desta última categoria desceu 6,1 pontos percentuais em relação aos 15,4% de 2008, indicando uma ligeira melhoria no desemprego involuntário das mulheres.** Além disso, 15,8% das inquiridas disse estar “reformada”, um aumento de 4,7 pontos percentuais em relação aos 11,1% de 2008 e 5,7% afirmou “estar a descansar, sem vontade de trabalhar”, o que representa um ligeiro aumento de 1,8 pontos percentuais em relação aos 3,9% de 2008.

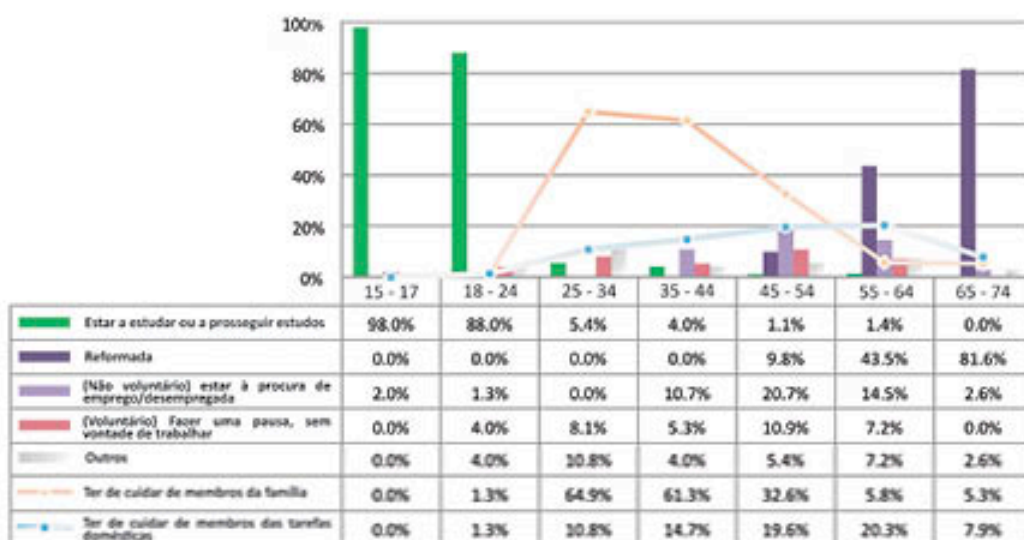
Gráfico 1.4 Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro



Após analisar, segundo os grupos etários, as razões por que as mulheres não trabalham a tempo inteiro, constatou-se que muitas jovens e mulheres de meia-idade não o fazem por terem de cuidar de membros da sua família, uma conclusão similar à do Inquérito de 2008, mas com um aumento percentual significativo na faixa etária dos 35-44.

Nos vários grupos etários, as percentagens das mulheres sem trabalho a tempo inteiro por terem de cuidar da família são de 64,9% no grupo dos 25-34, um decréscimo de 3 pontos percentuais em relação aos 67,9% de 2008; 61,3% no grupo dos 35-44, um aumento

Gráfico 1.5 Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro (por idade)





significativo de 14,7 pontos percentuais em relação aos 46,6% de 2008; 32,6% no grupo dos 45-54, um ligeiro aumento de 2 pontos percentuais em relação aos 30,6% de 2008; 5,8% para o grupo dos 55-64, uma acentuada descida de 13,9% dos 19,7% de 2008 e 5,3% para o grupo dos 65-74, um aumento de apenas 3 pontos percentuais em relação aos 2,3% de 2008.

Por outro lado, um número razoável de mulheres de meia-idade disse não estar a trabalhar a tempo inteiro por “estar desempregada/à espera de emprego”. Neste caso as percentagens são, respectivamente, de 20,7% para o grupo (45-54); 14,5% para o grupo (55-64); 10,7% para o grupo (35-44). Registou-se um decréscimo percentual, em relação aos Resultados do Inquérito de 2008, em que não tinham emprego a tempo inteiro por esta razão 20,5% do grupo (35-44), 24,7% do grupo (45-54) e 24,6% do grupo (55-64).

É interessante notar que 9,8% das mulheres do grupo dos (45-54) e 43,5% do grupo dos (55-64) sem emprego a tempo inteiro estão em situação de reforma, antes da idade dos 65 anos preconizada pelo governo, em que têm direito a benefícios, indicando um aumento notório desta categoria, quando comparado com os Resultados do Inquérito de 2008, respectivamente 5,9% e 32,8%.

Uma análise cruzada dos dados relevantes mostra que, com excepção do grupo com formação de pós-graduação ou superior, quanto mais elevado for o nível de escolaridade das inquiridas, menor é a probabilidade de desistirem de empregos por terem de cuidar da família ou das lides domésticas. Como se pode ver no Gráfico 1.6, entre as mulheres que desistiram de empregos por necessidade de “cuidar da família”, quanto mais elevado o nível de habilitações das inquiridas, menor é a percentagem das desistentes: as que possuem o nível secundário sénior representam 29,1% e as de nível universitário 11,1%. Há no entanto uma excepção, que é a do grupo de nível secundário júnior, cuja percentagem (31,9%) é superior à do grupo com escolaridade primária ou inferior (19,5%), o que contraria a tendência acima referida. Se atentarmos nas razões que levam as inquiridas a desistir de empregos por ter de assumir o “encargo das lides domésticas”, reparamos que quanto mais elevado for o nível de habilitações, menor é a percentagem das que se sujeitam a tal, sendo respectivamente de 17,9% para as de nível primário ou inferior, 11,1% para as de nível secundário júnior, 8,5% para as de secundário sénior e 6,3% para as de nível universitário. Neste campo, a situação é similar à de 2008.

Não obstante, quanto mais elevado é o nível de escolaridade das inquiridas, menor é a percentagem das que se encontram em situação de reforma. Se repararmos na coluna dos “motivos da reforma”, há 14,5% com o nível secundário sénior, 11,9% com o nível secundário júnior, 12,7% com o nível universitário que não trabalham a tempo inteiro por estarem reformadas. É interessante notar que, em comparação com 2008, se nota uma tendência de subida percentual das mulheres em situação de reforma, independentemente do seu nível de escolaridade.

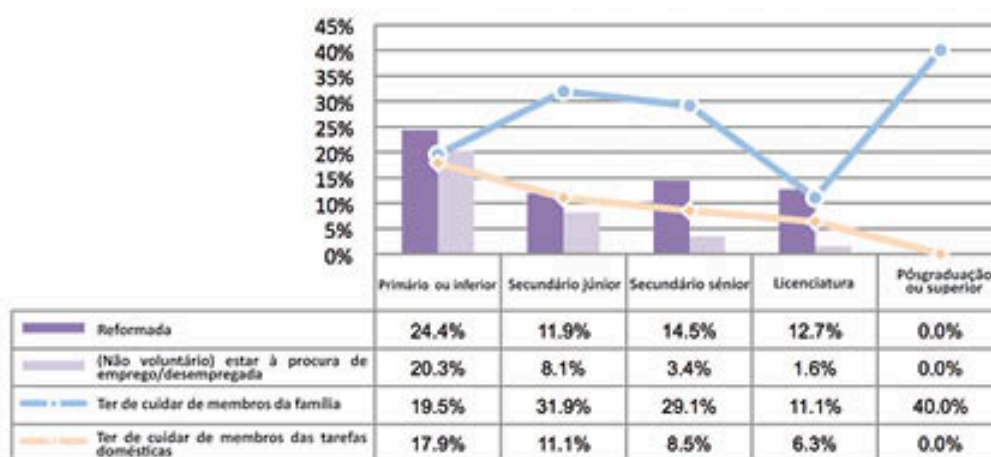
Gráfico 1.6 Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro (por nível de escolaridade)





Quanto mais elevado o nível de escolaridade das mulheres, menos é provável que não trabalhem a tempo inteiro pela razão de “estarem “desempregadas/à espera de emprego”, o que por sua vez indica que o baixo nível de escolaridade conduz ao desemprego involuntário. Como se pode ver na coluna dos motivos invocados para a situação de “desempregadas/à espera de emprego”, a tendência é que quanto mais elevado for o nível de habilitações menor será a percentagem de mulheres nessa situação: apenas 1,6% com formação universitária, 3,4% do nível secundário sénior, 8,1% do nível secundário júnior e 20,3% com educação primária ou inferior. Em comparação com 2008, todos os restantes níveis de escolaridade diminuíram percentualmente em relação a 2010, com excepção do grupo de escolaridade primária ou inferior (19,7% em 2008) que aumentou ligeiramente. Em 2008 havia, respectivamente, 19,9% mulheres do nível secundário júnior, 11,7% do secundário sénior e 8,1% com formação universitária que não estavam a trabalhar pela razão apontada.

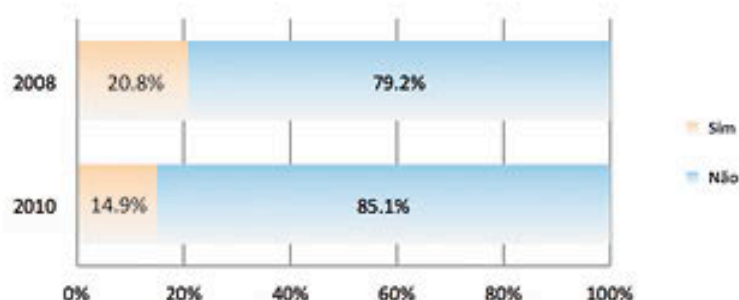
Gráfico 1.6a Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro (por nível de escolaridade)



Situação de emprego em tempo parcial

O Estudo de 2010 constatou que, entre as mulheres que afirmaram não ter emprego a tempo inteiro (ou seja, 44,9% do número total das inquiridas) 14,9% detinha empregos a tempo parcial e 85,1% não trabalhavam em tempo parcial (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 Tem algum trabalho a tempo parcial

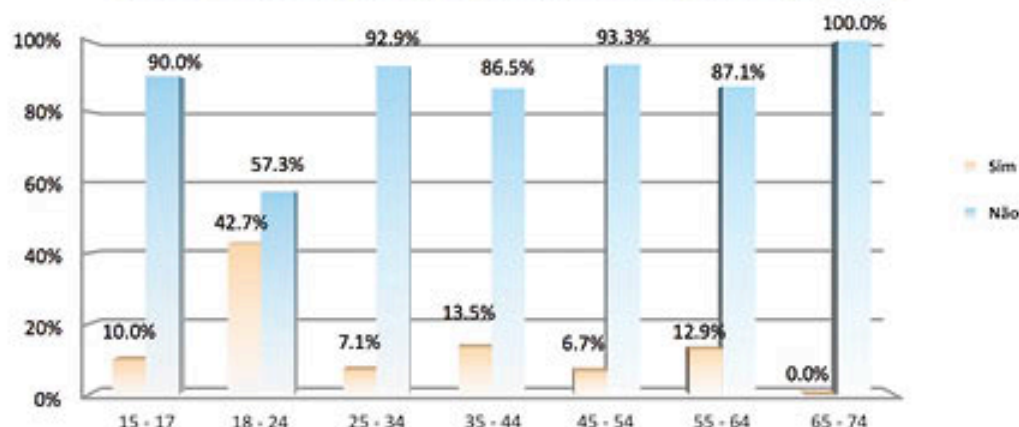


Entre as mulheres sem emprego a tempo inteiro, 85,1% não trabalhavam em tempo parcial, o que revela um ligeiro aumento em relação a 2008.



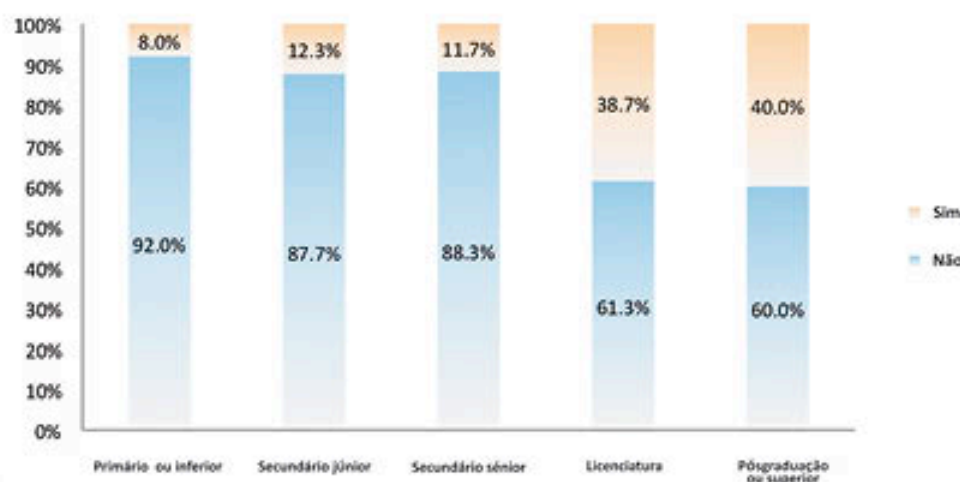
A análise cruzada dos dados mostra que não existe uma correlação regular entre a idade e o facto de a mulher trabalhar ou não a tempo parcial. Em comparação com 2008, entre as mulheres com empregos a tempo parcial, com excepção do grupo dos 18-24, em que a percentagem subiu ligeiramente (42,7%), comparada com 2008 (34,8%), todos os restantes grupos etários diminuíram percentualmente, como se segue: grupo (15-17), 10%; grupo (25-34), 7,1%; grupo (35-44), 13,5%; grupo (45-54), 6,7%, grupo (55-64), 12,9% e grupo (65-74), 0% (Gráfico 1.8).

Gráfico 1.8 Motivos para não ter trabalho a tempo parcial (por idade)



A análise cruzada de dados mostra existir uma correlação entre o nível de escolaridade das mulheres e o facto de trabalharem ou não a tempo parcial. A tendência básica é a de quanto mais elevado o nível de habilitações, maior a percentagem das que trabalham a tempo parcial. No Estudo de 2010, a proporção das inquiridas que responderam “trabalhar ou não a tempo parcial” é similar à de 2008. Entre as que disseram ter este tipo de emprego, as com nível de escolaridade primário ou inferior representam apenas 8%, uma descida de 5 pontos percentuais em relação aos 13% de 2008. Ou seja, 92% das inquiridas com o nível de escolaridade primário ou inferior não trabalham a tempo parcial. A percentagem das com nível de escolaridade secundário júnior que trabalham a tempo parcial baixou para 12,3%, ou seja, 87,7% não têm empregos a tempo parcial. No caso das que possuem formação secundária sénior, as detentoras de empregos a tempo parcial constituem 11,7%, registando uma diminuição, havendo agora 88,3% sem este tipo de ocupação. No grupo com formação universitária aumentou para 38,7% as que dizem ter emprego a tempo parcial, restando agora 61,3% que não o têm. Entre as de formação pós-graduada ou superior, 40% disse ter emprego a tempo parcial e 60% disse não ter (Gráfico 1.9).

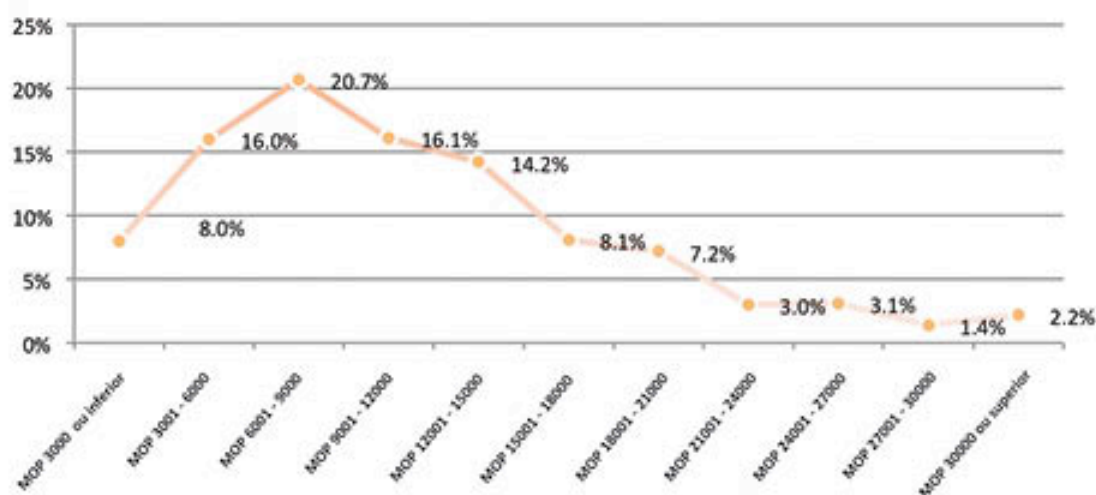
Gráfico 1.9 Motivos para não ter trabalho a tempo parcial (por nível de escolaridade)





Uma análise cruzada dos dados mostra que não existe uma correlação evidente e regular entre o facto de as mulheres trabalharem ou não a tempo parcial e os seus rendimentos pessoais. (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.10 Motivos para não ter trabalho a tempo parcial (por rendimento mensal)

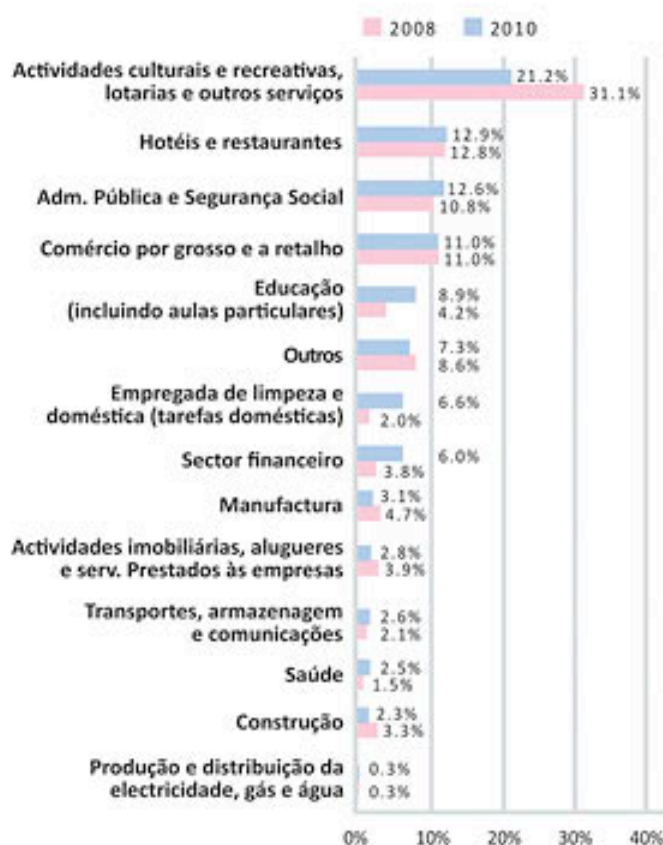


Sectores laborais e identidade ocupacional

De forma semelhante aos resultados do Inquérito de 2008, as quatro indústrias que mais empregam mulheres em Macau são, por ordem de importância, a do jogo, entretenimento e cultura, e outros serviços (21,2%), o sector de hotéis, restaurantes e actividades similares (12,9%), o sector de administração pública e assuntos sociais (12,6%), e o comércio por grosso e retalho (11%). O total de mulheres que trabalham nestes quatro sectores representa 57,7% da população laboral feminina, valor inferior aos 65,7% registados em 2008.

O sector de entretenimento, jogo e cultura e outros serviços ainda é o que emprega em Macau a maior proporção de mulheres (21,2%), o que representa um decréscimo de 10 pontos percentuais em relação aos 31,1% de 2008, ao passo que a proporção de mulheres a trabalhar nos sectores da educação, serviços financeiros e de serviços de limpeza aumentou ligeiramente, respectivamente 4,7 pontos percentuais, 2,2 pontos percentuais e 4,6 pontos percentuais. Estes dados revelam uma tendência das mulheres passarem a trabalhar nestes sectores em vez do dominante, entretenimento, jogo e cultura e outros serviços. Nos sectores económicos que requerem formação específica ou exigem esforço físico há poucas mulheres a trabalhar, como é o caso da saúde (2,5%) e da construção (2,3%) Gráfico 1.11).

Gráfico 1.11 Em que ramo da indústria trabalha





Através da análise cruzada dos dados relevantes, constata-se haver uma certa correlação entre o nível de escolaridade das mulheres e as indústrias que as empregam (Gráfico 1.12). No caso das inquiridas com um nível de escolaridade mais elevado (universitário, pós-graduação ou superior) a maior parte delas trabalha no sector da educação (incluindo professoras particulares), administração pública e serviços de segurança social. 37,4% das inquiridas com formação universitária e 51,3% das com formação de pós-graduação ou superior trabalham nestes sectores. No sector do entretenimento, jogo e cultura e outros serviços só trabalham 10,8% de mulheres com este nível elevado de habilitações. Por outro lado, as mulheres de nível universitário constituem a maioria (11,3%) no sector de serviços financeiros, havendo igualmente uma nítida proporção (16,2%) de inquiridas com formação pós-graduada ou superior a trabalharem no sector do imobiliário e dos negócios.

Em relação às inquiridas de nível secundário (incluindo o júnior e o sénior), a maior parte delas trabalha em três sectores: o de entretenimento, jogo e cultura e outros serviços, (onde trabalham 35% das inquiridas com o nível secundário júnior e 29,1% das com o nível secundário sénior), o dos hotéis, restaurantes e similares e o do comércio a grosso e a retalho.

Em relação à situação de emprego das inquiridas com o nível de escolaridade primário ou inferior, 29% trabalha nos serviços de limpeza e como empregadas domésticas, 19,4% nos hotéis, restaurantes e similares e 16,1% no comércio a grosso e a retalho, o que perfaz um total de 64,5% das inquiridas.

Estes dados mostram que, quanto mais elevado for o nível de escolaridade das inquiridas, maior é a proporção das que trabalham nos sectores da educação, administração pública, e serviços de segurança social, ao passo que as inquiridas com o nível secundário constituem a proporção mais elevada das trabalhadoras do sector de entretenimento, jogo e cultura e outros serviços. Também se constatou que, considerando a educação secundária júnior como limiar, quanto mais elevada a escolaridade menos as mulheres trabalham na indústria do jogo.

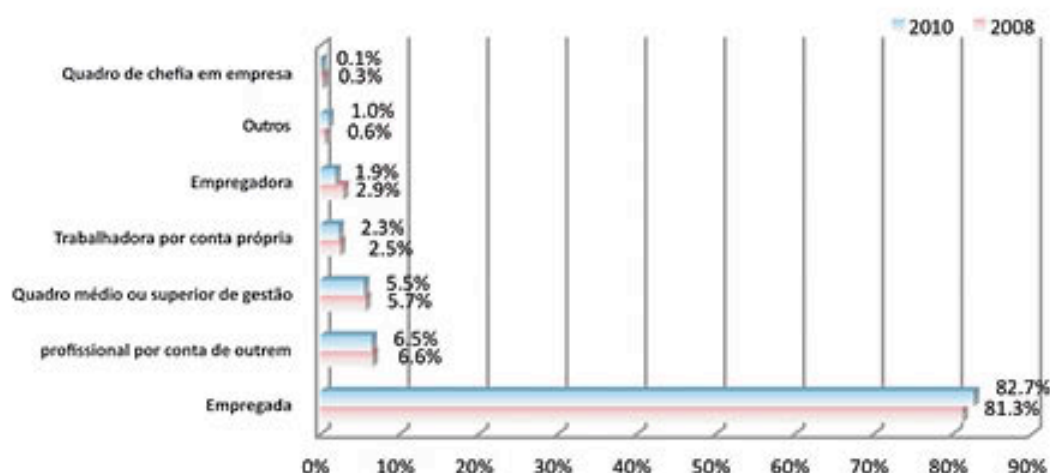
Gráfico 1.12 Em que ramo da Indústria trabalha (por nível de escolaridade)





De forma similar aos resultados do Inquérito de 2008, 82,7% das inquiridas são empregadas por conta de outrem, seguindo-se as profissionais (6,5%), os gestores de médio e alto nível (5,5%) (Gráfico 1.13). No Inquérito de 2008, as percentagens destas três categorias eram, respectivamente, de 81,3%, 6,6%, 5,7%. De notar que apenas 0,1% das inquiridas (0,3% em 2008) desempenha cargos de chefia nas respectivas organizações em que trabalham, o que indica que a condição da mulher no mercado laboral de Macau é ainda baixa.

Gráfico 1.13 Situação laboral



Através da análise cruzada dos dados relevantes (Gráfico 1.14), constata-se uma óbvia inter-relação entre o nível de escolaridade das mulheres de Macau, os sectores económicos em que trabalham e os seus perfis ocupacionais. Quanto mais elevado o nível de habilitações das mulheres, maior é a proporção das que trabalham a nível de gestoras médias e superiores e profissionais e menor a das que trabalham como empregadas por conta de outrem. É interessante notar que, quanto mais elevado o nível de habilitações, menor é a proporção das que são proprietárias de negócios. Neste campo, apenas 1,1% das inquiridas com escolaridade primária ou inferior exerce cargos de chefia nas organizações onde trabalham. Entre todas as inquiridas, independentemente do seu nível de habilitações, a maioria é empregada por conta de outrem, embora quanto mais elevado for o seu nível de estudos, menor seja a proporção nesta categoria, embora as proporções possam variar muito, sendo empregadas 81% das mulheres com formação universitária e pós-graduada ou superior, mas apenas 44,7% daquelas com formação pós-graduada ou superior.

Mas também se constatou que quanto mais elevado é o nível de habilitações, menor é a proporção de mulheres que trabalham como simples empregadas. No caso de inquiridas empregadas em posição de gestoras de nível médio e alto e como profissionais, nota-se a tendência de, quanto mais elevado o nível de habilitações maior é a percentagem delas nestas posições.

Entre as mulheres inquiridas com um nível de habilitações pós-graduado ou superior 23,7% são empregadas gestoras de nível superior e 31,6% empregadas profissionais, sendo estes números respectivamente de 6,7% e 10,8% para as inquiridas com formação universitária.





Gráfico 1.14 Situação laboral (por nível de escolaridade)

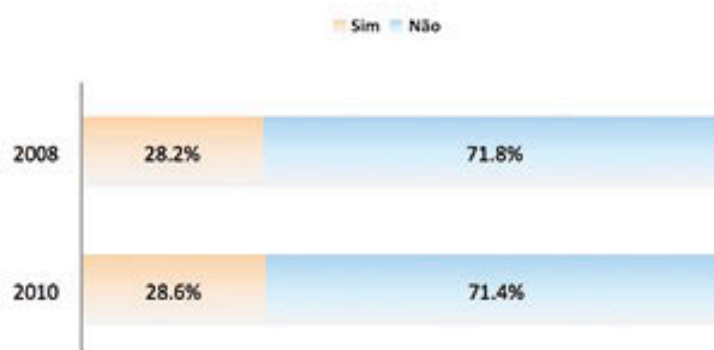


A proporção de mulheres nos diversos perfis ocupacionais é similar ao do Estudo de 2008. Há uma óbvia correlação entre o seu nível de habilitações e os seus perfis ocupacionais. Quanto mais elevado o nível das inquiridas, menor a proporção de empregadas simples e maior a de profissionais e empregadas gestoras de nível médio e alto.

Situação de promoção no emprego

A situação da mulher em termos de promoção na carreira pretende definir se ela consegue obter mobilidade social através do trabalho. Os resultados do Inquérito revelam que (Gráfico 1.15) 71,4% das inquiridas não logrou obter qualquer promoção no emprego nos últimos cinco anos, um panorama que não se alterou muito em relação a 2008, em que se registou 71,8%, o que indica que a mulher em Macau não melhorou a sua mobilidade social nos últimos dois anos.

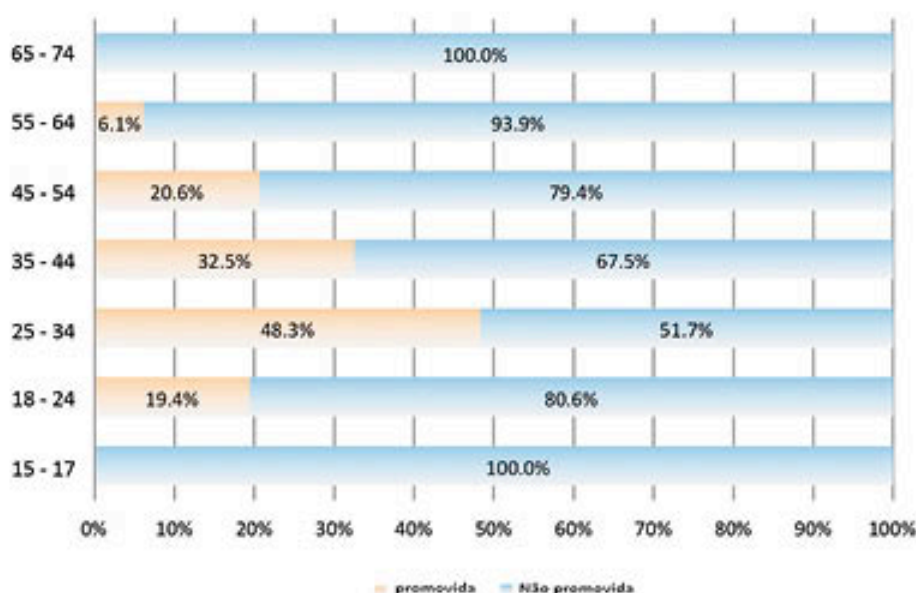
Gráfico 1.15 Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos



Através da análise cruzada dos dados relevantes, constata-se uma óbvia correlação entre a promoção das mulheres no emprego, a sua idade, nível de escolaridade e se têm filhos ou não, mas não uma correlação óbvia com o seu estado civil. Em termos de idade (Gráfico 1.16), e tomando o grupo dos 25-34 como um limiar, quanto mais idosas, menor é a proporção das que conseguem ser promovidas. As inquiridas do grupo etário dos 25-34 estão na idade ideal para serem promovidas e uma percentagem de 48,3% consegue a promoção. Já no grupo etário 35-44, apenas 32,5% das inquiridas foram promovidas. Estes números pouco variaram em relação a 2008, em que foram respectivamente de 47,2% para o grupo 25-34, e de 34,2% para o grupo 35-44.



Gráfico 1.16 Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (por idade)



As mulheres de Macau não melhoraram a sua mobilidade social por via do trabalho nos últimos dois anos. Nota-se uma óbvia correlação entre a promoção das mulheres no emprego, a sua idade, nível de escolaridade e se têm filhos ou não, mas não uma correlação óbvia com o seu estado civil.

Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 1.17), quanto mais elevado o nível das inquiridas, maior a proporção das que são promovidas e vice-versa, tendência que já se revelava em 2008. Em relação às inquiridas casadas ou que viveram em relação marital (Gráfico 1.18), nota-se uma correlação entre o facto de terem filhos ou não e a promoção no emprego, ou seja, a percentagem de mulheres sem filhos (46,8%) quer foi promovida é claramente mais elevada que a das promovidas com filhos (22,6%). Isto pode querer dizer que cuidar dos filhos pode afectar negativamente as suas oportunidades de promoção no emprego.

Gráfico 1.17 Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (por nível de escolaridade)

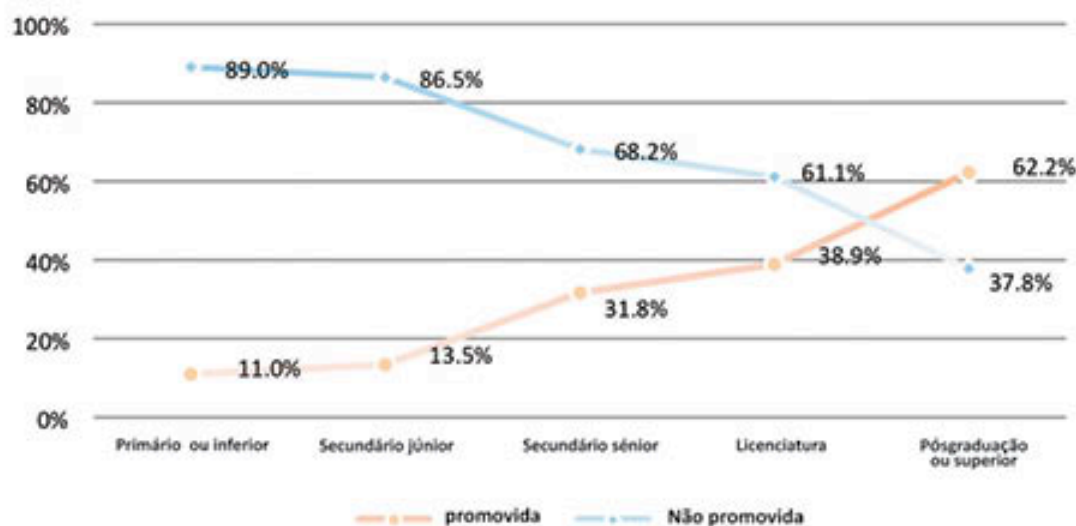
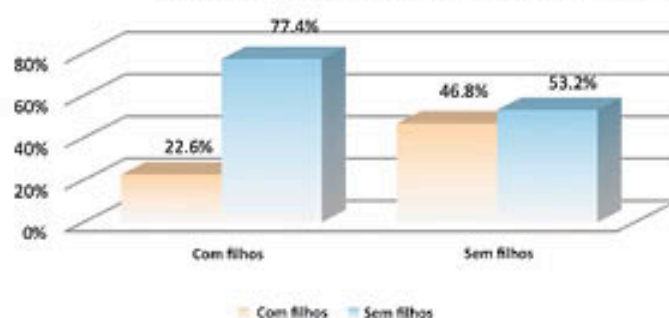




Gráfico 1.18 Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (relacionado com o facto de ter ou não filhos)



Uma análise cruzada dos dados relevantes (Gráfico 1.19) constata que as inquiridas que trabalham no sector financeiro, sector imobiliário e de negócios são as que registam a percentagem mais elevada de promoções, representando mais de 50% em cada sector, respectivamente 57,1% no financeiro e 53,3% no imobiliário e negócios. E mais de 30% das mulheres que trabalham nos quatro sectores referidos obtiveram promoções, sendo as respectivas proporções de 37,5% na saúde, 31% no jogo, entretenimento, cultura e outros serviços, 30,9% na educação (incluindo professores particulares) e 33,3% na administração pública e serviços de assistência social.

Os resultados do Inquérito (Gráfico 1.20) mostram que, entre os motivos por que as mulheres não são promovidas no emprego, 23% das inquiridas pensa que é por não haver posições disponíveis nas empresas em que trabalham, 21% ao facto de serem empregados novos ou recentes na empresa, 12% devido a questões de escolaridade, competência ou relações pessoais. Estes são os três principais factores a que as mulheres atribuem a falta de promoção no emprego, que são idênticos aos apontados no estudo de 2008.

A soma das percentagens das mulheres que não obtiveram promoção no emprego devido a quatro motivos, a saber, questões de personalidade, relações interpessoais, não ser apreciada e devido à idade, atinge os 16%, ao passo que 9,3% considera que é por o seu emprego ser apenas a tempo parcial, representando neste caso um ligeiro aumento de 1,8% em relação a 2008. Por fim, apenas 0,2% das inquiridas atribui a falta de promoção a questões de género.

Gráfico 1.19 Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (por ramos de indústria em que trabalha)

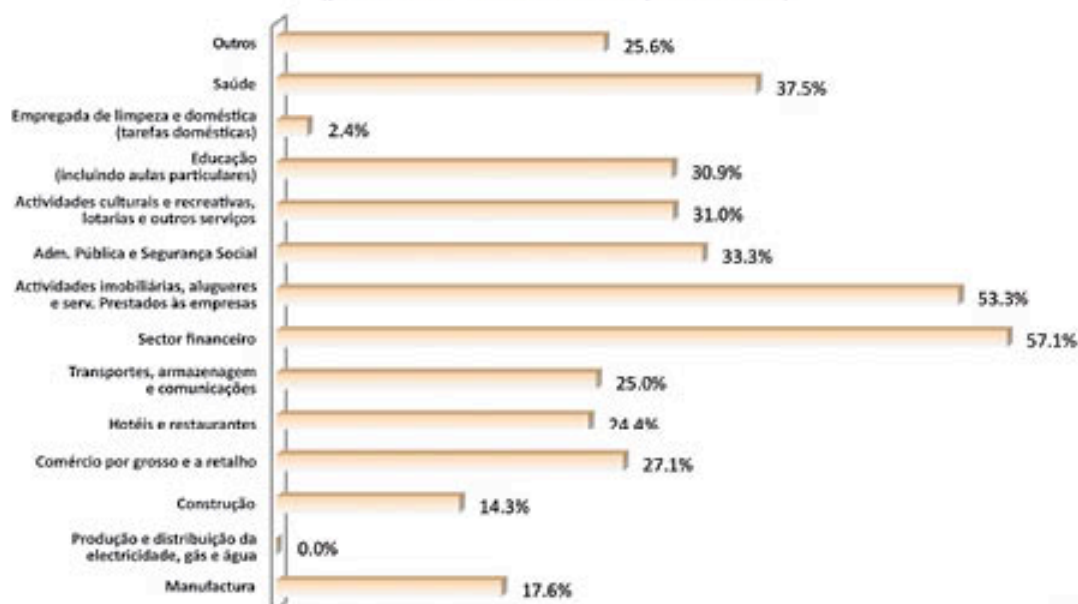
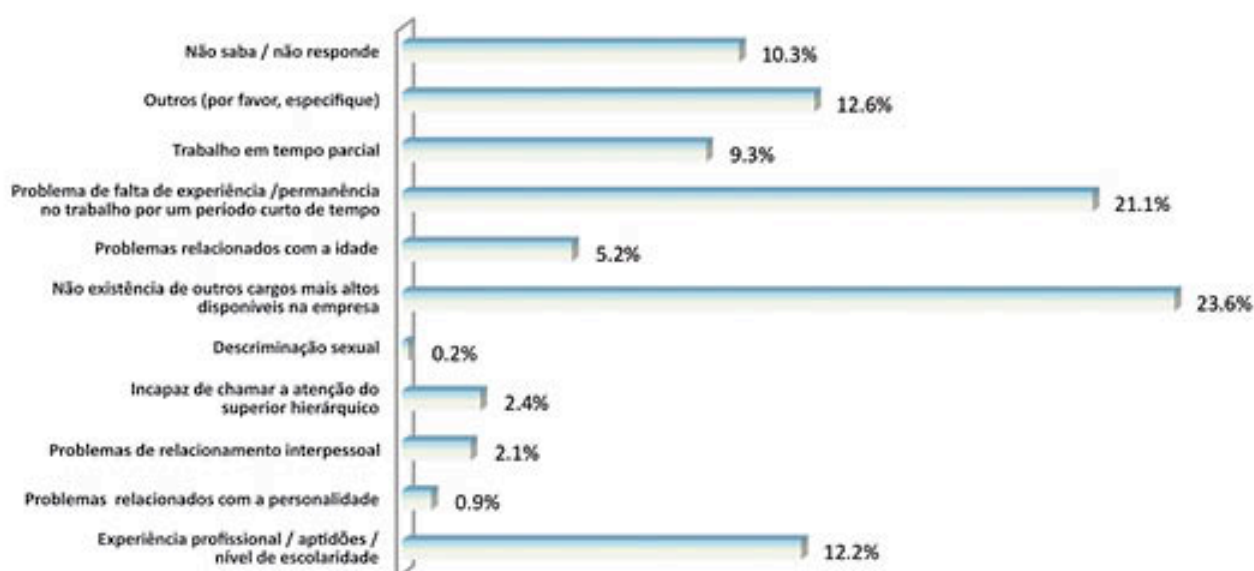




Gráfico 1.20 Razões de não ter sido promovida nos últimos 5 anos

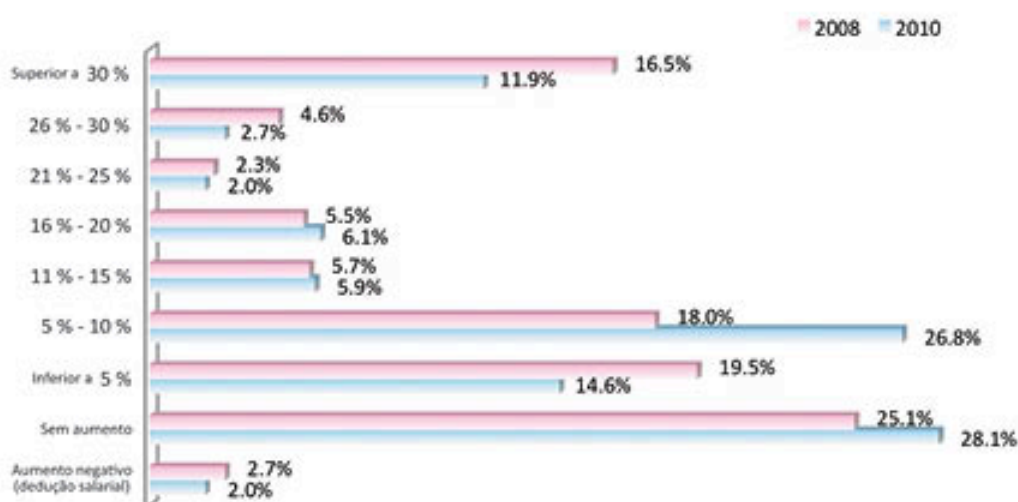


Situação de aumento salarial

Os resultados do Inquérito (Gráfico 1.21) são similares à situação detectada em 2008, em que as **mulheres sem aumento salarial nos últimos cinco anos ainda representam a maioria, com 28,1%, o que indica um ligeiro aumento de 3 pontos percentuais em comparação com o resultado de 25,1% obtido em 2008.**

Das 69,9% que obtiveram aumentos nos últimos cinco anos, a maior parte (26,8%) logrou um aumento de entre 5% a 10%, ou seja, um aumento de 8,8 pontos percentuais em relação aos 18% de 2008. Das restantes, 11,9% teve um aumento salarial superior a 30%, o que significa um decréscimo de 4,6 pontos percentuais em relação a 2008.

Gráfico 1.21 Aumento salarial nos últimos 5 anos



Nos últimos cinco anos, os aumentos salariais no emprego feminino mostram mudanças óbvias, com um aumento de 8,8 pontos percentuais (em relação a 2008) do número de mulheres que tiveram um aumento de entre 5% a 10%.

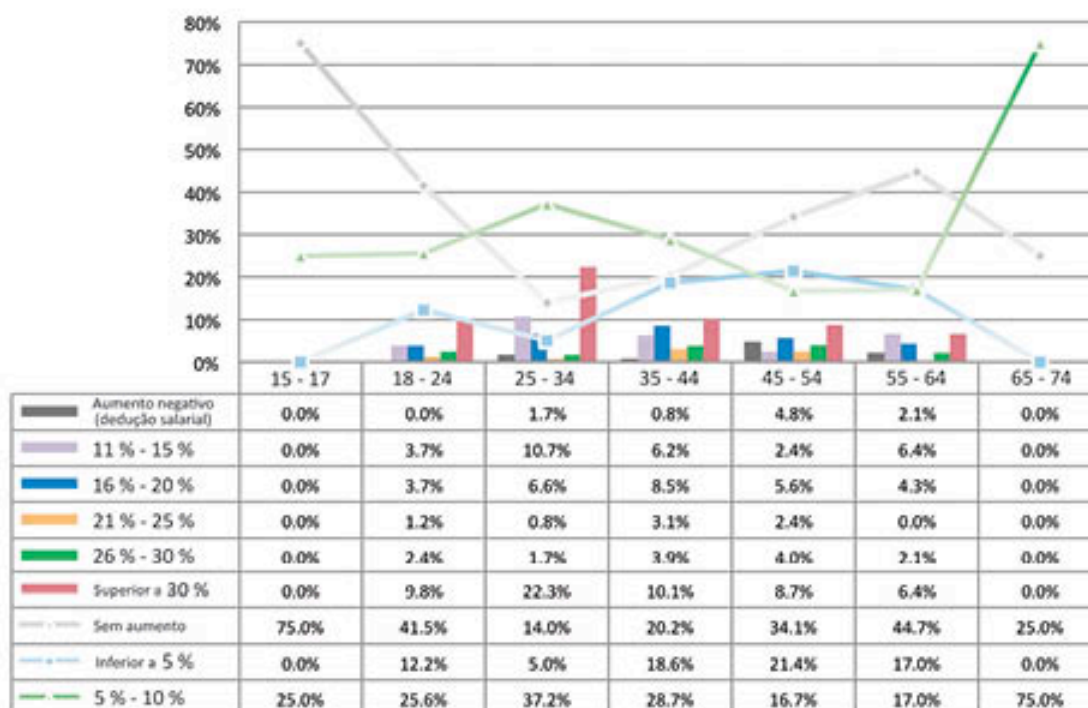


Situação dos aumentos salariais em função da idade

A análise cruzada dos dados (Gráfico 1.22), revela que há uma correlação entre o aumento cumulativo de salários ao longo dos últimos cinco anos e a idade das inquiridas, numa tendência que é similar à verificada nos resultados de 2008, com o grupo etário dos 25-34 a constituir o indicador mais significativo. Em particular no caso das mulheres cujo salário “não teve qualquer aumento” nos últimos cinco anos, 14% delas pertence ao grupo dos 25-34, o que constitui quase o dobro dos 7,8% verificados em 2008. E em relação aos grupos etários mais novos, isto é, os de 18-24 e 15-17, verifica-se que quanto mais jovens são as mulheres maior é a proporção das que dizem não ter tido qualquer aumento de salário nos últimos cinco anos, ao passo que nos grupos etários acima dos 25-34, isto é, 35-44, 45-54 e 55-64 quanto mais idosas são as mulheres maior é a proporção das que dizem não ter tido qualquer aumento de salário em idêntico período. Para além disso, 4,8% das inquiridas no grupo etário 45-54 disse ter sofrido reduções salariais.

Entre o grupo de mulheres que registou o maior aumento de salário, acima dos 30%, a faixa etária dos 25-34 continua a constituir o grupo indicador mais significativo. Nos dois grupos etários mais jovens, isto é, de 18-24 e 15-17, constata-se que quanto mais novas menor é a proporção das que tiveram aumentos superiores a 30% nos últimos cinco anos, ao passo que nos três grupos etários acima dos 25-34, quanto mais idosas menor é a proporção das que tiveram idêntico aumento no mesmo período. Em comparação com os resultados de 2008, em todos os grupos etários, diminuiu a proporção das mulheres cujos salários tiveram aumentos de 30% nos últimos cinco anos, sendo que no grupo etário dos 25-34 essa proporção baixou 7,1 pontos percentuais.

Gráfico 1.22 Aumento salarial nos últimos 5 anos (por idade)





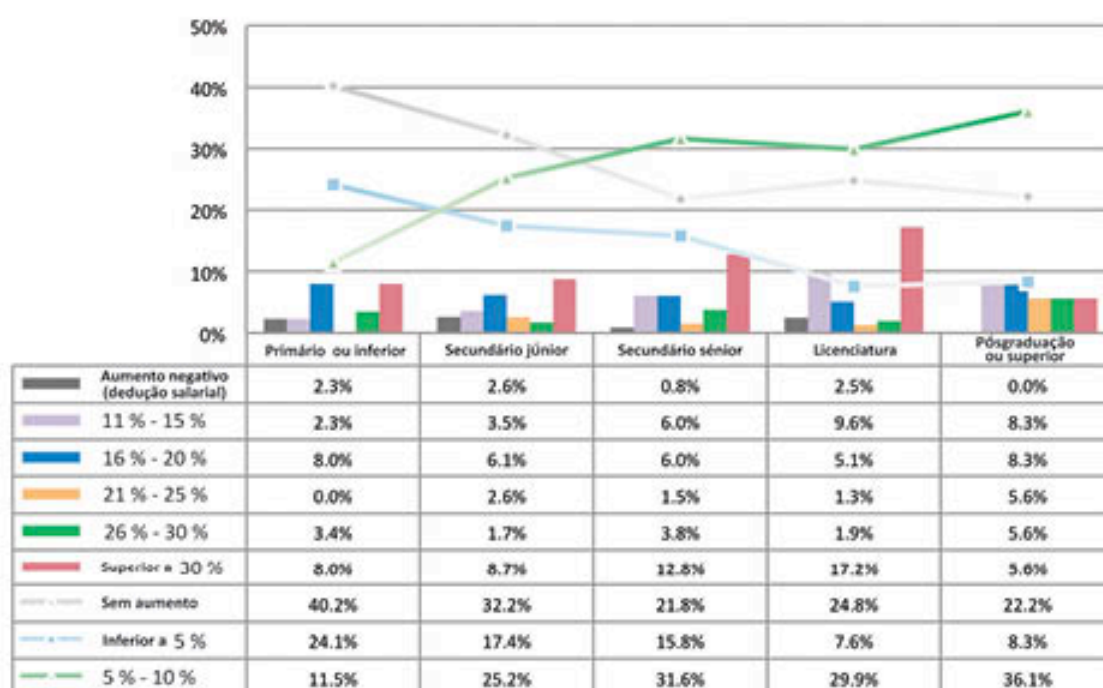
Situação dos aumentos salariais em função do nível de escolaridade

A análise cruzada dos dados mostra (Gráfico 1.23) que no caso das inquiridas sem qualquer aumento nos últimos cinco anos, a maior percentagem delas (40,2%) tem o nível de escolaridade primário ou inferior, numa tendência similar à de 2008, mas registando quase um aumento de 10 pontos percentuais, comparada com os 30,4% de então. De notar uma alteração significativa no grupo com formação pós-graduada ou superior, pois em dois anos a percentagem das que não tiveram aumento saltou de 0% para 22,2%.

Entre o grupo de mulheres com aumentos de salário superiores a 30%, a maior parte delas (17,2%) possui formação universitária. Além disso, nota-se a tendência de, quanto mais baixo o nível de instrução das mulheres, menos é a proporção das que obtêm aumentos salariais superiores a 30%. De notar uma variação considerável na proporção de inquiridas com formação pós-graduada ou superior cujos salários foram aumentados mais de 30%, que baixou 30,8 pontos percentuais, de 36,4% em 2008 para 5,6% neste Inquérito. Mas este grupo de escolaridade ainda é o primeiro entre os que registaram aumentos salariais de entre 5% e 30%.

Em conclusão, existe uma correlação entre os aumentos cumulativos de salário das mulheres de Macau nos últimos cinco anos e o seu nível de escolaridade, apresentando uma situação similar a 2008 e ilustrando uma tendência básica de quanto mais elevado for o grau de instrução, maior será a probabilidade de serem aumentada e mais elevado será esse aumento.

Gráfico 1.23 Aumento salarial nos últimos 5 anos (por nível de escolaridade)





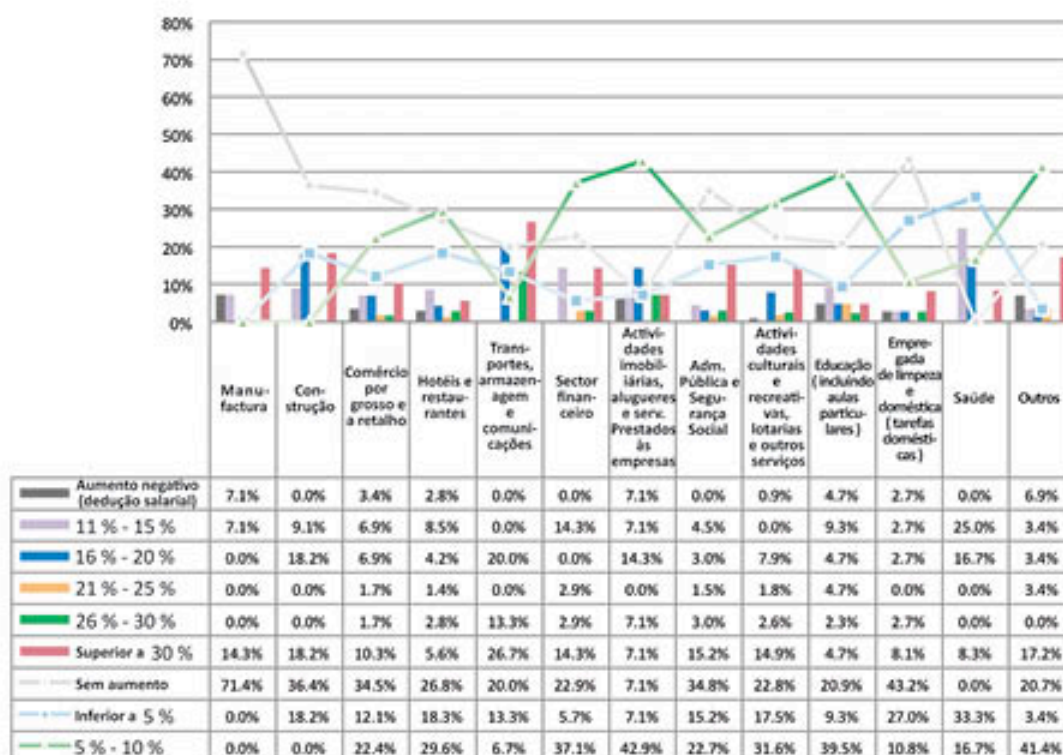
Situação de aumentos salariais, em função dos sectores laborais

A análise cruzada dos dados mostra (Gráfico 1.24) que os sectores laborais onde se registaram aumentos salariais superiores a 30% incluem o dos transportes e armazenagem (26,7% das inquiridas que trabalham neles tiveram aumentos superiores a 30%), o da construção (18,2%) e o do entretenimento, jogo, cultura e outros serviços (14,9%). Estes três sectores distinguiram-se claramente em termos de aumentos salariais.

Sem levar em linha de conta o montante dos aumentos, ao longo dos cinco últimos anos, mais de 80% das inquiridas dos sectores da saúde, serviços financeiros, imobiliário e negócios afirmaram ter beneficiado de aumentos neste período. E mais de 70% das inquiridas que trabalham no sector dos transportes e armazenagem, administração pública e serviços de segurança social, entretenimento, jogo e cultura, bem como no sector da educação, admitiram ter sido aumentadas.

Ao longo dos últimos cinco anos, os sectores em que não se verificaram quaisquer aumentos ou que sofreram mesmo reduções salariais são em geral os que requerem menor especialização ou poucos conhecimentos, como os da manufactura (no qual 78,5% das inquiridas disseram não ter tido aumentos mas até reduções salariais), serviços de limpeza e empregadas domésticas (45,9%), bem como o comércio a grossista e retalhista (37,9%).

Gráfico 1.24 Aumento salarial nos últimos 5 anos (por ramo da Indústria em que trabalha)





II. Situação Económica

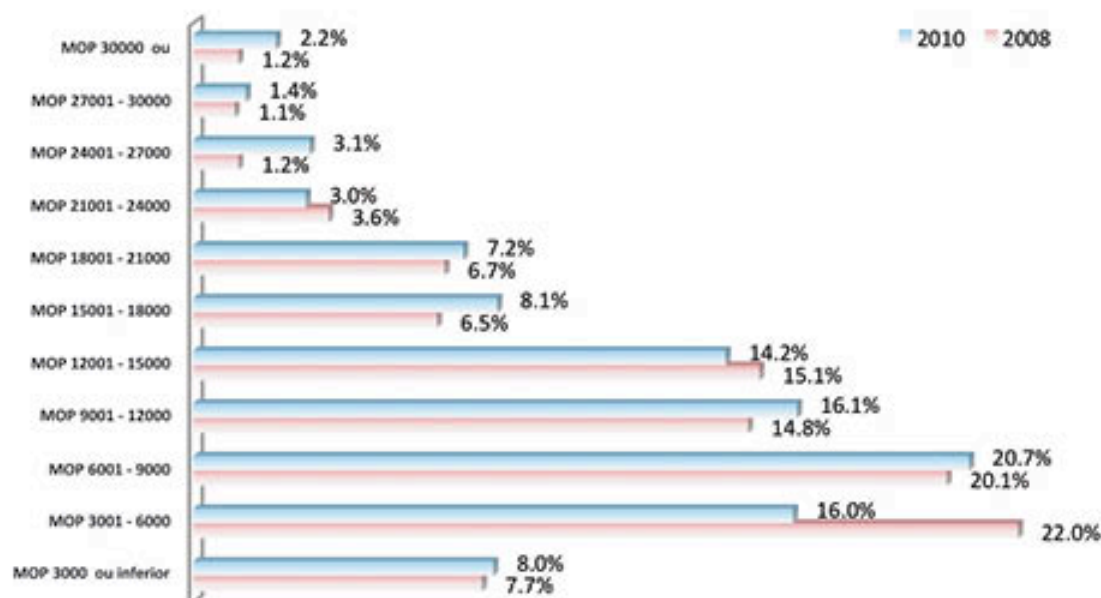
Rendimentos pessoais médios mensais

Os resultados do Inquérito mostram (Gráfico 2.1) que basta olhar para o grupo de inquiridas com um rendimento pessoal mensal de MOP6.000 ou superior para perceber que em Macau, em 2010, aumentou a proporção das mulheres nos grupos com rendimentos mais baixos.

Em 2010, a maior parte das inquiridas, 20,7%, auferia rendimentos mensais de MOP6.001-9.000, ao passo que em 2008, 22% integravam o grupo de rendimentos MOP3.001-MOP6.000. A seguir, com 16,1%, vem o grupo de rendimentos MOP9.001-12.000, com 16% no grupo MOP3.001-6.000 e apenas 14,2% no grupo MOP12.001-15.000.

Em comparação com os resultados do Inquérito de 2008, diminuiu claramente, de 22% para 16%, a percentagem de inquiridas no grupo de rendimentos MOP3.001-6.000, tendo aumentado ligeiramente a percentagem das que ganham mais de MOP6.000 mensais. Seja como for, a proporção de inquiridas dos três grupos abaixo das MOP9.000, (mediana do rendimento mensal da população empregada no 4º trimestre de 2010, segundo os resultados do Inquérito ao Emprego, realizado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos), representavam 44,7%, o que indica uma ligeira queda, comparados com os 49,8% de há dois anos atrás. Em conclusão, as mulheres de Macau viram aumentar ligeiramente os seus rendimentos médios mensais ao longo dos dois últimos anos, indicando uma tendência clara de subida. No entanto, quase metade das mulheres ainda auferia um rendimento mensal abaixo da mediana do rendimento mensal da população empregada.

Gráfico 2.1 Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses

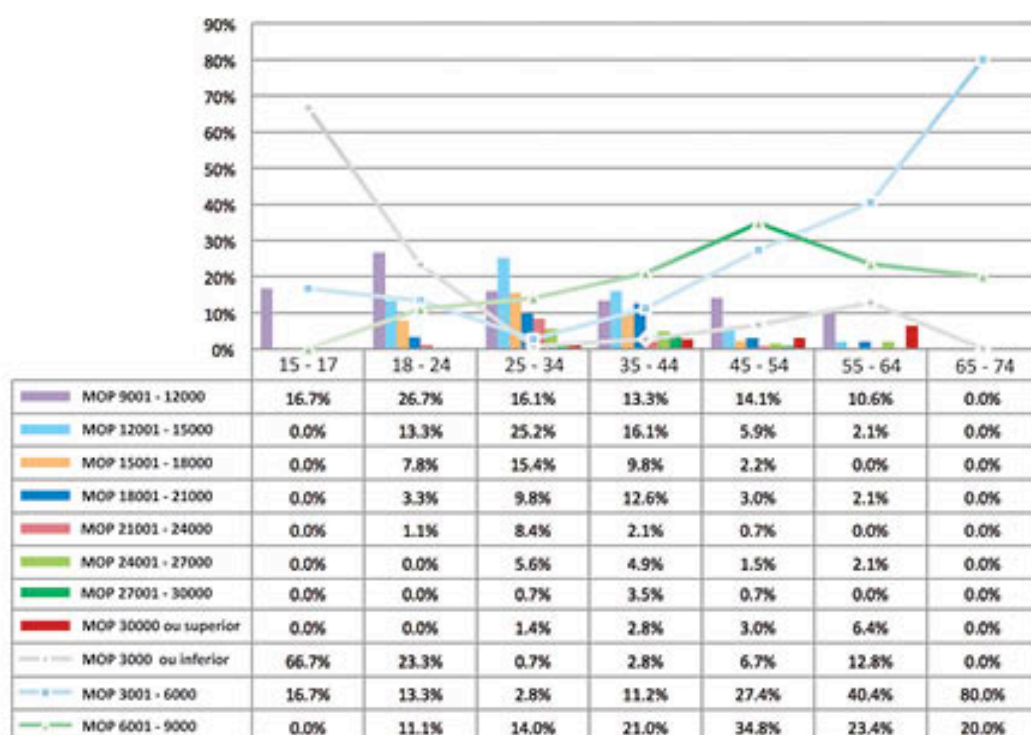




A análise cruzada dos dados relevantes mostra (Gráfico 2.2) existir uma certa correlação entre os rendimentos médios mensais das mulheres e a sua idade. Tomando como indicador de referência o grupo etário 25-34, se atentarmos nas mulheres de idade mais jovem com rendimentos mensais de MOP12.001-15.000, MOP15.001-18.000, MOP21.001-24.000, e MOP24.001-27.000, reparamos que quanto mais jovens elas são menor é a sua proporção e, similarmemente, para os mesmos grupos de rendimento, quanto mais acima da faixa etária dos 25-34, menor é a sua proporção.

No grupo das mulheres do escalão MOP6.001-9.000, que constitui 20,7%, o grupo etário 45-54 representa 34,8%, com a respectiva percentagem a descer, à medida que a idade diminui ou aumenta. Entretanto, no grupo de inquiridas do escalão que auferem MOP30.000 ou mais, o grupo etário dos 55-64 representa a percentagem mais alta, de 6,4%, notando-se também aqui a ausência percentual das mais jovens.

Gráfico 2.2 Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses (por idade)



As mulheres de Macau viram aumentar ligeiramente os seus rendimentos médios mensais ao longo dos dois últimos anos, indicando uma tendência clara de subida.

A análise cruzada dos dados relevantes mostra (Gráfico 2.3) existir uma certa correlação entre o rendimento médio mensal das inquiridas e o seu nível de escolaridade, isto é, quanto mais elevado este for, mais elevados serão os seus rendimentos mensais.

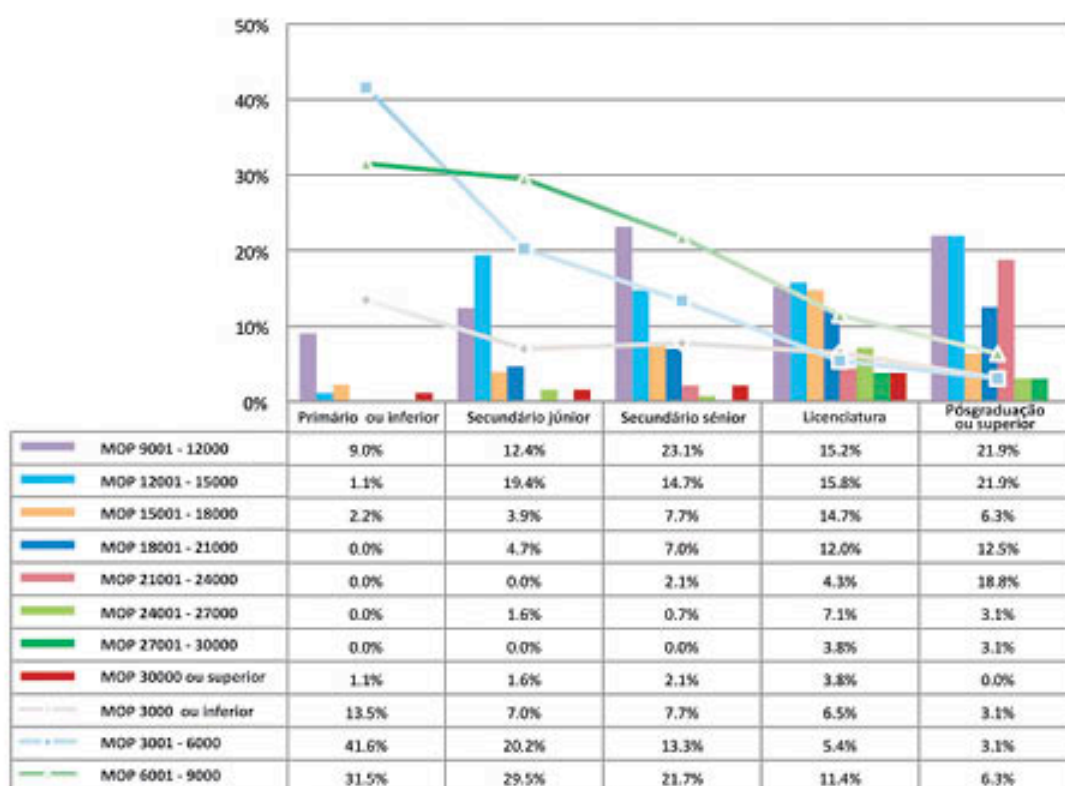
A maior parte das inquiridas com o nível de escolaridade primário ou inferior insere-se no escalão MOP9.000 ou menos, onde representam 86,6%. E nos três escalões mais baixos (MOP3.000 ou menos, MOP3.001-6.000 e MOP6.001-9.000), a percentagem diminui com o elevar do nível de escolaridade.



As inquiridas com o nível de escolaridade secundário júnior representam a maior parte, com 29,5%, do escalão MOP6.001-9.000. e as de nível secundário sénior 23,1% do escalão MOP9.001-12.000.

As inquiridas com o nível universitário encabeçam, com 15,8%, o escalão MOP12.001-15.000, ao passo que as que possuem o nível de pós-graduação ou superior representam 21,9% de ambos os escalões MOP9.001-12.000 e MOP12.001-15.000, com as do escalão MOP21.001-24.000 a representar apenas 18,8%.

Grafico 2.3 Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses (por nível de escolaridade)



A análise cruzada dos dados relevantes mostra (Gráfico 2.4) que os sectores da manufactura (78,6%), serviços de fornecimento de água, electricidade e gás (100%), construção (71,3%) e serviços de limpeza e empregadas domésticas (97,4%) são aqueles que registam os rendimentos mais baixos. Mais de 70% das inquiridas que trabalham nestes sectores auferem um salário mensal inferior a MOP9.000.

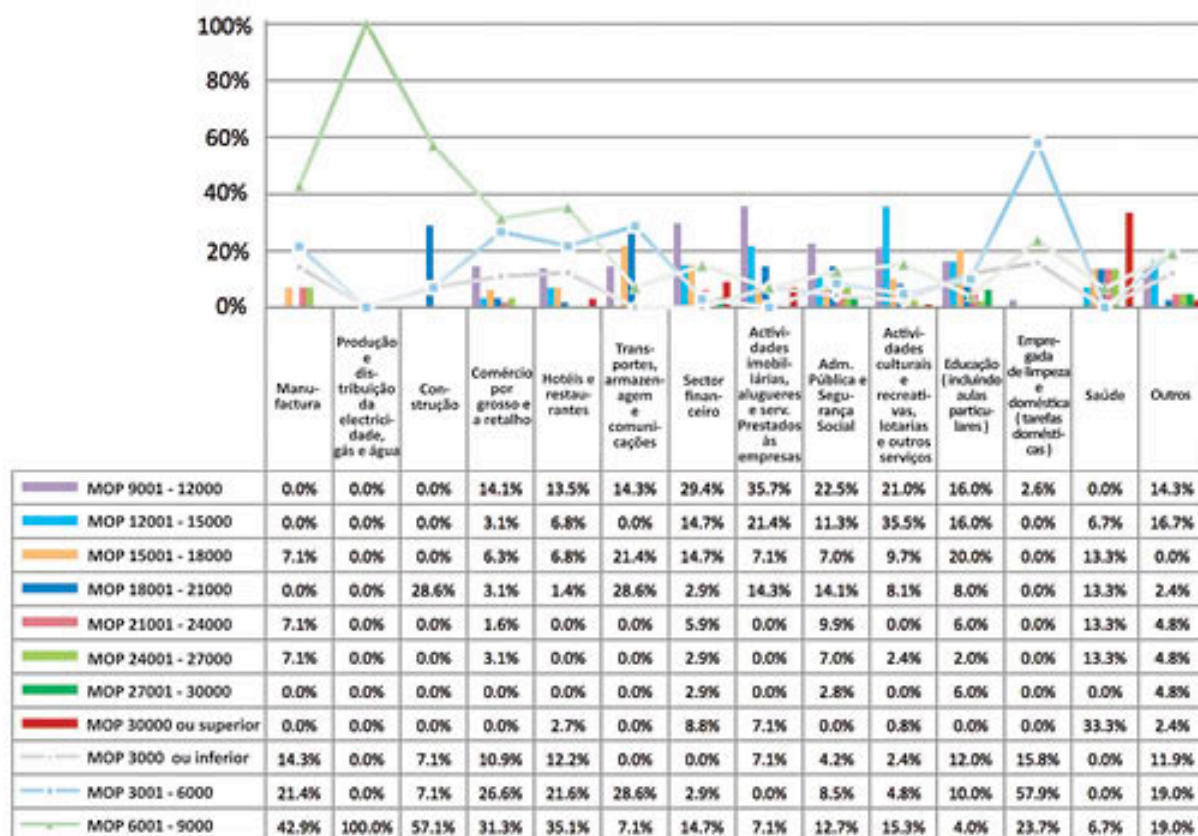
No sector de serviços financeiros (44,1%), imobiliário e negócios (57,1%) e jogo, entretenimento e outros (56,5%), a maioria das inquiridas auferem salários mensais entre os escalões MOP9.001-12.000 e MOP12.001-15.000.





De entre os sectores em que as mulheres auferem mais de MOP15.000 destacam-se os da saúde (86,5%), transportes, armazenagem e comunicações (50%) e administração pública e serviços de assistência social (40,8%).

Grafico 2.4 Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses



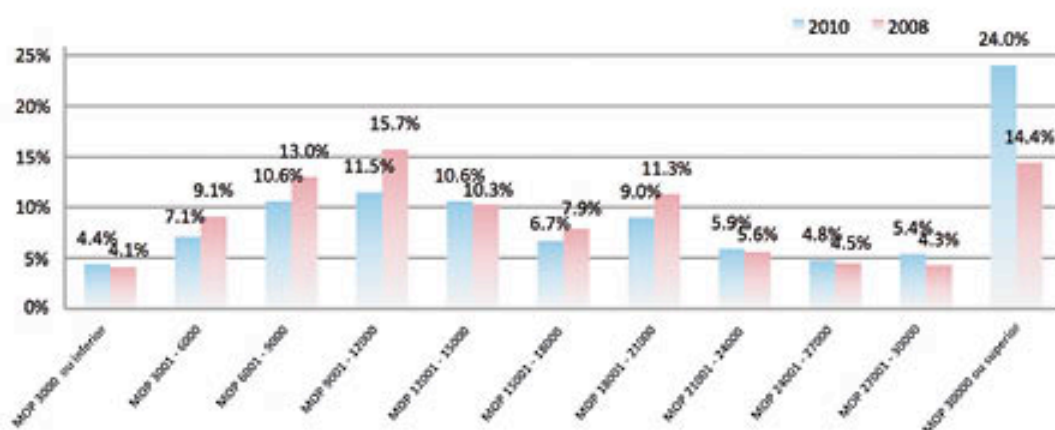
Rendimentos mensais médios do lar

Os resultados do Inquérito revelam (Gráfico 2.5) que as inquiridas cujos agregados familiares auferiram em média mais de MOP30.000 (considerado o rendimento familiar mais elevado) no ano passado (2009) representam a maioria, com 24%, ou seja, um aumento de 9,6 pontos percentuais em comparação com 2008, seguindo-se os agregados com rendimentos no escalão MOP9.001-12.000, que representaram 11,5%. Os agregados com rendimentos superiores a MOP21.000 representam 40,1%, um aumento de 11,3 pontos percentuais em relação aos 28,8% de 2008 e, significativamente, mais de 30% (20% em 2008) do que a proporção de mulheres (9,7%) em idêntico escalão remuneratório. Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares 2007/2008 realizado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), registou-se um total de 65,8% de inquiridas com um rendimento pessoal mensal médio inferior à mediana mensal de rendimento dos agregados (MOP25.250).

Em conclusão, à medida que aumentaram os rendimentos médios mensais das mulheres ao longo dos dois últimos anos, também aumentou a mediana dos rendimentos dos agregados familiares. No entanto, o aumento dos rendimentos das mulheres não acompanhou o dos agregados familiares, o que parece indicar que esse aumento terá sido inferior ao verificado entre os homens.



Gráfico 2.5 Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses



À medida que aumentaram os rendimentos médios mensais das mulheres ao longo dos dois últimos anos, aumentou também a mediana dos rendimentos dos agregados familiares.

Despesas domésticas

Tal como em 2008, o Inquérito por Questionário de 2010 concebeu uma pergunta com várias possibilidades de resposta sobre quem era o responsável pelas despesas domésticas, tentando identificar quais os membros familiares principalmente responsáveis por este encargo, já que normalmente estas despesas são partilhadas no seio familiar.

Os resultados do Inquérito mostram (Gráfico 2.6) que mais de metade das inquiridas respondeu serem elas próprias (51%), em colaboração com o cônjuge (39,7%), os pais (39,6%) ou os filhos (7%). Os resultados são similares aos de 2008, respectivamente de (53,1%), (37,7%), (38%) e (8,6%).

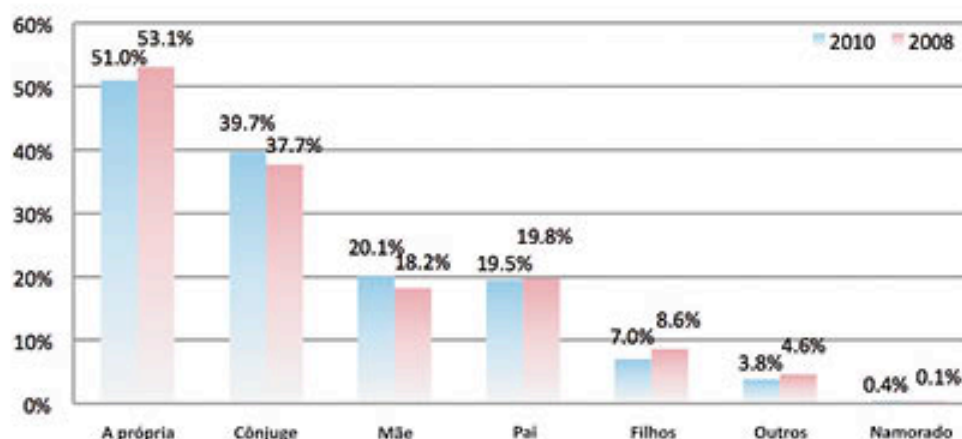
De notar que, a exemplo dos resultados do Inquérito de 2008, nos de 2010 a soma das percentagens das mulheres principalmente responsáveis pelas despesas do agregado (51%) com a das suas mães (20,1%) representa 71,1%, o que é ainda 11,9 pontos percentuais acima (13,8% in 2008) de 59,2% em que disseram ser o cônjuge (39,7%) ou o pai (19,5%) a assumir os encargos familiares. Este dado parece indicar a forte possibilidade de continuarem a ser as mulheres o principal sustentáculo da economia familiar de Macau.

Como estes resultados mostram, nos últimos dois anos, e apesar do incremento registado nos seus rendimentos e no dos agregados familiares, as mulheres continuam a arcar com o grosso das despesas domésticas.





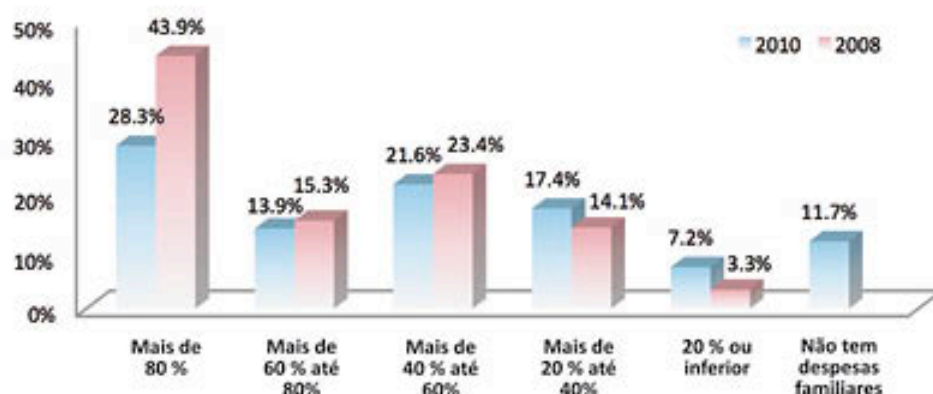
Gráfico 2.6 Na sua família, quem é o responsável pelas despesas familiares



Os Resultados do Inquérito mostram (Gráfico 2.7) que **28,3% das inquiridas afirmou gastar 80% ou mais dos seus rendimentos com a família, o que constitui uma queda de 15,6 pontos percentuais em relação aos 43,9% registados em 2008.** E, respectivamente, 21,6% e 13,9% das inquiridas disse gastar mais de 40% a 60%, e mais de 60% a 80% dos seus rendimentos em despesas com o agregado familiar. Ou seja, um total de **63,8% gasta 40% ou mais do seu próprio dinheiro com a família, o que ainda assim constitui uma diminuição de 18,8 pontos percentuais em relação aos 82,6% registados em 2008.** De referir que 11,7% das inquiridas não gasta qualquer parte dos seus proventos com a família.

Os dados indicam que há ainda um número considerável de mulheres em Macau que arca com uma pesada carga financeira familiar, embora ela se tenha aligeirado significativamente nos últimos dois anos.

Gráfico 2.7 Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares



Há ainda um número considerável de mulheres em Macau que arca com uma pesada carga financeira familiar, embora ela se tenha aligeirado nos últimos dois anos.

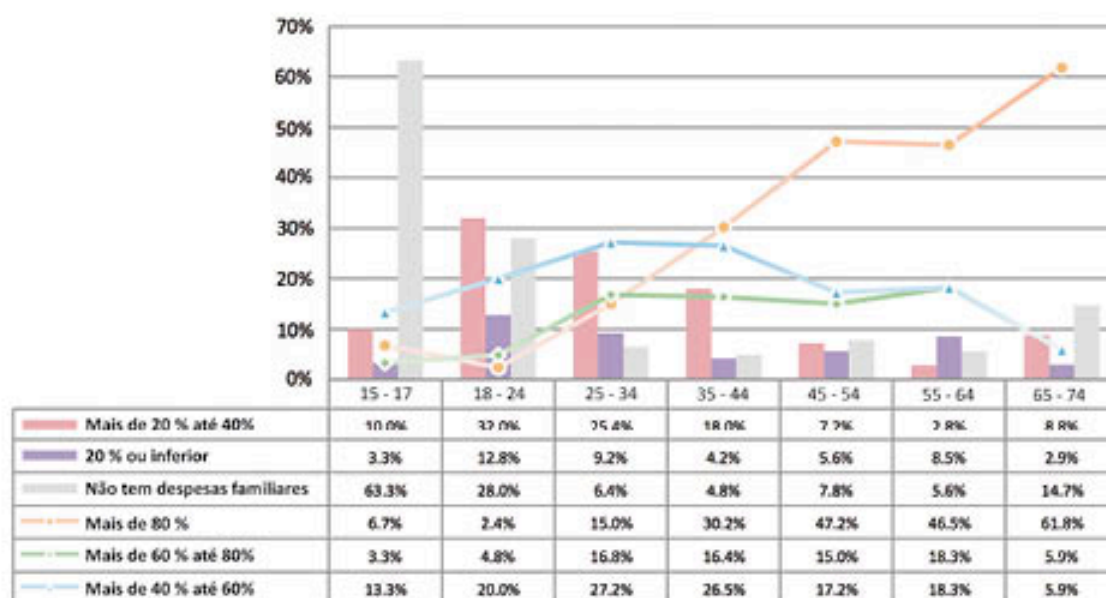


Despesas com o agregado familiar, em função da idade

A análise cruzada dos dados relevantes mostra (Gráfico 2.8) que no caso das mulheres que gastam 40% ou mais dos seus rendimentos com despesas familiares, com a notável exceção do grupo etário 65-74, quanto mais idosas elas são, maior é a proporção dos rendimentos que gastam com a família. Segundo os vários grupos etários, a proporção é de, respectivamente, 23,3% para o (15-17), 27,2% para o (18-24), 59% para o (25-34), 73,1% para o (35-44), 79,4% para o (45-54) e 83,1% para o (55-64). Entretanto, em relação às inquiridas que disseram gastar 80% ou mais dos seus rendimentos com despesas familiares, se atentarmos ao grupo dos (18-24), quanto mais idosas elas são, maior é a proporção do rendimento pessoal que gastam com a família, sendo as percentagens em cada grupo etário, respectivamente, de 2,4% para o (18-24), 15% para o (25-34), 30,2% para o (35-44), 47,2% para o (45-54), 46,5% para o (55-64), e 61,8% para o (65-74).

Segundo os Resultados do Inquérito no que toca aos rendimentos pessoais, no caso das mulheres que auferem menos de MOP9.000, quanto mais idosas elas são, mais baixos são os seus proventos. Estes dados levam a concluir que, quanto mais idosas são as mulheres maior é a proporção dos seus rendimentos gasta com despesas do agregado familiar, e por outro lado, quanto mais idosas são, menos dinheiro tendem a ganhar. Por isso, com o avançar da idade, a carga financeira familiar pode tornar-se brutal.

Gráfico 2.8 Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares (por idade)



Despesas com o agregado familiar, em função do nível de escolaridade

A análise cruzada dos dados relevantes mostra (Gráfico 2.9) haver uma correlação entre a proporção dos rendimentos pessoais gastos em despesas com o agregado familiar e o nível de escolaridade das inquiridas, ou seja, **quanto mais baixo é este, maior é a proporção do rendimento gasto neste tipo de despesas.**

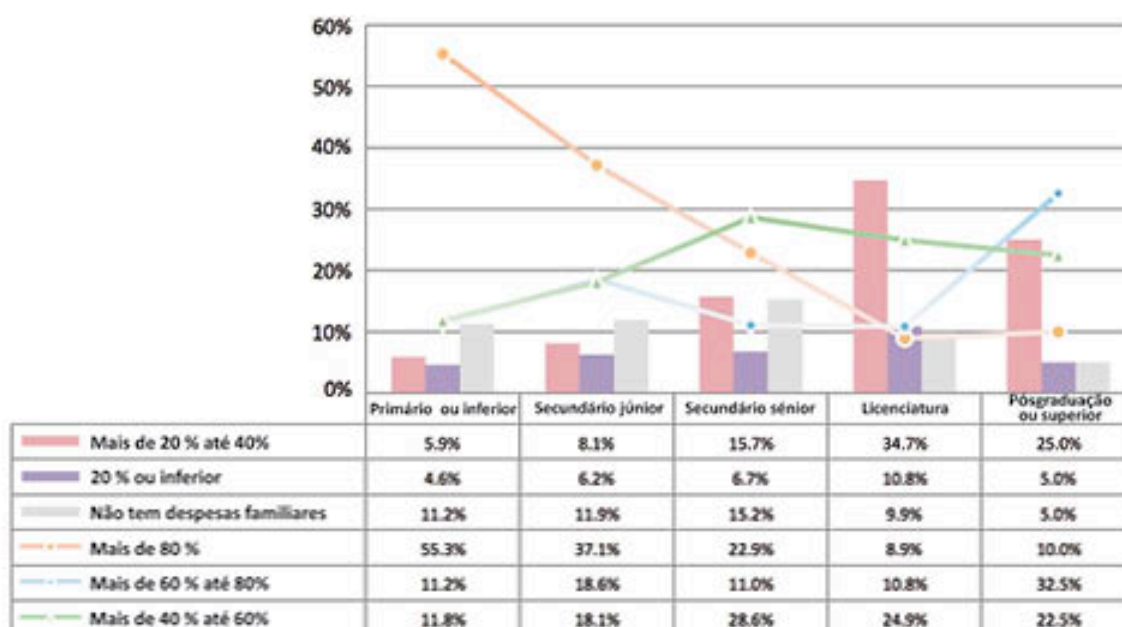




De notar que, entre as inquiridas com o nível de pós-graduação ou superior, se registaram alterações significativas nos grupos que gastaram entre 60% e 80% e mais de 80% em despesas com o agregado familiar, que aumentaram, respectivamente, 32,5% e 10% em relação a 2008. Em contrapartida, a proporção das que disseram gastar 20% ou menos baixou de 33,3% em 2008 para 5% em 2010, o que significa que a carga financeira familiar se tornou mais pesada para as mulheres deste nível de escolaridade nos últimos dois anos.

Na medida em que a base das inquiridas com o nível de pós-graduação ou superior é bastante reduzida neste Inquérito, se excluirmos este grupo e considerarmos todo os outros que disseram gastar 40% ou mais dos seus rendimentos pessoais em despesas de agregado familiar, constatamos claramente que **quanto mais elevado for o nível de habilitações da mulher, menor será a proporção dos seus rendimentos gastos neste campo**, sendo as respectivas proporções de 78,3% para as de nível primário ou inferior, 73,8% para as de nível secundário júnior, 62,5% para as do secundário sénior e 44,6% para as de nível universitário.

Gráfico 2.9 Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares (por nível de escolaridade)



Despesas com o agregado familiar, em função do rendimento pessoal

A análise cruzada dos dados relevantes mostra (Gráfico 3.0) existir uma correlação entre a proporção do rendimento que as mulheres gastam em **despesas com o agregado familiar e o seu respectivo rendimento pessoal**, ou seja, **quanto mais baixo for o seu rendimento, maior é a percentagem das que arcam com as despesas familiares**.

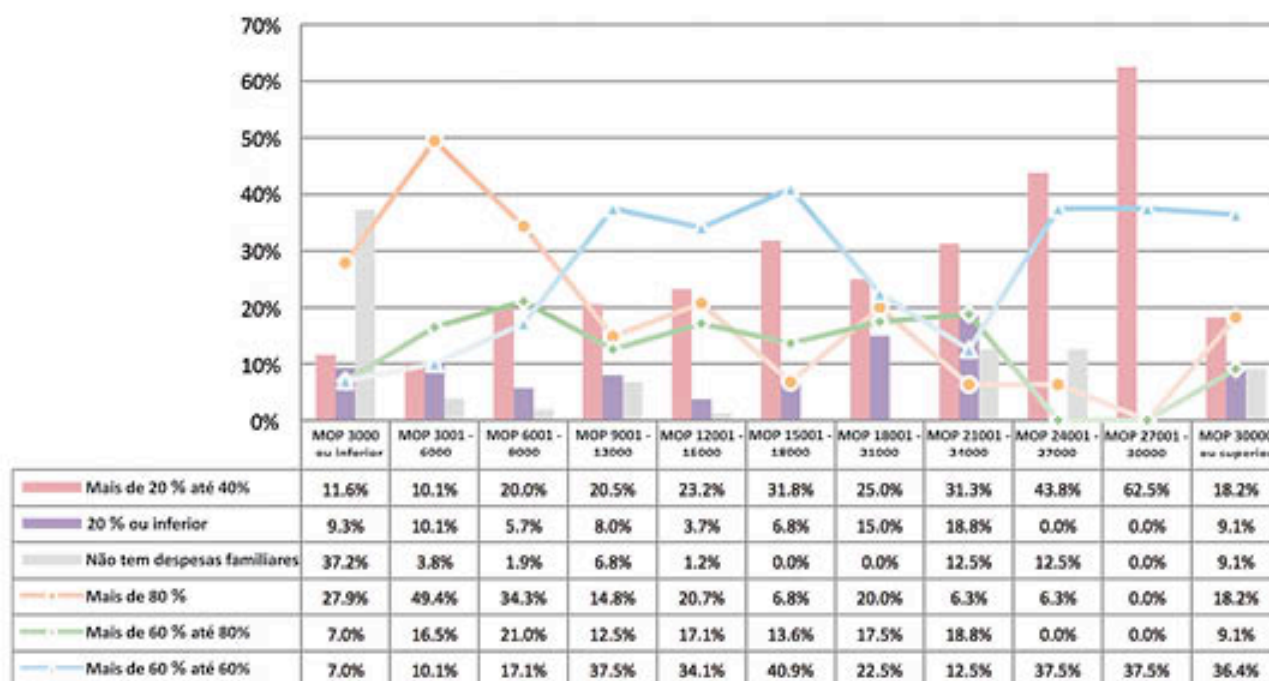
Tal como mostra o Gráfico 2.10, no caso das mulheres que gastam 80% ou mais dos seus rendimentos pessoais com despesas do agregado familiar, 27,9% delas (69,2% em 2008) auferem um rendimento mensal de MOP3.000 ou menos, 49,4% (70% em 2008) auferem MOP3.001-6.000; 34,3% MOP6.001-9.000 (55,6% em 2008). A proporção de mulheres com estes baixos proventos mas que gastam 80% ou mais dos seus rendimentos em despesas do agregado familiar é



superior à das mulheres em outros grupos de rendimentos mais elevados, mas aparentemente mais baixa do que os resultados apurados em 2008. Não obstante, continua a comprovar-se, que **quanto menos proventos auferem as mulheres, mais elas tendem a gastar 80% ou mais dos mesmos com despesas do agregado familiar.**

No grupo de rendimentos mais elevados, que auferem mais de MOP30.000), 18,2% gasta 80% ou mais e 9,1% gasta entre 60% e 80% dos seus rendimentos em despesas do agregado familiar, o que não deixa de ser significativo, pois essas mesmas percentagens eram ambas de 0% em 2008, o que indica que nos dois últimos anos as mulheres de rendimentos mais elevados passaram a arcar mais com as despesas familiares.

Gráfico 2.10 Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares (por rendimento pessoal, mensal)



Rendimento disponível para gastar

Para tentar compreender melhor a qualidade de vida da mulher em Macau, o Inquérito também investigou qual o montante disponível para gastos pessoais, depois de deduzidas as despesas familiares. Os resultados do Inquérito mostram que o rendimento médio mensal disponível para gastos das mulheres de Macau é de MOP3.779,60 (MOP3.000 em 2008), e a mediana é de MOP2.000 (MOP2.500 em 2008)

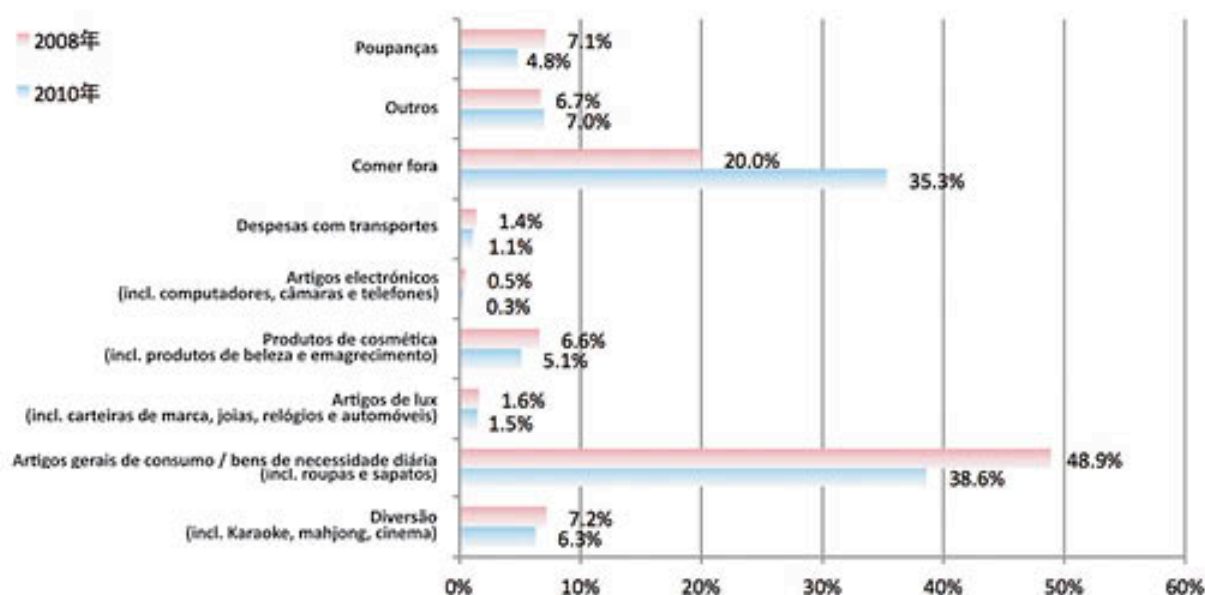
Gráfico 2.11 Comparação dos rendimentos disponíveis para gastar





De forma similar aos resultados do Inquérito de 2008, as inquiridas em 2010 disseram ter gasto 73,9% do seu dinheiro disponível para gastos em artigos de consumo genérico e/ou necessidades diárias (38,6%) e para jantar fora (35,3%), o que constitui uma queda de 10,3 pontos percentuais no primeiro caso e uma subida de 15,3% no segundo, em comparação com 2008. Os outros tipos de gastos permaneceram similares. Isto indica que, **ao longo dos dois últimos anos, as mulheres passaram a gastar menos em artigos de necessidade diária e mais a jantar fora, o que pode ser explicado em parte pela subida dos preços da restauração no mesmo período.** Constatou-se também que as mulheres gastaram apenas 6,3% do seu rendimento disponível para gastos em entretenimento, uma ligeira queda, em comparação com os 7,2% registados em 2008. Entretanto, a proporção deste rendimento que foi utilizado em poupanças baixou de 7,1% em 2008 para 4,8% em 2010. (Gráfico 2.12).

Gráfico 2.12 Em que gasta o rendimento mensal disponível principalmente





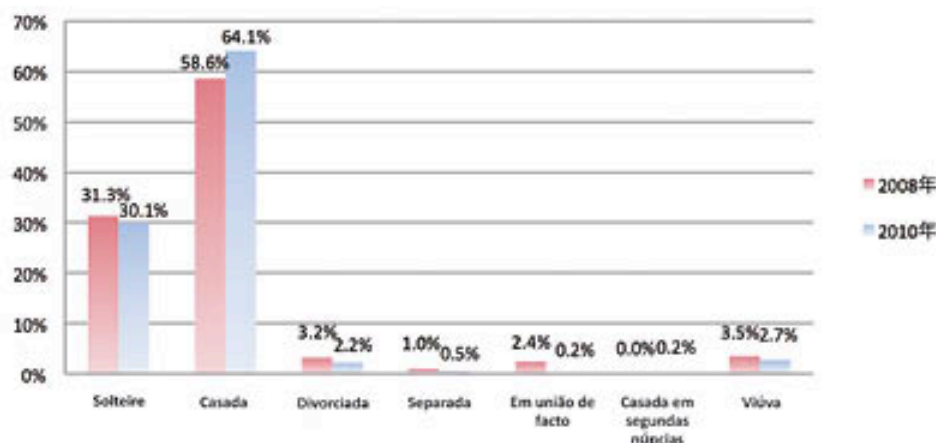
III. Situação familiar

Estado civil e situação dos filhos

Entre as mulheres inquiridas, 64% são casadas e 30% são solteiras/não casadas (Gráfico 3.1). A percentagem de mulheres com outro estado civil é inferior a 3%, com as viúvas (2,7%), as divorciadas (2,2%), as separadas (0,5%), em regime de coabitação (0,2%) e em segundas núpcias (0,2%) respectivamente. Obviamente, a percentagem de mulheres casadas aumentou em 5,5 pontos percentuais, em relação a 2008. Pelo contrário, há uma ligeira diminuição da percentagem de mulheres divorciadas, que diminuiu 1 ponto percentual.

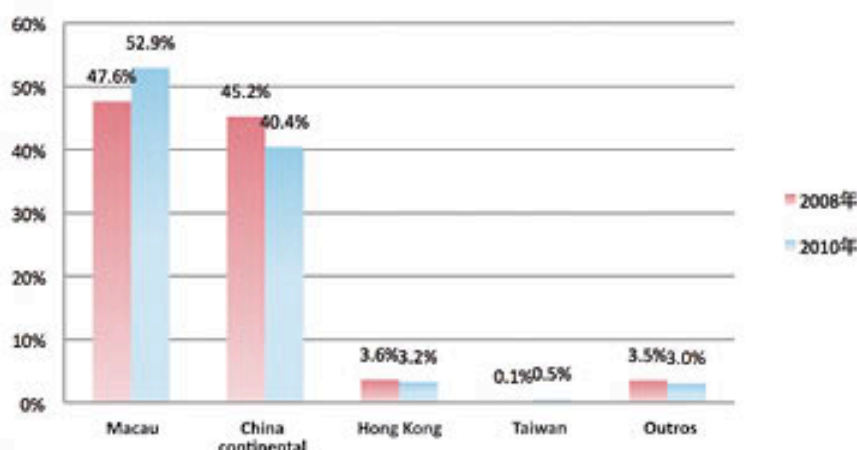
Entre as mulheres casadas, mais da metade dos seus cônjuges são de Macau, representando 52,9%, com um aumento de 5,3 pontos percentuais em relação a 2008 (47,6%), seguido por 40,4% cujos cônjuges são da China continental, com uma diminuição de 4,8 pontos percentuais em relação a 2008 (45,2%). 3,2% dos seus cônjuges são de Hong Kong, com uma ligeira vantagem sobre aquelas cujos maridos são de Taiwan (0,5%), enquanto que 3% dos cônjuges das mulheres vêm de outras zonas ou países (Gráfico 3.2), e os homens chineses são a maioria dos cônjuges das mulheres de Macau.

Gráfico 3.1 Estado civil



Nota: a opção "casada em segundas núpcias" não constava do inquérito de 2008.

Gráfico 3.2 Naturalidade do cônjuge

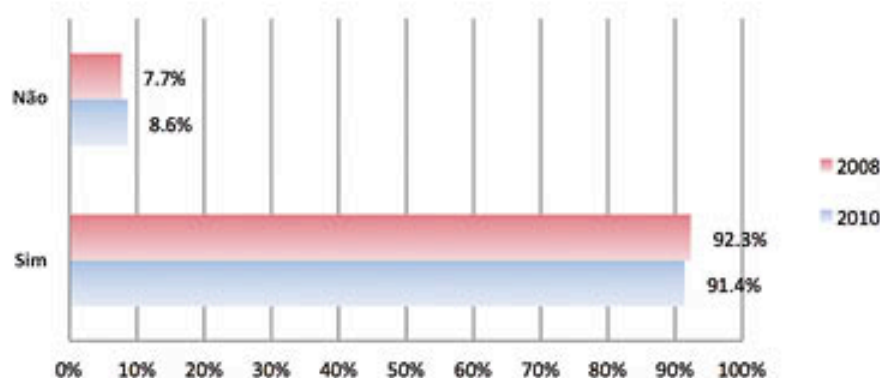


A percentagem de mulheres casadas aumentou em relação a 2008, mas a percentagem de mulheres divorciadas diminuiu. A percentagem de mulheres casadas com homens da China continental diminuiu em 5 pontos percentuais em relação a 2008. Entre as mulheres casadas, a percentagem de mulheres com filhos tem uma ligeira queda em relação a 2008.



Entre as inquiridas casadas, a maioria declara ter filhos (Gráfico 3.3), representando 91,4% das inquiridas, e têm dois filhos, em média. Entretanto, as mulheres casadas sem filhos representam 8,6%. Em relação a 2008, a percentagem de mulheres com filhos tem um ligeiro decréscimo de 1 ponto percentual, e a percentagem de mulheres sem filhos tem um ligeiro aumento de 1 ponto percentual, também.

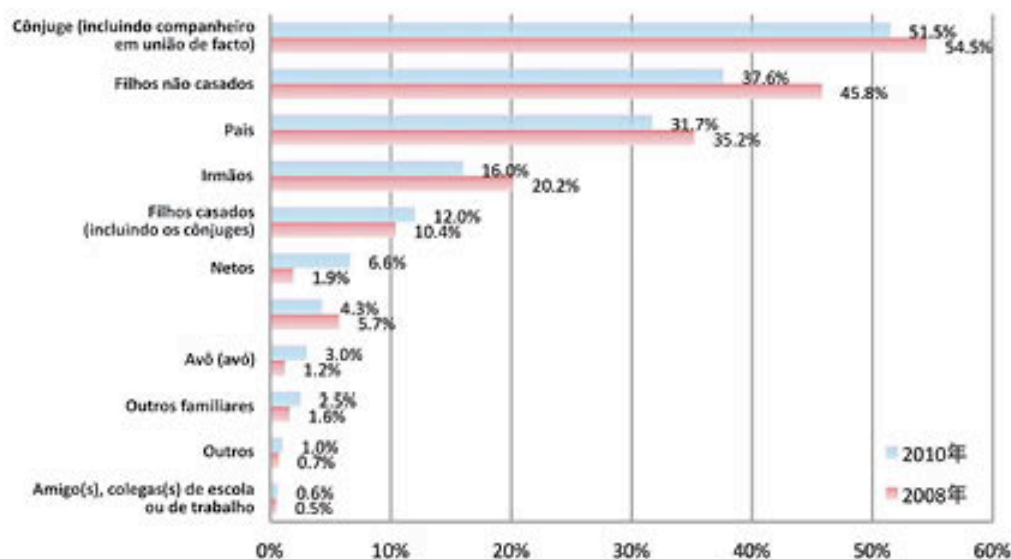
Gráfico 3.3 Ter filhos ou não



Situação de união de facto

Como mostra o Gráfico 3.4, os resultados do Estudo de 2010 partilham a mesma tendência de 2008: mais de metade (51,1%) das mulheres inquiridas vive com os cônjuges, seguidas de 37,6% que vivem com os filhos solteiros, 31,7% que vivem com os pais e 16% que vivem com os irmãos. 12% das inquiridas vivem com os filhos casados, com um aumento de 2 pontos percentuais em relação a 2008. E das inquiridas 4,3% vivem sozinhas, com uma redução de 1,4 pontos percentuais em relação a 2008 (5,7%). Entretanto poucas vivem com os netos, avós ou outros familiares, mas há um evidente aumento da percentagem de mulheres que vivem com os netos em relação a 2008 (1,9%), com um aumento de 4,7 pontos percentuais.

Gráfico 3.4 Com quem vivem as mulheres actualmente



A percentagem de mulheres que vive com os netos e outros familiares registou um aumento significativo em relação a 2008. Entretanto, a percentagem de mulheres que vive sozinha sofreu um ligeiro decréscimo.

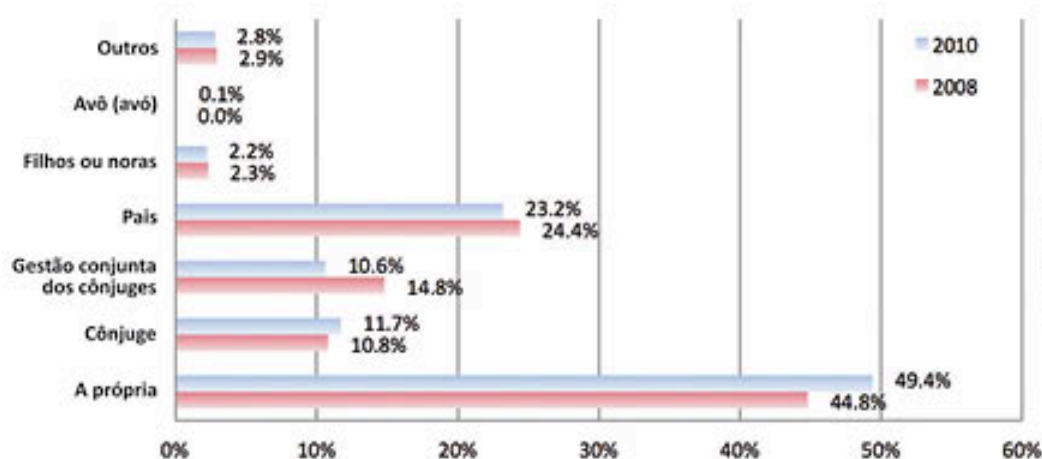


Gestão Financeira Familiar

Entre as inquiridas, cerca de metade (49,4%) tem a seu cargo a gestão financeira familiar, com um aumento significativo de 4,6 pontos percentuais em relação a 2008 (44,8%). A gestão financeira a cargo dos pais e cônjuges representa 23,2% e 11,7%, respectivamente. 10,6% das inquiridas declara que as finanças são gerida por elas e pelos cônjuges, em conjunto, com uma descida de 4,2 pontos percentuais, em comparação com 2008 (14,8%). Há ainda poucas (2,2%) que declaram que as suas finanças estão a cargo dos filhos ou noras (Gráfico 3.5). **De forma similar aos resultados do inquérito de 2008, uma grande percentagem de mulheres em Macau detém o poder da gestão financeira familiar, directa ou indirectamente, mas é de notar, que, ao mesmo tempo que mulheres tomam a seu cargo a gestão financeira familiar, com um aumento de 4,6 pontos percentuais, a percentagem de casais que tomam, juntos, a seu cargo, as finanças diminuiu 4,2 pontos percentuais, o que significa que a participação feminina na gestão financeira aumentou nos últimos dois anos.**

Ao aplicar a análise cruzada de dados, verificou-se que existe uma correlação entre a gestão financeira familiar das mulheres e a idade. Mostra, basicamente, **que quanto mais idosas as mulheres são, maior é a percentagem delas a assumir o controlo das finanças.** As mulheres idosas (65-74 anos) são mais propensas a pedirem aos filhos ou noras para cuidarem da gestão. Em termos etários (Gráfico 3.6), **as mulheres com idades entre os 35-44, 45-54 e 55-64 anos são as que mais tomam, na sua maioria, a seu cargo as finanças da família e as percentagens de gestão financeira são, respectivamente, de 60,6%, 66,5% e 64,7%.** Mais de 40% das mulheres com idades entre os 25-34 anos e os 65-74 anos são também as que têm a função de gerir as finanças familiares.

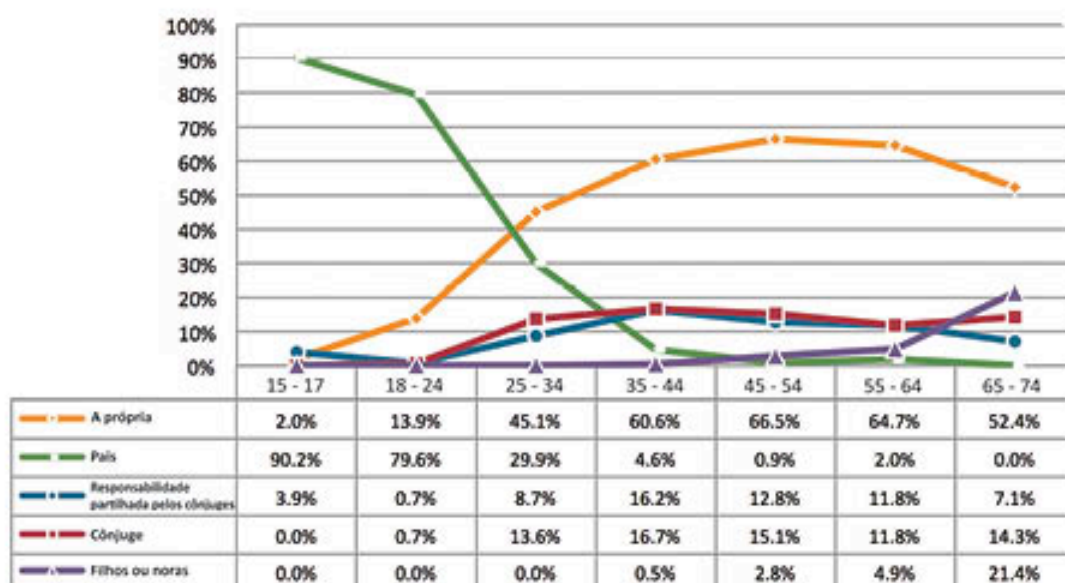
Gráfico 3.5 Quem cuida das despesas familiares



Bastantes mais mulheres tomam a seu cargo a gestão das finanças familiares, em comparação com 2008. Pelo contrário, bastantes menos casais assumem essa função.



Gráfico 3.6 Quem cuida das despesas familiares (por idade)



De acordo com outra análise cruzada de dados, também existe uma correlação entre a gestão financeira familiar e o estado civil. 60,2% das mulheres casadas tem a seu cargo a gestão financeira familiar; os cônjuges fazem a referida gestão em relação a 18,1% das mulheres e 15,6% das finanças familiares estão a cargo de ambos os membros do casal (Gráfico 3.8). 72,5% das mulheres solteiras entrega a gestão das finanças aos pais e apenas 20,7% das solteiras assumem, elas próprias, o controlo das suas finanças. (Gráfico 3.9)

Gráfico 3.7 Quem cuida das despesas familiares (por estado civil)

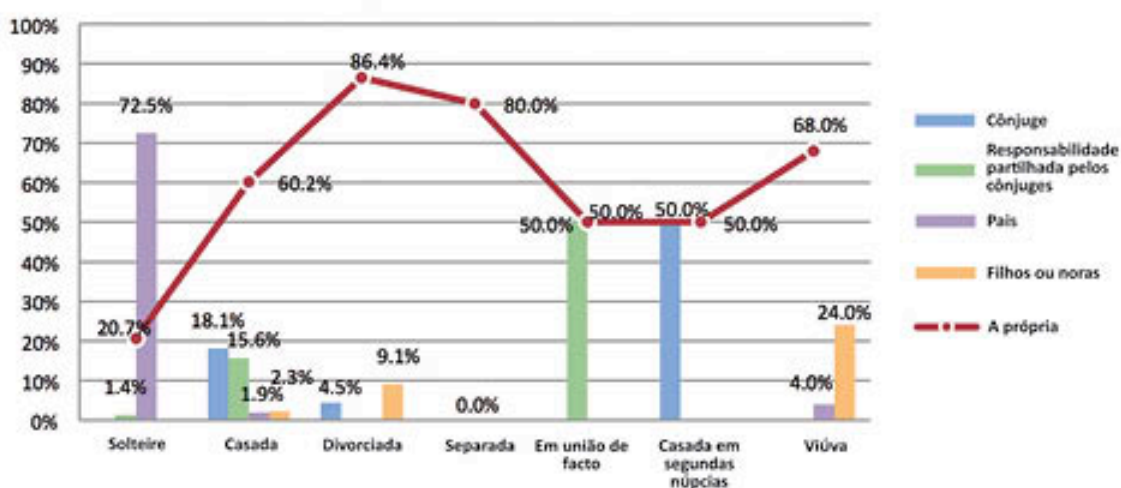




Grafico 3.8 Quem cuida das despesas familiares (casadas)

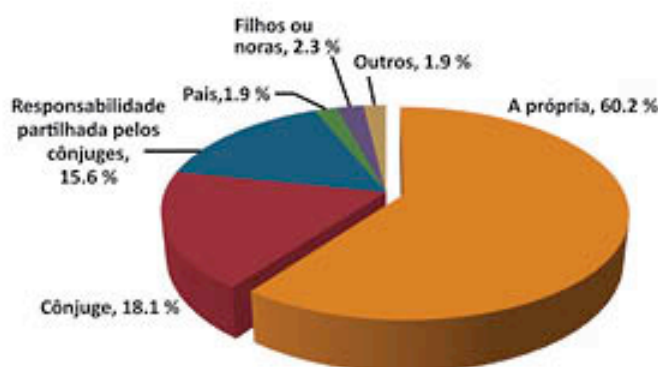
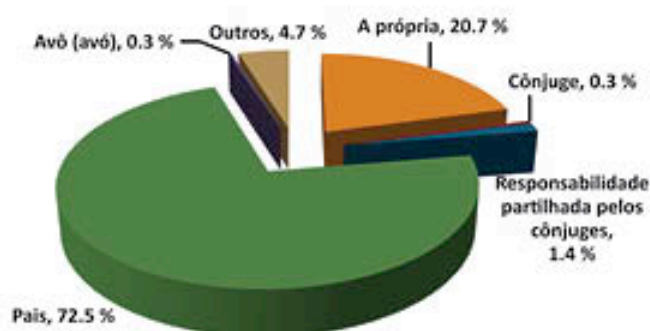


Gráfico 3.9 Quem cuida das despesas familiares (solteiras)



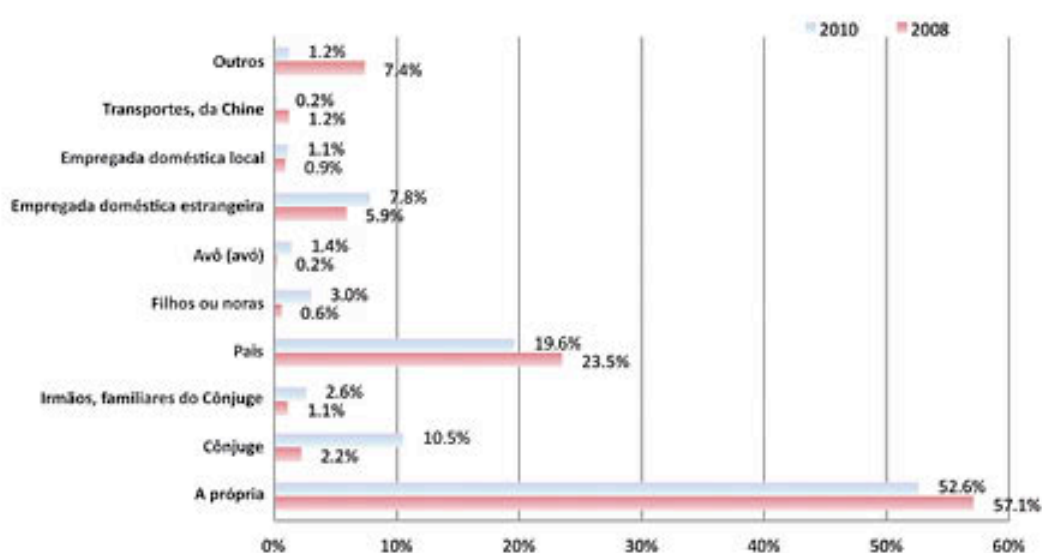
Atribuição de trabalhos domésticos

Entre as inquiridas, mais de metade (52,6%) é responsável pelas tarefas domésticas (Gráfico 3.10) e há 19,6% de mulheres cujos pais são responsáveis pelas tarefas domésticas. Comparada com 2008, a percentagem de mulheres cujos maridos são responsáveis pelas tarefas domésticas, aumentou 8,3 pontos percentuais, de 2,2% para 10,5% em 2010, reflectindo que os cônjuges tendem a partilhar mais as tarefas domésticas. Além disso, para 7,8% das inquiridas as tarefas domésticas são executadas, principalmente, por empregadas domésticas estrangeiras, com um ligeiro aumento em relação a 2008.

De acordo com a análise cruzada de dados (Gráfico 3.11), em termos de idade, as mulheres com idades entre os (35-44), (45-54), (55-64) e (65-74) anos são, elas próprias, responsáveis pelas suas tarefas domésticas e as percentagens das que executam as tarefas domésticas "sozinhas" são, respectivamente, de 77,4%, 88,6%, 89,6% e 78,9%.

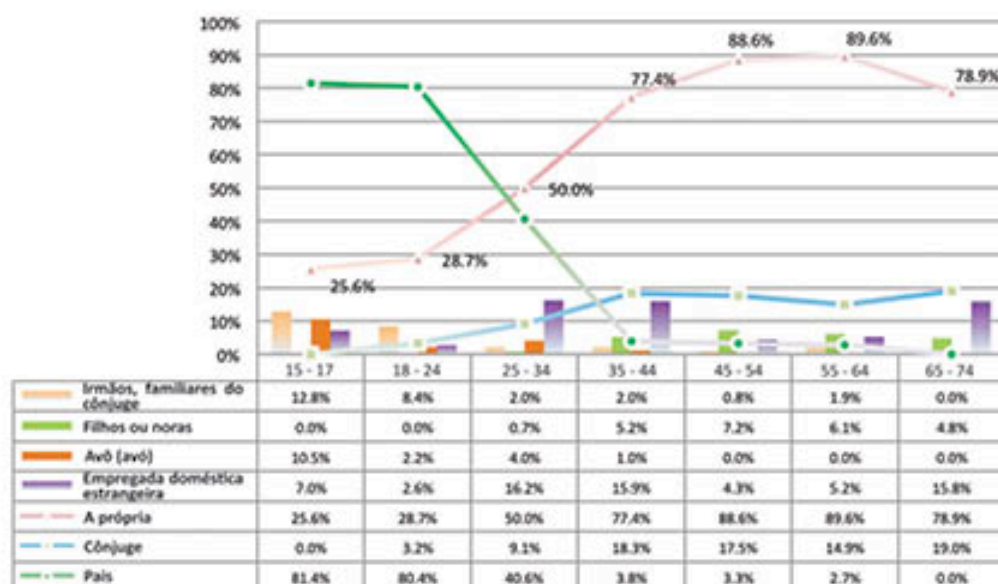


Gráfica 3.10 Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas



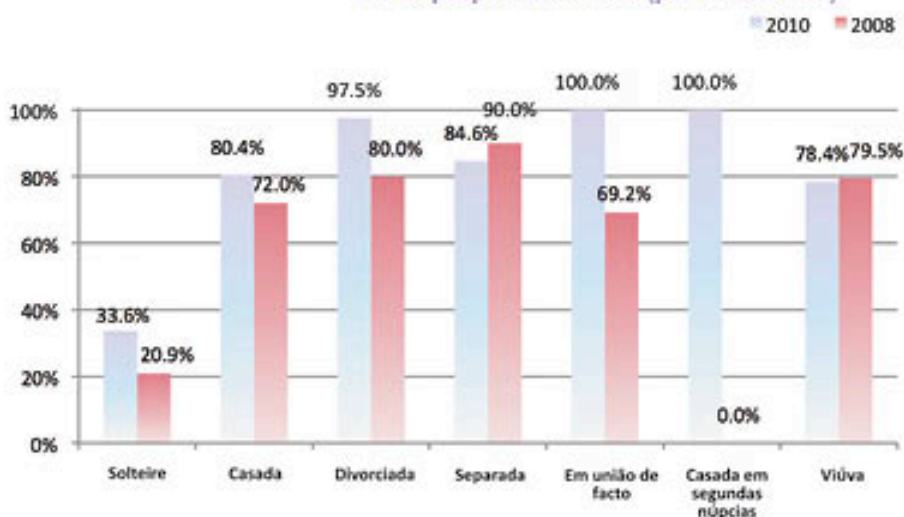
A percentagem de mulheres cujo cônjuge toma a seu cargo as tarefas domésticas aumentou quase 10 pontos percentuais em relação a 2008. A percentagem das mulheres cujos filhos, noras, irmãos e avós tomam a seu cargo as tarefas domésticas, registou também aumentos significativos.

Gráfico 3.11 Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas (por idade)



Embora se tenha registado mais cônjuges a partilhar as tarefas domésticas, as mulheres ainda são as que, na maior parte dos casos, tomam a seu cargo as lides do lar. (Gráfico 3.12). Excepto as mulheres solteiras, que assumem menos as tarefas domésticas (33,6%), as mulheres com outros estados civis são todas responsáveis pela maioria das tarefas domésticas, com um aumento evidente em relação a 2008. Entre as mulheres casadas, 80,4% são responsáveis pelas tarefas domésticas, com um aumento de 8,4 pontos percentuais, em relação a 2008 (72%). A percentagem de mulheres divorciadas que toma a seu cargo as tarefas domésticas é ainda mais notória, registando um aumento de 17,5 pontos percentuais em relação a 2008.

Gráfico 3.12 Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas são as próprias mulheres (por estado civil)

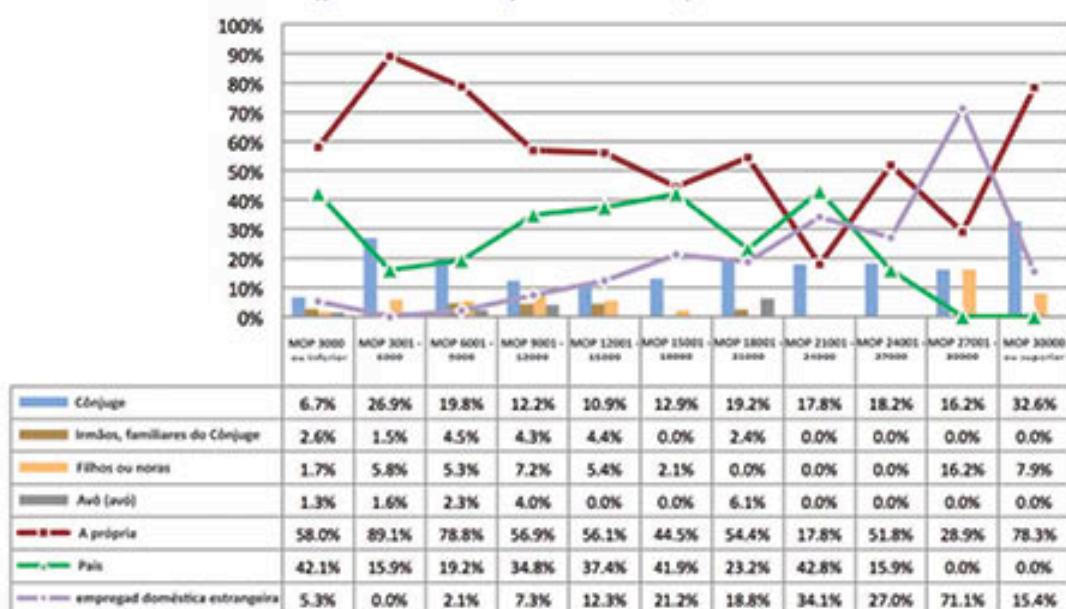


A percentagem de mulheres com diferentes estados civis responsáveis pelas tarefas domésticas aumentou em relação a 2008. A percentagem de mulheres casadas e divorciadas responsáveis pelas tarefas domésticas regista uma tendência para aumentar e de forma significativa.

Nota : a opção "casada em segundas núpcias" não constava do inquérito de 2008.

No que respeita ao rendimento pessoal mensal da mulher, constata-se que as mulheres com menores rendimentos realizam mais tarefas domésticas. Além da própria mulher, os pais das mulheres com baixos e médios rendimentos também são responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas. Pelo contrário, nas famílias de mulheres com rendimentos elevados, as tarefas domésticas são realizadas por empregadas domésticas estrangeiras. (Gráfico 3.13)

Gráfico 3.13 Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas (por rendimento pessoal mensal)





Cuidados da família

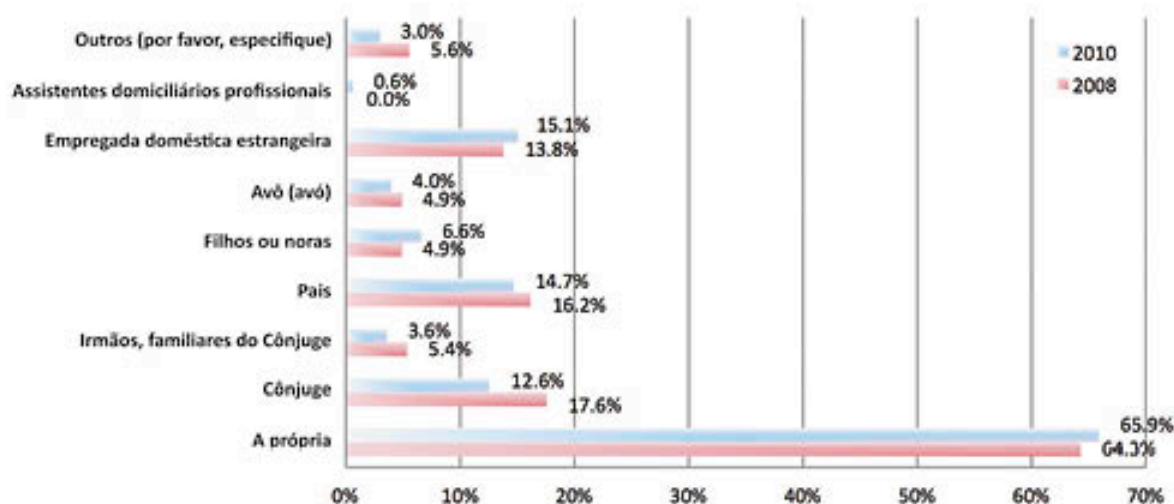
De forma similar à situação verificada em 2008, entre as inquiridas, 31,5% precisam de cuidar de crianças com menos de 12 anos de idade (Gráfico 3.14), 11,6% das inquiridas têm de cuidar de membros da família idosos, com problemas de mobilidade ou doenças crónicas e uma minoria delas também têm membros da família com idades entre os 13-64 anos que sofrem de incapacidades físicas/mentais ou doenças graves.

Como retrospectiva da situação de 2008, quando se pergunta quem é responsável por cuidar dos membros da família velhos, jovens ou doentes, 65,9% das inquiridas declaram que são as únicas pessoas a assumirem tal responsabilidade, 12,6% e 15,1% das inquiridas, respectivamente, afirmam que os seus familiares são tratados pelos seus cônjuges e empregadas domésticas, 6,6% dos membros da família são tratados pelos filhos ou noras e muito poucas (0,6%) concordam com a contratação de um assistente domiciliário profissional (Gráfico 3.15). Basicamente, 97,9% das inquiridas afirmam que cuidam, voluntariamente, dos membros da família com necessidades especiais (Gráfico 3.16).

Gráfico 3. 14 Alguém da família necessita dos seguintes cuidados especiais



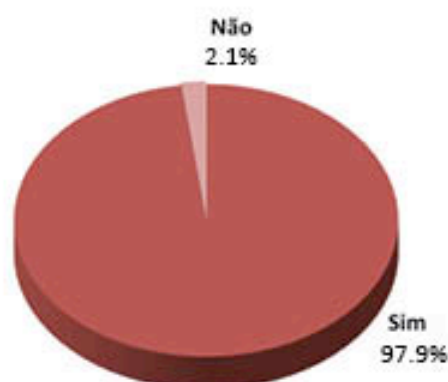
Gráfico 3. 15 Quem é a pessoa responsável por cuidar de membros da família com necessidade de cuidados especiais



- De forma similar à situação de 2008, as mulheres são quem assume a responsabilidade de cuidar de familiares com necessidades especiais, embora a contratação de profissionais de saúde esteja a tornar-se mais popular nos últimos anos.
- A maioria das mulheres assume, voluntariamente, a responsabilidade de cuidar dos membros da família com necessidades especiais.



Gráfico 3.16 Presta cuidados voluntário a esse(s) membro(s) da família com necessidades especiais



Necessidade de serviços de apoio à família

Em termos de procura de serviços de apoio à família, a situação é semelhante a 2008, embora haja um aumento em todos os tipos de serviços. Entre os diferentes tipos de serviços de apoio às famílias (Gráfico 3.17), a maioria das mulheres pensa que a assistência a idosos é o serviço mais premente, representando 34,9%, com um aumento de 4,1 pontos percentuais em comparação com 2008 (30,8%). 22,5% precisa de serviços de cuidados infantis (creches), com um aumento de 5,6 pontos percentuais, em relação a 2008 (16,9%). 17,2% das mulheres afirma que o planeamento familiar é necessário, com um aumento de apenas 1,1 pontos percentuais em relação a 2008 (16,1%).

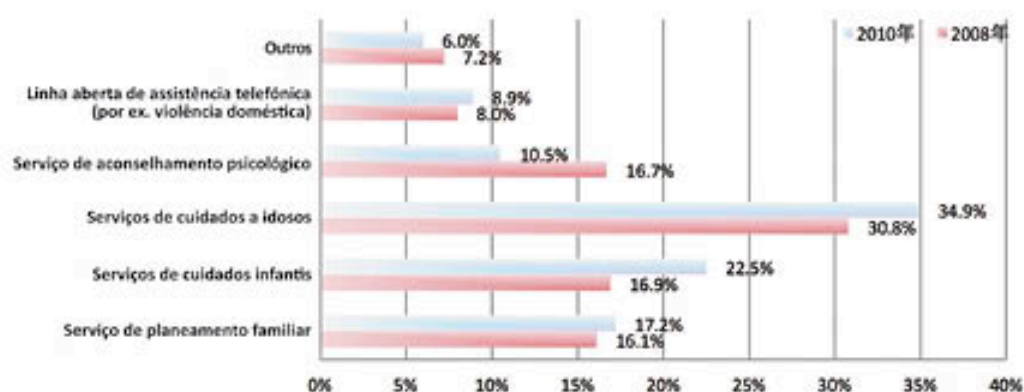
De acordo com a análise cruzada de dados, em termos etários, constata-se **que quanto mais idosas forem as mulheres, mais pensam que precisam do serviço de assistência a idosos (Gráfico 3.18)**. Para as inquiridas dos grupos etários dos 45-54, 55-64 e 65-74 anos, a necessidade de serviços de assistência a idosos representa, respectivamente, as percentagens de 40,2%, 50,6% e 64,3%. Tal revela o problema de os idosos em Macau sentirem que precisam de alguém para cuidar deles, ou porque se sentem incapazes de cuidar do seu velho cônjuge.

Em relação aos serviços de planeamento familiar e de aconselhamento psicológico, constata-se que quanto mais jovens são as mulheres, mais tendem a sentir necessidade destes dois tipos de serviços, o que indica que as jovens se podem confrontar mais com problemas relacionados com o planeamento familiar e a saúde mental. O aumento mais evidente verifica-se no grupo etário dos 15-17 anos, que precisa sobremaneira de serviços de planeamento familiar, representando 36,5%, com um aumento de 5 pontos percentuais em relação a 2008 (31,3%). As mulheres do grupo etário dos 25-34 anos estão em idade reprodutiva, e como tal têm necessidades inerentes de serviços de puericultura, representando 41,1%, com um aumento de 12,4 pontos percentuais, em relação a 2008 (28,7%).



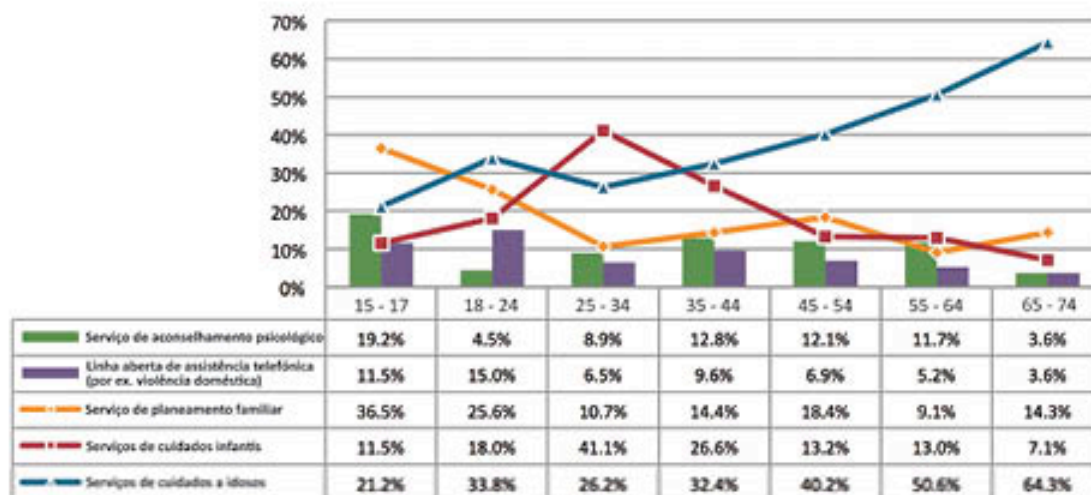


Gráfico 3.17 Tipos de serviços que deveriam ser prestados à família, em Macau



Em relação a 2008, existe um aumento na procura, por parte das mulheres, de diferentes tipos de serviços de apoio familiar. A necessidade de serviços de puericultura registou um aumento significativo. As necessidades de planeamento familiar e serviços permanentes de tele-assistência registam, também, uma tendência de aumento.

Gráfico 3.18 Tipos de serviços que deveriam ser prestados à família, em Macau (por idade)

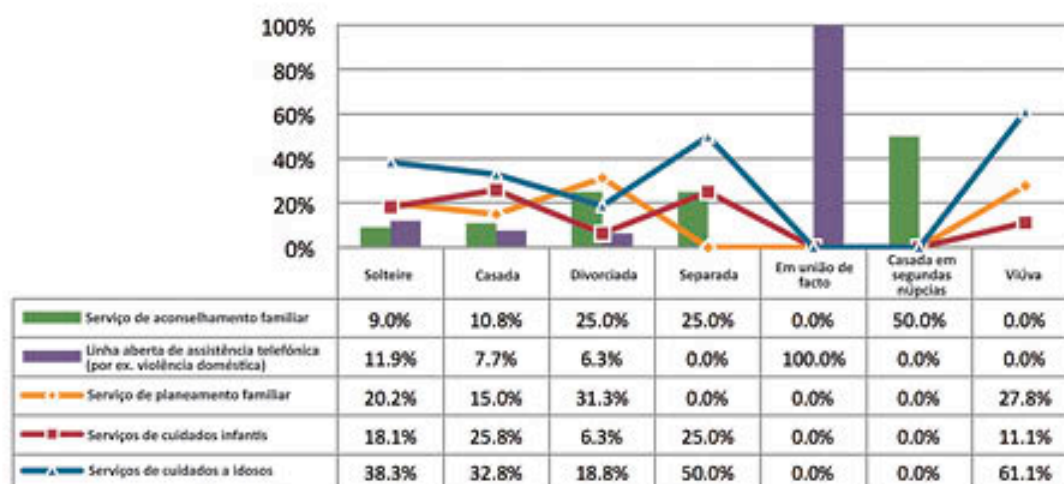


Aplicando a análise cruzada de dados, constata-se que, de forma similar a 2008, as viúvas manifestam uma necessidade muito forte de serviço de assistência a idosos (Gráfico 3.19), representando 61,1%. E 64,3% das mulheres com idades compreendidas entre os 65-74 anos acreditam que necessitam do mesmo serviço também, representando 64,3%. Por outras palavras, há uma população considerável de mulheres envelhecidas e viúvas em Macau que necessita de cuidados. Além disso, 38,3% das mulheres solteiras pensam que a assistência a idosos é também necessária no seio da sua família, com um aumento de 6 pontos percentuais em relação a 2008 (32%), o que significa que as famílias de Macau, em geral, precisam deste serviço.

As mulheres solteiras (20,2%) sentem uma profunda necessidade do serviço de planeamento familiar e 25% das mulheres divorciadas e 50% das mulheres em segundas núpcias necessitam de serviços de aconselhamento psicológico. Por outro lado, as mulheres casadas têm uma maior necessidade de serviços de puericultura, representando 25,8%, ou seja, um aumento de 2,9 pontos percentuais, em relação a 2008 (22,9%).



Gráfico 3.19 Tipos de serviços que deveriam ser prestados à família, em Macau (por estado civil)

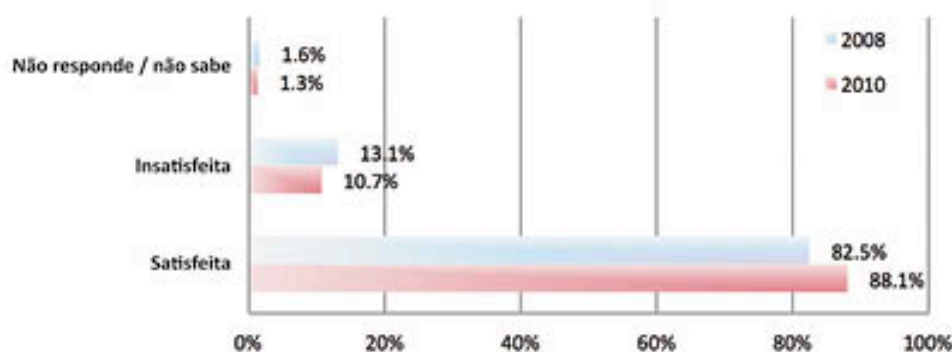


O grau de satisfação das mulheres com a sua actual condição de vida aumentou em relação a 2008.

Satisfação com a vida familiar

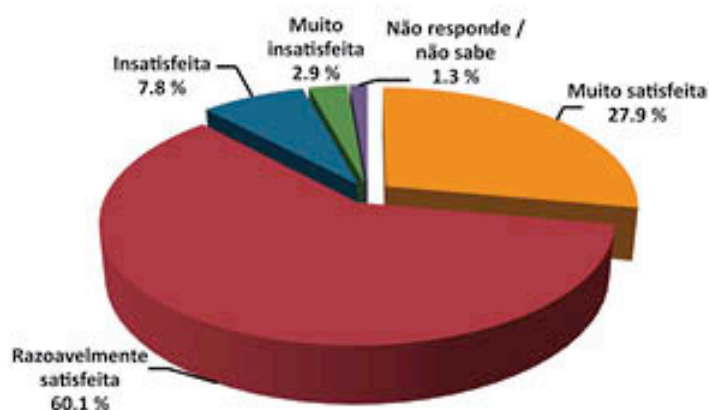
Apesar de terem que arcar com o pesado fardo das tarefas domésticas e de ainda cuidar de familiares, 88,1% das inquiridas afirma sentir-se satisfeita com a sua actual vida familiar, com um aumento de 5,6 pontos percentuais, em relação a 2008 (82,5%) (Gráfico 3.20). Entre as inquiridas, 60% sente-se razoavelmente satisfeita com a sua actual condição de vida, 28% sente-se muito satisfeita e apenas 10% das mulheres não se sente satisfeita com a sua actual vida familiar (Gráfico 3.21).

Gráfico 3.20 Está satisfeita com a actual vida familiar



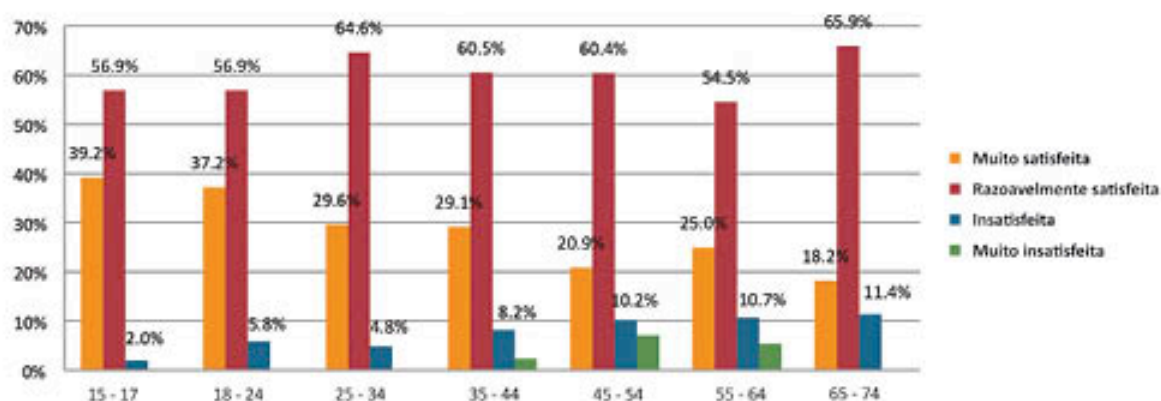


Gráfica 3.21 Está satisfeita com a sua actual vida familiar



De acordo com a análise cruzada de dados, a idade, o estado civil e o rendimento pessoal têm impactos diferentes na satisfação das mulheres com sua actual vida familiar (Gráfico 3.22). Em termos de idade, as mulheres que se sentem "razoavelmente satisfeitas" e "muito satisfeitas" com sua actual vida familiar representam, respectivamente, mais de 50% e de 20%, em todos os grupos etários. **39,2% das mulheres com idades entre os 15-17 anos sentem-se "muito satisfeitas" com sua actual vida familiar, encabeçando a lista. Com o avanço da idade, a percentagem de mulheres que se sente "não satisfeita" com a actual vida familiar tende a aumentar e 11,4% das mulheres com idades entre os 65-74 anos não se sente satisfeita.**

Gráfico 3.22 Satisfação com a actual vida familiar (por idade)



Em termos de estado civil, as mulheres que se sentem "razoavelmente satisfeitas" com sua actual vida familiar representam mais de 50%, independentemente do seu estado civil, embora o grau de satisfação varie muito entre mulheres com diferentes estados civis (Gráfico 3.23). Nenhuma das mulheres divorciadas ou em união de facto se sente "muito satisfeita" com a sua actual vida familiar. É digno de menção que o estado civil das mulheres cria uma diferença óbvia no seu grau de satisfação com a vida familiar. No caso das mulheres que se sentem "não tão satisfeitas" e "muito insatisfeitas", as mulheres em coabitação ou união de facto (50%), em segundas núpcias (50%) e as mulheres divorciadas (27,3%) partilham a maior percentagem no grau de "não tão satisfeitas", semelhante ao registado em 2008, enquanto as mulheres em união de facto, encabeçam a lista das "muito insatisfeitas".

O rendimento mensal pessoal tem uma influência muito evidente na satisfação com a vida familiar. No grau de "muito satisfeitas", independentemente de grupos específicos, **basicamente constata-se que quanto mais elevado é o rendimento mensal das mulheres, maior é a probabilidade de se sentirem "muito satisfeitas"**. A percentagem de mulheres de grupos com rendimento mensal superior a MOP 21.000 é superior a 40%. Pelo contrário, no grau de "não tão satisfeitas", quanto menor for o rendimento mensal da mulher, maior a probabilidade de se sentirem "não tão satisfeitas" (Gráfico 3.24).

Gráfico 3.23 Satisfação com a actual vida familiar (por estado civil)

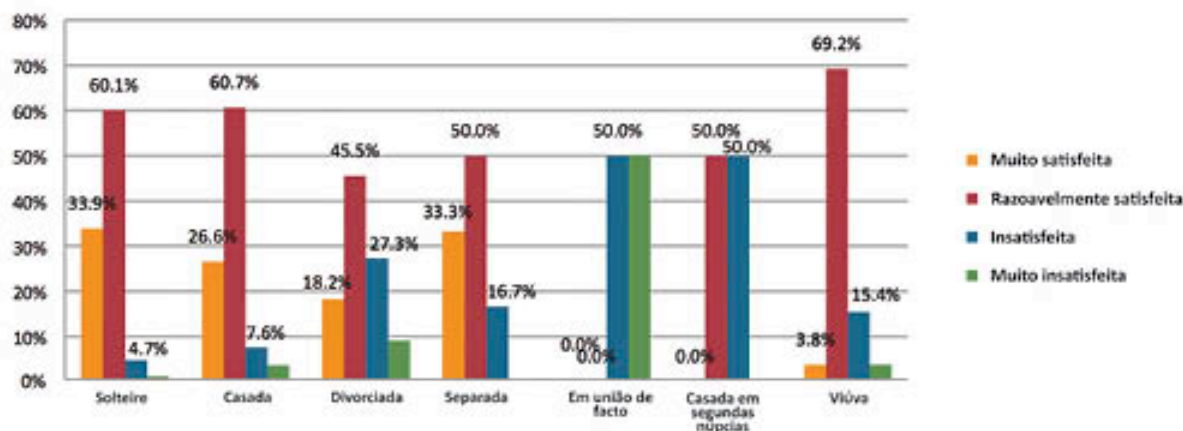
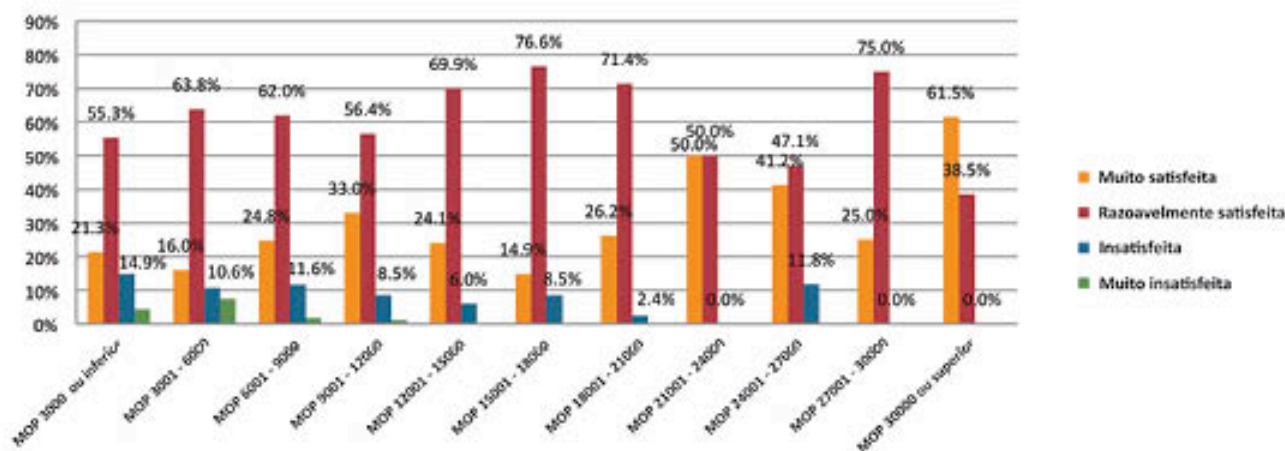


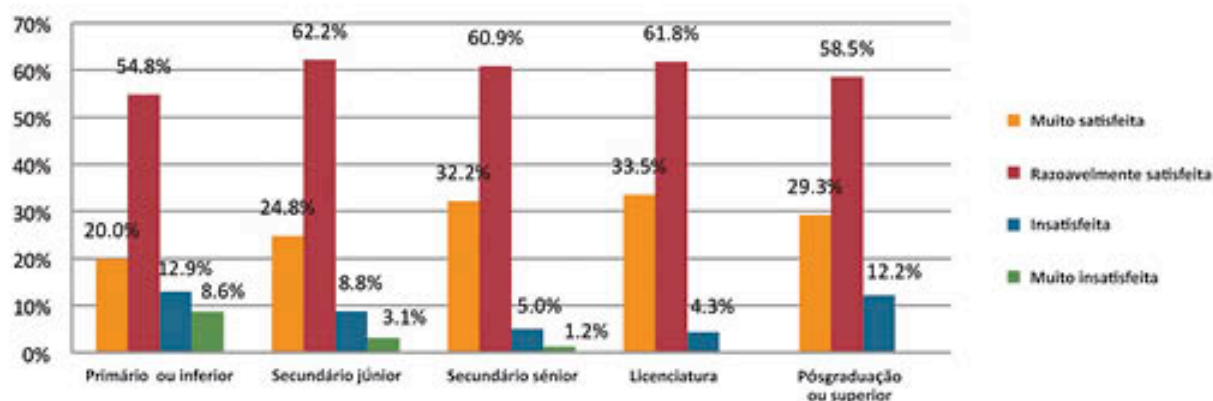
Gráfico 3.24 Satisfação com a actual vida familiar (por rendimento pessoal, mensal)



De acordo com a correlação entre a satisfação com a vida familiar e o nível de escolaridade, **constata-se que quanto mais baixo for o nível de escolaridade das mulheres, mais se sentem "não tão satisfeitas" ou "muito insatisfeitas" com a actual vida familiar**. Entre as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior 8,6% sente-se "muito insatisfeita", encabeçando a lista. (Gráfico 3.25)

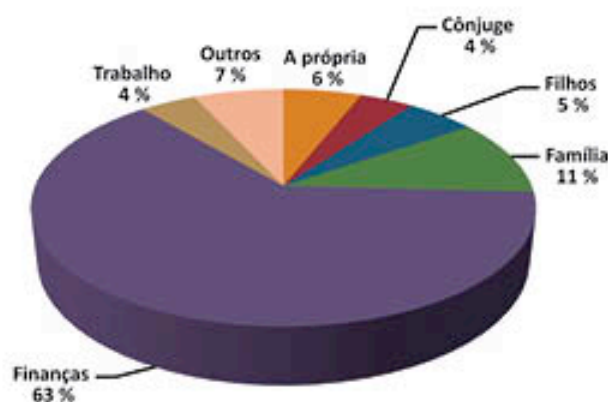


Gráfico 3.25 Satisfação com a actual vida familiar (por nível de escolaridade)



Para uma análise detalhada das razões da insatisfação das mulheres com sua actual vida familiar, a principal tensão é a de natureza financeira, representando 63%, seguida da pressão familiar que representa 6%. O stress provocado pelos filhos e maridos representa, respectivamente, 5% e 4%, e a pressão do trabalho representa 4% (Gráfico 3.26).

Gráfico 3.26 Origem da Pressão



Pressão para ter filhos

Para ter um mais amplo conhecimento sobre o tipo de stress a que as mulheres estão sujeitas, no Estudo de 2010, foi adicionada a questão de as mulheres sofrerem pressões externas para terem filhos. (Gráfico 3.27) Basicamente, o estudo mostra que, ao ter filhos, 19.1% das inquiridas afirmam terem sofrido de stress, as restantes, que são a maior parte (80.9%) dizem não ter sofrido este tipo de stress.



Quando inquiridas sobre a pressão para terem filhos, 40,7% das inquiridas afirmaram que a razão foi financeira, seguidas de 31,8% por razões pessoais (problemas de responsabilidade). Além disso, as pressões de outras pessoas também têm influência, representando 16,7%. (Gráfico 3.28)

Quando se pergunta qual a pessoa que mais lhes provocou pressão para terem filhos, a maioria das mulheres afirma ser o marido/namorado, representando 38,5%, seguido por familiares do marido, representando 21,9%. Entretanto, 14,1% declara que a sua tensão tem a ver com os seus próprios familiares e muito poucas afirmam que o seu stress seja provocado pelos médicos ou outros profissionais de saúde, representando estas apenas 6,9%. (Gráfico 3.29)

Gráfico 3.27 Já se sentiu pressionada na decisão/ponderação de ter filhos



As mulheres não são, em geral, pressionadas para terem filhos. Entre aquelas que dizem sofrer tal pressão, ela advém, principalmente, de razões económicas e dos cônjuges ou namorados.

Gráfico 3.28 Maior pressão para ter filhos

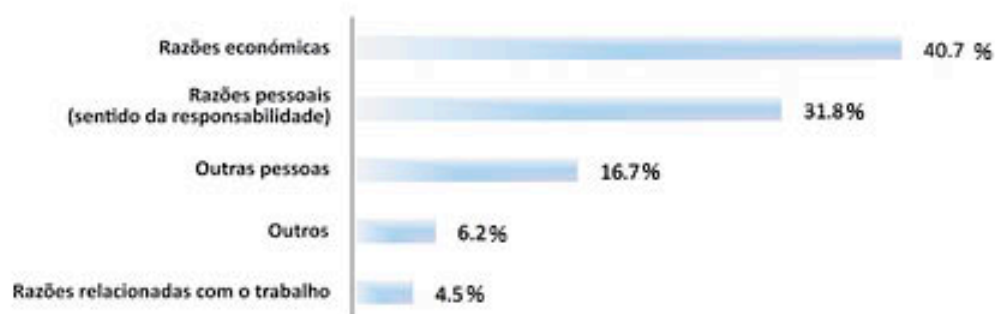
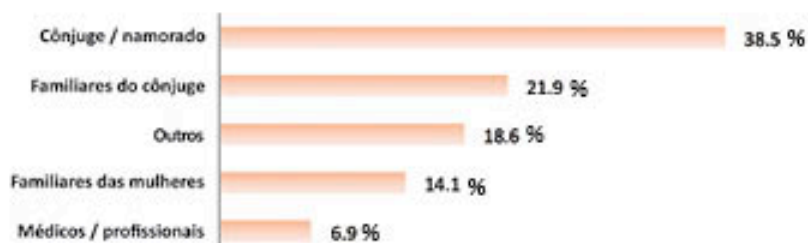


Gráfico 3.29 As pressões de outras pessoas





Violência doméstica

Para entender a questão da violência doméstica em Macau, o Estudo de 2010 levou em conta os problemas do conhecimento de causa e experiência das mulheres sobre a violência doméstica (Gráfico 3.30). Quando interrogadas sobre "O que pensa da violência doméstica?" a maioria das inquiridas pensa que violência doméstica significa (apenas) **maus tratos físicos**, representando **31,2%**, seguido por, respectivamente, **23,7%** e **23,3%** que pensam que significa **abuso sexual e crueldade mental**, enquanto **21,6%** pensam tratar-se de **violência verbal**. A maioria das inquiridas (90,5%) diz nunca ter sido vítima de violência doméstica mas **9,5%** diz que já o foi.

Gráfico 3.30 O que considera ser violência doméstica

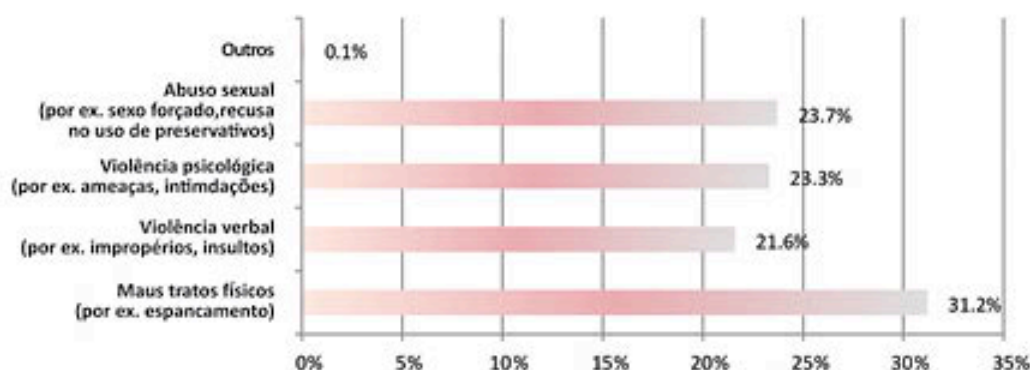
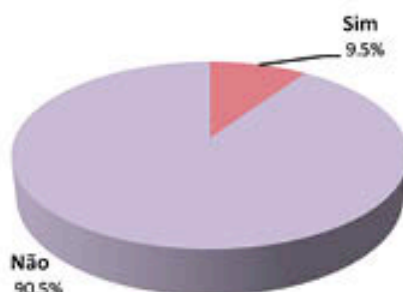


Gráfico 3.31 Já foi vítima de violência doméstica

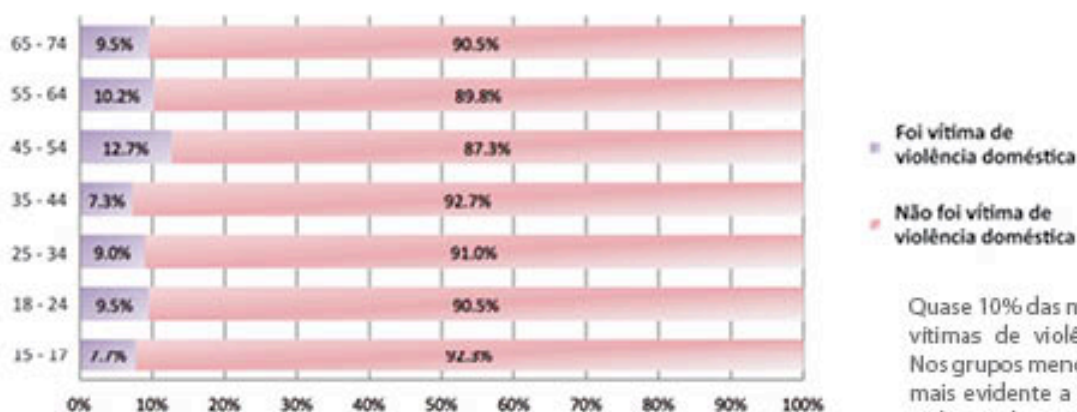


De acordo com a análise cruzada de dados, as mulheres com idades entre os 45-64 anos, cujo estado civil é de divorciada, separada ou viúva, cujo nível de escolaridade é o ensino primário ou inferior ou cujo rendimento mensal é inferior a MOP3.000, afirmaram, na sua maioria, já terem sido vítimas de violência doméstica.

12,7% das mulheres entre os 45-54 anos foram vítimas de violência doméstica, encabeçando a lista (Gráfico 3.32), seguidas de 10,2% das mulheres entre os 55-64 anos. As mulheres com idades entre os 15-17 e os 35-44 anos foram menos propensas a serem vítimas de violência doméstica. 39,1% das mulheres divorciadas já passaram, na sua maioria, pela experiência da violência, seguidas das viúvas (28%) e separadas (20%) (Gráfico 3.33). De acordo com os dados, a percentagem de mulheres de meia-idade e idosas vítimas de violência doméstica é relativamente alta e o facto de 39,1% de divorciadas terem sido vítimas de violência doméstica, leva à conclusão que o divórcio tem uma correlação directa com a violência doméstica (Gráfico 3.33).



Gráfico 3.32 Já foi vítima de violência doméstica (por idade)



Quase 10% das mulheres já foram vítimas de violência doméstica. Nos grupos menos privilegiados é mais evidente a percentagem de violência doméstica.

Gráfico 3.33 Já foi vítima de violência doméstica (por estado civil)



Além disso, também parece haver uma correlação entre o nível de escolaridade das mulheres, o seu rendimento mensal e a violência doméstica. **14,4% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, foram vítimas de violência doméstica, encabeçando a lista, seguidas por 11,2% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior (Gráfico 3.34). Entretanto, 19,8% das mulheres com um rendimento mensal inferior a MOP3.000 já foram vítimas, na sua maioria, seguidas por 13% das mulheres com rendimentos de MOP3.001-6.000 (Gráfico 3.35).**

Gráfico 3.34 Já foi vítima de violência doméstica (por nível de escolaridade)

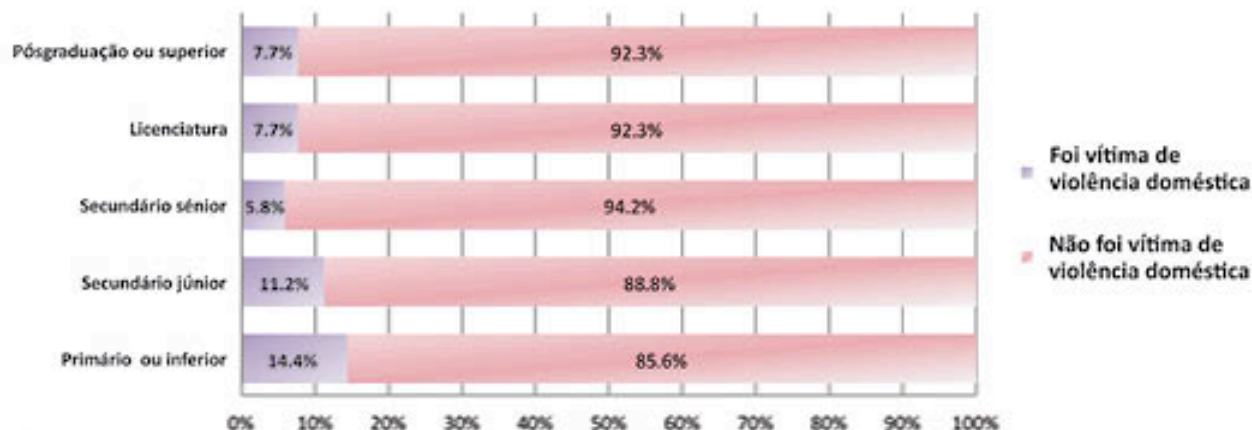
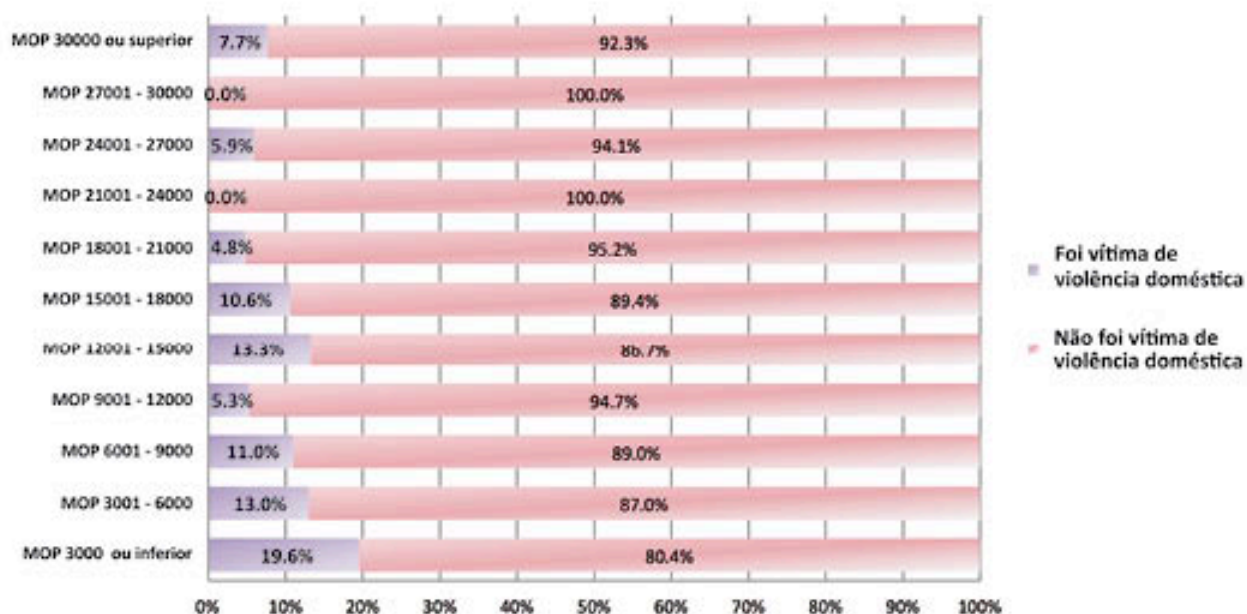




Gráfico 3.35 Já foi vítima de violência doméstica (por rendimento pessoal mensal)

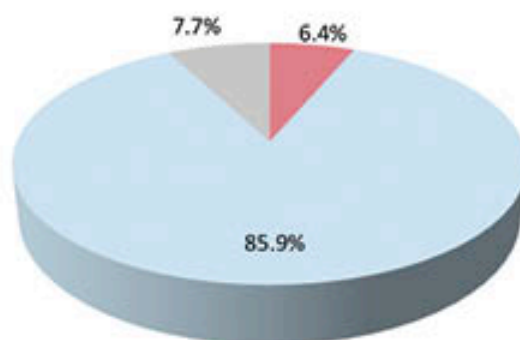


Situação de heranças

Para perceber se as mulheres em Macau têm o direito de herança, foram incorporadas perguntas atinentes no Estudo de 2010. Os resultados revelam que apenas **6,4% das mulheres inquiridas herdaram, herdarão/herdam o património dos pais**, enquanto 85,9% não herdou ou não herdará, o que significa que em Macau a **herança familiar segue o conceito de transmissão pela linha masculina**. (Gráfico 3.36)

Gráfico 3.36 Herdou ou herdará algum património dos seus pais

■ Sim / herdará ■ Não / não herdará ■ Não sabe / não responde



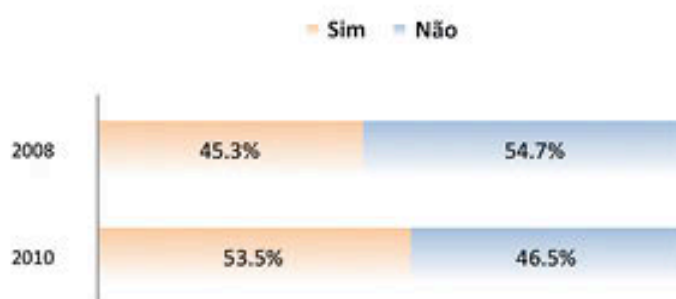


IV. Participação Social

Participação em actividades sociais e lúdicas

De acordo com os resultados deste estudo, mais de metade (53,5%) das mulheres inquiridas afirmam participar em actividades sociais e lúdicas, com um aumento de 8,2 pontos percentuais em relação a 2008 (45,3%). 46,5% das mulheres não participaram em reuniões, menos 8,2 pontos percentuais em relação a 2008 (54,7%). O estudo mostra que a percentagem de mulheres de Macau que participa em actividades de carácter social e lúdico registou um aumento evidente (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 Participa em reuniões de convívio social



De acordo com as conclusões, há uma correlação entre a participação das mulheres de Macau em actividades sociais e lúdicas e o facto de terem emprego a tempo inteiro.

Mais de metade (55,9%) das inquiridas sem emprego a tempo inteiro declara não participar em actividades sociais e lúdicas e 44,1% indica que o faz. 38,8% das inquiridas com empregos a tempo inteiro afirma não participar em quaisquer actividades sociais e lúdicas, e 61,2% delas diz que o faz. O facto de muito mais mulheres com empregos a tempo inteiro participarem em actividades sociais e lúdicas do que aquelas sem emprego a tempo inteiro, mostra que o emprego é não só uma fonte de rendimentos para as mulheres, mas também um meio de aceder a uma vida social (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 Participação em reuniões de convívio social e emprego a tempo inteiro





Através da análise cruzada de dados, verifica-se existir uma correlação óbvia entre a idade das mulheres e o índice de participação em actividades sociais e lúdicas (Gráfico 4.3).

Tomando o grupo etário dos 25-34 anos como linha mediana, o estudo revela que quanto mais velhas as mulheres são, mais baixo é o seu índice de participação. Entre as inquiridas, 67% das mulheres com idades entre os 25-34 anos participam em actividades sociais e lúdicas bem como 61,8% das mulheres com idades entre os 35-44 anos, 41,1% das mulheres com idades entre os 45-54 anos, 39,3% das mulheres com idades compreendidas entre os 55-64 anos e 31,8% com idades entre os 65-74 anos de idade. Em 2008, verificou-se que 46,4% das mulheres com idade entre os 15-17 anos participavam em actividades sociais e lúdicas, bem como 48,4% das mulheres com idades entre os 25-34 anos, 47,2% das mulheres com idades entre os 35-44 anos e 24,5% das mulheres entre os 55-64 anos. Em comparação com 2008, em 2010 os grupos etários acima mencionados apresentam uma subida na percentagem, e os restantes registaram uma ligeira descida (Gráfico 4.4).

Gráfico 4.3 Participação em reuniões de convívio social (por idade)



Gráfico 4.4 Participação em reuniões de convívio social no trabalho ou escola (por idade)

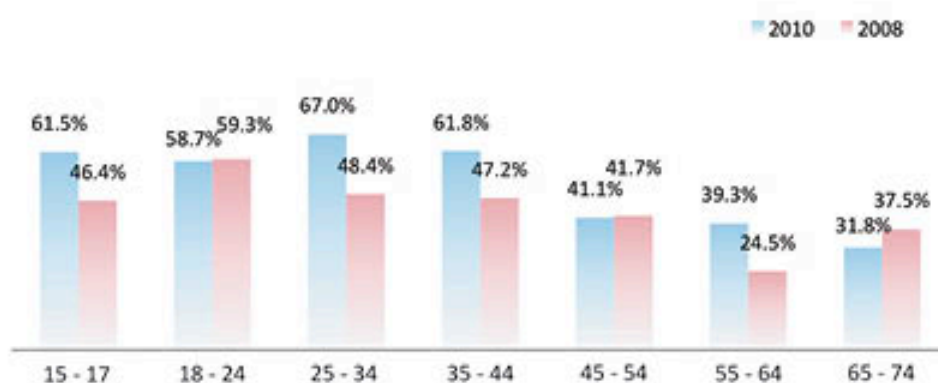
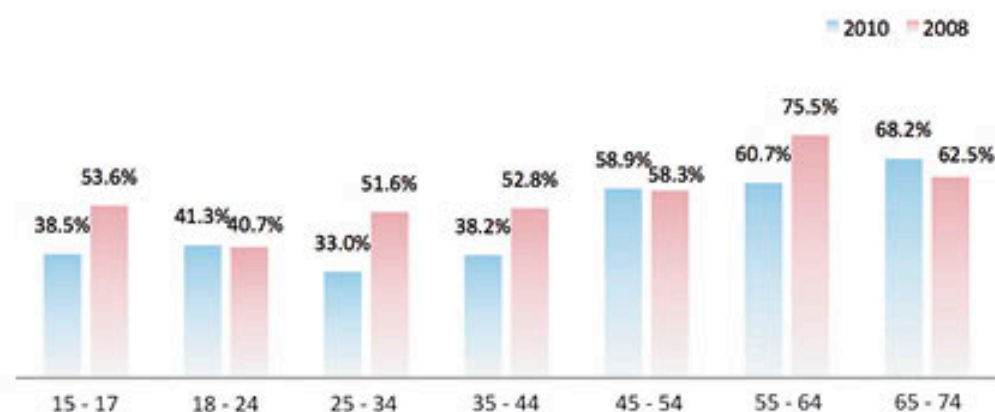




Gráfico 4.5 Participação em reuniões de convívio social (por idade)
(não participam em reuniões de convívio)



Existe uma correlação óbvia entre o nível de escolaridade e o índice de participação em actividades sociais e lúdicas.

Conforme o Gráfico 4.6, quanto mais elevado é o nível de escolaridade, mais alto é o seu índice de participação em actividades sociais e lúdicas, existindo diferenças significativas entre elas. De acordo com o estudo, apenas 27,8% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior participa em actividades sociais e lúdicas, bem como o faz 47,9% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, 58,9% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior, 73,1% das mulheres com escolaridade ao nível da licenciatura e 78% das que possuem pós-graduação ou superior.

Gráfico 4.6 Participação em reuniões de convívio social (por nível de escolaridade)



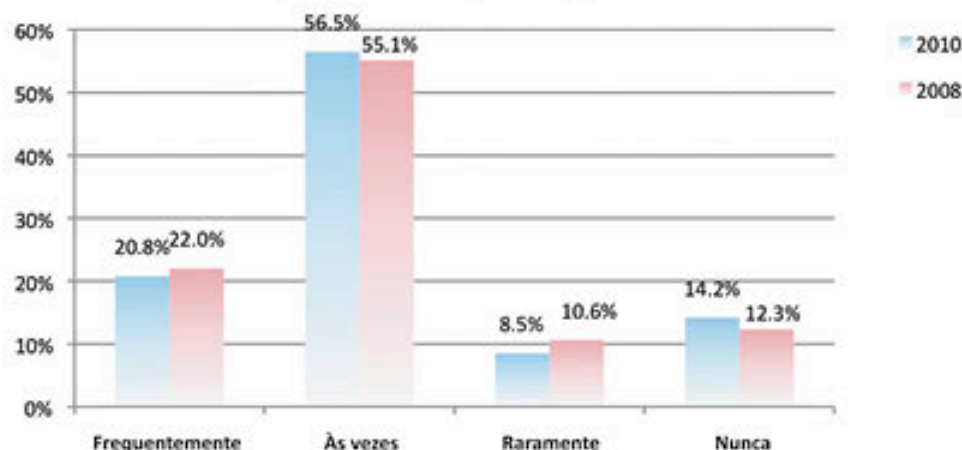
Participação em actos de beneficência

56,5% das inquiridas respondem que "às vezes" contribuem com donativos, em dinheiro ou bens, para organizações filantrópicas e comparando com os números de 2008 (55,1%) verifica-se uma ligeira subida de 1,4 pontos percentuais. 20,8% das mulheres contribuem "frequentemente" com donativos, com uma descida de 1,2 pontos percentuais em relação a 2008 (22%). 22,7% das mulheres "raramente" ou "nunca" participaram nestes actos (Gráfico 4.7), ou seja, dados similares aos de 2008.





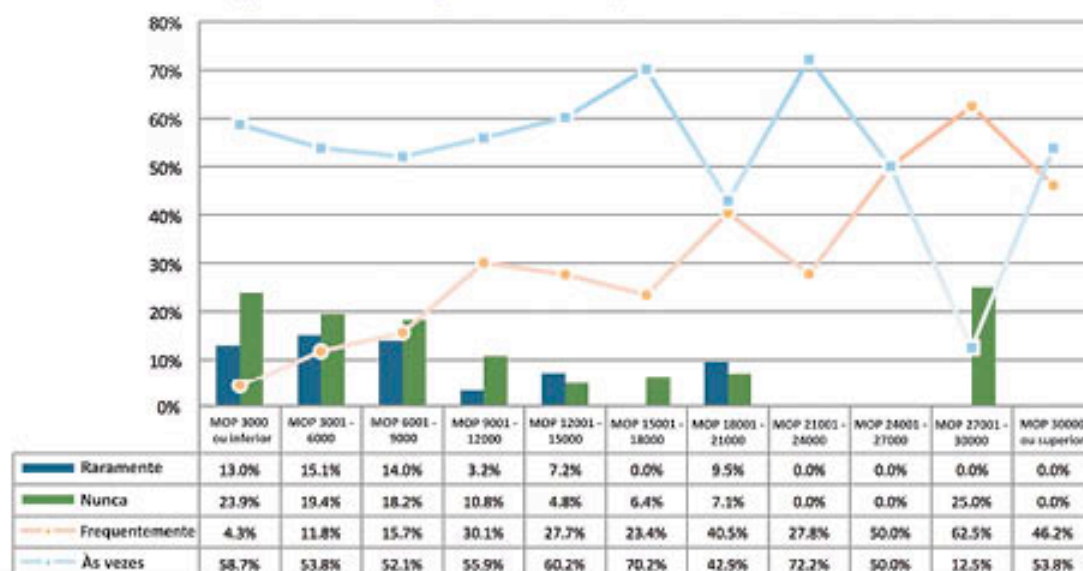
Gráfico 4.7 Donativos (em dinheiro ou géneros) para actividades de beneficência



Através da análise cruzada de dados, o Estudo de 2010 revela que não existe uma correlação significativa entre os donativos, em dinheiro ou bens, por parte das mulheres de Macau, para organizações filantrópicas e a sua idade e nível de escolaridade, mas existe uma correlação evidente com o nível de rendimentos, à semelhança do observado em 2008.

Como mostra o (Gráfico 4.8), em termos de níveis de frequência, as mulheres com rendimentos mais elevados tendem a contribuir com donativos mais "frequentemente". Em relação a 2008, com excepção dos grupos com rendimentos mensais de MOP3.001-6.000 e MOP9.001-12.000, nota-se uma subida evidente nos restantes grupos. No nível de frequência "nunca", 25% das mulheres com rendimentos de MOP27.001-30.000 afirma que nunca contribuíram com donativos, representando uma percentagem muito maior do que nos outros grupos e com uma subida de 6,1 pontos percentuais em relação ao grupo com maior percentagem em 2008 (18,9%), com rendimentos de MOP3.001-6.000. Isso mostra que a percentagem de mulheres com rendimentos altos em Macau que não contribui para organizações filantrópicas é inferior à das mulheres com rendimentos muito baixos (rendimento mensal inferior a MOP3.000).

Gráfico 4.8 Donativos (em dinheiro ou géneros) para actividades de beneficência (por rendimento pessoal mensal)

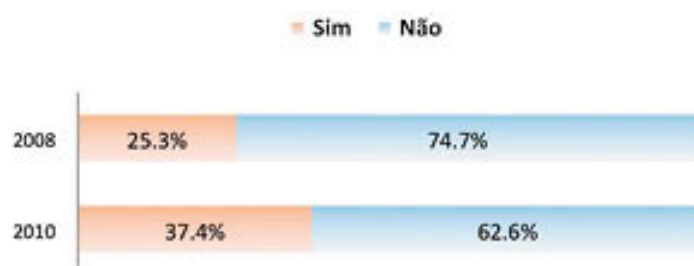




Participação em associações

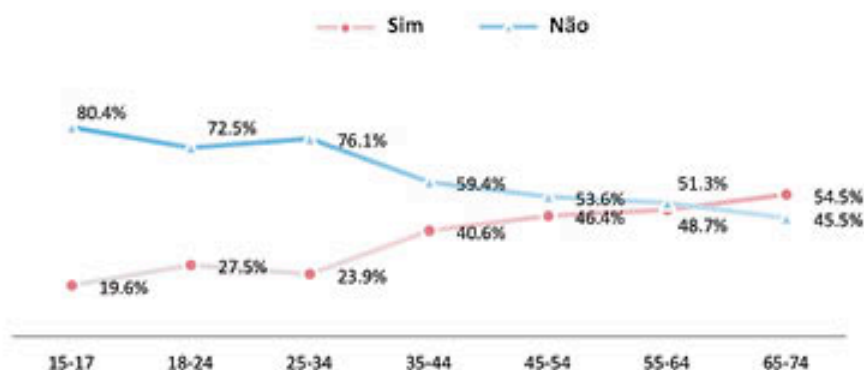
O Estudo de 2010 revela que 37,4% das mulheres de Macau são membros de associações locais de carácter social, e as restantes inquiridas (62,6%) não participam em quaisquer associações (Gráfico 4.9). A percentagem de mulheres que pertence a associações aumentou 12,1 pontos percentuais em relação a 2008.

Gráfico 4.9 Ser membro de associações sociais em Macau



Através da análise cruzada de dados, constata-se uma evidente correlação entre a idade das mulheres e o seu estatuto de associadas, mostrando que as mulheres quanto mais idosas são, mais tendem a aderir a associações de carácter social. Em termos de percentagens de adesão a associações, por grupos etários, 19,6% das mulheres com idades entre os 15-17 anos são membros de associações, bem como 27,5% das mulheres com idades entre os 18-24 anos, 40,6% com idades entre os 35-44 anos e 54,5% das mulheres com idades entre os 65-74 anos.

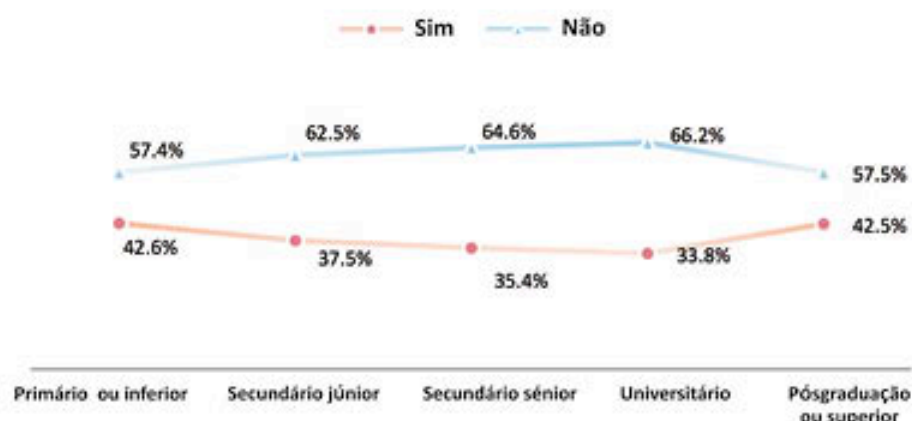
Gráfico 4.10 Participação das mulheres em associações sociais (por idade)



Conforme o (Gráfico 4.11), a relação entre a participação das mulheres em associações e o seu nível de escolaridade, revela que as mulheres quanto mais escolaridade têm, menos aderem a associações, com a notável excepção das mulheres com pós-graduação ou superior. Das mulheres com escolaridade ao nível da licenciatura 33,8% são membros de associações de carácter social bem como 42,6% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, ambas tendo aumentado ligeiramente em comparação com as percentagens de 2008 (20,8% das mulheres com ensino superior e 37,2% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior). 42,5% das mulheres com pós-graduação ou superior são membros, tendo-se registado aqui uma descida ligeira em relação a 2008 (50%).



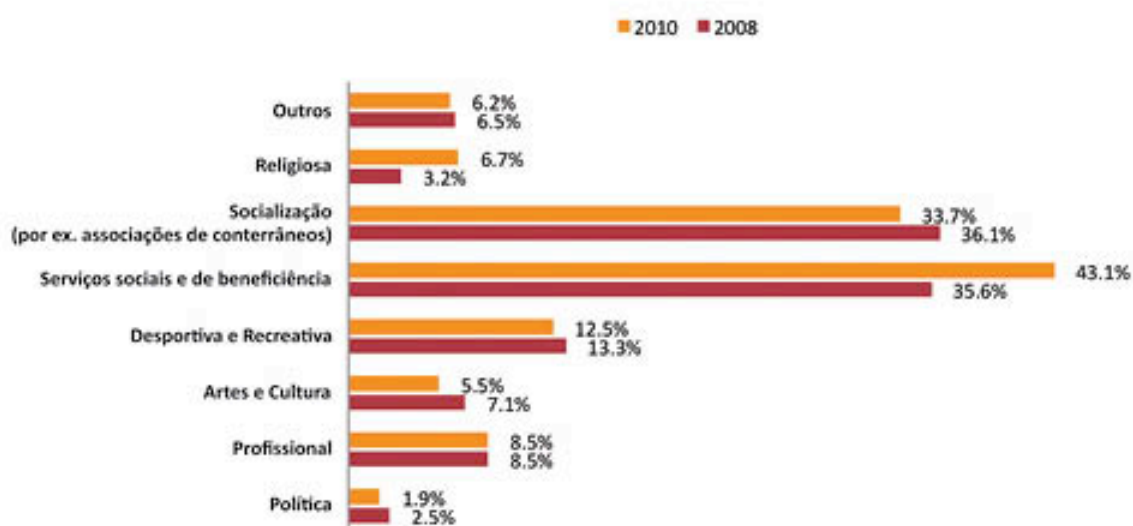
Gráfico 4.11 Participação das mulheres em associações sociais (por nível de escolaridade)



Entre as inquiridas que pertencem a associações, 76,8% pertence ou a associações de apoio social e de carácter filantrópico ou social. 43,1% pertence a associações de apoio social e de carácter filantrópico, registando uma subida de 7,5 pontos percentuais em relação a 2008 (35,6%). 33,7% pertence a associações de carácter social, com uma descida de 2,4 pontos percentuais em relação a 2008 (36,1%).

Em relação a 2008, aumentou a percentagem de participação das mulheres em associações de carácter social, filantrópico e religioso, enquanto as restantes revelam uma descida. De notar que 6,7% pertence a associações de natureza religiosa, com uma subida de 3,5 pontos percentuais, em relação a 2008 (3,2%), ou seja, passando para o dobro. 43,1% das mulheres pertencem a associações de carácter social e filantrópico, com uma subida de 7,5 pontos percentuais em relação a 2008. Entre as associações menos participadas por mulheres, mais de 12% (12,5%) das mulheres pertencem a associações de desporto e lazer com uma descida de 0,8 pontos percentuais, em relação a 2008, e 5,5% pertencem a associações de carácter cultural e artístico com uma diminuição de 1,6 pontos percentuais. No que respeita as associações de carácter político, apenas 1,9% das mulheres participa, também com uma descida de 0,6 pontos percentuais, em relação a 2008 (Gráfico 4.12).

Gráfico 4.12 Natureza das associações em que a mulher participa



Através da análise cruzada de dados, o estudo revela que não há qualquer correlação óbvia entre a participação das mulheres de Macau em associações e o seu nível de escolaridade (Gráfico 4.13). Tendo em conta o nível de escolaridade, as mulheres que pertencem a associações de carácter social, agrupam-se de acordo com as seguintes percentagens: as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (39%), com o ensino secundário sénior (35,7%), com o secundário júnior (35,2%), com pós-graduação ou superior (30,9%) e com formação universitária (25,5%).

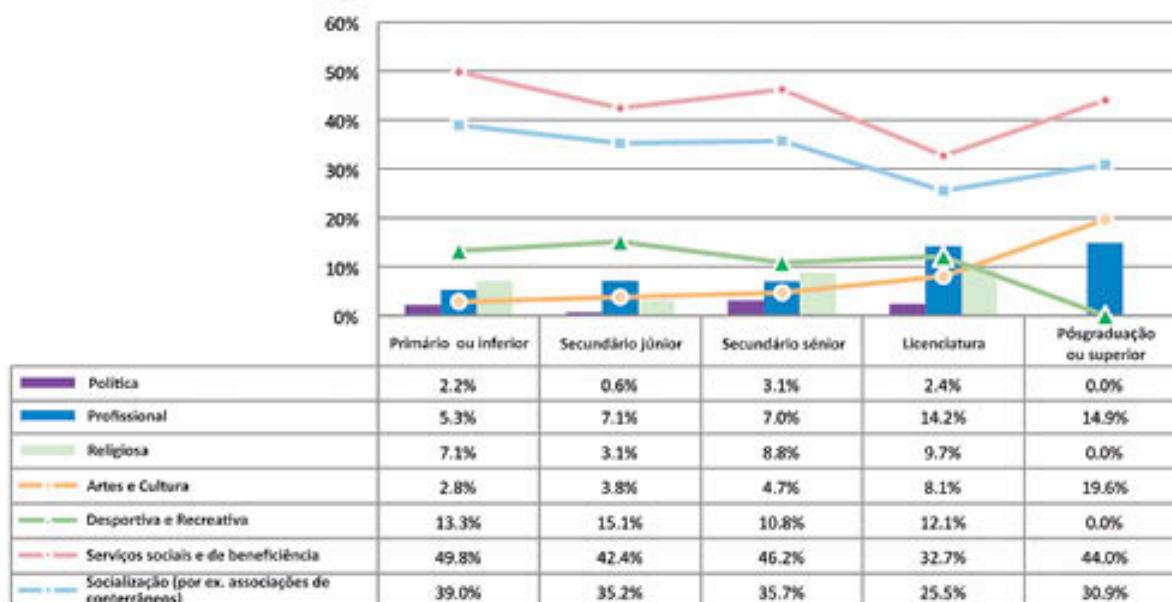
As mulheres que participam em associações de apoio social e filantrópicas são, por ordem: mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (49,8%), com o ensino secundário sénior (46,2%), com pós-graduação ou superior (44%), com o ensino secundário júnior (42,4%) e com licenciatura (32,7%). As mulheres que pertencem a associações de desporto e lazer são, por ordem: mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior (15,1%), com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (13,3%), com licenciatura (12,1%), com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior (10,8%) e com pós-graduação ou superior (0%).

Na área "Arte e Cultura", relativa a associações, os resultados mostram que quanto mais elevada é a escolaridade das mulheres, maior é o índice de participação em associações, verificando-se um aumento significativo. Por ordem decrescente, os índices de participação das mulheres são: mulheres com pós-graduação ou superior (19,6%), com licenciatura ou formação universitária (8,1%), com o ensino secundário sénior (4,7%), com o secundário júnior (3,8%) e com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (2,8%).

Mulheres que pertencem a associações de natureza religiosa, por ordem decrescente: mulheres com licenciatura (9,7%), com o ensino secundário sénior (8,8%), com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (7,1%), com o ensino secundário júnior (3,1%) e com pós-graduação ou acima (0%).

Mulheres que pertencem a associações profissionais: mulheres com pós-graduação ou superior (14,9%), com licenciatura ou formação universitária (14,2%), com o ensino secundário júnior (7,1%), com o ensino secundário sénior (7%) e com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (5,3%). E as mulheres pertencentes a associações de natureza política, por ordem decrescente são: mulheres com o ensino secundário sénior (3,1%), com licenciatura (2,4%), com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (2,2%), com o ensino secundário júnior (0,6%) e com pós-graduação ou superior (0%).

Gráfico 4.13 Nível de escolaridade e natureza das associações em que as mulheres participam

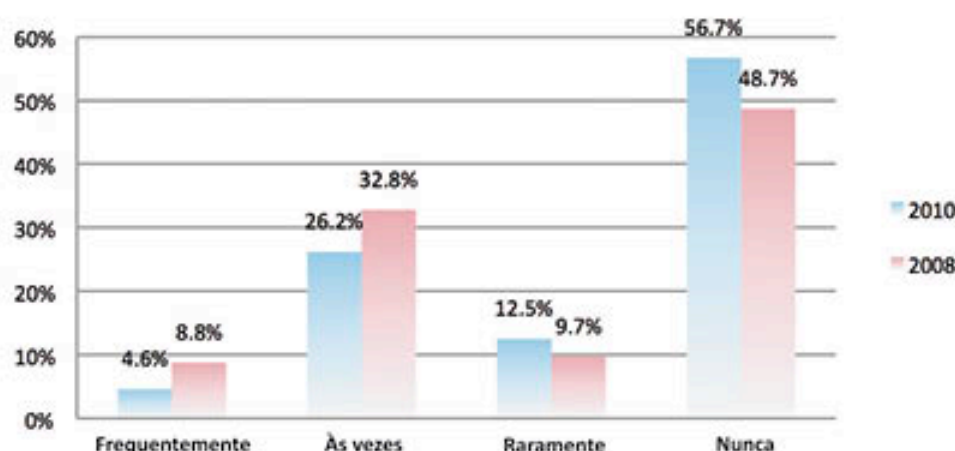




Trabalho de voluntariado

Entre as inquiridas (Gráfico 4.14), 69,2% "nunca" ou "raramente" realizam trabalho de voluntariado, 26,2% afirma "às vezes" participar em trabalho de voluntariado e apenas 4,6% das mulheres se envolvem "frequentemente" em trabalho de voluntariado. Em relação a 2008, a percentagem (58,4%) de mulheres que "nunca" e "raramente" se envolvem em trabalho de voluntariado registou uma subida 10,8 pontos percentuais.

Gráfico 4.14 Participação das mulheres em trabalho de voluntariado



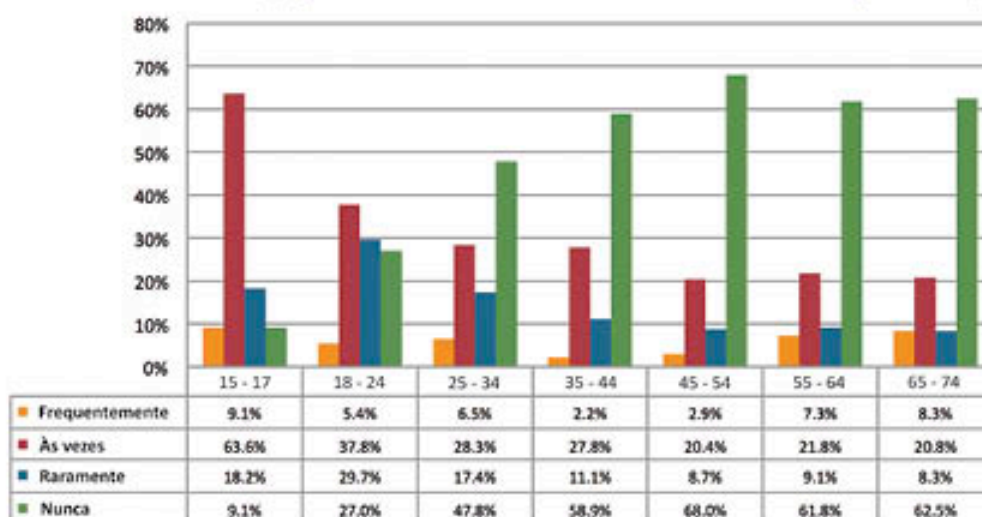
Através da análise cruzada de dados, não há qualquer correlação óbvia entre a participação das mulheres no trabalho de voluntariado, a idade e a escolaridade (Gráfico 4.15). No nível de frequência "frequentemente", as mulheres com idades entre os 35-44 anos são as que menos participam em trabalho de voluntariado, com um índice de frequência de apenas 2,2%, com uma descida de 0,9 pontos percentuais em relação a 2008 (3,1%). É interessante notar que são as mulheres com idades entre os 15-17 anos e 65-74 que representam as percentagens mais altas, respectivamente, de 9,1% e 8,3%. Em relação a 2008, as percentagens de todos os grupos etários registaram uma descida, com excepção do grupo etário dos 15-17 anos (9,1%).

No nível de frequência "às vezes", tomando o grupo etário dos 35-44 anos como linha da mediana, quanto mais jovens são as mulheres, mais elevado é o seu índice de participação no trabalho de voluntariado, abaixo da linha. 27,8% das mulheres com idades entre os 35-44 anos executam "às vezes" trabalho de voluntariado, com uma subida de 10,9 pontos percentuais, em relação a 2008 (16,9%). 63,6% das mulheres com idades entre os 15-17 anos participam "às vezes" em trabalho de voluntariado, com uma descida de 25,3 pontos percentuais, em relação a 2008 (88,9%).

No nível de frequência "nunca", a percentagem de mulheres entre os 45-54 anos que "nunca" participou em qualquer trabalho de voluntariado é de 68%, cerca de 70%, revelando que as mulheres deste grupo são claramente as menos participativas neste tipo de actividade em 2010, ao passo que as mulheres com idades entre os 35-44 anos constituíram o grupo menos participativo em 2008.



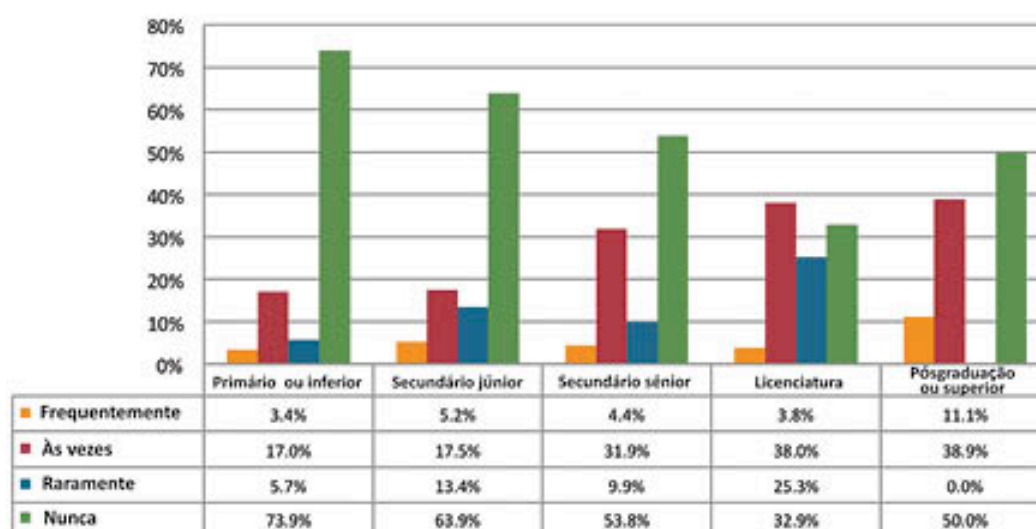
Gráfico 4.15 Participação das mulheres em trabalho de voluntariado (por idade)



Em termos de envolvimento em trabalho de voluntariado de mulheres com níveis diferentes de escolaridade, a percentagem de mulheres com pós-graduação ou superior, encabeça a lista, com 11,1%, no nível de frequência "frequentemente", de acordo com a análise cruzada de dados. E as mulheres com escolaridade ao nível dos ensinos secundário júnior e secundário sénior vêm logo a seguir, com as percentagens, respectivamente, de 5,2% e 4,4%. Mulheres com licenciatura e escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior representam, respectivamente, 3,8% e 3,4%. (Gráfico 4.16)

No nível de frequência "às vezes", mostra que quanto mais elevado é o nível de escolaridade, mais as mulheres participam em trabalho de voluntariado e vice-versa. 38,9% das mulheres com pós-graduação ou superior disseram participar "às vezes" em trabalho de voluntariado, representando uma descida significativa de 32,5 pontos percentuais, em relação a 2008 (71,4%). As percentagens de mulheres com escolaridade ao nível dos ensinos secundário sénior e universitário são de 38% e 31,9%, com uma descida de 10,1 e 3,9 pontos percentuais, respectivamente, em relação a 2008 (48,1% e 35,8%). As percentagens de mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior e ensino primário ou inferior, em 2010 são de 17,5% e 17%, com uma descida de 2,2 e 16,7 pontos percentuais, respectivamente, em relação a 2008.

Gráfico 4.16 Participação das mulheres em trabalho de voluntariado (por nível de escolaridade)

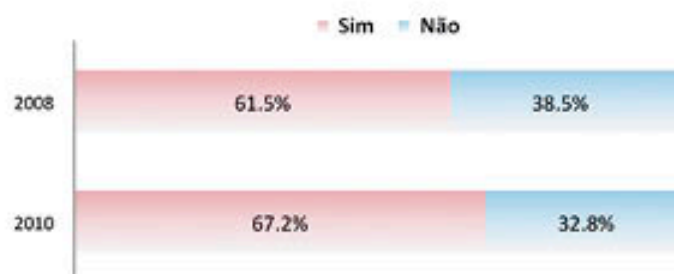




Participação em eleições

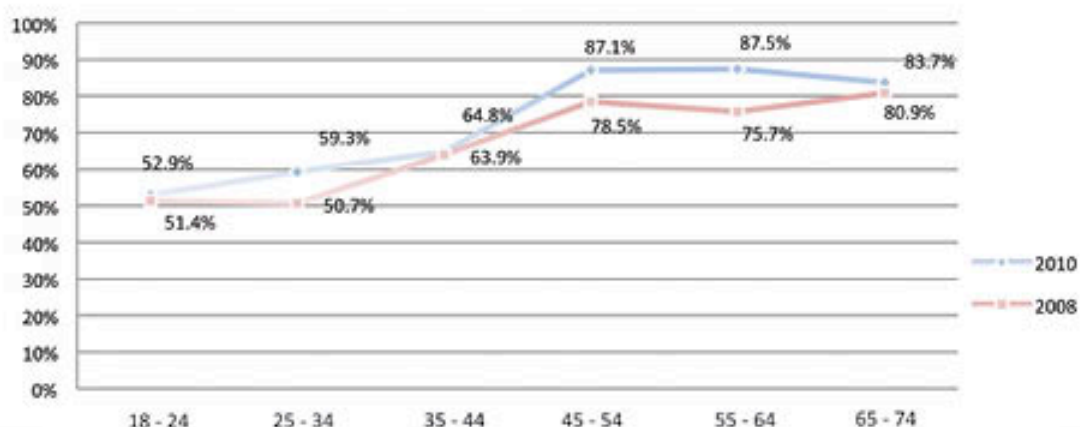
De acordo com os resultados do Estudo de 2010, 67,2% das mulheres inquiridas declaram estar recenseadas como eleitoras, o que constitui uma subida de 5,7 pontos percentuais em relação a 2008 (61,5%) mas por outro lado 32,8% das inquiridas não se recensearam, ou seja, uma descida de 5,7 pontos percentuais em relação a 2008 (38,5%). O estudo indica que a percentagem de mulheres recenseadas teve tendência a subir, nos últimos dois anos (Gráfico 4.17).

Gráfico 4.17 Recenseada como eleitora



Aplicando a análise cruzada de dados, constata-se uma nítida correlação entre o recenseamento das mulheres como eleitoras e a sua idade. É evidente que quanto mais idosas as mulheres são, mais elevado é o índice de recenseamento, à semelhança do registado em 2008. A percentagem de mulheres com idades entre os 18-24 anos aumentou de 51,4%, em 2008, para 52,9%, em 2010, ou seja, uma ligeira subida de 1,5 pontos percentuais. A percentagem de mulheres com idades entre os 25-34 anos aumentou de 50,7%, em 2008, para 59,3, em 2010, com uma subida de 8,6 pontos percentuais. A percentagem de mulheres com idades entre os 35-44 anos aumentou de 63,9%, em 2008, para 64,8%, em 2010, com uma subida de 0,9 pontos percentuais. A percentagem de mulheres com idades entre os 45-54 anos aumentou de 78,5%, em 2008, para 87,1%, em 2010, com uma subida de 8,6 pontos percentuais. A percentagem de mulheres com idades entre os 55-64 anos aumentou de 75,7%, em 2008, para 87,5%, em 2010, com uma subida de 11,8 pontos percentuais. A percentagem de mulheres com idades entre os 65-74 anos aumentou de 80,9%, em 2008, para 83,7%, em 2010, com uma subida de 2,8 pontos percentuais.

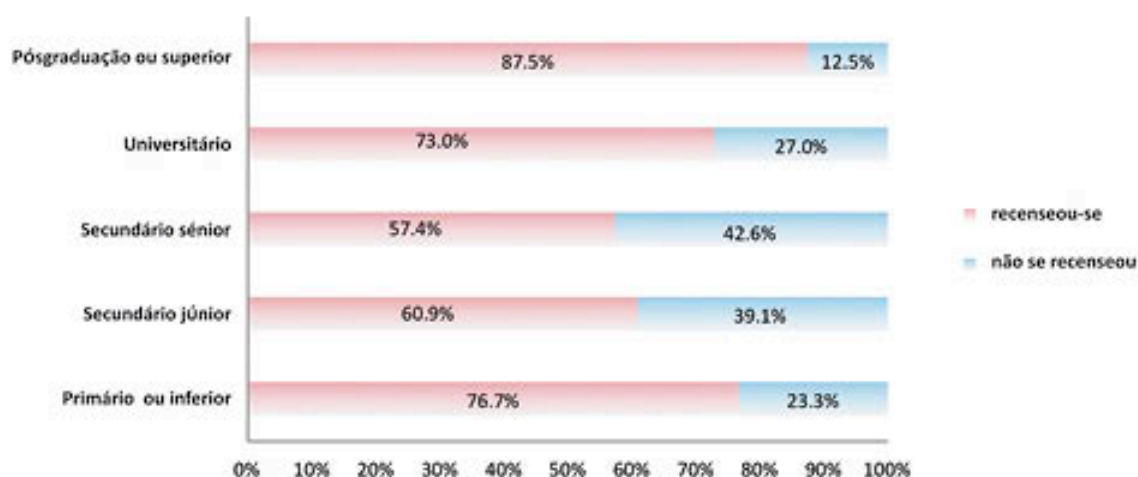
Gráfico 4.18 Recenseamento como eleitora (por idade)





Em termos de influência da escolaridade (Gráfico 4.19), tomando mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior como linha da mediana, basicamente constata-se que quanto menor for o nível de escolaridade da mulher, maior é a percentagem de recenseadas, abaixo da linha; quanto mais elevado for o nível de escolaridade, maior é a percentagem de recenseadas, acima da linha, à semelhança de 2008 e com tendência para subir. Existem 57,4% de mulheres recenseadas com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior, com uma subida de 3,1 pontos percentuais em relação a 2008 (54,3%), 76,7% das mulheres com o ensino primário ou inferior estão recenseadas, com uma subida de 4,9 pontos percentuais, em relação a 2008 (71,8%), 60,9% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior estão recenseadas, com uma subida de 3,4 pontos percentuais, em relação a 2008 (57,5%), estão recenseadas 73% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino superior, com uma subida de 9,5 pontos percentuais, em relação a 2008 (63,5%) e 87,5% das mulheres com pós-graduação ou superior do nível estão recenseadas, com uma subida de 8,9 pontos percentuais, em relação a 2008 (78,6%).

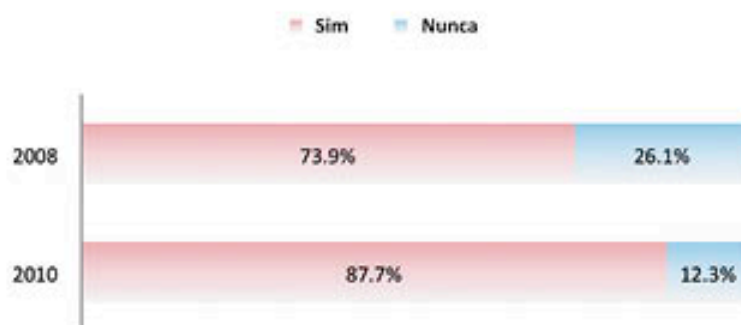
Gráfico 4.19 Recensamento como eleitora (por nível de escolaridade)



Participação em votação em eleições

Entre as mulheres com idades dos 18 anos em diante, 87,7% votaram para as Eleição da Assembleia Legislativa de Macau. Existem apenas 12,3% que não votaram. (Gráfico 4.20)

Gráfico 4.20 Votação para a Assembleia Legislativa de Macau

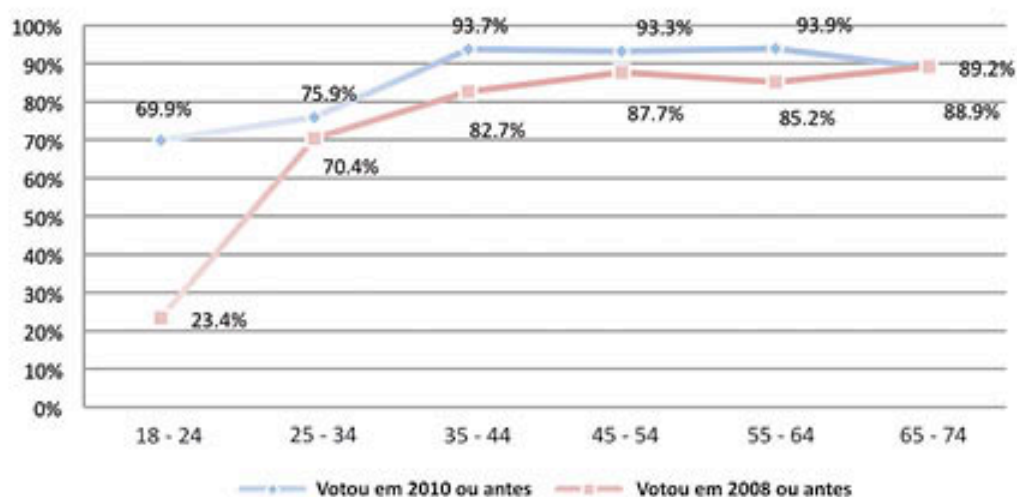




Através da análise cruzada de dados, nota-se uma forte correlação entre a votação das mulheres para a Eleição da Assembleia Legislativa de Macau, a idade e a escolaridade. Com excepção do grupo com idades compreendidas entre os 65-74 anos, os outros grupos, em termos de votação, aumentaram, em média, em relação a 2008.

No que diz respeito à idade, é evidente que quanto mais idosas são as mulheres, mais elevada é sua distribuição em termos de exercício do direito de voto (Gráfico 4.21). 69,9% das mulheres entre os 18-24 anos exerce o direito de voto, com uma subida significativa de 46,5 pontos percentuais em relação a 2008 (23,4%). O mesmo se passa com 75,9% das mulheres com idades entre os 25-34 anos, com uma subida de 5,5 pontos percentuais em relação a 2008 e com 89,2% das mulheres com idades entre os 65-74 anos, à semelhança de 2008 (88,9%). Entretanto as percentagens das mulheres votantes de outros grupos etários são superiores a 93,7% para o grupo etário entre os 35-44 anos, 93,3% para o grupo etário entre os 45-54 anos e 93,9% para o grupo etário entre os 55-64 anos). **Isto indica que nos últimos dois anos houve uma maior participação nas eleições por partes das mulheres jovens, e que começa a haver uma maior consciência em termos de participação política.**

Gráfico 4.21 Exercício de voto (por idade)

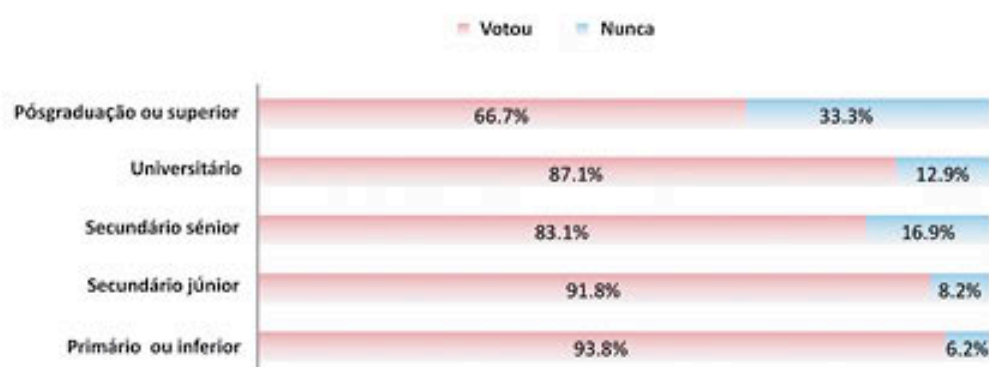


Em termos de escolaridade, basicamente constata-se que o nível de escolaridade das mulheres quanto mais baixo for, menor será o índice de participação nas eleições legislativas. Com excepção da percentagem de mulheres votantes com pós-graduação ou superior, que desceu, a percentagem de mulheres noutros grupos mostra tendência para subir (Gráfico 4.22). Tomando as mulheres com formação universitária como linha da mediana, quanto mais baixa for a sua escolaridade, maior é a percentagem de votantes, abaixo da linha, quanto mais elevado for o nível de escolaridade, menor é a percentagem de votantes, acima da linha. Por outras palavras, **as mulheres com pós-graduação ou superior, constituem a parcela menor (66,7%) no exercício do direito de voto, em comparação com as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior cuja percentagem chega aos 93,8%.**

É importante observar que a percentagem de mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior que votou para as Eleições para a Assembleia Legislativa de Macau aumentou 7,6 pontos percentuais, em relação a 2008 (86,2%), enquanto a percentagem das mulheres votantes com nível de pós-graduação ou superior desceu 15,1 pontos percentuais, em relação a 2008 (81,8%). **De acordo com os dados, as mulheres com maior nível de escolaridade são menos participativas no exercício do direito de voto e menos politicamente activas do que a que possuem um nível mais baixo de escolaridade, verificando-se uma tendência negativa.**



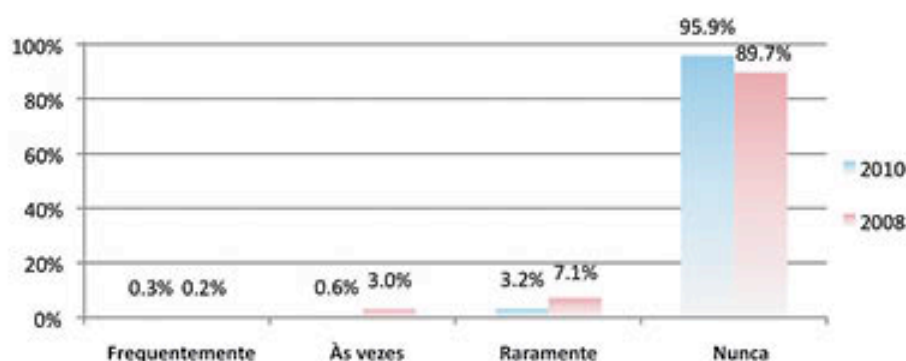
Gráfico 4.22 Exercício de voto (por nível de escolaridade)



Expressão de opiniões

99,1% das inquiridas "nunca" expressaram (95,9%) ou expressam "raramente" (3,2%) as suas opiniões através de canais sociais (tais como manifestações, etc.) (Gráfico 4.23) e apenas uma ínfima percentagem (0,9%) das mulheres expressou "às vezes" (3,0%) ou "frequentemente" (0,2%) as suas opiniões. **É importante notar que a maior parte das mulheres de Macau (95,9%) nunca expressou os seus pontos de vista através de canais sociais, registando-se neste caso um agravamento de 9,4 pontos percentuais, em relação a 2008 (89,7%).**

Gráfico 4.23 Expressão de opiniões através de canais sociais



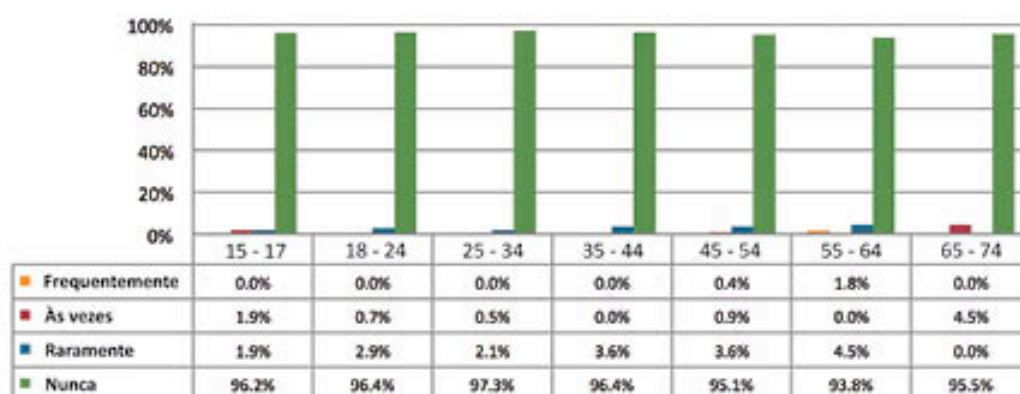
Através da análise cruzada de dados, verifica-se não existir qualquer correlação entre a expressão de opiniões por parte das mulheres, através de canais sociais (tais como manifestações, etc.) e a sua idade ou a escolaridade.

Em termos de idade, mais de 90% das mulheres nunca expressaram as suas opiniões em público. Registou-se um ligeiro agravamento em relação a 2008, quando mais de 85% das mulheres afirmaram nunca ter expressado as suas opiniões em público. No nível de frequência "frequentemente", apenas 0,4% das mulheres, com idades entre os 45-54 anos e 1,8% das mulheres entre os 55-64 anos, expressaram as suas opiniões, mostrando uma ligeira melhoria, enquanto a percentagem de mulheres de outros grupos etários é de 0%. No nível de frequência "às vezes", as jovens entre os 15-17 anos e as idosas dos 65-74 anos representam as maiores percentagens, respectivamente, 1,9% e 4,5%. As percentagens relativas às mulheres com idades entre os 18-24 anos, os 25-34 anos e os 45-54 anos são de, respectivamente, 0,7%, 0,5% e 0,9%(Gráfico 4.24).



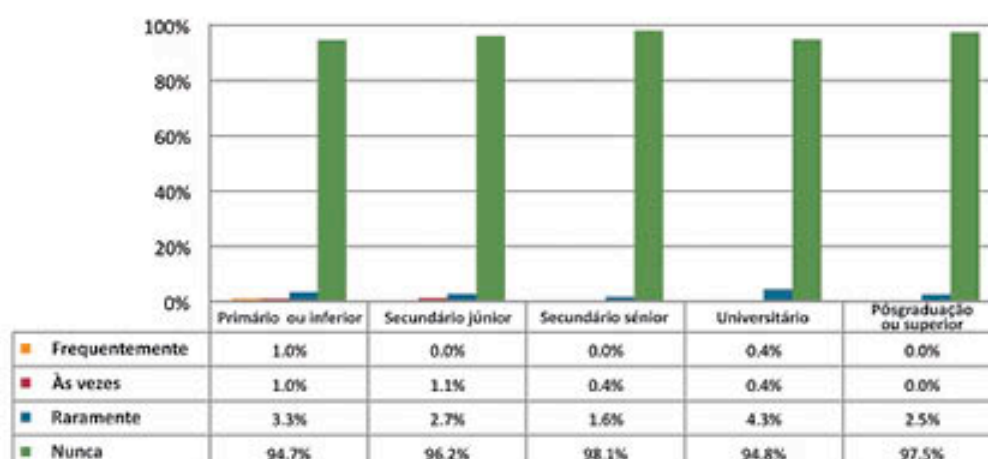


Gráfico 4.24 Expressão de opiniões através de canais sociais (por idade)



Relativamente à escolaridade, não há nenhuma influência evidente sobre a expressão de opiniões por parte das mulheres, no nível da periodicidade "frequentemente", mas no nível "às vezes" nota-se uma descida significativa em relação a 2008 (Gráfico 4.25). No nível de frequência "raramente", tomando as mulheres com escolaridade ao nível do ensino superior como linha da mediana, quanto mais baixo é o nível de escolaridade, maior é a percentagem de mulheres que expressam a sua opinião em público, abaixo da linha e quanto mais elevado for o nível de escolaridade da mulher, menor é a percentagem de mulheres que expressam a sua opinião, acima da linha. A percentagem de mulheres que nunca manifestaram a sua opinião em público é sempre superior a 90% em cada nível de periodicidade, independentemente do nível de escolaridade.

Gráfico 4.25 Expressão de opiniões através de canais sociais (por nível de escolaridade)

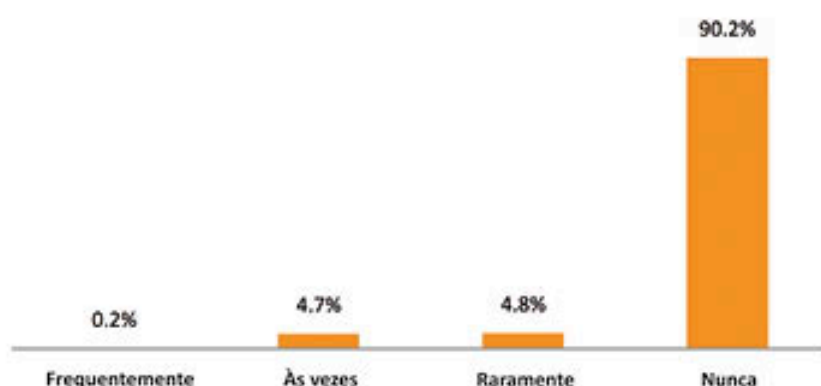


Expressão de opiniões através de associações

Mais de 95% das inquiridas "nunca" expressaram (90,2%) ou expressaram "raramente" (4,8%) as suas opiniões através das associações (Gráfico 4,26), entretanto uma pequena percentagem de mulheres já expressou "às vezes" (4,7%) ou "frequentemente" (0,2%) as suas opiniões. Por outras palavras, é importante observar que a grande maioria das mulheres de Macau (90,2%) "nunca" expressou as suas opiniões nem sequer através das suas associações.



Gráfico 4.26 Expressão de opiniões através de associações



No que diz respeito à idade, a percentagem de mulheres de todos os grupos etários que já expressaram as suas opiniões através de suas associações é superior a 79%. No nível de periodicidade "frequentemente", a percentagem das mulheres com idades entre os 15-17 anos e os 55-64 anos é de 1,9% e 0,9%. No nível de frequência "às vezes", a percentagem de mulheres com idades entre os 45-54 anos (8%) e os 65-74 anos (7%) encabeçam a lista, enquanto a percentagem de mulheres com idade entre os 18-24 anos (0,7%) é a mais baixa. No nível de frequência "raramente", com excepção das mulheres com idades entre os 18-24 anos e os 55-64 anos, quanto mais idosas são as mulheres, mais elevada é a percentagem de mulheres que expressam as suas opiniões através de associações (Gráfico 4.27).

Gráfico 4.27 Expressão de opiniões através de associações (por idade)



Em relação à escolaridade, com excepção de 77,5% das mulheres com nível de pós-graduação ou superior que nunca expressaram suas opiniões através das suas associações, as mulheres com outros níveis de escolaridade representam mais de 89%, em média (Gráfico 4.28).

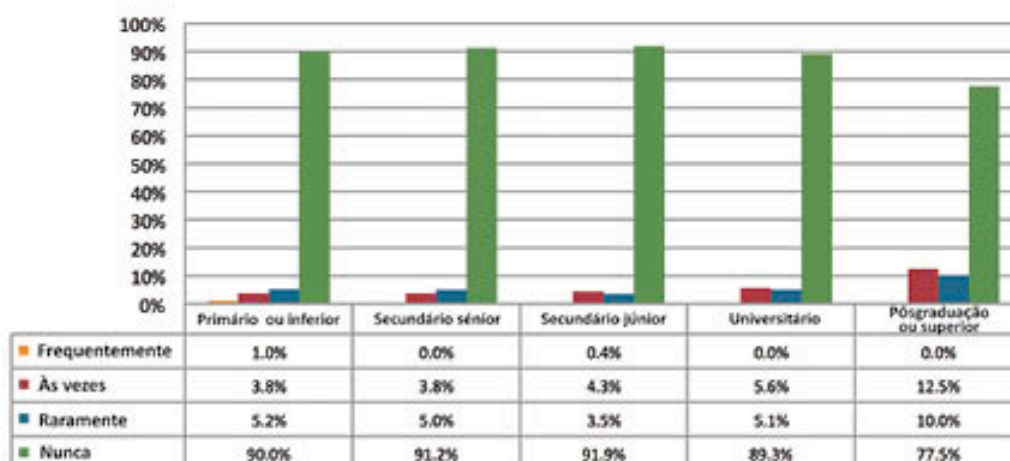
No nível de frequência "raramente", basicamente indica, tomando mulheres com o ensino secundário sénior como linha da mediana, que quanto mais baixo é o nível de escolaridade, mais alta é a percentagem das mulheres que expressam opiniões através das suas associações, abaixo da linha, e quanto mais elevado é o nível de escolaridade, mais alta é a percentagem das mulheres que expressam opiniões através das suas associações, acima da linha. No nível de frequência "às vezes", mostra que quanto mais elevada for a escolaridade das mulheres, mais alta é a percentagem das mulheres que expressam opiniões. O nível de periodicidade





"frequentemente" não muito evidente, com apenas 1% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior e com 0,4% de mulheres com escolaridade ao nível do secundário sénior a expressarem as suas opiniões e uma percentagem nula das mulheres com outros níveis de escolaridade.

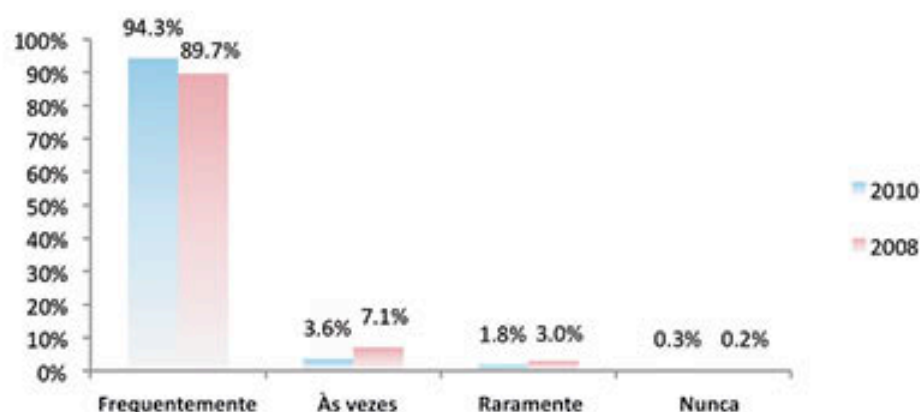
Gráfico 4.28 Expressão de opiniões através de associações (por nível de escolaridade)



Expressão de opiniões através dos media

De acordo com o Estudo de 2010, à semelhança do de 2008, 97,9% das inquiridas "nunca" expressaram (94,3%) ou expressaram "raramente" (3,6%) as suas opiniões através dos media (tal como escrever para jornais ou telefonar para canais de teledifusão) (Gráfico 4.29), e apenas uma pequena percentagem (2,1%) expressaram as suas opiniões "às vezes" (1,8%) ou "frequentemente" (0,3%). Por outras palavras, **há uma larga maioria (94,3%) de mulheres em Macau que nunca expressou as suas opiniões através dos media.**

Gráfico 4.29 Expressão de opiniões através dos media

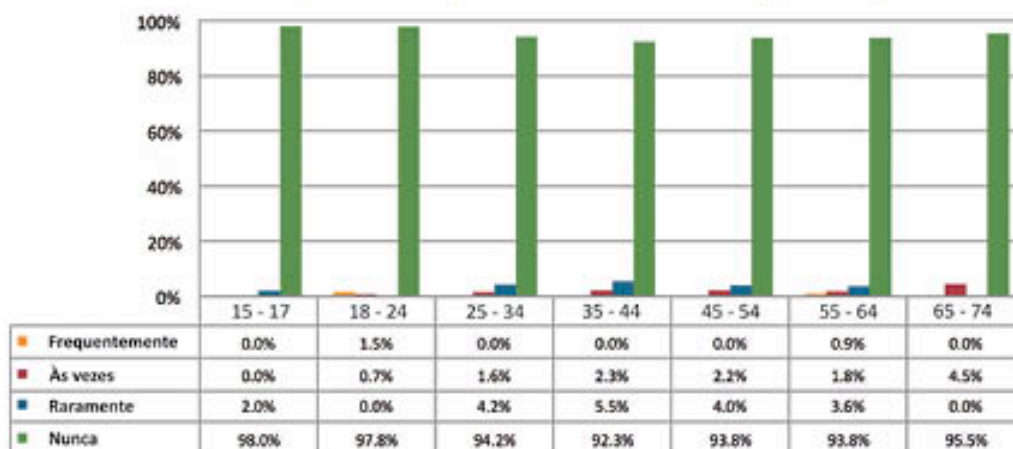


Através da análise cruzada de dados, verificou-se que não há nenhuma correlação entre a expressão de opiniões das mulheres (tal como escrever para jornais ou telefonar para canais de teledifusão), a sua idade e escolaridade.



As percentagens de mulheres de todos os grupos etários que nunca exprimiram as suas opiniões através dos media (tal como escrever para jornais ou telefonar para canais de teledifusão) são superiores a 90%. No nível de periodicidade "frequentemente", 1,5% das mulheres com idades entre os 18-24 anos e 0,9% das mulheres entre os 55-64 anos expressam as suas opiniões. No nível de frequência "às vezes", com excepção das mulheres com idades entre os 55-64 anos, quanto mais velhas são as mulheres, mais elevada é a percentagem das que expressam a sua opinião através dos media. 0,7% das mulheres com idades entre os 18-24 anos e 4,5 % das mulheres com idades entre os 65-74 anos expressaram as suas opiniões (Gráfico 4.30). No nível de frequência "raramente", as mulheres com idades entre os 35-44 anos representam a maior percentagem com 5,5%, seguidas das mulheres com idades entre os 25-34 anos, com 4,2%.

Gráfico 4.30 Expressão de opiniões através dos media (por idade)



Em relação à escolaridade, a percentagem de mulheres que nunca expressaram suas opiniões através dos media (tal como escrever para jornais ou telefonar para canais de teledifusão) com níveis diferentes de escolaridade, é, no total, superior a 85%. No nível de periodicidade "frequentemente", a correlação não é óbvia, enquanto no nível de frequência "às vezes", considerando as mulheres com o ensino secundário sénior como linha da mediana, se confirma que quanto mais baixo for o nível de escolaridade da mulher, menor é a percentagem das que expressam suas opiniões através dos media, abaixo da linha. As percentagens das mulheres com licenciatura e pós-graduação ou superior são similares. No nível de frequência "raramente", quanto mais elevado é o nível de escolaridade, mais alta é a percentagem de mulheres que exprimem opiniões (Gráfico 4.31).

Gráfico 4.31 Expressão de opiniões através dos media (por nível de escolaridade)



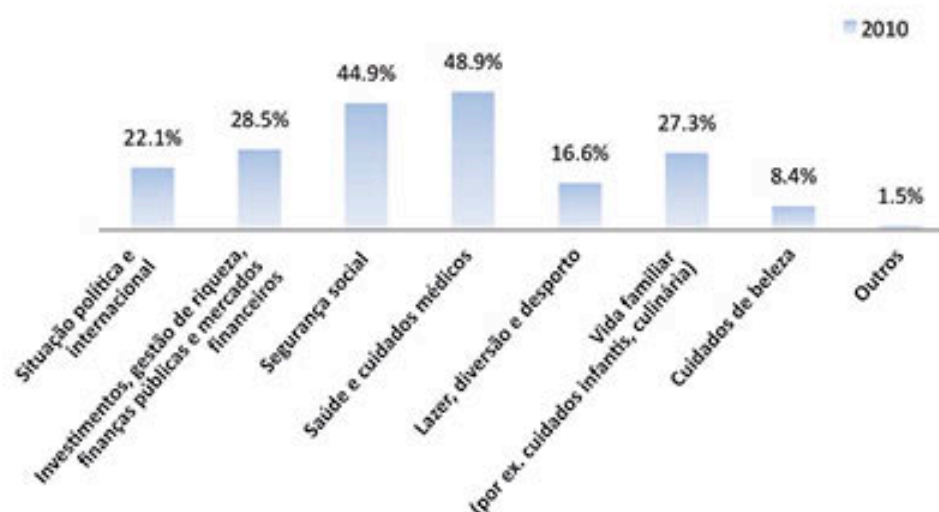


Utilização dos media

As informações que mais interessam às inquiridas (Gráfico 4.32), por ordem decrescente, são: cuidados médicos e de saúde (48,9%), segurança social (44,9%), investimentos, gestão financeira, finanças públicas e mercados financeiros (28,5%), vida familiar (por exemplo, serviços de creche, culinária e etc.) (27,3%), situação política e internacional (22,1%), lazer, entretenimento e desporto (16,6%), cuidados de beleza (8,4%) e outros (1,5%).

Em relação a 2008, as percentagens relativas a cuidados médicos e de saúde (48,9%) e a ordem social (44,9%) desceram em 9,9 pontos percentuais, os investimentos, a gestão financeira, as finanças públicas e mercados financeiros (28,5%) subiram 2,9 pontos percentuais, a vida familiar (por exemplo, serviços de creche, culinária, etc.) (27,3%) subiu 3,4 pontos percentuais, a situação política e internacional (22,1%) desceu 3,3 pontos percentuais, lazer, entretenimento e desporto (16,6%) subiu 3,6 pontos percentuais e os cuidados de beleza (8,4%) subiram 4,2 pontos percentuais.

Gráfico 4.32 Tipo de informação estão mais interessadas as mulheres



Informação que mais interessa às mulheres, por idade

De acordo com o modelo do questionário, as informações que mais interessam às mulheres são formuladas através de perguntas de escolha múltipla, com o objectivo de descobrir as correlações entre a informação que mais lhes interessa e outros aspectos. No que diz respeito à idade, mulheres com idades entre os 15-17 anos interessam-se mais por temas de lazer, entretenimento e desporto (42,4%), mulheres com idades entre os 18-24 anos interessam-se por investimentos, gestão financeira, finanças públicas e mercados financeiros (36%) e segurança social (36%), entre os 25-34 anos de idade interessam-se por investimentos, gestão financeira, finanças e mercados financeiros (52,7%), as mulheres com idades entre os 35-44 anos, os 45-54 anos e os 55-64 anos interessam-se mais por questões relacionadas com cuidados médicos e de saúde nas percentagens, respectivamente, de 58,4%, 60% e 56,2%, e mulheres com idades entre os 65-74 anos também se interessam por cuidados médicos e de saúde, representando 55,3%.



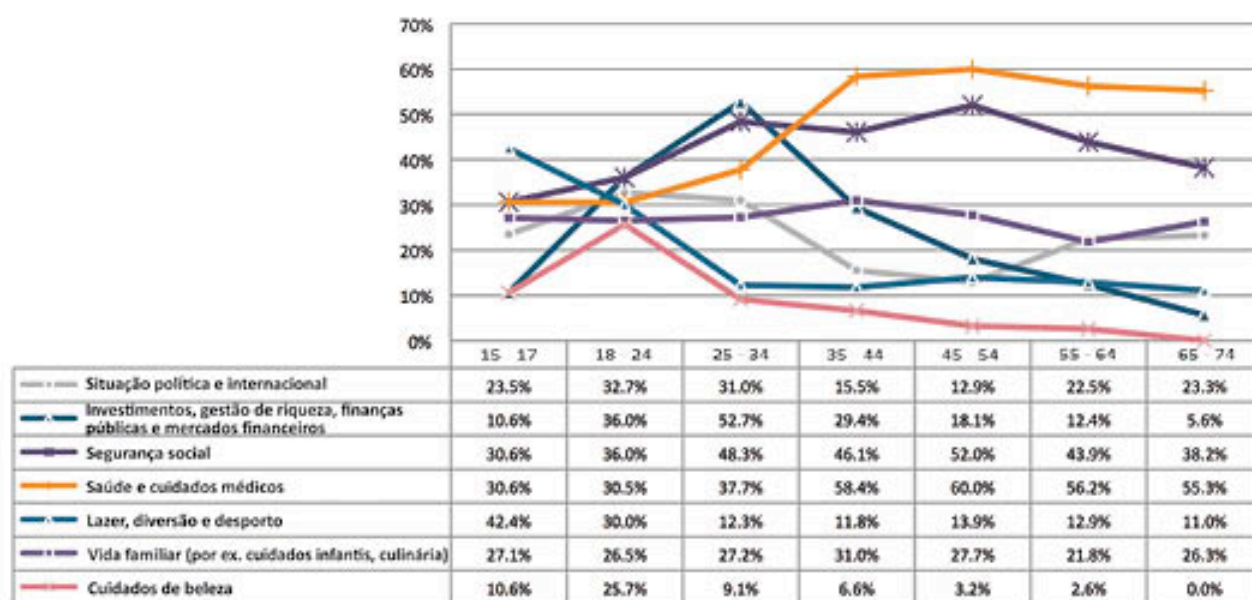
Na área "Situação Política e Internacional", excepto para mulheres com idades entre os 15-17 anos, revela, tomando as mulheres com idades entre os 45-54 anos como linha da mediana, que quanto mais jovens as mulheres são, mais elevada é a percentagem das que se interessam por este tipo de informação, abaixo da linha, quanto mais velhas são, mais elevada é a percentagem das que se interessam por esta informação, acima da linha.

Na área "Investimento, Gestão Financeira, Finanças e Mercados Financeiros", basicamente mostra, tomando mulheres com idades entre os 25-34 anos como linha da mediana, que quanto mais jovens as mulheres são, menor é a percentagem das que se interessam por este tipo de informação, abaixo da linha, quanto mais idosas são, menor é a percentagem das que se interessam pela informação, acima da linha.

Na área "Segurança social", basicamente indica, tomando mulheres com idades entre os 45-54 anos como linha da mediana, que quanto mais jovens as mulheres são, menor é a percentagem das que se interessam por esta informação, a maioria abaixo da linha, quanto mais idosas são menos se interessam por informação, a maioria acima da linha.

Na área "Cuidados Médicos e de Saúde", tomando mulheres com idades entre os 45-54 anos como linha da mediana, mostra que quanto mais idosas as mulheres são, mais elevada é a percentagem das que se interessam por obter informações, a maioria abaixo da linha. Na área "Lazer, Entretenimento e Desporto", mostra que as mulheres quanto mais idosas são, menor é a percentagem das que se preocupam com informações, na sua maioria. Na área "Vida Familiar" (tal como serviços de creche, culinária e etc.), a percentagem das mulheres que se interessam pela matéria é de 21,8% e 31%, independentemente da idade. Na área "Cuidados de Beleza", tomando mulheres entre os 18-24 anos como linha da mediana, quanto mais idosas as mulheres são, menor é o interesse demonstrado por este tipo de informação (Gráfico 4.33).

Gráfico 4.33 Tipo de Informação em que estão mais interessadas as Mulheres (por idade)

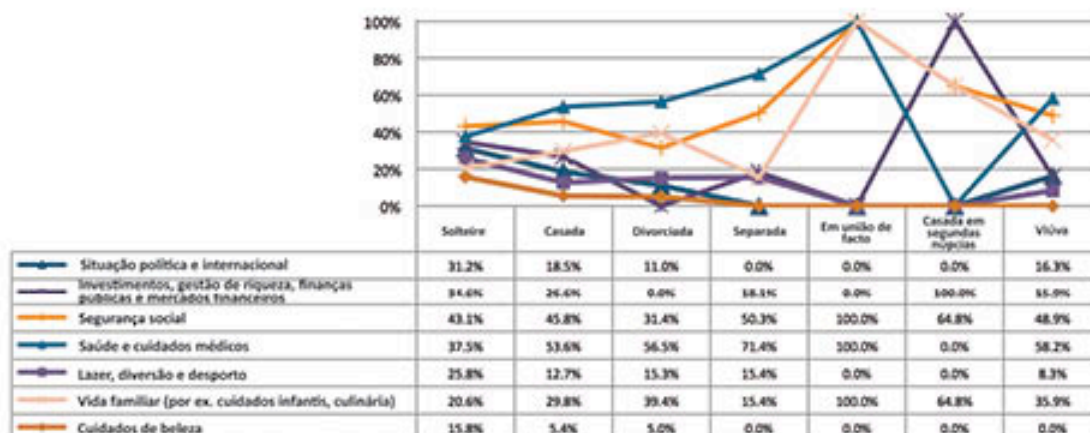




Informação que mais interessa às mulheres, por estado civil

Em relação às influências do estado civil, independentemente de serem casadas ou solteiras, ou mulheres com outros estados civis, todas se interessam por informações sobre cuidados médicos e de saúde, na sua maioria (Gráfico 4.34). As mulheres solteiras interessam-se por informações sobre segurança social, na sua maioria (43,1%), em seguida, por cuidados médicos e de saúde (37,5%). No que respeita às mulheres casadas, as informações que mais lhes interessam, na sua maioria, são os cuidados médicos e de saúde (53,6%), seguidas da segurança social (45,8%). Entre as mulheres divorciadas, as informações que mais as interessam, na sua maioria, são os cuidados médicos e de saúde (56,5%), em seguida, sobre a vida familiar (tal como serviços de creche, culinária, etc.) (39,4%). Entre as mulheres separadas, as informações que mais as interessam são os cuidados médicos e de saúde (71,4%), seguidas daquela sobre segurança social (50,3%). Para as mulheres em situação de coabitação, as informações que mais lhes interessam são os cuidados médicos e de saúde, segurança social e a vida familiar (tais como serviços de creche, culinária e etc.) a cem por cento. Entre as mulheres que voltaram a contrair segundas núpcias, as informações que mais lhes interessam são os investimentos, gestão financeira, finanças públicas e mercados financeiros (100%), seguidas daquelas sobre segurança social e vida familiar (tais como serviços de creche, culinária e etc.) (64,8%). Quanto às viúvas, as informações que mais lhe interessam são os cuidados médicos e de saúde (58,2%), seguidas daquelas sobre segurança social (48,9%).

Gráfico 4.34 Tipo de Informação em que estão mais interessada as mulheres (por estado civil)



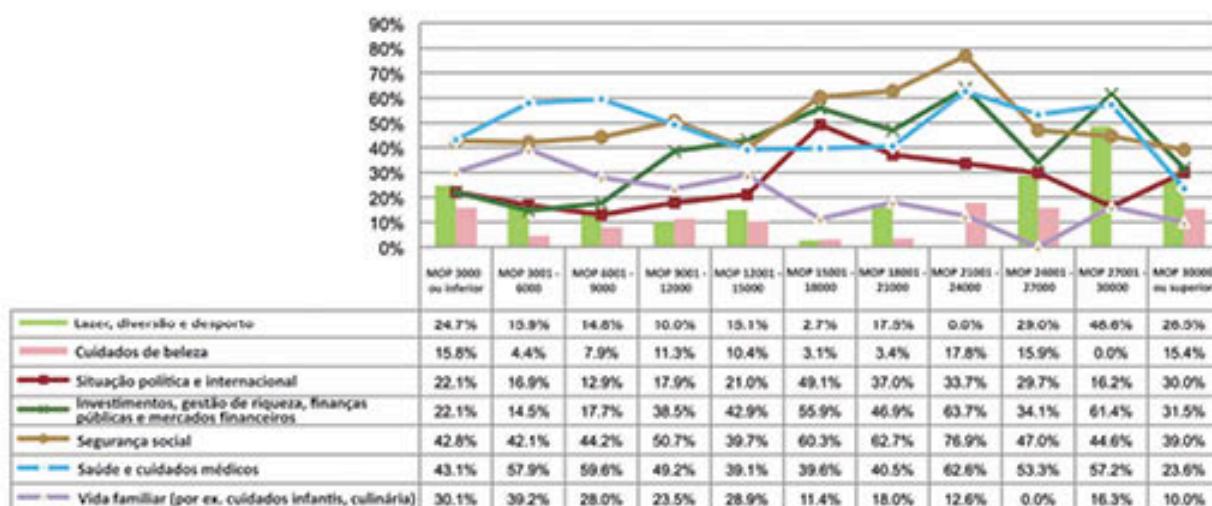
Informação que mais interessa às mulheres, por rendimento mensal

No que respeita à influência do rendimento mensal das mulheres, as mulheres que se interessam por informações sobre cuidados médicos e de saúde são as mulheres de grupos com baixos rendimentos, incluindo grupos com um rendimento mensal inferior a MOP3.000 (43,1%), com rendimentos de MOP3.001-6.000 (57,9%) e com rendimentos de MOP6.001-9.000 (59,6%) e, por outro lado, grupos com rendimentos elevados, incluindo grupos com rendimentos mensais de MOP21.001-24.000 (62,6%), de MOP24.001-27.000 (53,3%) e de MOP27.001-30.000 (57,2%).



As mulheres de grupos com rendimentos médios, incluindo com rendimentos de MOP9.001-12.000 (50,7%), com rendimentos de MOP15.001-18.000 (60,3%) e com rendimentos de MOP18.001-21.000 (62,7%) e as mulheres pertencentes ao grupo de rendimentos elevados, com rendimentos superiores a MOP30.000 (39%) preocupam-se na sua maior parte mais com a segurança social. Mulheres com rendimentos de MOP12.001-15.000 interessam-se por investimentos, gestão financeira, finanças e mercados financeiros, representando 42,9% (Gráfico 4.35).

Gráfico 4.35 Tipo de Informação em que estão mais Interessadas as mulheres (por rendimento pessoal mensal)



Informação que mais interessa às mulheres, por nível descolaridade

Em relação à escolaridade das mulheres, o estudo da área "Situação Política e Internacional" mostra que quanto mais elevada é a escolaridade das mulheres (excepto as pós-graduadas ou superior), mais se preocupam com as situações política e internacional. 38,2% das mulheres com licenciatura têm esse interesse, enquanto apenas 7,7% das mulheres com o ensino primário ou inferior mostram interesse por estes temas.

Na área "Investimento, Gestão Financeira, Finanças Públicas e Mercados Financeiros", o estudo mostra que quanto mais elevado é o nível de escolaridade das mulheres, maior é o seu envolvimento no que respeita esta informação. 65,2% das mulheres com pós-graduação ou superior mostram interesse, enquanto apenas 9,8% das mulheres ao nível do ensino primário ou inferior mostram interesse por este assunto.

Na área "Segurança Social", o que se constata, basicamente, é que, entre as mulheres, quanto mais elevado é o seu nível de escolaridade (exceptuando o ensino secundário júnior), mais se interessam pelo assunto. 55,9% das mulheres com pós-graduação ou superior e 42,8% das que possuem o ensino secundário júnior mostram interesse. Na área "Saúde e Assistência Médica", tomando o nível secundário sénior como linha da mediana, quanto menos escolaridade têm, mais se preocupam com a questão da "cuidados médicos e de saúde", abaixo da linha, enquanto quanto maior for a sua escolaridade, mais se interessam pelo assunto, acima da linha.



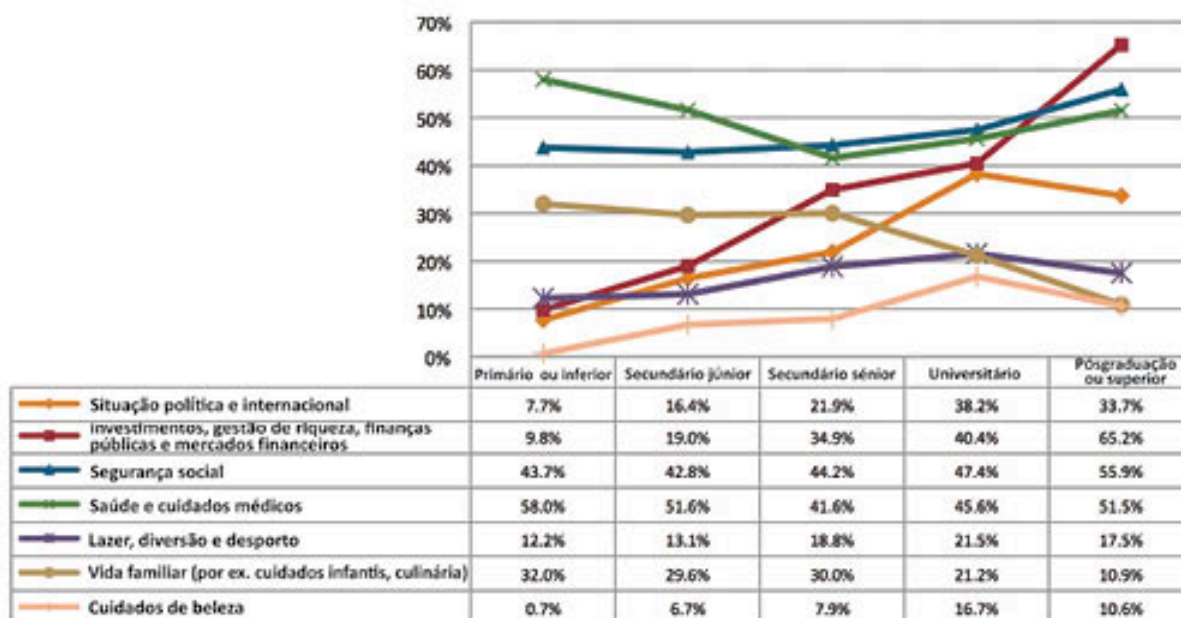


Na área "Lazer, Entretenimento e Desporto", o que se demonstra é que quanto mais elevado é o nível de escolaridade das mulheres (com excepção das pós-graduadas ou superior), mais se interessam por esta matéria. 21,5% das mulheres com licenciatura e apenas 12,2% das mulheres com o ensino primário ou inferior mostram interesse.

Na área "Vida Familiar" (tais como serviços de creche, culinária, etc.), o estudo, basicamente, indica que, considerando as mulheres com nível secundário sénior como linha da mediana, quanto mais baixa é a escolaridade, mais se interessam por informação sobre "Vida Familiar" abaixo da linha, mas quanto mais escolaridade tiverem, menos interesse demonstram pela informação, acima da linha. 32% das mulheres ao nível do ensino primário ou inferior mostram interesse, enquanto que apenas 10,9% das mulheres com pós-graduação ou superior revela interesse.

Na área "Cuidados de Beleza", tomando as mulheres com nível de escolaridade universitário como linha da mediana, revela que as mulheres com menor nível de escolaridade têm menos interesse por esta informação abaixo da linha, enquanto as mulheres com nível de escolaridade mais elevado mostram interesse, acima da linha. 16,7% das mulheres com escolaridade de nível universitário mostram interesse, enquanto apenas 0,7% daquelas com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior mostram interesse por este tema (Gráfico 4.36).

Gráfico 4.36 Tipo de Informação em que estão mais Interessadas as mulheres (por nível de escolaridade)

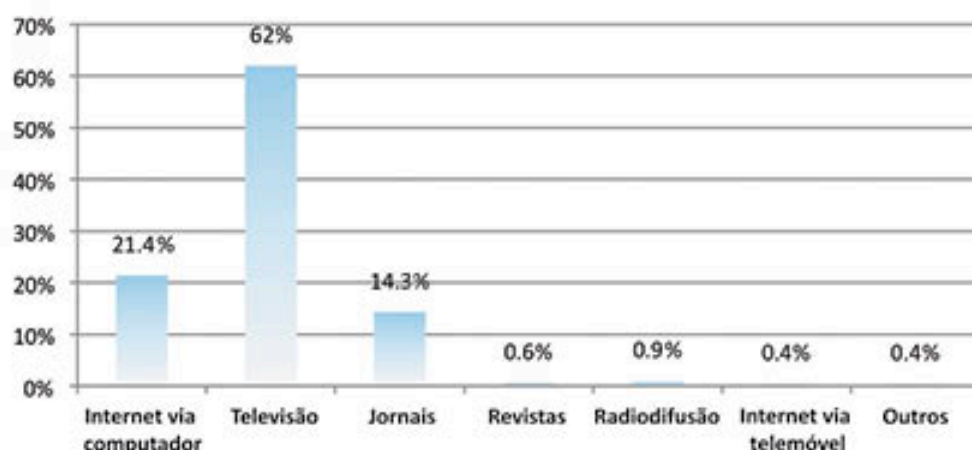




Media utilizados para obter informações gerais

Os media utilizados pelas inquiridas (Gráfico 4.37), por ordem decrescente, são: **Televisão (62%), Internet via Computador (21,4%), Jornais (14,3%), Radiodifusão (0,9%), Revistas (0,6%), Internet via Telemóvel e outros (0,4%).**

Gráfico 4.37 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa



Media utilizados pelas mulheres para obter informações, por grupo etário

Através da análise cruzada de dados, verifica-se que em relação à idade, as mulheres, com exceção daquelas com idades compreendidas entre os 18-24 anos, em outros grupos etários obtêm, principalmente, informações noticiosas através da televisão. Mulheres do grupo etário dos 18-24 anos obtêm informações, principalmente, através da internet via computador, em seguida, pela televisão e jornais (Gráfico 4.38). O estudo mostra que a televisão é a principal fonte de notícias para as mulheres de Macau, além disso, assume uma percentagem significativa o número de mulheres jovens que usa a internet como principal meio.

Na área "Televisão", tomando o grupo etário dos 18-24 anos como linha da mediana, quanto mais jovens as mulheres são, mais recorrem à televisão como meio para obter informações abaixo da linha, quanto mais idosas são, mais a utilizam, acima da linha.

82,1% das mulheres entre os 65-74 anos utilizam a televisão como media, enquanto apenas 43,8% das mulheres entre os 18-24 anos o fazem.

Na área "Internet via computador", tomando as mulheres com idades compreendidas entre os 18-24 anos como linha mediana, quanto mais idosas são, menos utilização fazem da internet através do computador para obter informações noticiosas, acima da linha. 46% das mulheres entre os 18-24 anos obtêm informações através da internet via computador, enquanto apenas 4,8% das mulheres dos 55-64 anos o fazem.

Na área "Jornais", tomando mulheres com idades entre os 45-54 anos como linha da mediana, quanto mais jovens são, menos obtêm informações através de jornais, abaixo da linha; quanto mais idosas são, menos obtêm informação, por este meio, acima da linha. 17,9%

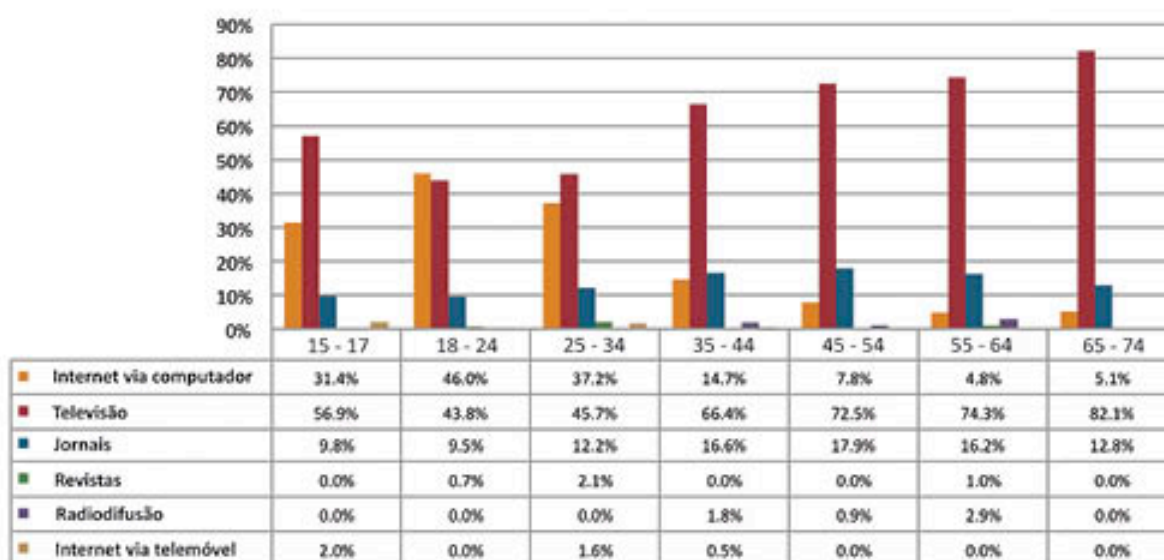




das mulheres entre os 45-54 anos obtêm informações através dos jornais, enquanto que apenas 9,5% das mulheres entre os 18-24 anos utilizam os jornais para obter informações.

Na área "Revistas", a percentagem mais elevada de mulheres que as utilizam como media é de 2,1% no grupo etário dos 25-34 anos, seguida de 1% no grupo etário dos 55-64 anos, 0,7% no grupo etário dos 18-24 anos, e 0% nos restantes grupos etários. Na área de "Radiodifusão", a maior percentagem de mulheres a utilizá-la como media é de 2,9% no grupo etário dos 55-64 anos, seguido por 1,8% no grupo etário dos 35-44 anos e 0,9% no grupo etário dos 45-54 anos e 0% nos outros. Na área "Internet via Telemóvel", 2% das mulheres do grupo etário dos 15-17 anos recolhem as suas informações por esta via, seguido de 1,6% no grupo etário dos 25-34 anos e 0,5% no grupo etário dos 35-44 anos, e 0% nos restantes.

Gráfico 4.38 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por idade)



Media utilizados pelas mulheres para obter informações, por estado civil

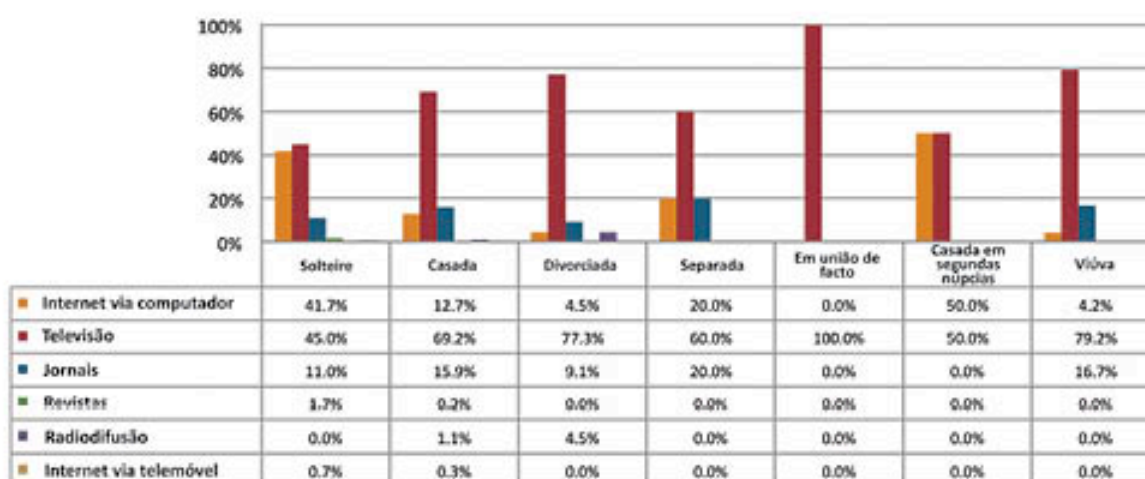
Relativamente à influência do estado civil, a televisão é o principal media para todas as mulheres, independentemente do estado civil e a percentagem de mulheres que se servem dela é superior a 45% (Gráfico 4.39). A televisão é o único meio de obtenção de informação entre mulheres em situação de coabitação sendo a percentagem de 100%, seguida de 79,2% entre as viúvas, 77,3% entre as divorciadas, 69,2% entre as casadas, 60% entre as separadas, 50% entre as que contraíram segundas núpcias e apenas 45% entre as solteiras.

Além disso, 41,7% das mulheres solteiras usam a "Internet via Computador" como media, seguida de 12,7% das mulheres casadas, 4,5% das mulheres divorciadas, 20% das mulheres separadas e 50% das mulheres que contraíram segundas núpcias. Ao mesmo tempo, a análise cruzada de dados mostra que 20% das mulheres separadas utiliza os "Jornais", como media, seguida de 16,7% das mulheres viúvas, 15,9% das mulheres casadas, 11% das mulheres solteiras e apenas 9,1% das mulheres divorciadas.



De acordo com as inquiridas, 1,7% das mulheres solteiras e 0,2% das mulheres casadas são as únicas mulheres que recorrem às "Revistas" como media para obtenção de informações. 1,1% das mulheres casadas e 4,5% das mulheres divorciadas são as únicas que usam a "Radiodifusão" como media. Não se verifica uma percentagem óbvia de mulheres de diferentes estados civis a recorrerem à "Internet via Telemóvel", como media, com 0,7% das mulheres solteiras e 0,3% das mulheres casadas, no Estudo de 2010.

Gráfico 4.39 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por estado civil)



Media utilizados pelas mulheres para obter informações, por rendimento mensal

Existe uma correlação entre o rendimento mensal das mulheres e o meio a que recorrem para obtenção de informações (Gráfico 4.40). A "Televisão, Internet via Computador e Jornais" assumem, nesta área, um papel muito importante.

Na área "Televisão" como media, excepto no que respeita à maioria dos grupos de rendimento elevado (rendimentos mensais de MOP21.001-24.000, MOP24.001-27.000 e MOP27.001-30.000), as mulheres de todos os outros grupos recorrem à "Televisão" como media principal. Por exemplo, 78% das mulheres com rendimentos de MOP3.001-6.000 recorrem à "Televisão", mas apenas 17,6% das mulheres com rendimentos de MOP 21.001-24.000 recorrem à televisão.

Os grupos de rendimentos elevados (rendimentos mensais de MOP21.001-24.000, MOP24.001-27.000 e MOP27.001-30.000) utilizam a "Internet via Computador" como principal meio para obtenção de informações. 62,5% das mulheres com rendimentos de MOP27.001-30.000, 52,9% das mulheres com rendimentos de MOP21.001-24.000 e 50% das mulheres com rendimentos de MOP24.001-27.000 utilizam a "Internet via Computador".

Na área "Jornais", mulheres de grupos com rendimentos mensais de MOP9.001-12.000, MOP21.001-24.000 e MOP24.001-27.000 apresentam percentagens mais elevadas, respectivamente: 22,8%, 23,5% e 25%.

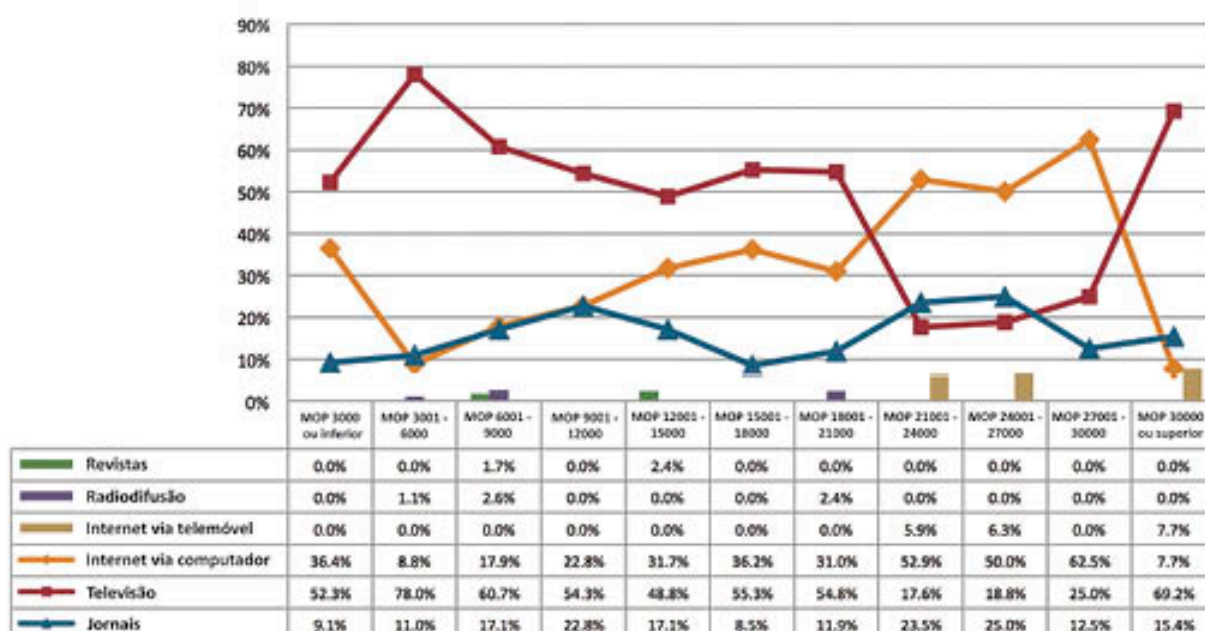
No que se refere à "Radiodifusão, Revistas e Internet via Telemóvel" como media, as percentagens de mulheres que utilizam a "Radiodifusão" dos grupos com rendimentos de MOP3.001-6.000, MOP6.001-9.000 e MOP18.001-21.000 são, respectivamente, de 1,1%, 2,6% e 2,4%. Na área "Revistas", 1,7% das mulheres com rendimentos de MOP6.001-9.000 e 2,4%





das mulheres com rendimentos de MOP12.001-15.000 recorrem às "Revistas". Apenas três grupos com rendimentos de MOP21.001-24.000, MOP24.001-27.000 e superior recorrem à "Internet via Telemóvel" como media, e as percentagens são, respectivamente, de 5,9%, 6,3% e 7,7%.

Gráfico 4.40 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por rendimento pessoal mensal)



Media utilizados pelas mulheres para obter informações, por nível de escolaridade

No que respeita à influência da escolaridade nas mulheres, na área "Televisão", quanto mais baixo é o nível de escolaridade das mulheres, mais elevada é a percentagem das que recorrem à televisão como media. 79,7% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário, 75,4% das que possuem escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, 58,4% das têm escolaridade ao nível do ensino secundário sénior, 40,3% das que têm habilitações de nível universitário e 36,6% das que possuem pós-graduação ou superior obtêm informações através da televisão.

Na área "Internet através do Computador", o estudo revela que quanto mais baixo é o nível de escolaridade, menos as mulheres recorrem à "Internet via Computador". 3,6% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 9,8% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, 25,9% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior, 41,2% das mulheres com escolaridade ao nível universitário e 39% das mulheres com pós-graduação ou superior recorrem à internet via computador como meio para obtenção de informação.

Na área "Jornais", tomando as mulheres com escolaridade ao nível da licenciatura como linha da mediana, o estudo revela que quanto mais baixa é a escolaridade das mulheres, mais elas recorrem aos "Jornais" como media abaixo da linha, ao passo que quanto maior for o nível de escolaridade, menos elas recorrem a este media. A percentagem de mulheres que recorrem aos jornais como media, com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, é de 14,6%, relativamente às mulheres com escolaridade ao nível do secundário júnior é de 13,3%, ao nível do secundário sénior é de 13,7%, sendo ao nível universitário de 16,3% e com escolaridade ao nível da pós-graduação ou superior de 14,6%.

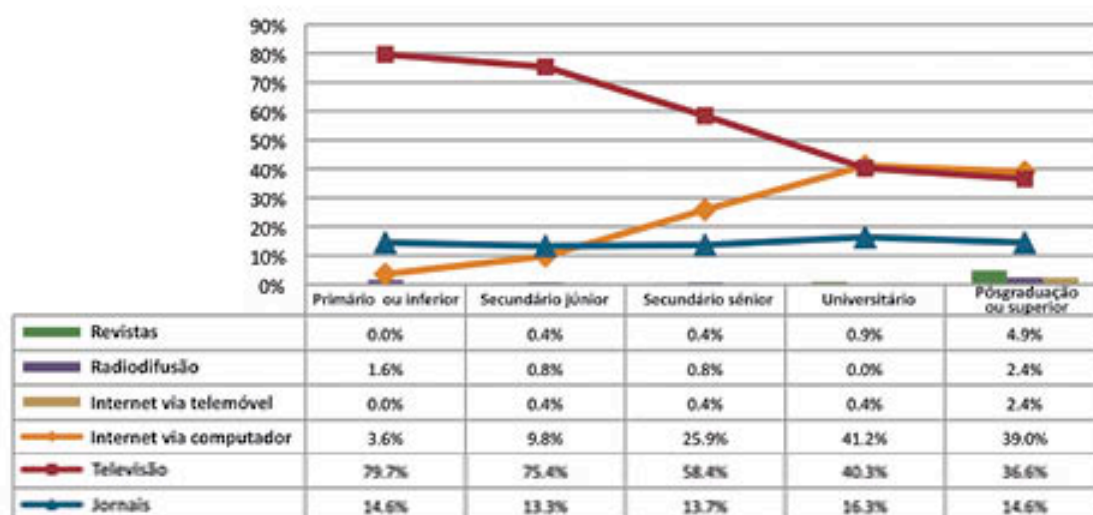


Na área "Radiodifusão", tomando as mulheres com escolaridade ao nível da licenciatura como linha da mediana, constata-se que quanto mais baixa é a escolaridade das mulheres, mais elas recorrem à "Radiodifusão" como media, abaixo da linha. 1,6% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior recorrem à radiodifusão e o mesmo acontece a 0,8% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior e a 2,4% das mulheres com pós-graduação ou superior, ao passo que a percentagem de mulheres com escolaridade ao nível universitário é nula.

Na área de "Revistas", a percentagem das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior ou sénior é a mesma, 0,4%. 0,9% das mulheres com escolaridade ao nível universitário e 4,9% das que possuem escolaridade ao nível da pós-graduação ou superior obtêm informações através de revistas.

Na área "Internet via Telemóvel", a percentagem das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior ou sénior e universitário é a mesma, 0,4%. A percentagem mais alta é de 2,4% das mulheres com pós-graduação ou superior (Gráfico 4.41).

Gráfico 4.41 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por nível de escolaridade)



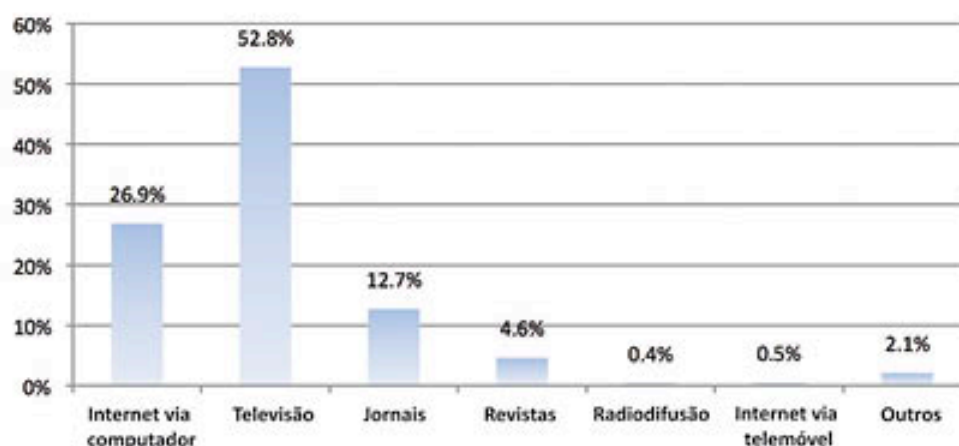
Media utilizados para obter informações sobre lazer

A televisão é o principal media onde as mulheres obtêm informações sobre lazer (Gráfico 4.42). 52,8% das inquiridas escolhem a televisão como media, 26,9% delas escolhem a internet via computador, 12,7% escolhem jornais e as restantes escolhem as revistas (4,6%), radiodifusão (0,4%) e internet via telemóvel (0,5%).





Gráfico 4.42 Meio de Comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer



Media utilizados pelas mulheres para obter informações sobre lazer, por grupo etário

Após análise cruzada de dados, relativamente à influência da idade e tomando as mulheres com idades entre os 35-44 anos como linha da mediana, quanto mais jovens são as mulheres, mais recorrem à "Internet via computador" para obter informações sobre lazer, acima da linha, quanto mais idosas são as mulheres, mais recorrem à "Televisão" para obtenção deste tipo de informações (Gráfico 4.43).

Na área "Televisão", quanto mais jovens são as mulheres, menos tendem a obter informações sobre lazer através da "Televisão". 30% das mulheres do grupo etário dos 15-17 anos e 86,5% das mulheres do grupo etário dos 65-74 anos recorre à televisão como media.

Na área de "Internet através do computador", constata-se que, tendo em conta as mulheres com idades superiores às do grupo etário dos 18-24 anos, quanto mais idosas são, menos acedem à informação através da "Internet via Computador". 62,2% das mulheres do grupo etário dos 18-24 anos recorre àquele meio, e a percentagem é nula no grupo etários dos 65-74 anos.

Na área "Jornais", tomando as mulheres com idades entre os 45-54 anos como linha da mediana, quanto mais jovens são, menos tendem a aceder às informações sobre lazer através dos jornais, abaixo da linha, quanto mais idosas são, menos acedem às informações através dos jornais, acima da linha. 20,3% das mulheres do grupo etário dos 45-54 anos recorrem aos jornais para obtenção de informações, enquanto que no grupo etário dos 15-17 anos apenas 2% o faz.

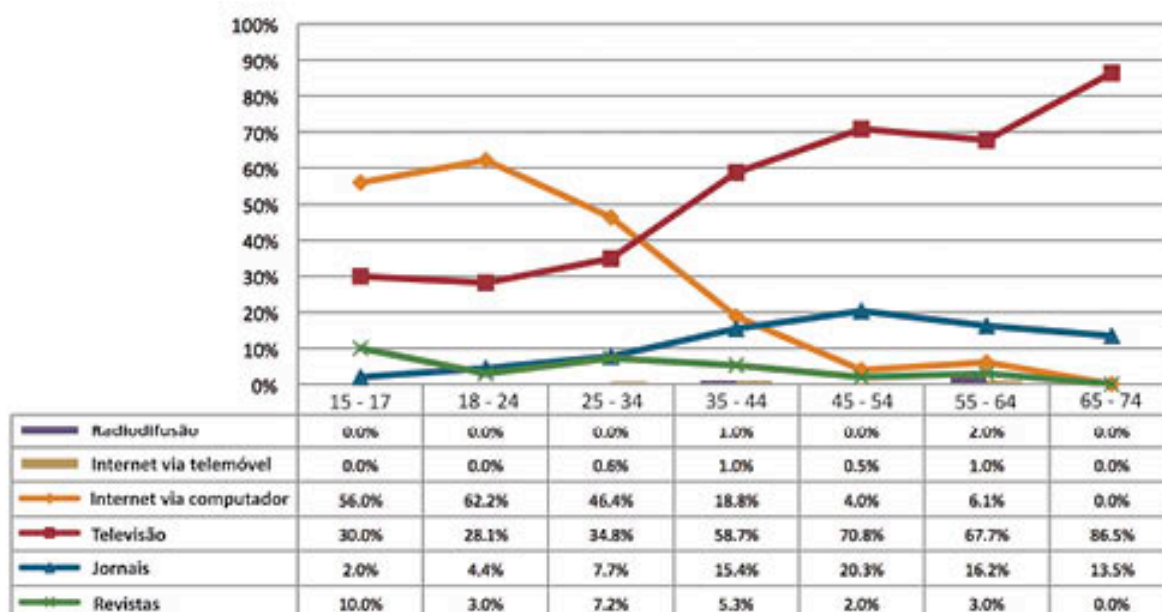
Na área "Revistas", não há nenhuma correlação óbvia, com três grupos etários encabeçando a lista: o grupo etário dos 15-17 anos (10%), o grupo etário dos 25-34 anos (7,2%) e o grupo etário dos 35-44 anos (5,3%).

Na área "Radiodifusão", 2% das mulheres entre os 55 e 64 anos recorrem a este meio para obtenção de informações, seguida de 1% das mulheres do grupo etário dos 35-44 anos e 0% nos restantes grupos.

Na área "Internet via Telemóvel", a percentagem de mulheres que a ela recorrem como media, nos grupos etários dos 35-44 anos e dos 55-64 anos é a mesma, 1%, seguido de 0,6% das mulheres do grupo etário dos 25-34 anos.



Gráfico 4.43 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por idade)



Media utilizados pelas mulheres para obter informações sobre lazer, por estado civil

No que respeita a influência do estado civil, com excepção das solteiras, mais de 59% das mulheres com outros estados civis obtêm informações através da televisão (Gráfico 4.44). 100% das mulheres em situação de coabitação e segundas núpcias revelam nitidamente a necessidade de obter informações através da televisão, seguida por 78,3% das viúvas, 61,9% das casadas, 60% das separadas, 59,1% das divorciadas e 32% das solteiras. Além disso, as solteiras são mais dependentes da "Internet via computador" para obter informações sobre lazer do que as outras, ascendendo a percentagem a 54,8%, enquanto que 20% vai para as separadas, 14,7% para as casadas e apenas 4,5% das divorciadas utilizam para obtenção de informação a internet via computador.

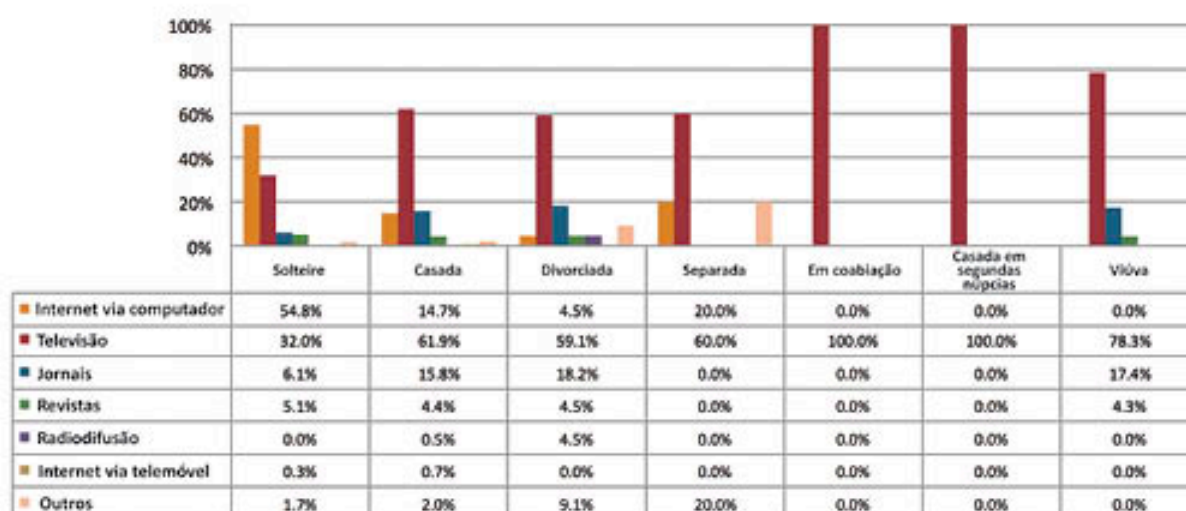
Ao mesmo tempo, a análise cruzada de dados revela que as mulheres divorciadas (18,2%) e as viúvas (17,4%) privilegiam os "Jornais" como media para aceder a informações sobre lazer, mas apenas 15,8% das casadas e somente 6,1 % das solteiras o faz.

Apenas as solteiras (5,1%), as casadas (4,4%), as divorciadas (4,5%) e as viúvas (4,3%) obtêm informações sobre lazer através de "Revistas", com percentagens nulas nos restantes estados civis. Apenas as mulheres casadas e divorciadas recorrem à "Radiodifusão" como media. As percentagens são, respectivamente, de 0,5% e 4,5%. 0,3% das solteiras e 0,7% das mulheres casadas recorrem à "Internet via Telemóvel" como media e nos restantes estados civis a percentagem é nula.





Gráfico 4.44 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por estado civil)



Media utilizados pelas mulheres para obter informações sobre lazer, por rendimento mensal

Não se nota qualquer correlação óbvia entre o rendimento mensal das mulheres e o media preferencial a que recorrem para obter informação sobre lazer, como o (Gráfico 4.45) indica.

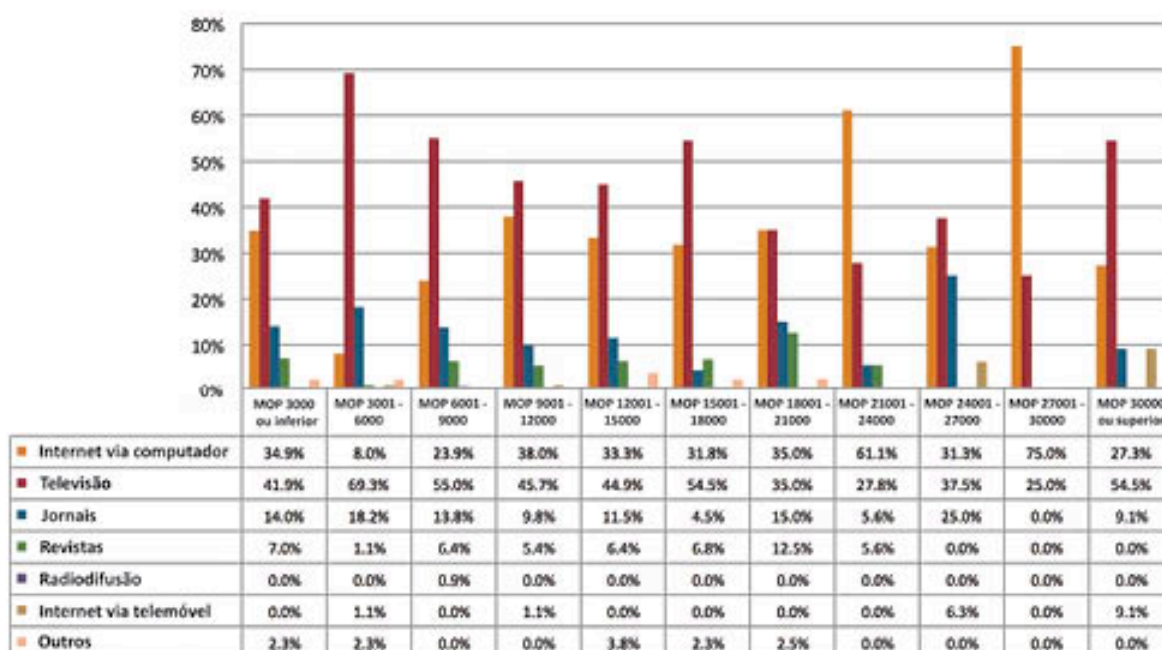
Na área "Televisão" como media, há 69,3% de mulheres com rendimentos mensais de MOP3.001-6.000, 55% de mulheres com um rendimento de MOP6.001-9.000, 54,5% com rendimentos de MOP15.001-18.000 e 54,5% com um rendimento superior a MOP30.000. A percentagem de mulheres com rendimentos inferiores a MOP3.000, MOP9.001-12.000 e MOP12.001-15.000 a recorrerem à "Televisão" como media é de, respectivamente, 41,9%, 45,7% e 44,9%.

Na área "Jornais", 25% das mulheres com rendimentos mensais de MOP24.001-27.000 recorrem aos jornais, encabeçando a lista, seguido por 14% das mulheres com um rendimento inferior a MOP3.000, 18,2% das mulheres com um rendimento de MOP3.001-6.000, 13,8% das mulheres com um rendimento de MOP6.001-9.000, 11,5% das mulheres com um rendimento de MOP12.001-15.000 e 15% das mulheres com um rendimento de MOP18.001-21.000, sendo a percentagem de mulheres de outros grupos, no total, inferior a 10%.

Na área "Revistas", 12,5 % das mulheres com rendimento mensal de MOP18.001-21.000 utilizam as revistas como media, classificando-se à cabeça, seguido por 7% das mulheres com um rendimento inferior a MOP3.000. Não há nenhuma influência óbvia da "Radiodifusão" como media, com apenas 0,9% das mulheres com um rendimento de MOP6.001-9.000 a recorrerem a ela. Na área "Internet via Telemóvel", 9,1% das mulheres com um rendimento mensal superior a MOP30.000 encabeçam a lista, seguido de 6,3% das mulheres com rendimentos de MOP24.001-27.000, e o restante não é evidente.



Gráfico 4.45 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por rendimento pessoal mensal)



Media utilizados pelas mulheres para obter informações sobre lazer, por nível de escolaridade

O nível de escolaridade das mulheres como factor determinante, mostra, na área "Televisão" que quanto menor for o nível de escolaridade das mulheres, mais elas recorrem à "Televisão", como media. 75% das mulheres com o nível de ensino primário ou inferior obtêm informações de entretenimento através da televisão, e 65% das que possuem o ensino secundário júnior, 48,8% das que têm o ensino secundário sénior, 30,1% das de nível universitário e 29,3% das que tem pós-graduação ou superior.

Na área "Internet via computador" constata-se que quanto menor for o nível de escolaridade das mulheres, menos elas recorrem à internet através do computador como media. 3,9% das mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 15,2% das que têm escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, 29,7% das que têm o ensino secundário sénior, 49,8% das que têm escolaridade a nível universitário e 53,7% das que tem escolaridade ao nível de pós-graduação ou superior recorrem à internet via computador.

Entretanto, na área "Jornais", quanto menor for a escolaridade das mulheres, mais elas recorrem aos jornais como media.

Na área "Revistas", tomando as mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior como linha da mediana, quanto menor for a escolaridade, menos estas recorrem às revistas como media, abaixo da linha, e quanto maior o nível de escolaridade, menos recorrem, acima da linha. A percentagem de mulheres que recorrem às revistas como fonte de informação, com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior é de 2,2%, com o ensino secundário júnior é de 3,7%, com o secundário sénior é de 6,9%, com nível universitário é de 5,2% e com pós-graduação ou superior é de 4,9%.

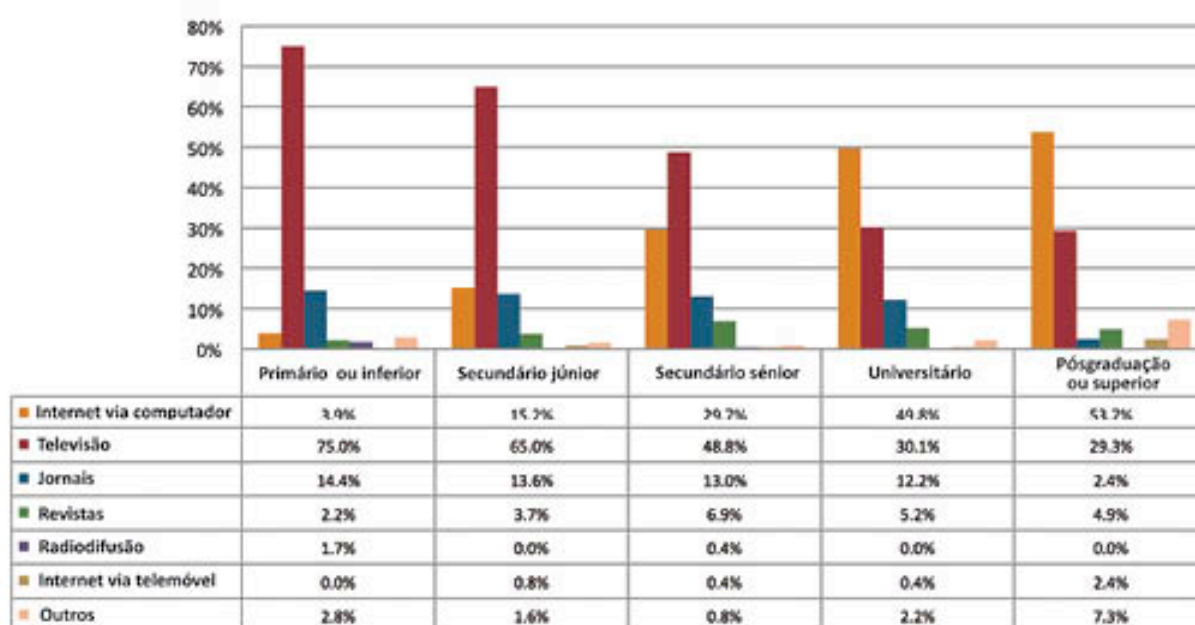




Na área "Radiodifusão", a percentagem de mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior é de 1,7% e com escolaridade ao nível do secundário sénior é de 0,4%.

Na área "Internet via computador", a percentagem das mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário sénior e ao nível universitário é a mesma, de 0,4%. A maior percentagem, 2,4%, pertence a mulheres com nível de pós-graduação ou superior, encabeçando a lista, seguido por 0,8%, com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior (Gráfico 4.46).

Gráfico 4.46 Meio de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por nível de escolaridade)





V. Saúde física e mental

Avaliação da condição de saúde física

54% das mulheres consideram que sua saúde física é razoável, 36,1% consideram que a sua saúde física é boa e 9,5% pensam que o seu estado de saúde não é bom (Gráfico 5.1). É importante notar que, em comparação com 2008 (Gráfico 5.2), a percentagem de mulheres que acreditam que seu estado de saúde física e mental é bom diminuiu de forma drástica, de 48,4% para 12,3 pontos percentuais

De acordo com análise cruzada de dados, esta revela que não há correlação entre o rendimento mensal das mulheres, a idade e a saúde física (Gráfico 5.3). Mais de metade das mulheres entre os 18-24 anos (51,1%) e entre os 25-34 anos (51,3%) acredita que estão em "bom estado de saúde física". As mulheres com idades entre os 65-74 anos consideram que o seu estado de saúde física "não é bom" representando a percentagem maior, 22,7%. Além disso, no grupo com idades entre os 35-44 anos, a percentagem de mulheres que pensam que a sua saúde "não é boa" tende a aumentar com a idade.

61,5% das mulheres com um rendimento mensal de MOP30.001 ou superior acreditam usufruir de boa saúde física, encabeçando a lista. Além disso, nenhuma das mulheres com rendimentos mensais de MOP21.001-24.000 ou MOP24.001-27.000 consideram que a sua saúde "não é boa". 13,3% das mulheres com um rendimento de MOP3.000 ou inferior e 12,9% das mulheres com rendimentos de MOP3.001-6.000 consideram que a sua saúde "não é boa", encabeçando a lista.

Gráfico 5.1 Avaliação da condição física das mulheres de Macau

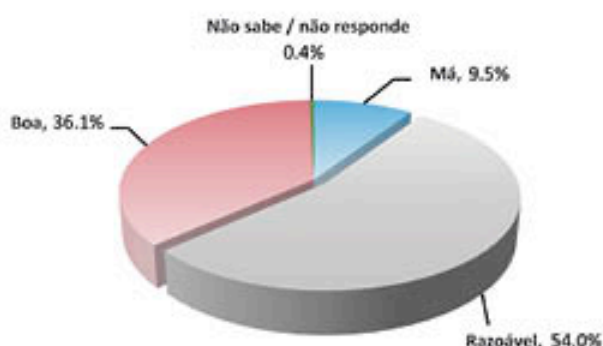


Gráfico 5.2 Actual condição física e mental (2008)



Nota : Os problemas analisados em 2008 reportam-se mais à questão da saúde física, enquanto em 2010 reportam-se mais a questões do foro psicológico e social.



Gráfico 5.3 Avaliação da condição física das mulheres de Macau (por idade)

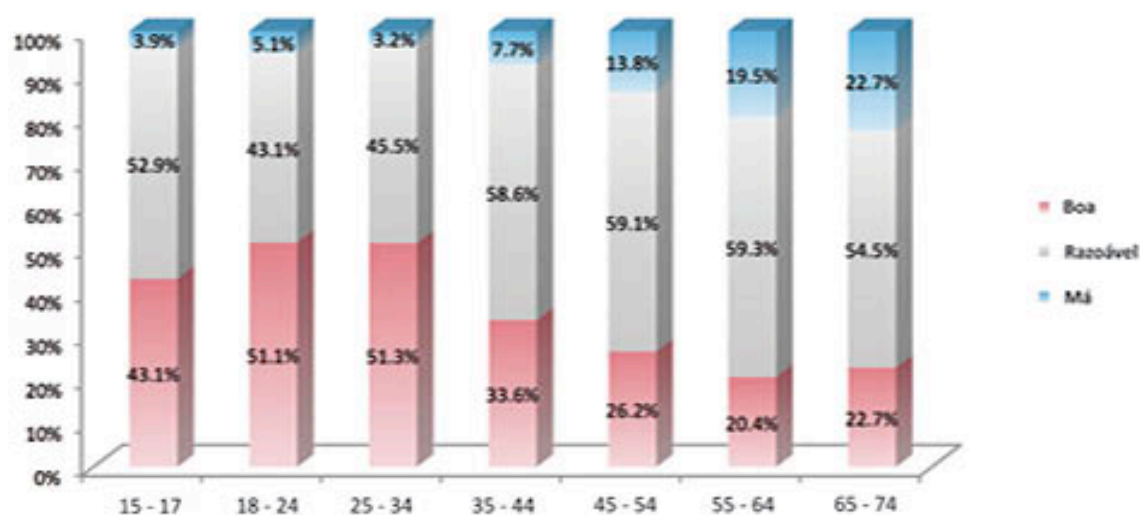
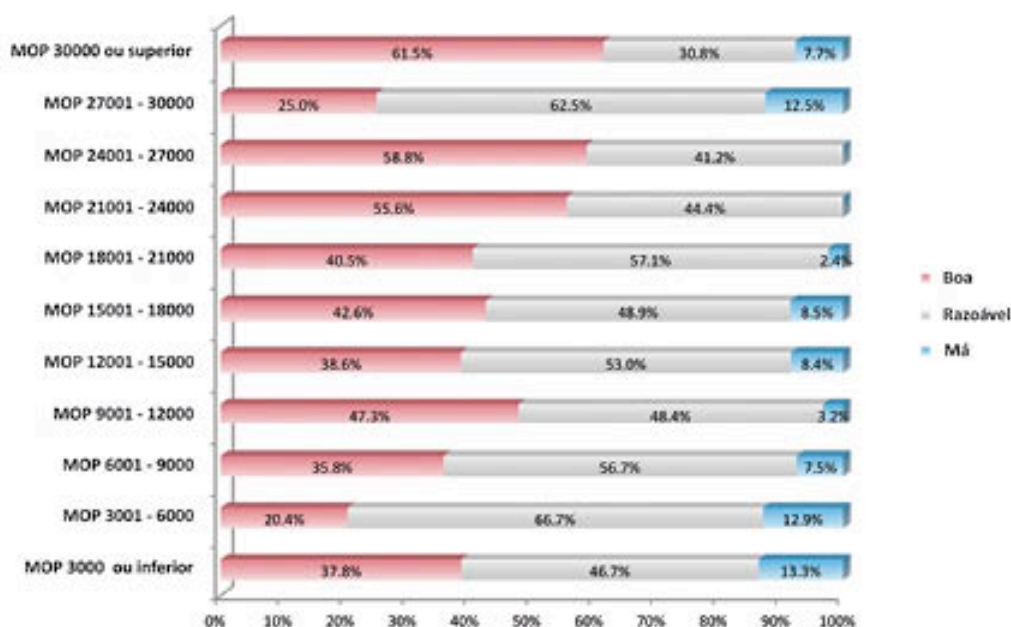


Gráfico 5.4 Avaliação da condição física (por rendimento pessoal mensal)





Avaliação da condição de saúde mental

Cerca de metade (47,8%) das mulheres de Macau acreditam que estão em "bom" estado de saúde mental. 45,4% afirma que a sua saúde mental é "razoável" e apenas 6% considera que "não é boa" (Gráfico 5.5).

De acordo com análise cruzada de dados, esta revela que não há correlação entre o grupo etário, o rendimento pessoal mensal das mulheres e o seu estado de saúde mental. Mulheres com idades entre os 15-17 anos, 18-24 anos e 25-34 anos consideram-se com boa saúde mental e as percentagens estão próximas dos 60%, sendo, respectivamente, de 57,7%, 59,9% e 58,5%. Mas 13,6% das mulheres do grupo etário dos 65-74 anos consideram que a sua saúde mental "não é boa", encabeçando a lista (Gráfico 5.6).

92,3% das mulheres com rendimentos mensais de MOP30.001 ou superior considera que está de boa saúde mental, encabeçando a lista. É importante realçar que apenas 29% das mulheres com rendimentos mensais no escalão MOP3,001-6,000 considera a sua saúde mental "boa" e somente 9,7% considera que "não é boa", encabeçando a lista dos grupos por rendimento mensal que considera que a saúde mental "não é boa" (Gráfico 5.7).

Gráfico 5.5 Avaliação da saúde mental

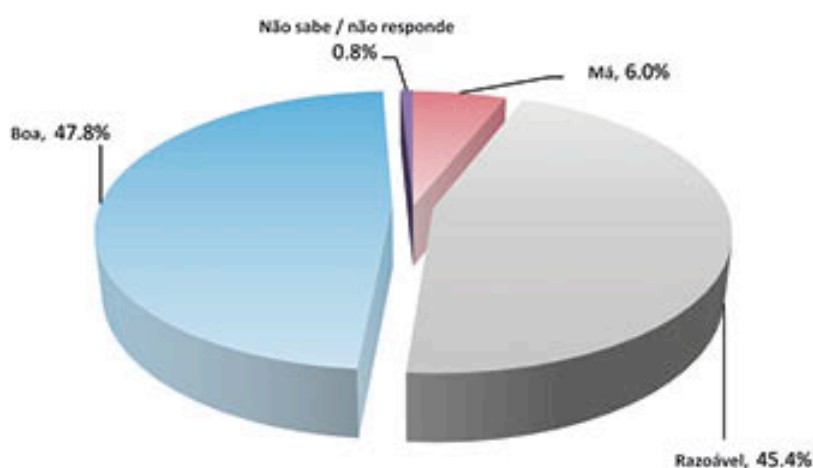




Gráfico 5.6 Avaliação da condição mental (por idade)

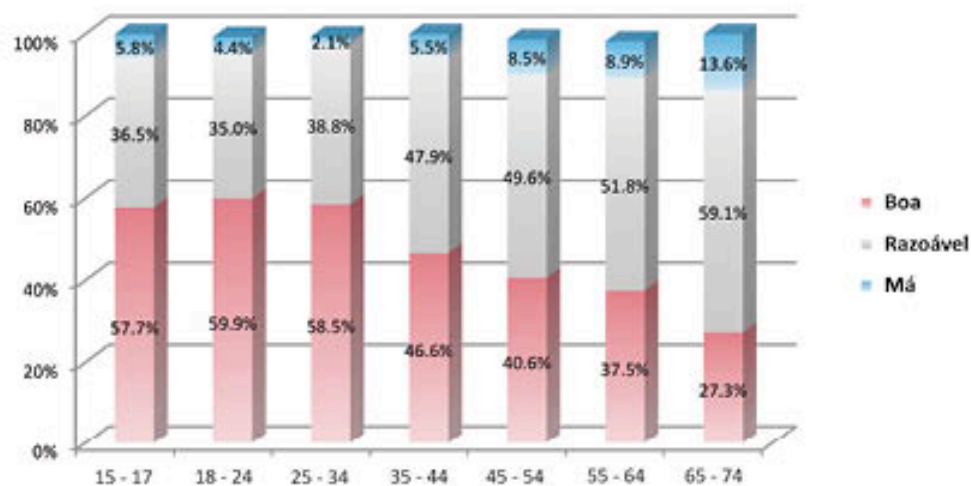
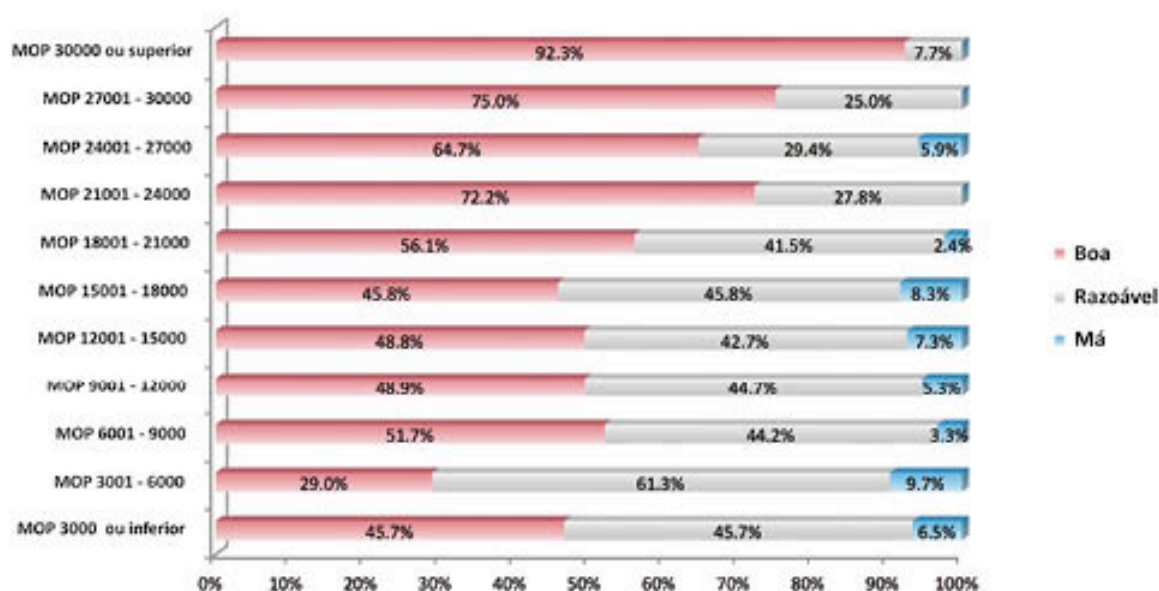


Gráfico 5.7 Avaliação da saúde mental (por rendimento pessoal mensal)

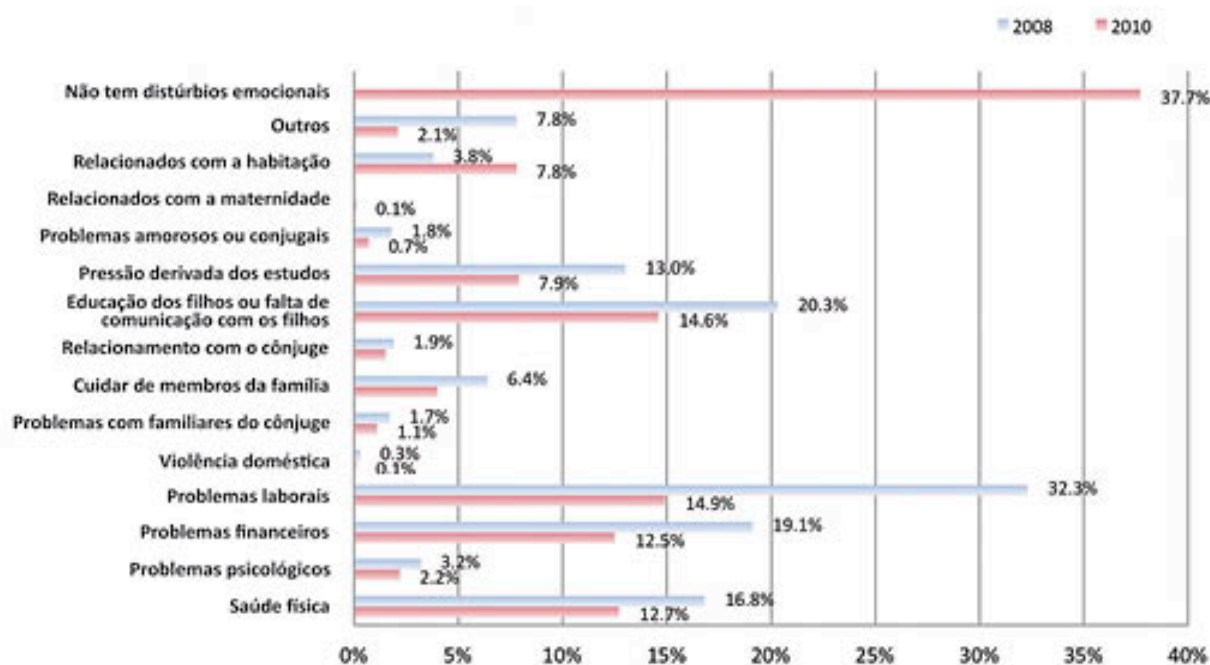




Problemas emocionais das mulheres

Em 2010, 37,7% das mulheres consideram não ter qualquer problema emocional (Gráfico 5.8). 14,6% delas têm perturbações emocionais causados pela educação dos filhos, 14,9% têm problemas de comunicação, 12,5% tem problemas relacionados com a actividade profissional e 12,7% das inquiridas têm problemas emocionais causados por questões financeiras e problemas de saúde física. O panorama é semelhante aos resultados registados em 2008, quando 32,3% das inquiridas revelava que os seus problemas emocionais estavam relacionados, na sua maioria, com o trabalho, seguido pela educação dos filhos ou problemas de comunicação, representando 20,3%, e 19,1% alegavam problemas emocionais causados por questões económicas.

Gráfico 5.8 Problema(s) que causa(m) mais distúrbios emocionais



Nota : existe a opção "Ausência de Problemas Emocionais", verificada em 2008

Verifica-se através da análise cruzada de dados que não há correlação entre problemas emocionais e idade, rendimento mensal ou actividade profissional. Mas entre as mulheres com idades entre os 15-17 anos, 59,3% disse sofrer de problemas relacionados com os estudos, principalmente porque se tratam de mulheres em idade escolar. A partir do grupo etário dos 35-44 anos, a percentagem de mulheres com problemas de saúde física aumenta, com 24,2% das mulheres com idades entre os 55-64 anos a revelarem problemas. 24% das mulheres entre os 25-34 anos sofrem, na sua maioria, de problemas laborais, enquanto 32,2% das mulheres com idades entre os 35-44 anos têm, principalmente, problemas relacionados com a educação dos filhos ou problemas de comunicação (Gráfico 5.9).

É interessante referir que as mulheres na situação de entidade patronal das inquiridas não revelam ter qualquer problema emocional (Gráfico 5.10). Além do mais, 45,1% das empregadas de nível médio e 30,4% das mulheres com altos cargos de direcção são, na sua maioria, mulheres com problemas laborais, estando no topo de todas as categorias profissionais.





Gráfico 5.9 Distúrbios emocionais (por idade)

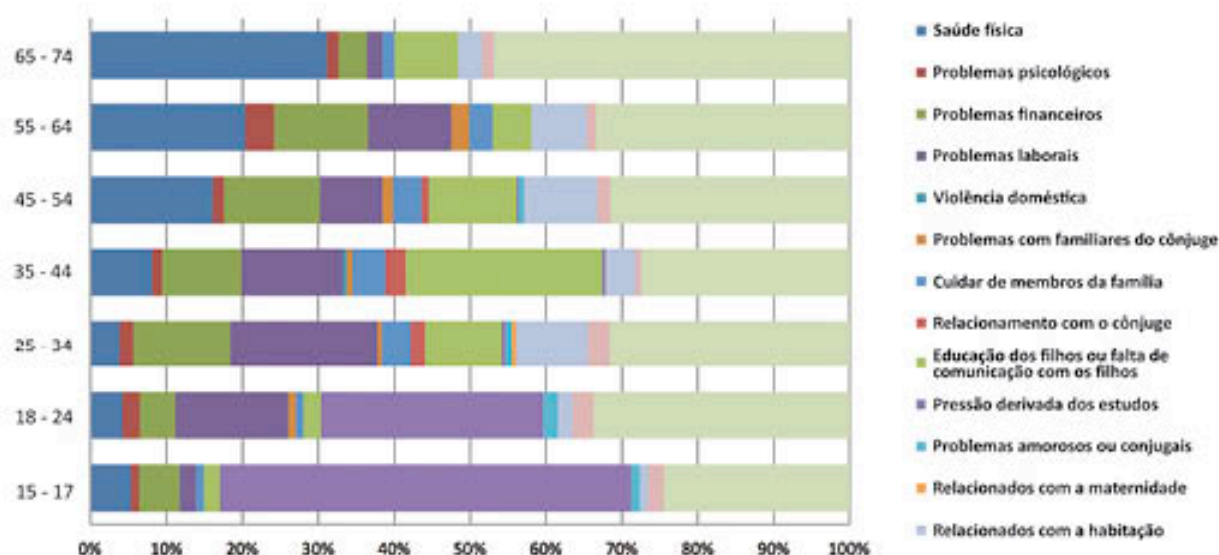


Gráfico 5.10 Distúrbios emocionais (por profissão)

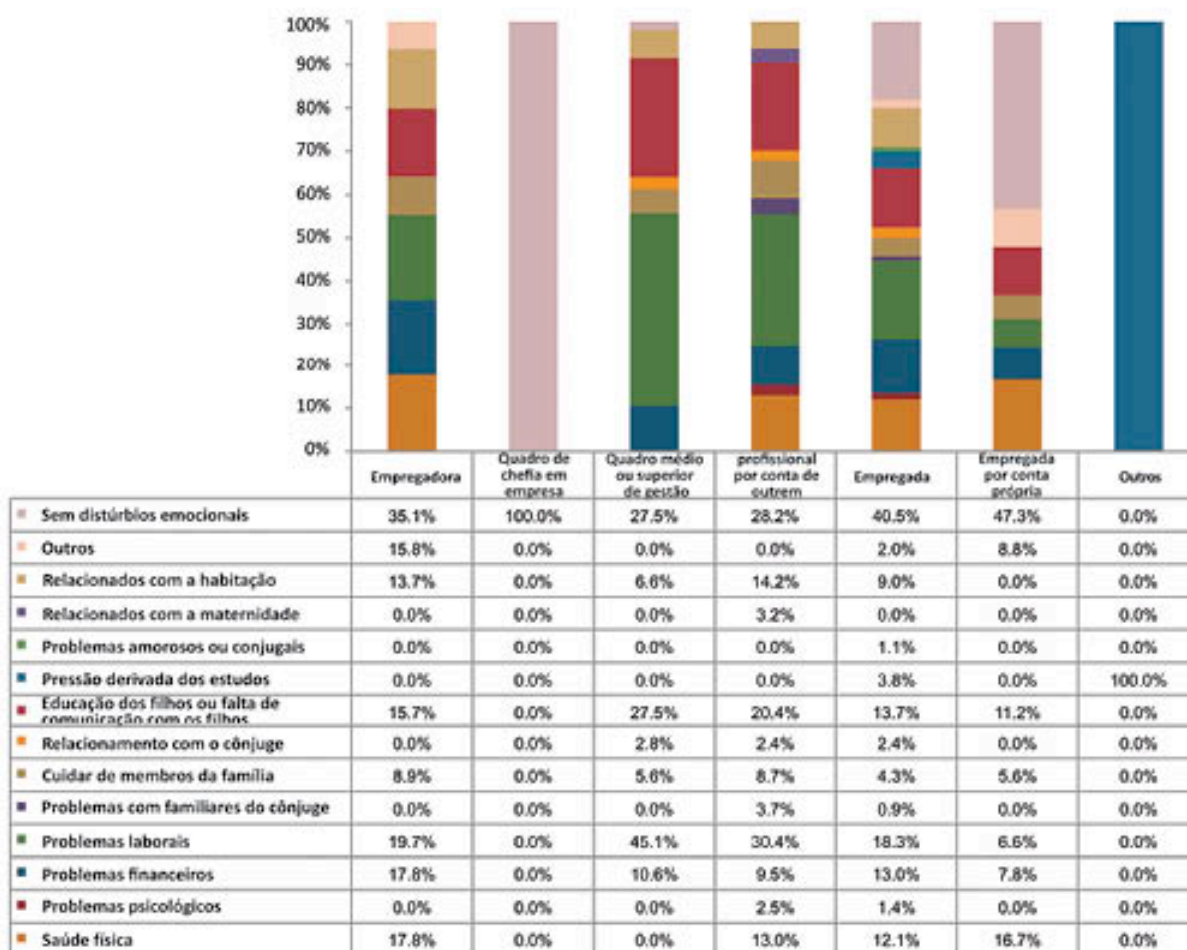
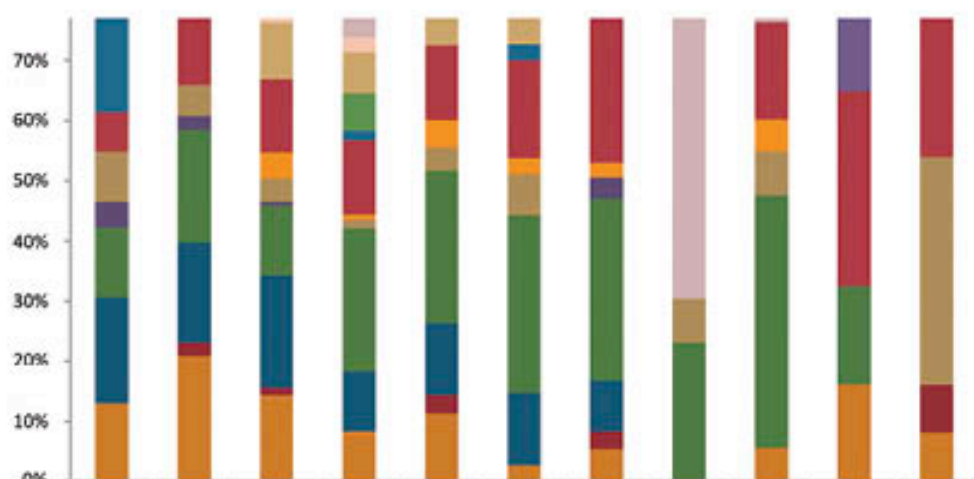




Gráfico 5.11 Distúrbios emocionais (por rendimento pessoal mensal)



	MOP 3000 ou inferior	MOP 3001 - 6000	MOP 6001 - 9000	MOP 9001 - 12000	MOP 12001 - 15000	MOP 15001 - 18000	MOP 18001 - 21000	MOP 21001 - 24000	MOP 24001 - 27000	MOP 27001 - 30000	MOP 30000 ou superior
Sem distúrbios emocionais	28.7%	21.4%	42.6%	44.5%	41.6%	41.5%	32.7%	76.9%	30.8%	51.3%	44.2%
Outros	3.5%	3.3%	1.6%	2.4%	1.8%	2.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Relacionados com a habitação	5.9%	15.4%	9.3%	6.8%	4.7%	12.1%	18.7%	0.0%	0.0%	0.0%	10.0%
Relacionados com a maternidade	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	16.3%	0.0%
Problemas amorosos ou conjugais	0.0%	0.0%	0.0%	6.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Pressão derivada dos estudos	29.4%	8.5%	0.0%	1.6%	0.0%	2.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Educação dos filhos ou falta de comunicação com os filhos	6.6%	17.3%	12.2%	12.3%	12.4%	16.2%	28.8%	0.0%	16.1%	32.5%	25.8%
Relacionamento com o cônjuge	0.0%	0.0%	4.4%	0.9%	4.6%	2.7%	2.5%	0.0%	5.4%	0.0%	0.0%
Cuidar de membros da família	8.3%	5.2%	3.8%	1.4%	3.8%	6.8%	0.0%	7.2%	7.2%	0.0%	37.9%
Problemas com familiares do cônjuge	4.3%	2.2%	0.7%	0.0%	0.0%	0.0%	3.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Problemas laborais	11.6%	18.8%	11.5%	23.8%	25.4%	29.5%	30.2%	23.1%	42.0%	16.2%	0.0%
Problemas financeiros	17.6%	16.6%	18.7%	9.9%	11.9%	12.1%	8.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Problemas psicológicos	0.0%	2.2%	1.2%	0.0%	3.1%	0.0%	3.0%	0.0%	0.0%	0.0%	7.9%
Saúde física	13.0%	20.9%	14.4%	8.4%	11.3%	2.7%	5.4%	0.0%	5.6%	16.2%	8.2%

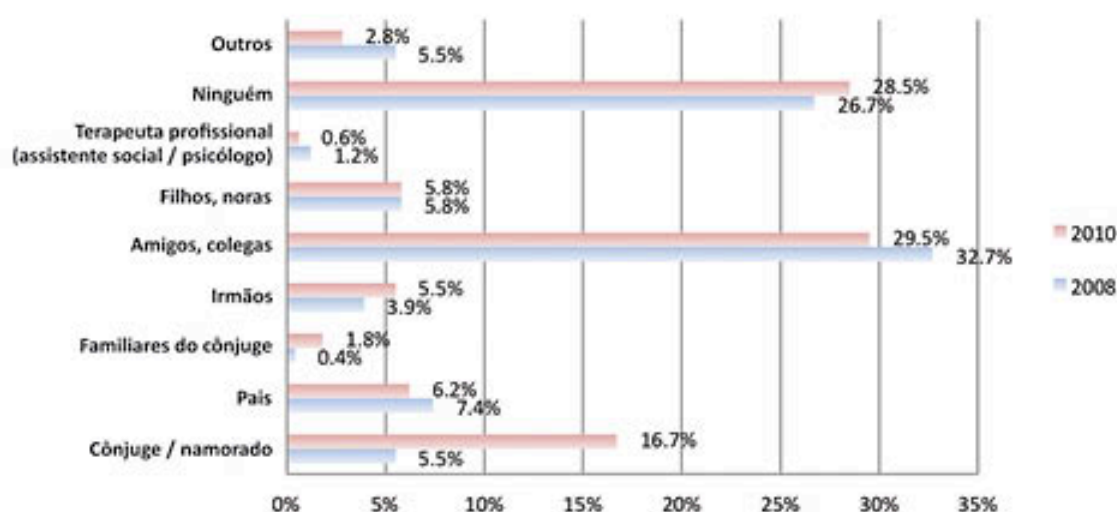
A quem recorrem as mulheres para apoio emocional

Em 2010, 29,5% das mulheres tendem a recorrer aos amigos ou colegas para obter apoio emocional, mas 28,5% das mulheres afirmaram não ter a quem recorrer quando se deparam com problemas emocionais. A percentagem de "ninguém a quem recorrer para apoio" aumentou 1,8 pontos percentuais em relação a 2008 (26,7%). Apenas 0,6% das mulheres recorrem ao apoio emocional por parte de conselheiros profissionais, um decréscimo de 0,6 pontos percentuais, em comparação com a percentagem de 2008 (1,2%) (Gráfico 5.12)



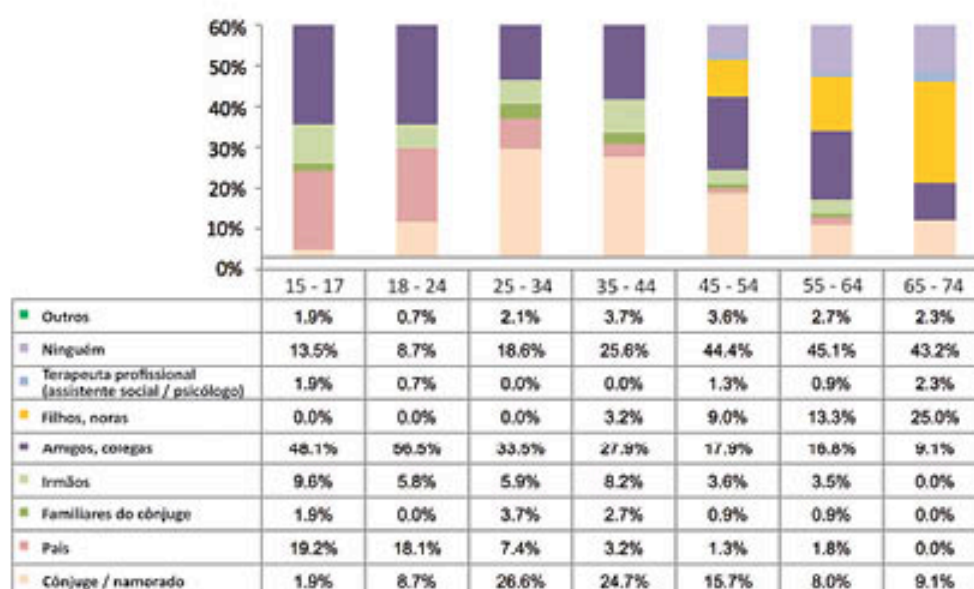


Gráfico 5.12 Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional



A análise cruzada de dados revela que não há correlação entre as pessoas a quem as mulheres tendem a recorrer para efeitos de apoio emocional e a idade, rendimento mensal ou actividade profissional. As mulheres com idades entre os 15-17 anos e 18-24 anos recorrem mais aos pais para apoio e consolo, **mas após os 25 anos, a percentagem de mulheres que recorre aos pais para apoio emocional diminui**. 48,1% das mulheres com idades entre os 15-17 anos, 56,5% entre os 18-24 anos e 33,5% com idades entre os 25-34 anos preferem recorrer aos amigos e colegas para obter apoio emocional. **À medida que a idade avança, as mulheres sentem que contam com menos apoio dos amigos ou colegas. Mas, em cada grupo etário, há sempre algumas mulheres que sentem não ter ninguém a quem recorrer para apoio emocional. Mais de 40% das mulheres com idades entre os 45-54 anos (44,4%), os 55-64 anos (45,1%) e 65-74 anos (43,2%) estão em situação especial de risco** (Gráfico 5.13).

Gráfico 5.13 Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por idade)





51,2% das mulheres solteiras e 50% das mulheres que contraíram segundas núpcias recorrem a amigos e colegas quando enfrentam problemas emocionais e também consideram que são aqueles em quem podem confiar emocionalmente. Mas 50% das mulheres casadas em segundas núpcias também pensam não ter ninguém a quem recorrer, em percentagem idêntica à das mulheres que vivem em situação de coabitação. 52,2% das divorciadas e 46,4% das viúvas acreditam que ninguém as pode ajudar, situação esta considerada muito grave. Apenas 4,3% das divorciadas e 3,6% das viúvas afirmou recorrer a conselheiros profissionais para apoio emocional (Gráfico 5.14).

É importante notar que 46,7% das trabalhadoras por conta própria e 33,3% das mulheres que são entidade patronal não têm a quem recorrer quando deparam com problemas de natureza emocional (Gráfico 5.15), mas por outro lado 47,3% das trabalhadoras por conta própria disseram não ter actualmente quaisquer problemas emocionais (Gráfico 5.10).

Gráfico 5.14 Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por estado civil)

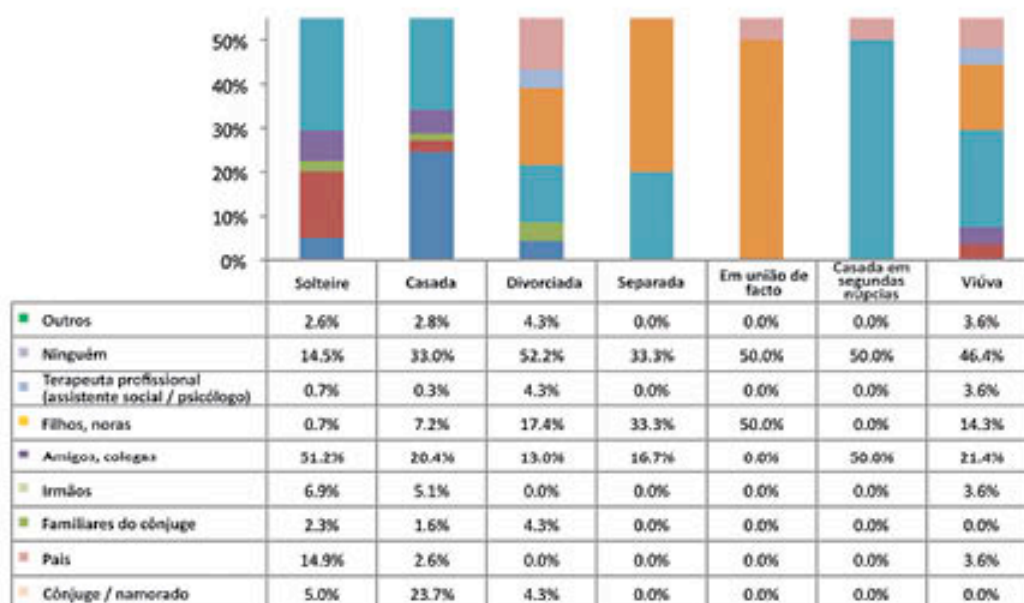




Gráfico 5.15 Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por perfil ocupacional)

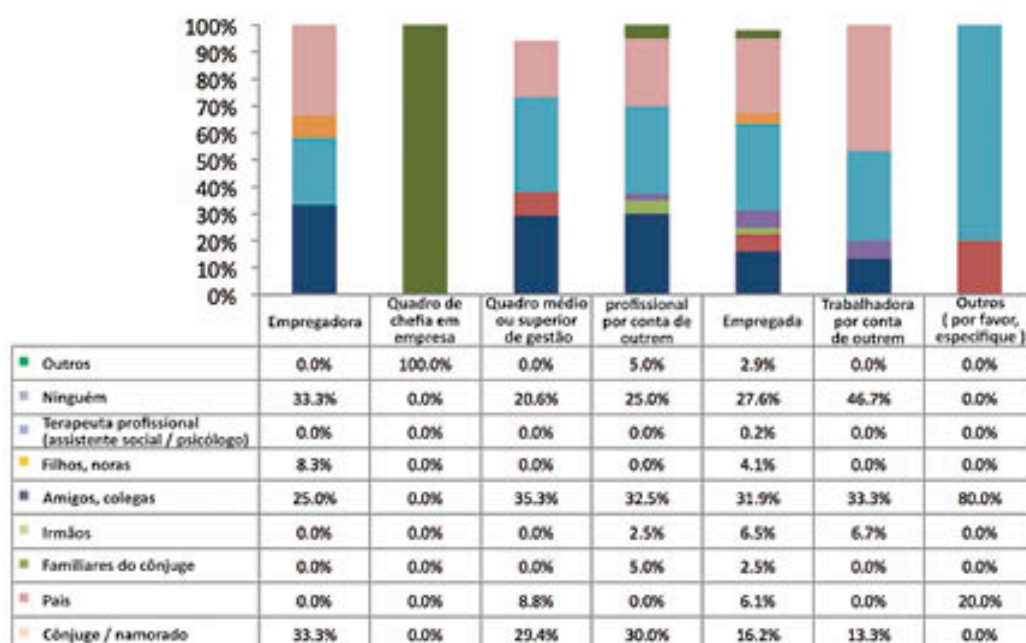


Gráfico 5.16 Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por rendimento pessoal mensal)





VI. Valores

No Estudo de 2010, para melhor compreender a orientação de valores das mulheres de Macau em temas como as questões de género, a percepção do seu papel na família e na sociedade, e o modo como as mulheres são influenciadas por estes valores, adicionou-se uma série de questões com vista a avaliar melhor este aspecto. As principais conclusões são as seguintes:

Papel na família

1. As mulheres devem sacrificar a carreira/educação pelo amor ou pela família

Sobre o conceito acima mencionado (Gráfico 6.1.1), a maioria das mulheres (62,6%) deu resposta negativa, sendo a percentagem de mulheres que deu resposta negativa visivelmente superior à percentagem que deu resposta afirmativa. Assim, a percentagem de respostas negativas é de 45,2% e a de respostas muito negativas é de 17,4% do total das inquiridas. Entretanto, ainda existem 23,5% e 6,1% das inquiridas que dão, respectivamente, resposta afirmativa e resposta absolutamente afirmativa.

Gráfico 6.1.1 A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família

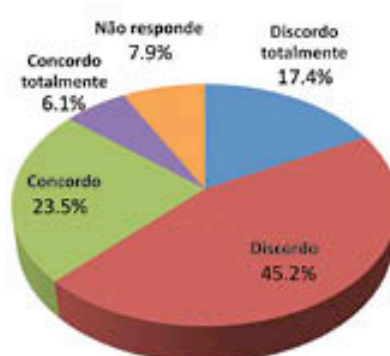


Gráfico 6.1.2 A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por idade)

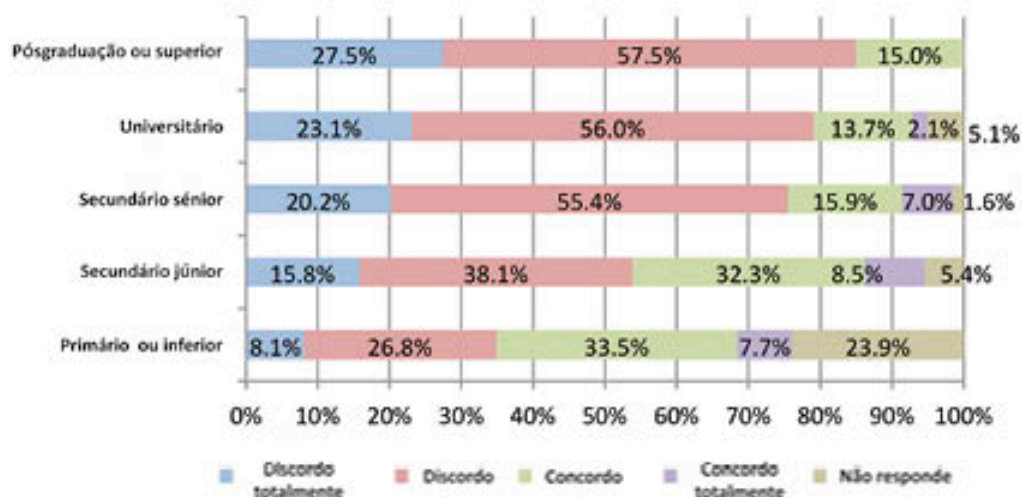




Segundo uma análise cruzada dos dados (Gráfico 6.1.2), quanto mais idosas são as mulheres, mais alta é a percentagem de respostas afirmativas. Das inquiridas, no grupo etário compreendido entre os 15 e os 34 anos, aproximadamente 80% deu resposta negativa, ao passo que entre as mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos, cerca de metade deu resposta negativa. Apenas cerca de 20% das inquiridas com idades entre os 65 e os 74 anos deu resposta negativa, enquanto quase metade das inquiridas (47%) deu resposta afirmativa.

No que respeita a influência da escolaridade, (Gráfico 6.1.3) quanto mais elevado é o seu nível de escolaridade, menor é o número de respostas afirmativas. Entre as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, as percentagens das que deram resposta negativa, das que deram resposta afirmativa e muito afirmativa é, respectivamente, de 34,9%, 41,2% e 7,7%. Entre as inquiridas com níveis de pós-graduação ou superior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 85% e 15%, não existindo nenhuma resposta absolutamente afirmativa.

Gráfico 6.1.3 A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por nível de escolaridade)



Relativamente à influência do casamento (Gráfico 6.1.4), entre as inquiridas, as mulheres solteiras apresentam um número mais elevado de respostas negativas do que as casadas ou do que as que foram casadas. A maioria das mulheres solteiras (86,4%) rejeitou a ideia de que “as mulheres devem sacrificar sua carreira / educação pelo amor ou pela família”, enquanto a percentagem de respostas afirmativas é de apenas 10,7%. Entre as casadas, mais de metade das mulheres (52,1%) rejeitou a ideia, sendo a percentagem de respostas afirmativas de 38,1%. Entre as mulheres divorciadas, a percentagem de respostas negativas e afirmativas é de, respectivamente, 54,6% e 40,9%. Em relação às mulheres que se encontram em situação de separação dos cônjuges, a percentagem de respostas negativas e afirmativas é, respectivamente, de 83,3% e 16,7%. Entre as mulheres que vivem em união de facto, a proporção é de 50:50, bem como entre as casadas em segundas núpcias. Nas viúvas, a percentagem de respostas negativas e afirmativas é, respectivamente, de 40,7% e 33,3%.

No que se refere aos rendimentos (Gráfico 6.1.5), não há um padrão evidente nos dados desordenados. Para mulheres com diferentes níveis de rendimentos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são as seguintes, respectivamente: 66% e 19,1% para as que têm um rendimento mensal de MOP3.000 ou inferior; 48,9% e 38,3% para as mulheres com

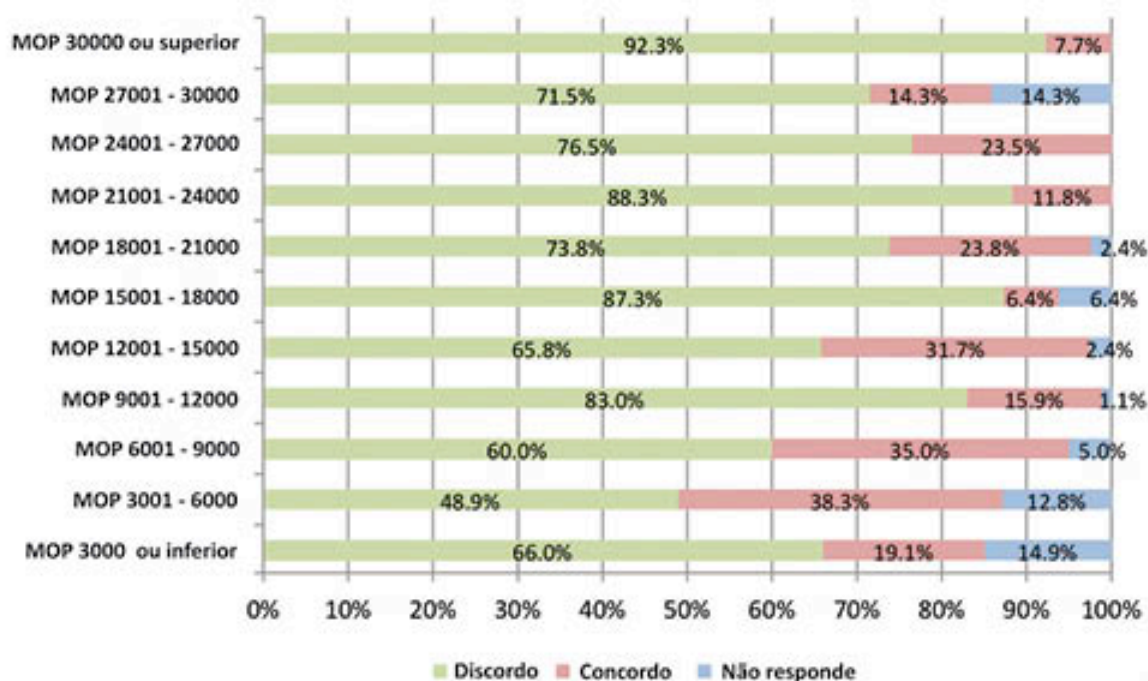


rendimento mensal de MOP3.001-MOP6.000; 60% e 35% para as mulheres com rendimento mensal de MOP6.001-MOP9.000, 83% e 15,9% para as mulheres com rendimento mensal de MOP9.001-MOP12.000; 65,8% e 31,7% para aquelas com rendimento mensal de MOP12.001-MOP15.000; 87,3% e 6,4% (não se verificaram respostas absolutamente afirmativas) para aquelas com um rendimento mensal de MOP15.001-MOP18.000; 73,8% e 23,8% para as mulheres com rendimento mensal de MOP18.001-MOP21.000; 88,3% e 11,8% (não se verificaram respostas absolutamente afirmativas) para as mulheres com rendimento mensal de MOP21.001-MOP24.000; 76,5% e 23,5% para as mulheres com rendimento mensal entre MOP24.001-MOP27.000; 71,5% e 14,3% (não se verificaram respostas absolutamente afirmativas) para as mulheres com rendimento mensal entre MOP27.001-MOP30.000; 92,3% e 7,7% (não se verificaram respostas absolutamente afirmativas) para as mulheres com rendimento mensal acima de MOP30.000.

Gráfico 6.1.4 A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por estado civil)



Gráfico 6.1.5 A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por rendimento pessoal mensal)

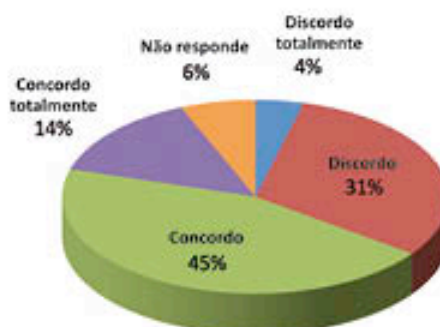




2. As mulheres devem casar e ter filhos

De acordo com o Inquérito de 2010 (Gráfico 6.1.6), em relação ao conceito tradicional de que “as mulheres devem casar e ter filhos”, a maioria das mulheres dá resposta afirmativa (58,7%), e, de entre estas, 44,6% dá resposta afirmativa simples e 14,1% dá resposta absolutamente afirmativa. Entretanto, 31% deu resposta negativa, e 4% muito negativa. A percentagem de respostas afirmativas é superior à das respostas negativas.

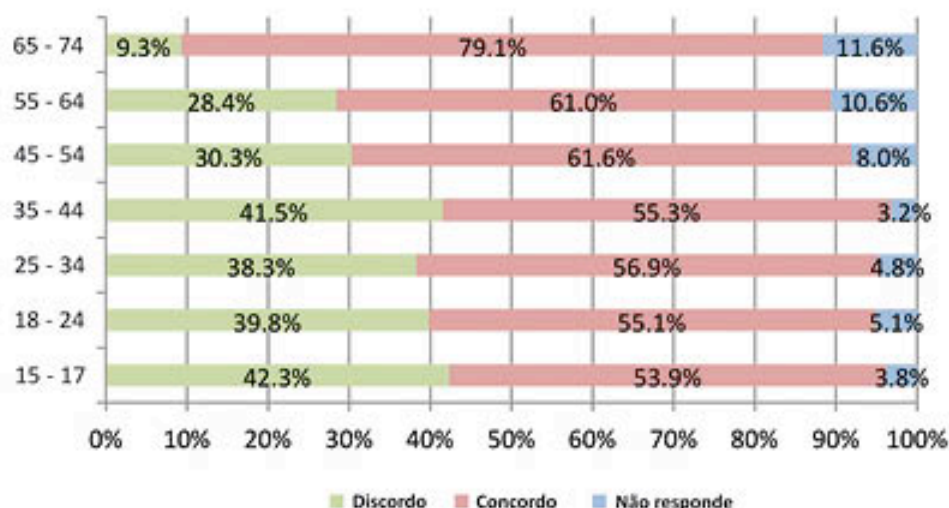
Gráfico 6.1.6 As mulheres devem casar e ter filhos



De acordo com a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.1.7), relativamente ao conceito que “as mulheres devem casar e ter filhos”, **quanto mais idosas são as inquiridas, maior é o número de respostas afirmativas**. As percentagens de respostas negativas e afirmativas nos diferentes grupos etários são, respectivamente: 42,3% e 53,9% das inquiridas com idade entre os 15-17 anos; 39,8% e 55,1% das inquiridas com idade entre os 18-24 anos; 38,3% e 56,9% das inquiridas com idade entre os 25-34 anos; 41,5% e 55,3% das inquiridas com idade entre os 35-44 anos; 30,3% e 61,6% das inquiridas com idade entre os 45-54 anos; 28,4% e 61,0% das inquiridas com idade entre os 55-64 anos; 9,3% e 79,1% das inquiridas com idade entre os 65-74 anos.

Em relação ao conceito acima referido de que “as mulheres devem casar e ter filhos”, **quanto mais elevado é o seu nível de escolaridade, menor é o número de respostas afirmativas** (Gráfico 6.1.8). Mais de metade das inquiridas com um alto nível de escolaridade, ao nível da pós-graduação ou superior, deram resposta negativa (51,3% no total, das quais 5,1%

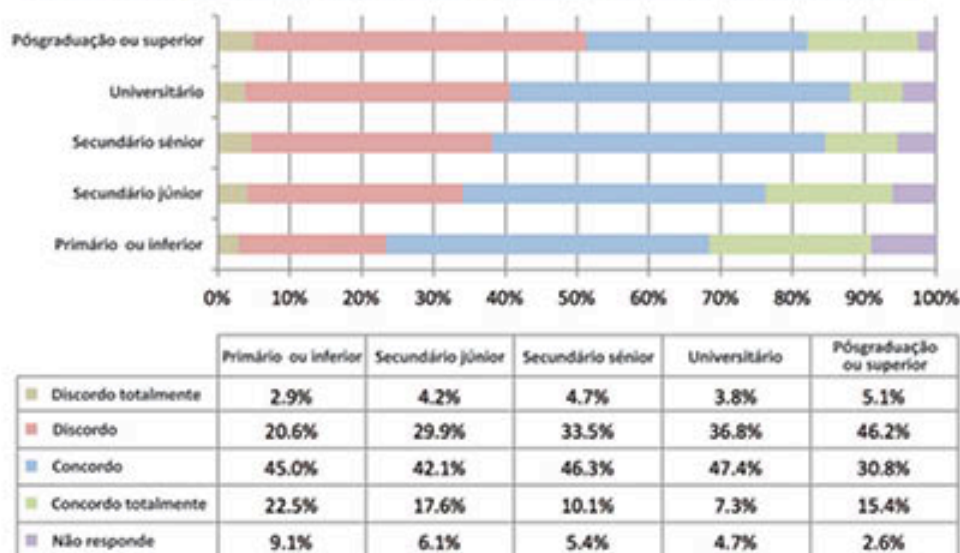
Gráfico 6.1.7 As mulheres devem casar e ter filhos (por idade)





deu resposta absolutamente negativa), a percentagem de respostas afirmativas é de 46,2%. Para os diferentes níveis de escolaridade, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente: 40,6% e 54,7% para o ensino superior; 38,2% e 56,4% para o secundário sénior; 34,1% e 59,7% para o secundário júnior. Para o ensino primário ou inferior, a percentagem de respostas afirmativas é de 67,5%, enquanto a de respostas negativas é de apenas 23,5%.

Gráfico 6.1.8 As mulheres devem casar e ter filhos (por nível de escolaridade)



Num universo de mulheres com diferentes estados civis (Gráfico 6.1.9), as mulheres solteiras dão mais respostas negativas no que respeita a este conceito do que as casadas ou que tenham sido casadas. Entre as mulheres solteiras, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 44,8% e 49,6%. A maioria das mulheres casadas responde afirmativamente em relação ao conceito de que “as mulheres devem casar e ter filhos” (63,6%), sendo a percentagem de respostas negativas de apenas 30,2%. As percentagens e proporção respectivas de respostas negativas e afirmativas entre mulheres com estados civis diferentes são as seguintes: 30,4% e 60,9% para as divorciadas, 50:50 entre as separadas. Para as que vivem em regime de união de facto, as respectivas proporções das que dão respostas afirmativas e das que dão respostas muito afirmativas são de 50:50, verificam-se também idêntica proporção entre as casadas em segundas núpcias. As percentagens de respostas negativas e respostas afirmativas entre as mulheres que enviuvaram são, respectivamente, 37% e 48,1%. Não se registou uma correlação entre o rendimento mensal e a percentagem de respostas afirmativas no que respeita a este conceito (Gráfico 6.1.10).

Gráfico 6.1.9 As mulheres devem casar e ter filhos (por estado civil)

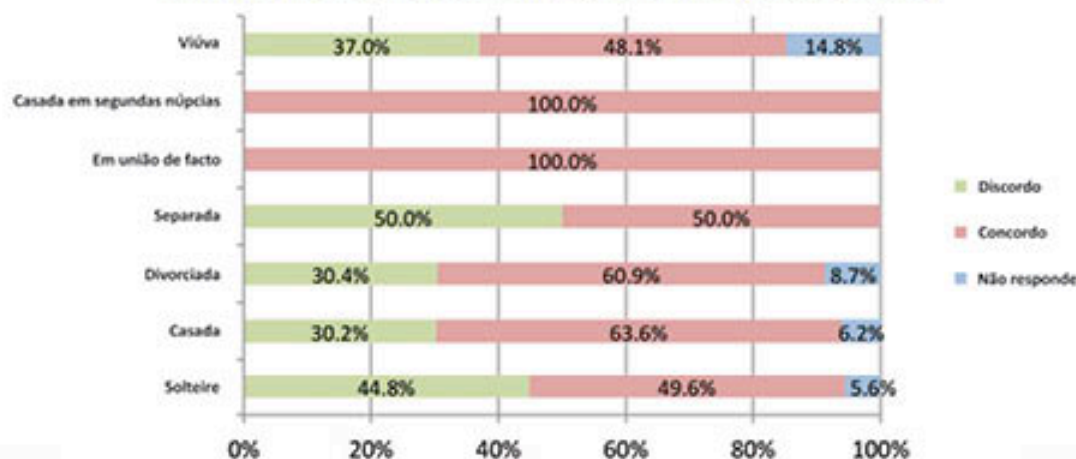




Gráfico 6.1.10 As mulheres devem casar e ter filhos (por rendimento pessoal mensal)



3. Os homens sem emprego podem cuidar da família

Segundo o Inquérito de 2010 (Gráfico 6.1.11), a maioria das mulheres (67,1%) dá resposta negativa ao conceito de que “os homens sem emprego podem cuidar da família”, destas 37,2% dá respostas ligeiramente negativas e 29,9% muito negativas. No entanto, 25,5% das mulheres dão respostas afirmativas, contudo a percentagem de respostas absolutamente afirmativas é de apenas 1,5%. A percentagem de respostas negativas é visivelmente superior à percentagem de respostas afirmativas.

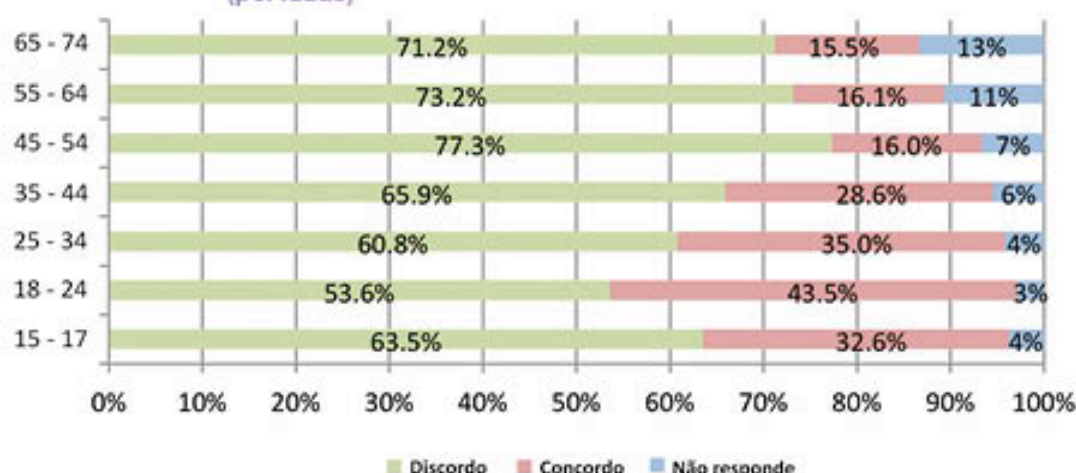
Gráfico 6.1.11 Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família



De acordo com a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.1.12), para o conceito acima de que “os homens sem emprego podem cuidar da família”, com exceção do grupo etário de mulheres com idade entre os 15-17 anos, quanto mais idosas são as mulheres, maior é a percentagem de respostas negativas. As percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas entre mulheres em diferentes faixas etárias são as seguintes, respectivamente: 63,5% e 32,6% para mulheres com idade entre os 15-17 anos; 53,6% e 43,5% para as que têm entre 18-24 anos; 60,8% e 35% para o grupo dos 25-34 anos; 65,9% e 28,6% para o grupo dos 35-44 anos; 77,3% e 16% para o grupo dos 45-54 anos; 73,2% e 16,1% para o grupo dos 55-64; 71,2% e 15,5% para o grupo etário dos 65-74 anos.

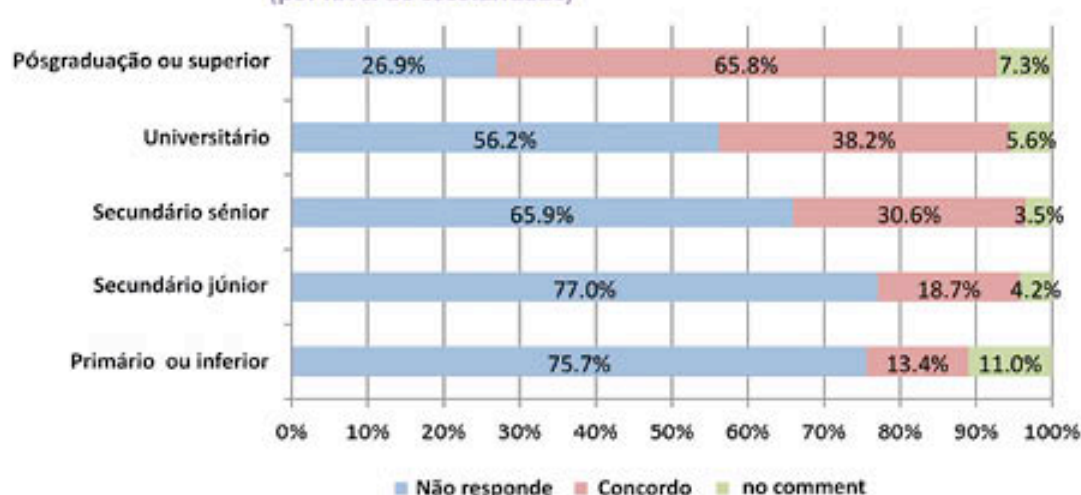


Gráfico 6.1.12 Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por idade)



Relativamente à influência exercida pelo nível de escolaridade, quanto mais elevado é o nível de escolaridade, maior é a percentagem de respostas afirmativas (Gráfico 6.1.13). Entre as mulheres com níveis de escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, a percentagem de respostas afirmativas é de apenas 13,4%, para mulheres com escolaridade ao nível do ensino superior, a percentagem de respostas afirmativas é de 38,2%. Em termos de dados, as percentagens de respostas negativas e respostas afirmativas são, respectivamente: 75,7% e 13,4% para as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior; 77% e 18,7% para as mulheres com escolaridade ao nível do secundário júnior; 65,9% e 30,6% para as mulheres com escolaridade ao nível do secundário sénior; 56,2% e 38,2% para as mulheres com escolaridade ao nível do ensino universitário; 26,9% e 65,8% para mulheres com pós-graduação ou superior.

Gráfico 6.1.13 Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por nível de escolaridade)



Notou-se uma disparidade evidente na percentagem de respostas afirmativas entre mulheres com diferentes estados civis (Gráfico 6.1.14). As percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas entre as mulheres solteiras são, respectivamente, de 54,4% e 41,6%, enquanto as percentagens para as mulheres casadas são de 72,2% e 21,2%. Pode inferir-se que para as mulheres solteiras, a eventualidade dos homens desenvolverem uma carreira profissional é mais importante do que para as mulheres casadas. Entre as que concordam que “os homens sem emprego podem cuidar da





família”, a percentagem é mais elevada entre mulheres solteiras do que entre mulheres casadas. Para as mulheres divorciadas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 77,3% e 13,6%. No caso das mulheres separadas, as percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas são, respectivamente, de 66,7% e 33,3% (não se verificando respostas absolutamente afirmativas). Para as mulheres em situação de união de facto e casadas em segundas núpcias, todas elas dão respostas negativas ou absolutamente negativas. Para as mulheres viúvas, as percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas são, respectivamente, de 74% e 14,8%. As restantes inquiridas não comentam.

Relativamente à influência dos rendimentos pessoais (Gráfico 6.1.15), existem diferentes percentagens de respostas afirmativas entre mulheres com diferentes rendimentos mensais, mas não se nota um padrão evidente.

Gráfico 6.1.14 Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por estado civil)

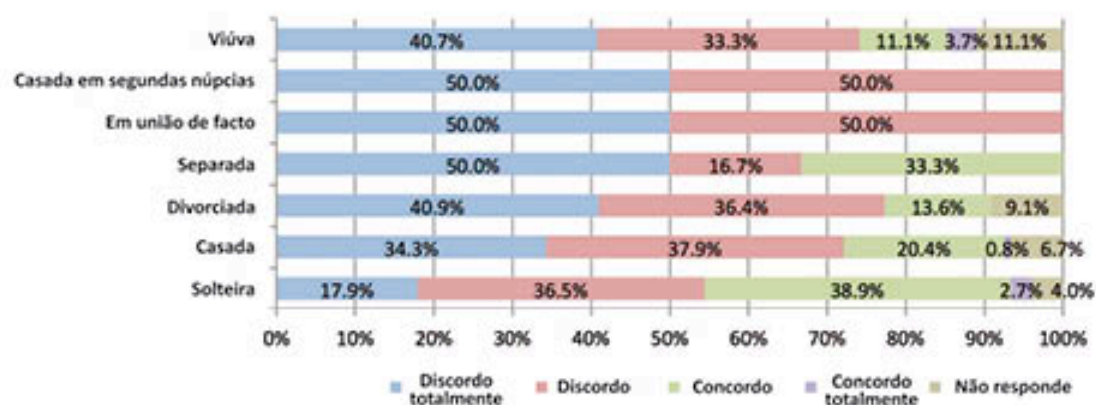


Gráfico 6.1.15 Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por rendimento pessoal mensal)





4. A família deve reunir-se para jantar em convívio em ocasiões especiais

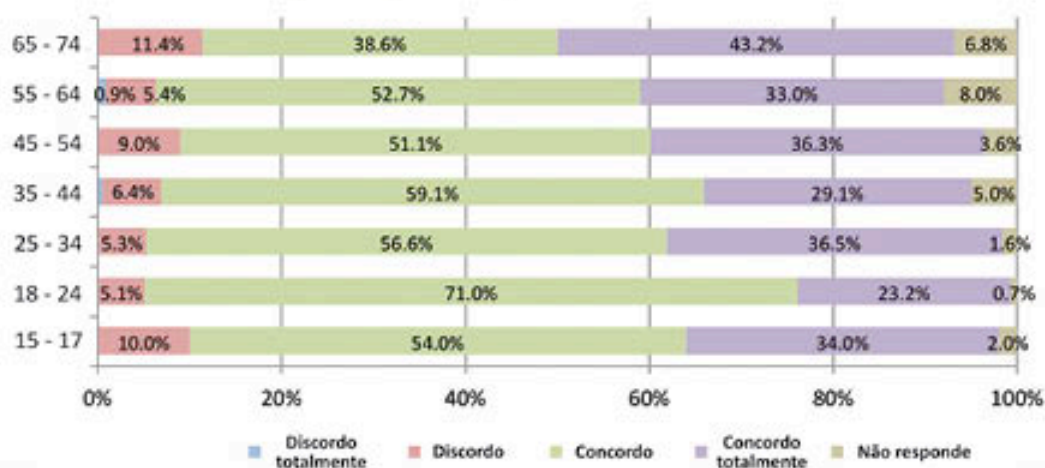
Segundo o Estudo (Gráfico 6.1.16), a maioria das mulheres (88,6%) concorda com a ideia tradicional de que a “família deve reunir-se para jantar em convívio em ocasiões especiais”, as percentagens das que dão respostas afirmativas e absolutamente afirmativas são, respectivamente, de 56,3% e 32,3%. Quanto às respostas negativas, apenas 7,1% das mulheres dão resposta negativa e 0,2% destas dão resposta muito negativa. A percentagem de respostas negativas é claramente inferior à de respostas afirmativas.

Gráfico 6.1.16 Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais



De acordo com a análise cruzada de dados (Gráfico 6.1.17), quanto mais idosas são as mulheres, maior é a percentagem de respostas afirmativas em relação àquela opinião. Mas a percentagem de respostas afirmativas é de cerca de 90% para os restantes grupos etários, não revelando diferenças significativas. As percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas para as mulheres em diferentes grupos etários são, respectivamente: 10% e 88% para mulheres com idade entre os 15-17 anos (não se verificam respostas muito negativas); 5,1% e 94,2% para as mulheres com idade entre os 18-24 anos (não se verificando respostas muito negativas); 5,3% e 93,1% para as mulheres com idade entre os 25-34 anos (não se verificando respostas muito negativas); 6,9% e 88,2% para mulheres com idade entre os 35-44 anos; 9% e 87,4% para as mulheres com idade entre os 45-54 anos (não se verificando respostas muito negativas); 6,3% e 85,7% para mulheres com idade entre os 55-64 anos, 11,4% e 81,8% para as mulheres com idade entre os 65-74 anos (não se verificando respostas muito negativas).

Gráfico 6.1.17 Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por idade)





No entanto, de acordo com a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.1.18), as percentagens de respostas afirmativas são praticamente iguais entre mulheres com diferentes níveis de escolaridade. As percentagens de respostas negativas e respostas afirmativas entre mulheres com diferentes níveis de escolaridade são, respectivamente: 4,8% e 86,2% para as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior (não se verificando respostas muito negativas); 9,2% e 87,7% para as mulheres com escolaridade ao nível do secundário júnior; 7,0% e 89,6% para as mulheres com escolaridade ao nível do secundário sénior; 6,4% e 91,8% para as mulheres de nível universitário (não se verificando respostas muito negativas); 14,6% e 83,0% para mulheres com pós-graduação ou superior (não se verificando respostas muito negativas).

As percentagens de respostas afirmativas entre mulheres com diferentes estados civis são praticamente as mesmas (Gráfico 6.1.19). As percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas entre mulheres com diferentes estados civis são as seguintes, respectivamente: 6% e 91% para mulheres solteiras (não se

Gráfico 6.1.18 Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por nível de escolaridade)

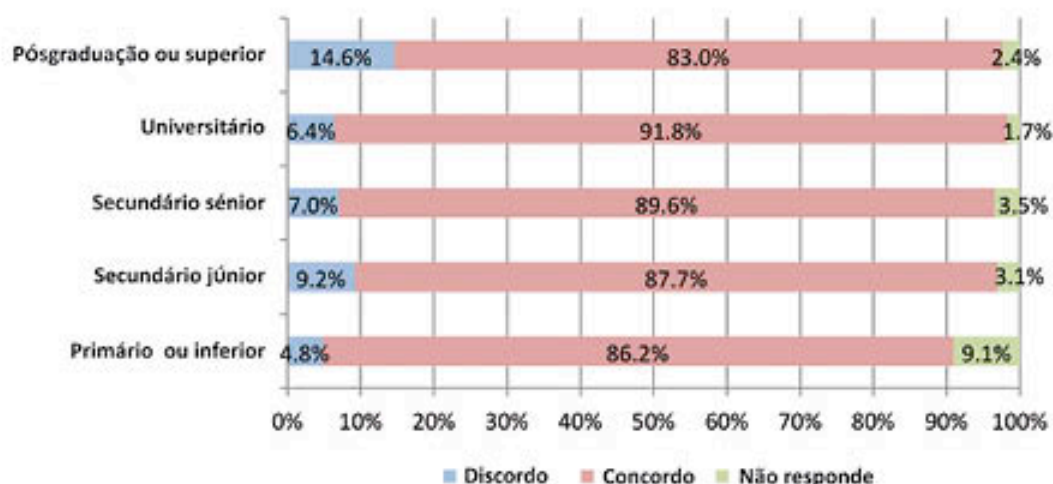
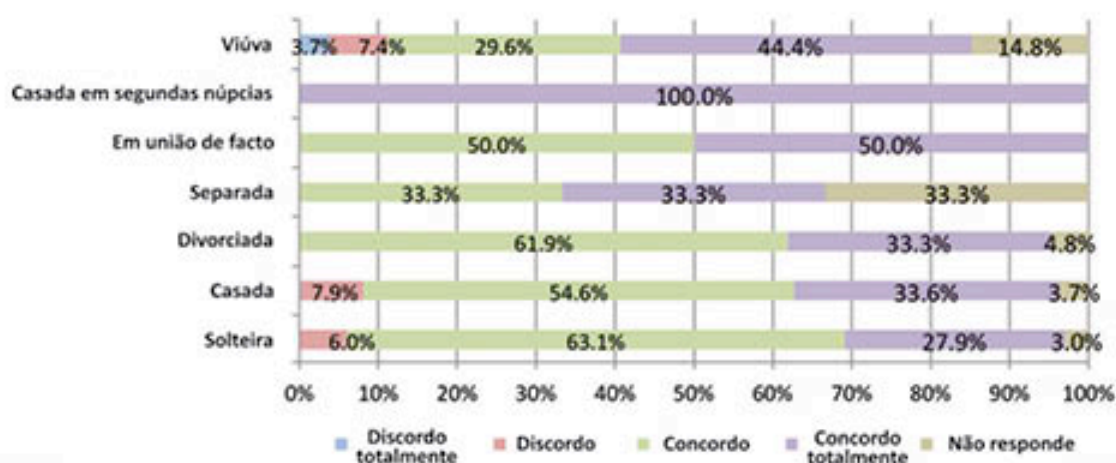


Gráfico 6.1.19 Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por estado civil)

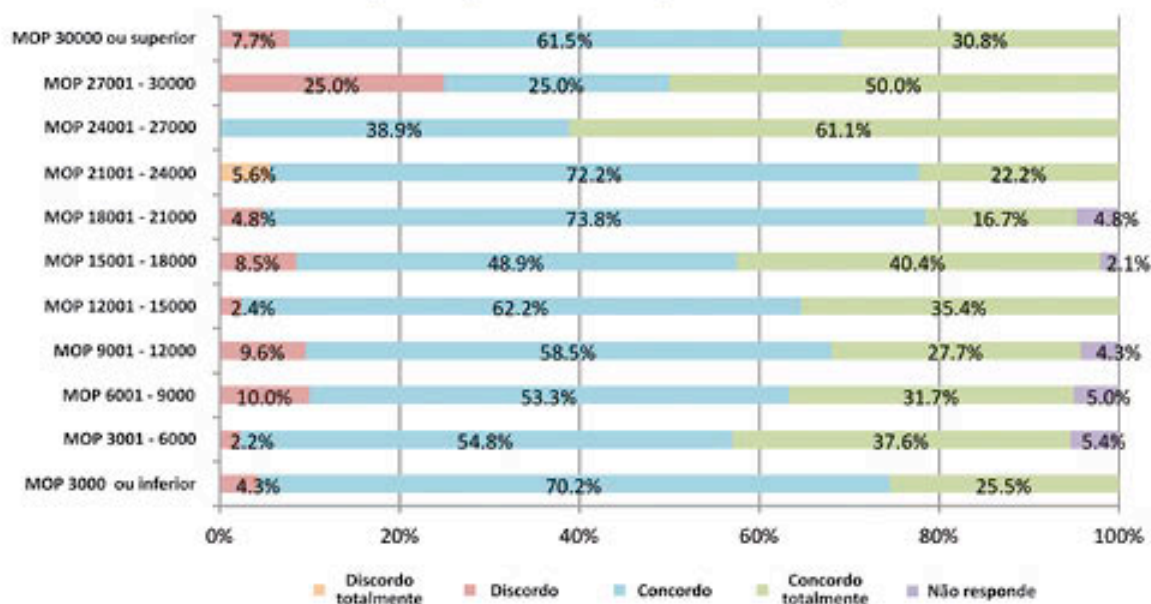




verificando respostas muito negativas); 8,1% e 88,2% para mulheres casadas. Não se verificam respostas negativas entre as mulheres divorciadas, as percentagens das inquiridas que dão respostas afirmativas ou absolutamente afirmativas são 61,9% e 33,3%, respectivamente. Não se verificam respostas negativas entre as mulheres separadas, as percentagens das inquiridas que dão respostas afirmativas ou absolutamente afirmativas são de 33,3%, respectivamente. Não se verificam respostas negativas entre mulheres em situação de união de facto, a proporção entre as inquiridas que dão respostas afirmativas ou absolutamente afirmativas é de 50:50. Todas as mulheres casadas em segundas núpcias dão respostas absolutamente afirmativas relativamente a esta opinião. Entre as mulheres viúvas, as percentagens de respostas negativas e de respostas afirmativas são, respectivamente, de 11,1% e 74%.

Segundo a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.1.20), **de acordo com o nível de remuneração mensal, as mulheres têm percentagens diferentes de resposta afirmativa sobre a questão de “os membros de família se deverem reunir para convívio em ocasiões especiais”, mas sem diferenças significativas entre elas.** As variações, de negação e afirmação, são, respectivamente: 4,3% e 95,7% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP3.000 ou inferior (não muito negativas); 2,2% e 92,4% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP3.001-6.000 (não muito negativas); 10% e 85% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP6.001-9.000 (não muito negativas); 9,6% e 86,2% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP9.001-12.000 (não muito negativas); 2,4% e 97,6% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP12.001-15.000 (não muito negativas); 8,5% e 89,3% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP15.001-18.000 (não muito negativas); 4,8% e 90,5% para as mulheres com rendimentos mensais de MOP18.001-21.000 (não muito negativas).

Gráfico 6.1.20 Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por rendimento pessoal mensal)



Para as mulheres com rendimentos mensais de MOP21.001-24.000, uma percentagem de 5,6% delas mostrou-se contrária à ideia e 94,4% favorável. No escalão MOP24.001-27.000 todas se afirmaram favoráveis à ideia, variando as percentagens de favorável e muito favorável entre, respectivamente, 38,9% e 61,1%. No escalão de MOP27.001-30.000, as percentagens de não favorável e favorável foram, respectivamente, de 25% e 75% (sem respostas muito desfavoráveis). Finalmente, para o escalão de rendimentos mensais superior a MOP30.000, 7,7% revelou-se desfavorável à ideia e 92,3% favorável (sem respostas muito desfavoráveis).





5. Os filhos têm a responsabilidade de sustentar os pais

Segundo o Inquérito de 2010 (Gráfico 6.1.21), a maior parte das mulheres (91,8%) defende a ideia tradicional de “os filhos terem a responsabilidade de sustentar os pais”, sendo 46,7% favorável e 45,1% muito favorável; a percentagem de desfavorável é de 5,4% e a de muito desfavorável de 0,5%. A percentagem de favorável é aparentemente mais alta que a de desfavorável.

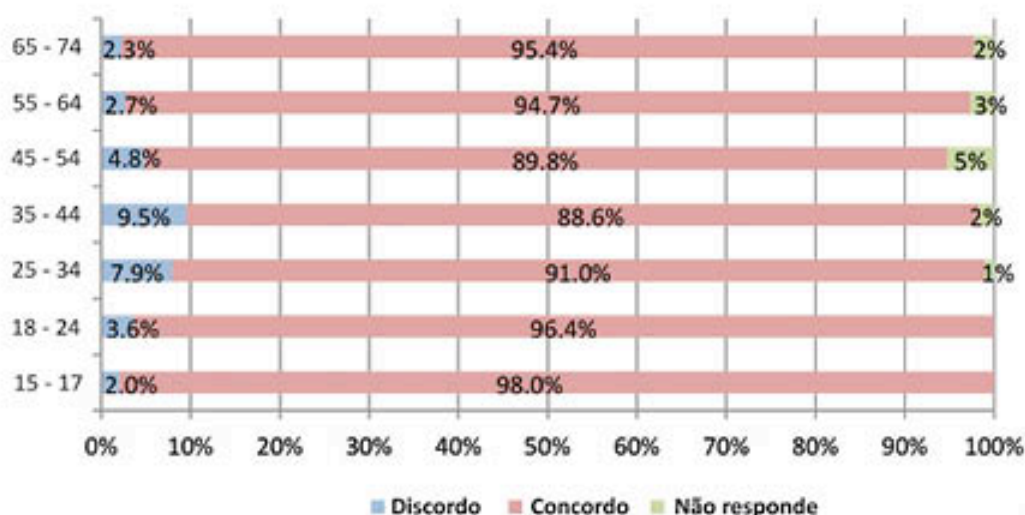
Após a análise cruzada dos dados, para a questão de “os filhos terem a responsabilidade de sustentar os pais”, obteve-se o (Gráfico 6.1.22).

Quanto mais jovens ou idosas são as mulheres (as duas extremidades do espectro) maior é a percentagem das que respondem afirmativamente. As percentagens de resposta afirmativa para todos os grupos etários são praticamente idênticas e situam-se todas acima dos 90%. As respectivas percentagens de resposta negativa e afirmativa para os vários grupos etários são as seguintes, (sem qualquer registo de resposta muito negativa): 2% e 98% para o grupo 15-17; 3,6% e 96,4% para o grupo 18-24; 7,9% e 91% para o grupo 25-34; 9,5% e 88,6% para o grupo 35-44; 4,8% e 89,8% para o grupo 45-54; 2,7% e 94,7% para o grupo 55-64; 2,3% e 95,4% para o grupo 65-74 anos.

Gráfico 6.1.21 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais



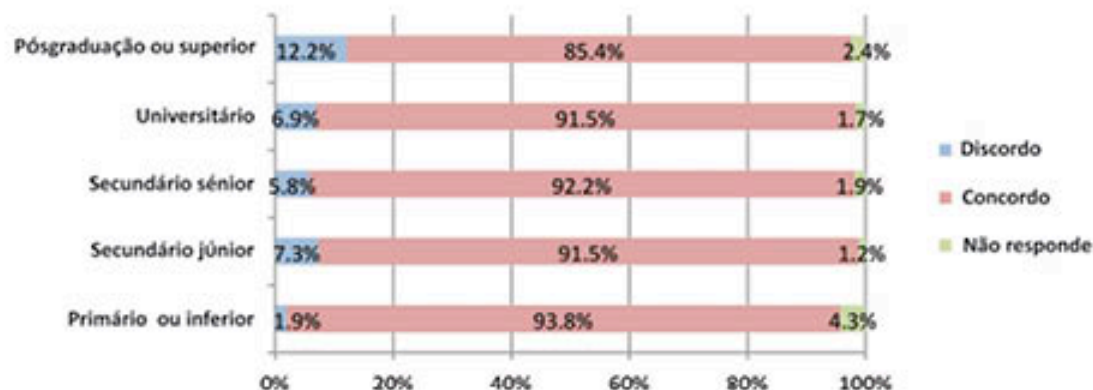
Gráfico 6.1.22 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por idade)





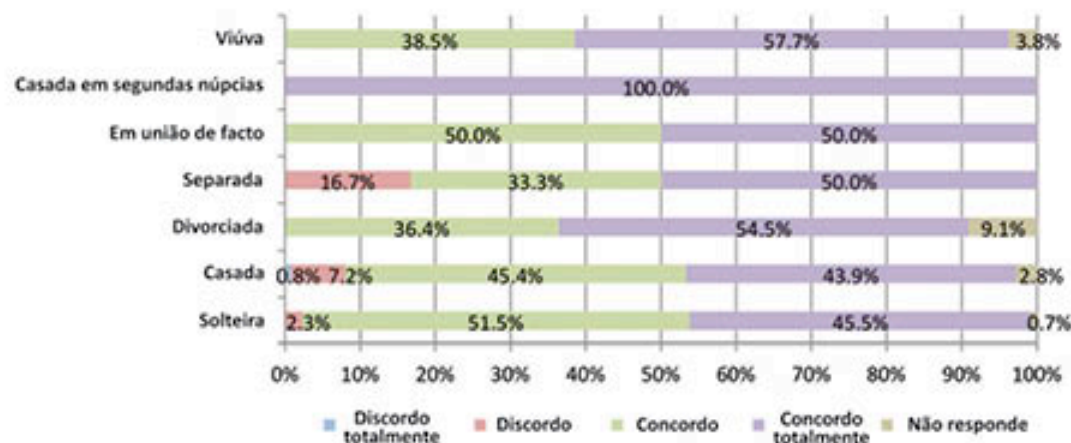
Em termos da influência do nível de escolaridade (Gráfico 6.1.23), as percentagens de resposta afirmativa para as mulheres com diferentes níveis são praticamente as mesmas. As respectivas percentagens de resposta negativa e afirmativa para as mulheres com diferentes níveis de escolaridade são as seguintes: 1,9% e 93,8% para as de instrução primária ou inferior (sem quaisquer respostas muito negativas); 7,3% e 91,5% para as de nível secundário júnior; 5,8% e 92,2% para as de nível secundário sénior; 6,9% e 91,5% para as de nível universitário; 12,2% e 85,4% para as de nível pós-universitário ou superior (sem quaisquer respostas muito negativas).

Gráfico 6.1.23 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por nível de escolaridade)



As percentagens de resposta afirmativa para as mulheres com diferentes estados civis são praticamente as mesmas, com a maior parte das inquiridas a mostrarem-se favoráveis à ideia (Gráfico 6.1.24). As respectivas percentagens de resposta negativa e afirmativa, segundo o estado civil das mulheres, são as seguintes: 2,3% e 97% para as solteiras; 8% e 89,3% para as casadas. Não se registaram respostas negativas entre as divorciadas, sendo que neste grupo 36,4% se mostrou favorável e 54,5% muito favorável à ideia.

Gráfico 6.1.24 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por estado civil)





A percentagem de respostas negativas e afirmativas entre as mulheres separadas foi de, respectivamente, 16,7% e 83,3%, sem quaisquer respostas muito desfavoráveis. No caso das mulheres em regime de união de facto, a percentagem entre respostas negativas e afirmativas foi de 50:50. Todas as mulheres casadas em segundas núpcias se mostraram favoráveis à ideia. No caso das viúvas, não houve respostas negativas e a percentagem entre as favoráveis e muito favoráveis foi de, respectivamente, 38,5% e 57,7%. Entre todos os grupos, apenas se mostraram altamente desfavoráveis à ideia 0,8% das mulheres casadas.

As percentagens de resposta afirmativa entre as mulheres com diferentes níveis de rendimento mensal variam muito entre si (Gráfico 6.1.25), sem no entanto se descortinar um padrão. É de salientar no entanto a disparidade entre as mulheres mais bem pagas no que se refere à questão de “os filhos terem a responsabilidade de sustentar os pais”, pois a percentagem de respostas negativas das mulheres com rendimentos mensais de MOP27.001-30.000 é de 37,5%, ao passo que a respectiva percentagem das que auferem mais de MOP30.000 é de apenas 23,1%. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo os rendimentos mensais, são as seguintes: 8,5% e 87,3% para as que auferem MOP3.000 ou menos (sem respostas muito desfavoráveis); 1,1% e 97,9% para as que auferem MOP3.001-6000 (sem respostas muito desfavoráveis); 6,6% e 92,6% para as que auferem MOP6001-9.000 (sem respostas muito desfavoráveis); 2,4% e 97,5% para as que auferem MOP9.001-12.000 (sem respostas muito desfavoráveis); 5,3% e 93,7% para as que auferem MOP12.001-15.000; 4,2% e 93,6% para as que auferem MOP15.001-18.000; 11,6% e 83,7% para as que auferem MOP18.001-21.000 (sem respostas muito desfavoráveis); 5,9% e 94,1% para as que auferem MOP21.001-24.000 (sem respostas muito desfavoráveis); 11,8% e 82,4% para as que auferem MOP24.001-27.000; 11,8% e 82,4% para as que auferem MOP24.001-27.000.

Gráfico 6.1.25 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por rendimento pessoal mensal)





Papel na sociedade

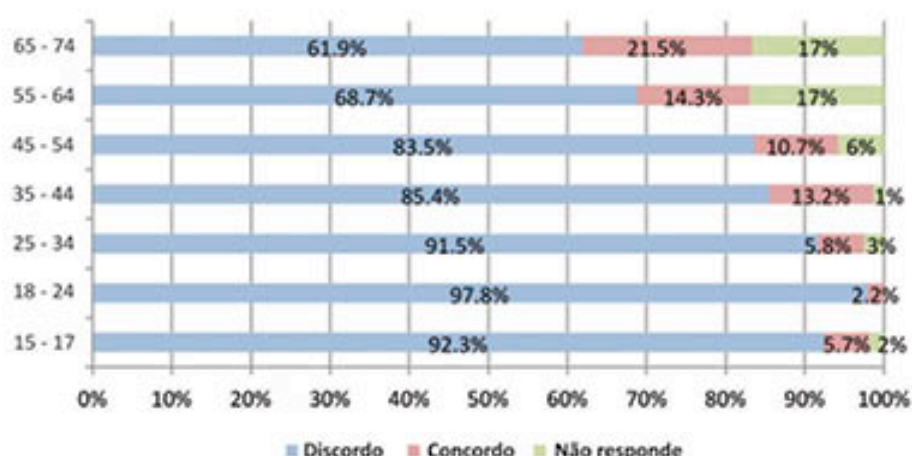
1. A mulher não deve assumir funções de liderança

Segundo o Inquérito de 2010 (Gráfico 6.2.1), a maior parte das mulheres (85%) mostra-se desfavorável à ideia tradicional de que “a mulher não deve assumir funções de liderança”, sendo 58,2% contrária à ideia e 26,8% muito contrária. A percentagem das que se mostraram favoráveis foi de 8,3% e a das altamente favoráveis de apenas 1,7%.

Gráfico 6.2.1 As mulheres não devem assumir funções de liderança



Gráfico 6.2.2 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por idade)



Segundo a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.2.2), em relação à questão de “a mulher não deve assumir funções de liderança”, quanto mais novas são as mulheres mais desfavoráveis se mostram em relação à ideia. Para as mulheres dos três grupos etários abaixo dos 25-34 anos, as percentagens de resposta negativa situam-se acima dos 90%. Para os dois grupos etários entre os 35 e os 54 anos, a percentagem de respostas desfavoráveis situou-se acima dos 80% e para os grupos etários acima dos 55, foi superior a 60%. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas segundo os grupos etários foram as seguintes: 92,3% e 5,7% para o grupo 15-17; 97,8% e 2,2% para o grupo 18-24 (sem respostas muito favoráveis); 91,5% e 5,8% para o grupo 25-34; 85,4% e 13,2% para o grupo 35-44; 83,5% e 10,7% para o grupo 45-54; 68,7% e 14,3% para o grupo 55-64 (sem respostas muito favoráveis); 61,9% e 21,5% para o grupo 65-74.

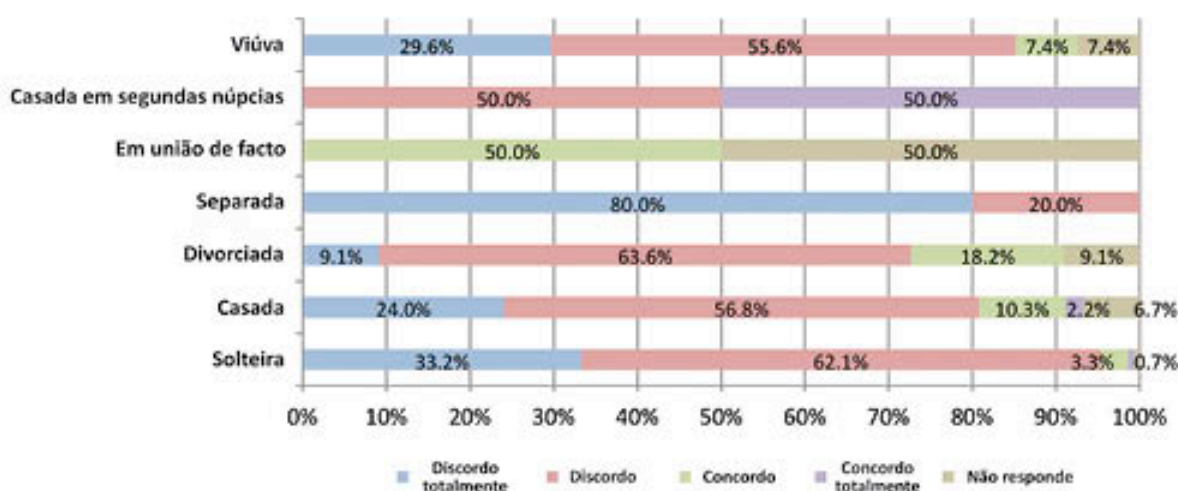


Gráfico 6.2.3 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por nível de escolaridade)



Em termos de influência do nível de escolaridade, em regra, quanto mais elevado o nível, maior é a percentagem das que se mostram desfavoráveis à ideia (Gráfico 6.2.3), sendo que 97,4% das mulheres com formação universitária se mostraram contrárias, ao passo que no grupo com instrução primária ou inferior a percentagem de respostas desfavoráveis desceu para 68%, sendo a percentagem agregada de favoráveis e muito favoráveis de 15,8%, cobrindo todos os grupos etários. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo o nível de escolaridade, são as seguintes: 81,6% e 15% para as de nível secundário júnior; 90,7% e 8,2% para as de nível secundário sénior; 97,4% e 1,8% para as de nível universitário; 92,5% e 7,5% para as de nível pós-universitário ou superior (sem respostas muito favoráveis).

Gráfico 6.2.4 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por estado civil)



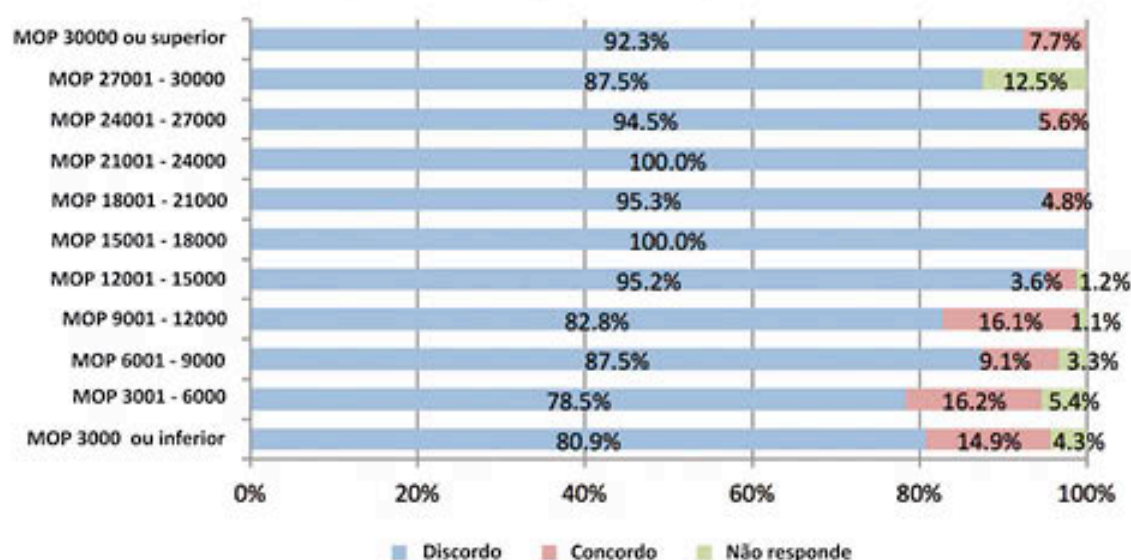
Em relação à influência do estado civil, a percentagem de respostas negativas entre as mulheres solteiras foi aparentemente mais alta que entre as mulheres casadas. Entre as solteiras, 95,3% mostrou-se desfavorável à ideia e 4% favorável, ao passo que a respectiva percentagem entre as casadas foi de 80,8% e 12,5%. No caso das divorciadas, as percentagens foram, respectivamente, de 72,7% e 18,2%. Todas as inquiridas em regime



de separação se mostraram desfavoráveis à ideia, atingindo 80% a percentagem das muito desfavoráveis. Entre as mulheres em regime de união de facto, metade delas mostrou-se favorável à ideia. Entre as mulheres casadas em segundas núpcias, a proporção de respostas negativas e afirmativas foi de 50:50. No caso das viúvas, 85,2% mostrou-se desfavorável à ideia e 7,4% favorável. As restantes inquiridas não revelaram opinião.

Não se registou um padrão evidente em relação à influência do rendimento mensal (Gráfico 6.2.5).

Gráfico 6.2.5 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por rendimento pessoal mensal)



2. Os homens possuem maior poder de análise em questões de natureza política e social.

Segundo o Inquérito de 2010 (Gráfico 6.2.6), a diferença entre os géneros na questão “os homens possuem maior poder de análise em questões de natureza política e social” mais de metade das mulheres inquiridas (51,5%) respondeu afirmativamente à ideia, sendo as percentagens de favorável e muito favorável, respectivamente, de 43,3% e 8,2%, em contraste com as percentagens de não favorável e muito pouco favorável, respectivamente de 34,3% e 7,5%. A percentagem das respostas negativas é sensivelmente inferior à das afirmativas, o que denota uma óbvia diferença de valores em relação a este assunto.

Gráfico 6.2.6 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social



Segundo a análise cruzada de dados (Gráfico 6.2.7), sobre a questão de “os homens possuem maior poder de análise em questões de natureza política e social” torna-se evidente que a idade de 54 anos é um limiar, já que a percentagem de respostas negativas para todos os grupos etários abaixo dela é superior à dos grupos acima dela.





A percentagem de respostas negativas para os grupos etários abaixo dos 54 oscila entre os 40% e 50%, ao passo que apenas 20% das mulheres nos grupos etários acima dos 54 se mostra desfavorável à ideia. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, em termos dos diversos grupos etários, são as seguintes: 50% e 46,1% para o grupo 15-17; 45,6% e 53,6% para o grupo 18-24; 48,4% e 44,2% para o grupo 25-34; 49,1% e 47,8% para o grupo 35-44; 35,3% e 56,7% para o grupo 45-54; 20,7% e 63,1% para o grupo 55-64; 28% e 58,2% para o grupo 65-74.

Gráfico 6.2.7 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por idade)

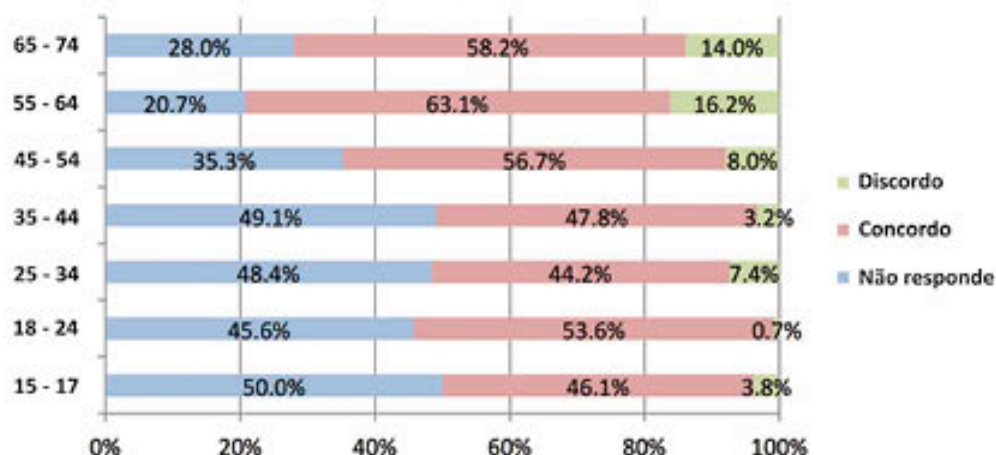
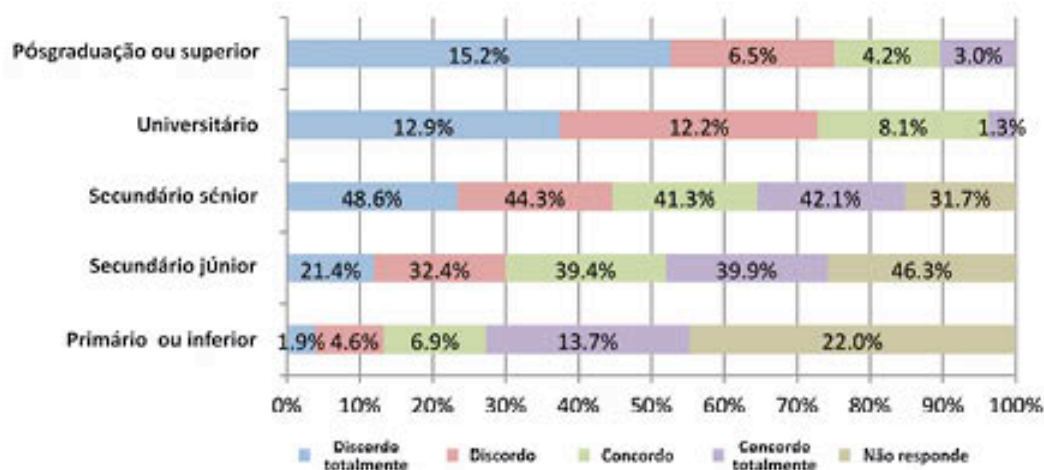


Gráfico 6.2.8 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por nível de escolaridade)

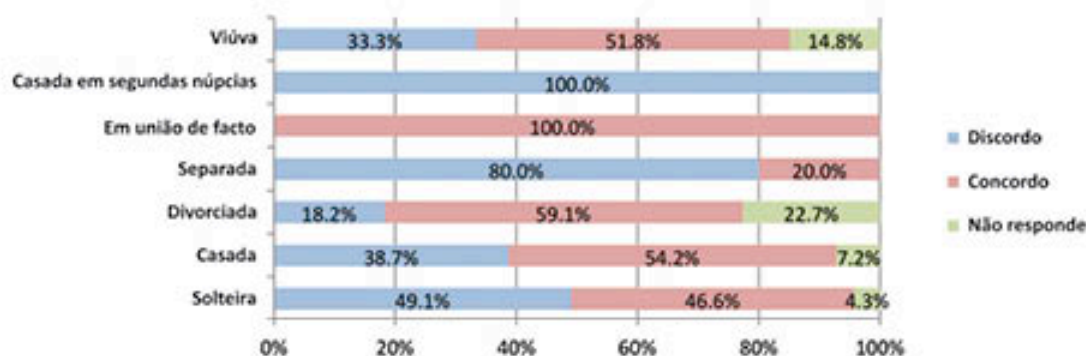


Em termos de influência do nível de escolaridade, quanto mais elevado este for maior é a percentagem de respostas desfavoráveis à ideia (Gráfico 6.2.8). No caso das mulheres com o nível pós-graduação ou superior, mais de metade (68,3%) mostra-se desfavorável à ideia, sendo que 22% se afirmam mesmo altamente desfavoráveis, ao passo que 31,7% concorda com a ideia, não havendo contudo a registar respostas "muito favoráveis". No caso das mulheres com o nível universitário, igualmente mais de metade (53,6%) se mostra desfavorável à ideia, sendo 13,7% muito desfavorável, ao passo que



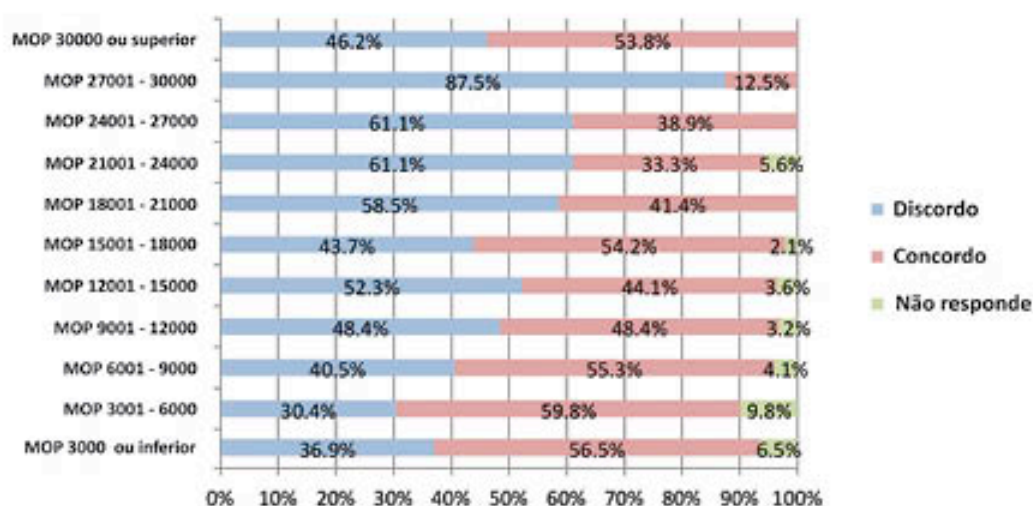
43,4% concorda com a ideia. As percentagens de resposta negativa e afirmativa para as mulheres com nível secundário sénior são, respectivamente, de 46,3% e 49,4%, e, para as de nível secundário júnior, 37% e 56,5%, e para as de nível primário ou inferior, 23,3% e 61,5%.

Gráfico 6.2.9 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por estado civil)



Em termos de influência do estado civil, a percentagem de respostas afirmativas das mulheres casadas é superior, em mais de 10 pontos percentuais, à das mulheres solteiras (Gráfico 6.2.9). As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas das mulheres, de acordo com o seu estado civil, são as seguintes: 49,1% e 46,6% para as solteiras; 38,7% e 54,2% para as casadas; 18,2% e 59,1% para as divorciadas; 80% e 20% para as separadas. No caso das mulheres em regime de união de facto, a proporção de respostas afirmativas e absolutamente afirmativas é de 50:50. Todas as inquiridas casadas em segundas núpcias se mostraram desfavoráveis à ideia. Em relação às viúvas, as respectivas percentagens de resposta negativa e afirmativa são de 33,3% e 51,8%. As restantes inquiridas não revelaram ter opinião.

Gráfico 6.2.10 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por rendimento pessoal mensal)





Em termos da influência dos rendimentos mensais (Gráfico 6.2.10), em termos genéricos quanto mais elevado o rendimento, maior é a percentagem das que se mostram desfavoráveis à ideia, havendo a registar a exceção do grupo que aufer mais de MOP30.000 mensais. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo o nível de rendimento mensal, são as seguintes: 36,9% e 56,5% para o grupo que aufer MOP3.000 ou menos; 30,4% e 59,8% para o grupo que aufer MOP3.001-6.000 (sem respostas muito negativas); 40,5% e 55,3% para o grupo que aufer MOP6.001-9.000; 48,4% e também 48,4% para o grupo que aufer MOP9.001-12.000; 52,3% e 44,1% para o grupo que aufer MOP12.001-15.000; 43,7% e 54,2% para o grupo que aufer MOP15.001-18.000; 58,5% e 41,4% para o grupo que aufer MOP18.001-21.000; 61,1% e 33,3% para o grupo que aufer MOP21.001-24.000 (sem respostas nem muito negativas nem muito afirmativas); 61,1% e 38,9% para o grupo que aufer MOP24.001-27.000 (sem respostas muito afirmativas); 87,5% e 12,5% para o grupo que aufer MOP27.001-30.000 (sem respostas nem muito negativas nem muito afirmativas); 46,2% e 53,8% para o grupo que aufer acima de MOP30.000 (sem respostas muito afirmativas).

Papel na educação

1. A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores

Segundo o Inquérito de 2010, (Gráfico 6.3.1), a perspectiva em termos de género sobre a questão “não ser necessário à mulher prosseguir estudos superiores”, a maior parte (91,3%) respondeu negativamente, sendo que 53,3% se mostrou desfavorável à ideia e 38% muito desfavorável, ao passo que apenas 5,3% das inquiridas disse concordar e 0,7% concordar em absoluto. A percentagem das opiniões desfavoráveis à ideia é, aparentemente, superior à das favoráveis.

Gráfico 6.3.1 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores



Segundo a análise cruzada dos dados, (Gráfico 6.3.2), em relação à questão de “a mulher não necessitar de prosseguir estudos superiores”, a percentagem de respostas negativas entre as inquiridas com idade inferior a 55 anos é superior a 90%, baixando para 84,8% para o grupo etário 55-64 e para 75% para o grupo etário 65-74. As respectivas proporções de respostas negativas e afirmativas, Segundo os grupos etários, são as seguintes: 94% e 4% para o grupo 15-17 (sem respostas muito



afirmativas); 91,3% e 6,5% para o grupo 18-24; 97,4% e 0,5% para o grupo 25-34 (sem respostas muito afirmativas); 91,9% e 7,3% para o grupo 35-44; 90,7% e 6,7% para o grupo 45-54; 84,8% e 9% para o grupo 55-64; 75% e 15,9% para o grupo 65-74.

Gráfico 6.3.2 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por idade)

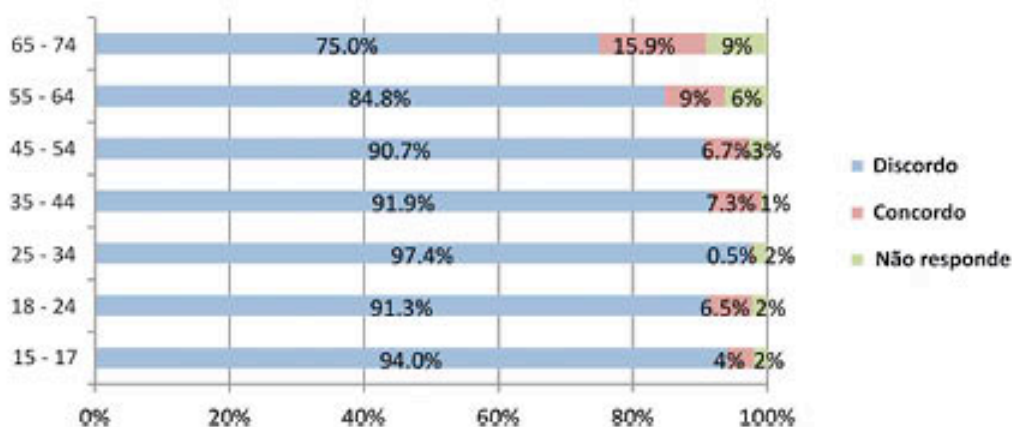
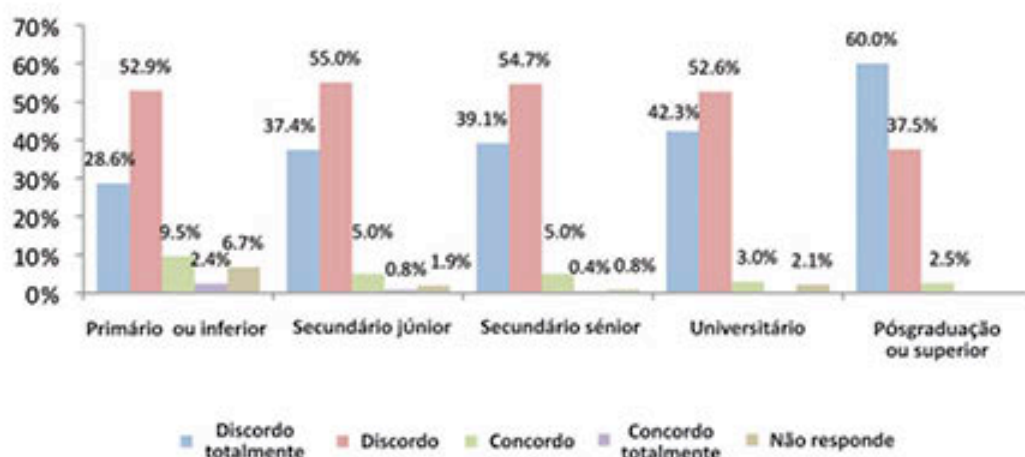


Gráfico 6.3.3 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por nível de escolaridade)

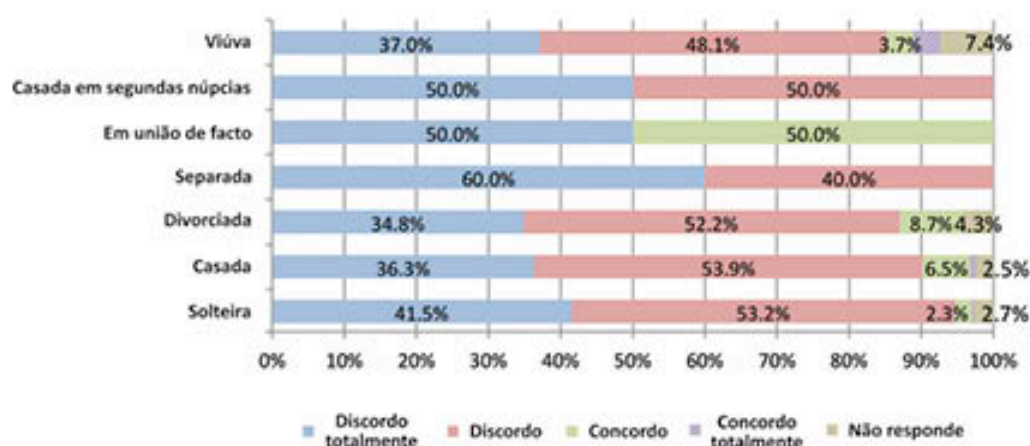


Em relação à influência do nível de escolaridade (Gráfico 6.3.3), quanto mais elevado for o nível de escolaridade das inquiridas maior é a percentagem das que se mostram desfavoráveis à ideia. No caso das mulheres com um nível de escolaridade secundário júnior ou superior, a percentagem de respostas negativas ultrapassa os 90%, no caso das mulheres com o nível primário ou inferior, a percentagem de respostas negativas é de 81,5%, sendo a de respostas afirmativas de 11,9%. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo o nível de escolaridade, são as seguintes: 92,4% e 5,8% para as de nível secundário júnior; 93,8% e 5,4% para as de nível secundário sénior; 94,9% e 3% para as de nível universitário (sem respostas muito afirmativas); 97,5% e 2,5% para as de nível pós-graduação ou superior (sem respostas muito afirmativas). As restantes inquiridas não revelaram opinião.



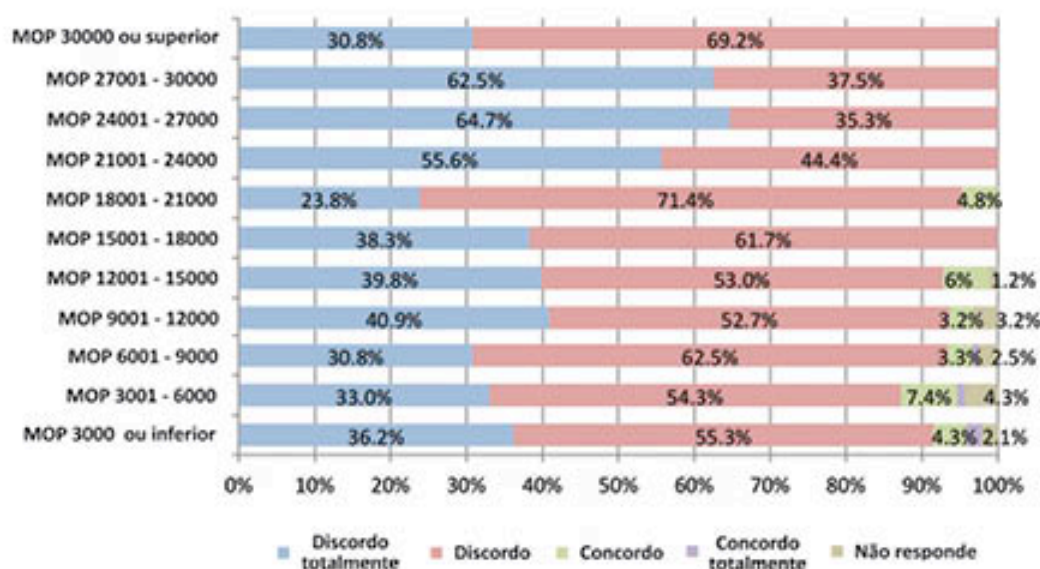


Gráfico 6.3.4 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por estado civil)



Em relação à influência do estado civil (Gráfico 6.3.4), as percentagens de resposta afirmativa entre as mulheres casadas e solteiras são praticamente idênticas, sendo a diferença entre elas de apenas 4,5%. Tanto as mulheres casadas como as solteiras se revelaram desfavoráveis à ideia. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo o estado civil, são as seguintes: 94,7% e 2,6% para as solteiras; 90,2% e 7,3% para as casadas; 87% e 8,7% para as divorciadas. Todas as inquiridas em estado de separação se mostraram desfavoráveis, das quais 60% altamente desfavoráveis. No caso das mulheres em regime de união de facto, a proporção entre respostas negativas e afirmativas foi de 50:50. Entre as mulheres casadas em segundas núpcias, a proporção entre as respostas negativas e muito negativas foi igualmente de 50:50. Entre as viúvas, 85,1% mostrou-se desfavorável à ideia e 7,4% favorável. As restantes inquiridas não exprimiram opinião.

Gráfico 6.3.5 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por rendimento pessoal mensal)



Em relação à influência dos rendimentos mensais (Gráfico 6.3.5), quanto mais elevado o seu nível de remuneração, maior a percentagem de respostas negativas. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo o nível de rendimentos mensais,



são as seguintes: 91,5% e 6,4% para o grupo que auferे MOP3.000 ou menos; 87,3% e 8,5% para o grupo que auferे MOP3.001-6.000; 93,3% e 4,1% para o grupo que auferे MOP6.001-9.000; 93,6% e 3,2% para o grupo que auferे MOP9.001-12.000 (sem respostas muito afirmativas); 92,8% e 6% para o grupo que auferे MOP12.001-15.000 (sem respostas muito afirmativas). Todas as inquiridas com rendimentos mensais de MOP15.001-18.000 se mostraram desfavoráveis à ideia, sendo a percentagem de respostas muito negativas e negativas de, respectivamente, 38,3% e 61,7%. No grupo de rendimentos MOP18.001-21.000, 95,2% opõe-se à ideia, 4,8% concorda com ela mas nenhuma inquirida afirmou concordar em absoluto. Todas as inquiridas do grupo que auferे MOP21.001-24.000 se opõem à ideia, sendo que 55,6% discordam em absoluto e 44,4% discordam. No grupo de rendimentos MOP24.001-27.000, todas se opõem, sendo que 64,7% discordam em absoluto e 35,3% discordem. O mesmo se passa com o grupo de rendimentos MOP27.001-30.000, em que 37,5% discorda e 62,5% discorda em absoluto e também com o grupo de rendimentos superior a MOP30.000, em que 69,2% discorda e 30,8% discorda em absoluto.

2. Compete ao pai castigar os filhos

De acordo com o Estudo, (Gráfico 6.3.6), a perspectiva de género no seio familiar sobre se “**compete ao pai punir os filhos**”, a maior parte das mulheres (85,8%) deu uma resposta negativa, sendo que 69,4% não concorda e 16,4% não concorda em absoluto. Em contraste, a percentagem das que concordam e das que concordam em absoluto é, respectivamente, de 7,6% e 2,4%. Aparentemente, a percentagem das que se não concordam é maior do que a das que concordam.

Gráfico 6.3.6 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai

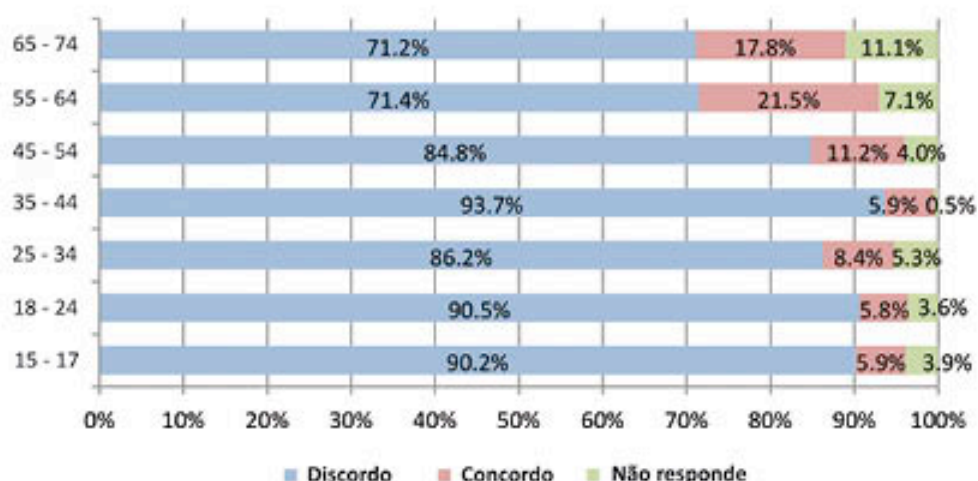


Segundo a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.3.7), em relação à questão de “**competir ao pai punir os filhos**”, em regra, quanto mais jovens são as inquiridas maior é a percentagem das que discordam da ideia. Mas há uma exceção, do grupo etário 35-44, em que a percentagem das que discorda chega a 93,7%, um valor superior ao registado para o grupo etário dos 15-17. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, em termos de grupo etário, são as seguintes: 90,2% e 5,9% para o grupo etário 15-17; 90,5% e 5,8% para o grupo etário 18-24 (sem respostas muito afirmativas); 86,2% e 8,4% para o grupo etário 25-34; 93,7% e 5,9% para o grupo etário 35-44; 84,8% e 11,2% para o grupo etário 45-54; 71,4% e 21,5% para o grupo etário 55-64; 71,2% e 17,8% para o grupo etário 65-74.



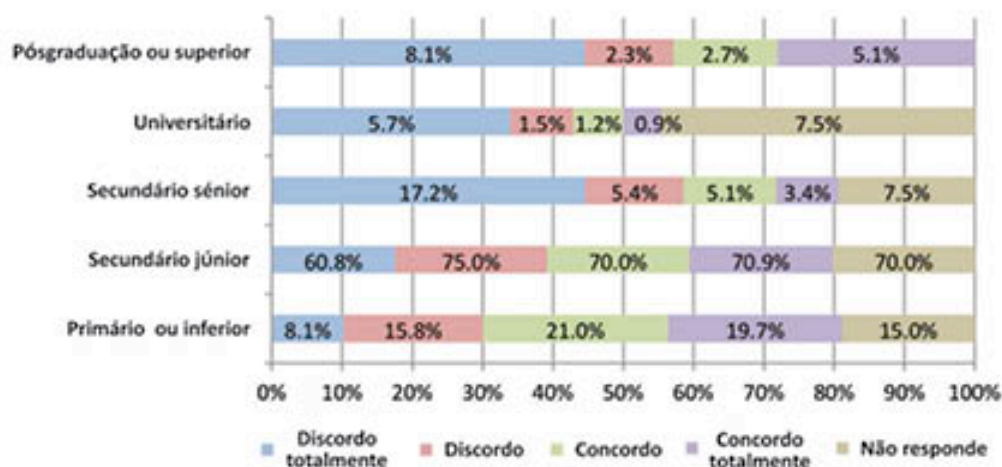


Gráfico 6.3.7 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por idade)



Em relação à influência do nível de escolaridade (Gráfico 6.3.8), a percentagem de respostas afirmativas é praticamente a mesma para os diferentes níveis de escolaridade, com a maioria a mostrar-se desfavorável à ideia. No caso das mulheres com níveis de escolaridade secundário júnior, secundário sénior e universitário, as percentagens de respostas afirmativas situam-se todas abaixo dos 10%, sendo, respectivamente, de 6,9%, 6,3% e 4,3%. Pelo contrário, as percentagens para as mulheres com nível de formação primário ou inferior e pós-graduação ou superior situam-se acima dos 10%, sendo, respectivamente, de 22,9% e 15%.

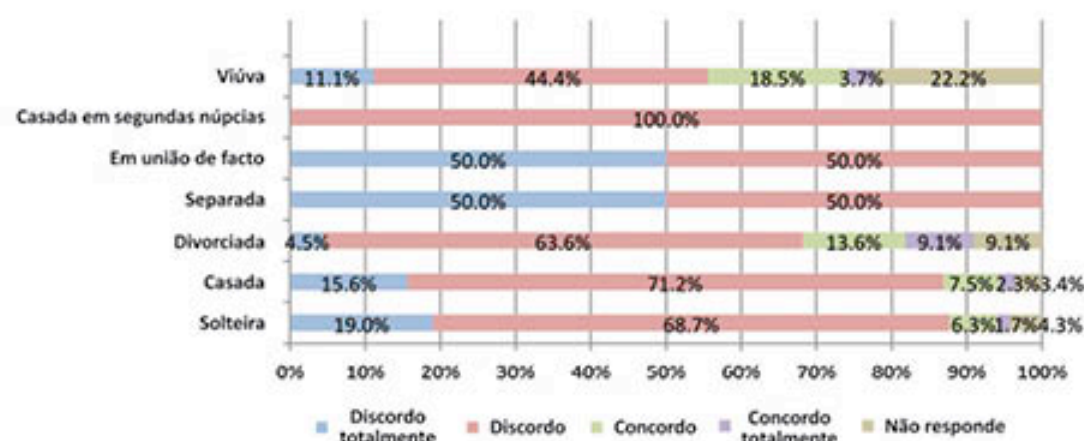
Gráfico 6.3.8 Punir os filhos é uma que compete ao pai (por nível de escolaridade)



Em relação à influência do estado civil (Gráfico 6.3.9), as respectivas percentagens de respostas afirmativas para as mulheres solteiras e as casadas são praticamente idênticas, mostrando-se a maioria desfavorável à ideia. As respectivas percentagens de respostas negativas e afirmativas, segundo o estado civil, são as seguintes: 87,7% e 8% para as mulheres solteiras; 86,8% e 9,8% para as mulheres casadas; 68,1% e 22,7% para as mulheres divorciadas. Todas as inquiridas em situação de separação se mostraram desfavoráveis à ideia, tal como as mulheres em regime de união de facto, sendo de 50:50 as respectivas proporções de altamente desfavorável e desfavorável. Todas as mulheres casadas em segundas núpcias se opõem à ideia. No caso das mulheres viúvas, 55,5% é desfavorável e 22,2% mostra-se favorável. As restantes inquiridas não manifestaram opinião.

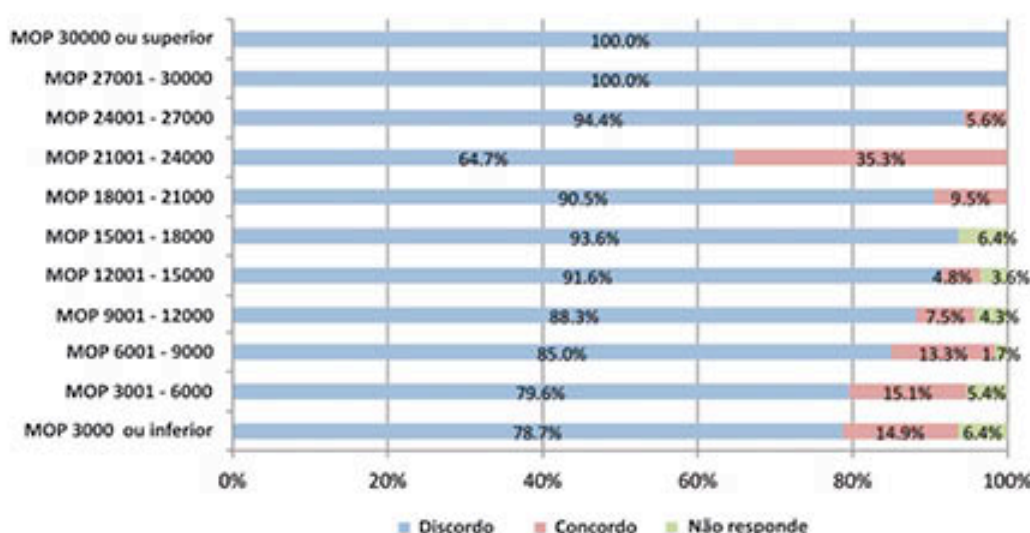


Gráfico 6.3.9 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por estado civil)



Em relação à influência dos rendimentos mensais (Gráfico 6.3.10), em regra, quanto mais elevado o montante de rendimentos mensais das inquiridas, maior é a percentagem das que responderam negativamente. As respectivas proporções de respostas negativas e afirmativas, segundo os níveis de rendimento mensal, são as seguintes: 78,7% e 14,9% para o grupo com rendimentos de MOP3.000 ou inferior; 79,6% e 15,1% para o grupo com rendimentos de MOP3.001-6.000; 85% e 13,3% para o grupo com rendimentos de MOP6.001-9.000; 88,3% e 7,5% para o grupo com rendimentos de MOP9.001-12.000; 91,6% e 4,8% para o grupo com rendimentos de MOP12.001-15.000; 93,6% e 6,4% para o grupo com rendimentos de MOP15.001-18.000; 90,5% e 9,5% para o grupo com rendimentos de MOP18.001-21.000 (sem respostas muito favoráveis); 64,7% e 35,3% para o grupo com rendimentos de MOP21.001-24.000; 94,4% e 5,6% (muito favoráveis) para o grupo com rendimentos de MOP24.001-27.000. Todas as inquiridas com um rendimento mensal de MOP27.001-30.000 se mostraram contrárias à ideia, sendo as proporções de muito desfavorável e desfavorável de, respectivamente, 12,5% e 87,5%. Todas as inquiridas com um rendimento mensal superior a MOP30.000 se mostraram contrárias à ideia, sendo as percentagens de respostas muito desfavoráveis e desfavoráveis de, respectivamente, 15,4% and 84,6%.

Gráfico 6.3.10 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por rendimento pessoal mensal)





Papel na profissão

1. Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais

O Inquérito de 2010 mostra que (Gráfico 6.4.1) 61,9% das mulheres inquiridas não concorda com a perspectiva de género de que os “homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais”, destas, 47,6% discorda e 14,3% discorda totalmente. Contudo 30,8% das mulheres concorda e 5,2% concorda totalmente. A taxa de discordância é, claramente, superior à taxa de concordância.

Gráfico 6.4.1 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais



Gráfico 6.4.2 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por idade)

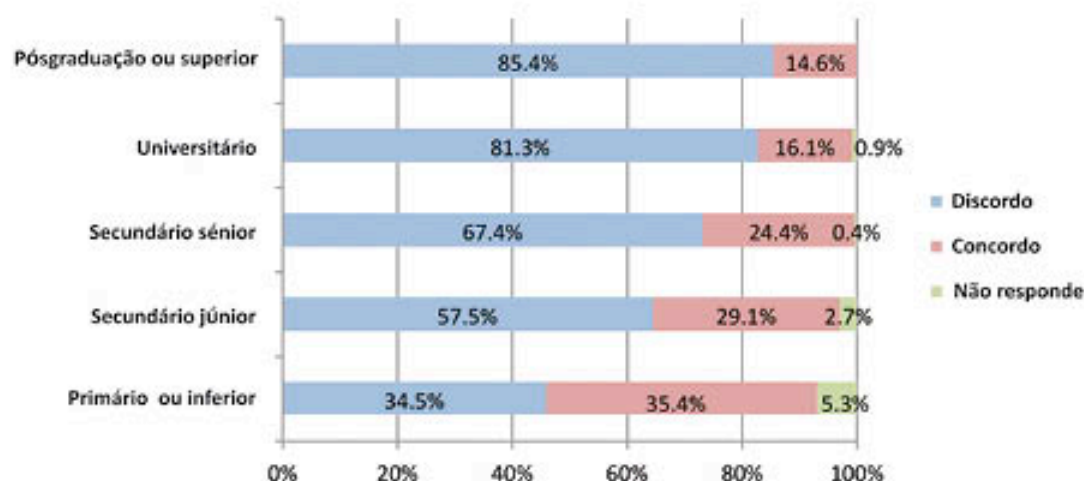


A análise cruzada dos dados (Gráfico 6.4.2), sobre a ideia de que os “homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais”, relativamente às mulheres dos três grupos etários, de 15-34 anos, quanto mais idosas são, maior é a tendência para discordarem da afirmação. Mas as mulheres em grupos etários acima dos 35 anos, mostram uma tendência oposta, isto é, quanto mais idosas são, mais tendem a admitir esta ideia. Além disso, em todos os grupos etários com e abaixo dos 44 anos, a percentagem de inquiridas com respostas negativas, é de cerca de 70%, enquanto em todos os grupos etários com e acima dos 45 anos, as que não concordam com a afirmação representam menos de 50%. Em inquiridas com idades compreendidas entre os 15-17 anos, 66,7%, não



concorda e 31,4% concorda com a afirmação. Em mulheres com idades entre os 18-24 anos, 71% dá resposta negativa e 27,5% dá resposta afirmativa. Em mulheres com idade entre os 25-34 anos, 77,2% não concorda com afirmação e 21,7% concorda com a afirmação. Em inquiridas com idade entre os 35-44 anos, 69,1% nega a afirmação e 29,5% concorda com a afirmação. Entre aquelas com idade entre os 45-54 anos, 49,5%, nega a afirmação e 48,2% concorda com a afirmação. Em inquiridas com idade entre os 55-64 anos, 35,7% responde negativamente e 57,2% responde afirmativamente. Em mulheres com idade entre os 65-74 anos, 48,9% opõe-se à ideia e 46,5% dá resposta afirmativa.

Gráfico 6.4.3 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por nível de escolaridade)



Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 6.4.3), em relação à ideia de que “os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais”, quanto mais alto é o nível de escolaridade das inquiridas mais estas tendem a negar a ideia. Em inquiridas com pós-graduação ou superior, 85,4% não concorda, 14,6% concorda e não se registou nenhuma concordância total. Nas mulheres com escolaridade ao nível do ensino universitário, 81,3% nega a afirmação e 17,9% concorda com a ideia. Em mulheres com o ensino secundário sénior, 67,4% dá resposta negativa e 32,2% dá resposta afirmativa. Entre as mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, 57,5% nega a afirmação e 39,9% concorda com ela. Em inquiridas com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, apenas 34,5% não concorda com a afirmação enquanto 60,2% das mulheres concordam com a afirmação. As restantes inquiridas não respondem.

Em termos de estado civil (Gráfico 6.4.4), a percentagem de mulheres casadas que concordam com a afirmação é superior em mais de 15 pontos percentuais à das mulheres solteiras. Entre as mulheres solteiras, 73,6% nega a afirmação e 26% concorda com ela. Entre as mulheres casadas, 57,2% delas negam a afirmação, 40% dá resposta afirmativa. Quanto às divorciadas, 43,5% discorda da afirmação e 52,5% concorda com ela, ao passo que, relativamente às mulheres em regime de separação, 83,3% das inquiridas discorda da afirmação e 16,7% concorda com ela. Em mulheres a viverem em regime de união de facto, metade delas concorda e a outra metade concorda totalmente. E, em relação às inquiridas casadas em segundas núpcias, a percentagem de concordância e discordância é de 50:50. Entre as viúvas, 53,6% das inquiridas dá resposta negativa e 39,3% dá resposta afirmativa. As restantes inquiridas não respondem.





Gráfico 6.4.4 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por estado civil)

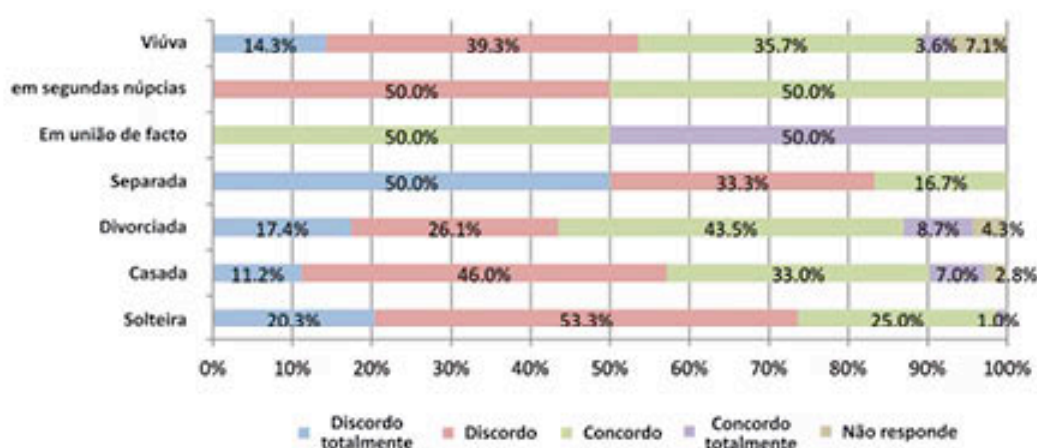
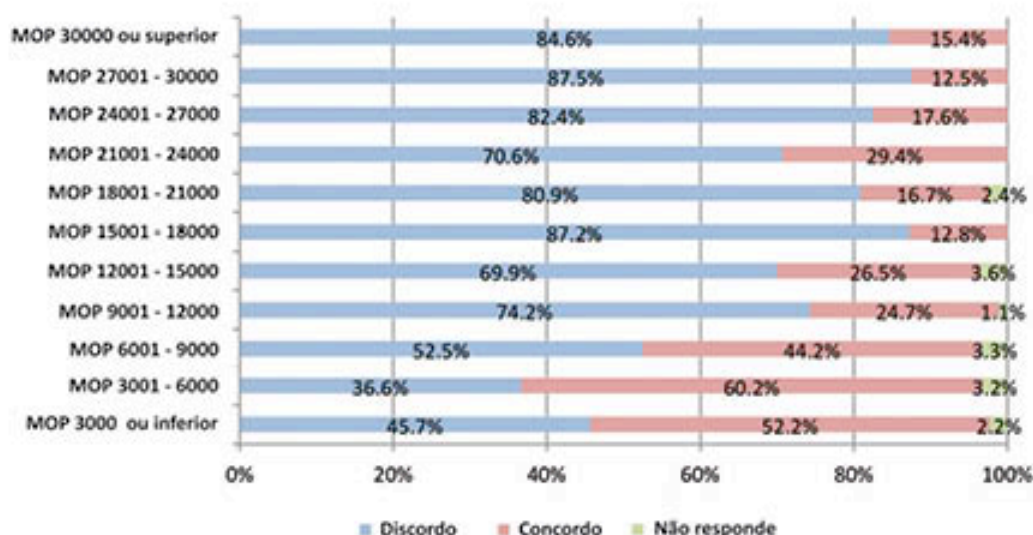


Gráfico 6.4.5 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por rendimento pessoal mensal)



Em termos de rendimentos (Gráfico 6.4.5), quanto mais elevado é o rendimento médio mensal das mulheres inquiridas, maior é a tendência para discordarem da afirmação. Mas existem exceções para mulheres em determinados grupos de rendimentos. Nas mulheres com um rendimento mensal de MOP3.000 ou inferior, 45,7% não concorda com a afirmação e 52,2% concorda com ela. Entre as inquiridas com rendimentos entre MOP3.001-6.000, 36,6% rejeita a afirmação e 60,2% concorda com ela. Em inquiridas com rendimentos entre MOP6.001-9.000, 52,5% rejeita a afirmação e 44,2% concorda com ela. Em mulheres que ganham MOP9.001-12.000, 74,2% discorda e 24,7% concorda com a ideia. Entre inquiridas com rendimentos entre os MOP12.001-15.000, 69,9% discorda da afirmação e 26,5% concorda com ela. Entretanto, em inquiridas com rendimentos de MOP15.001-18.000, 87,2% discorda e 12,8% concorda com a ideia (nenhuma afirma concordar totalmente). Nas mulheres com rendimentos entre MOP18.001-21.000, 80,9% rejeita a ideia e 16,7% concorda com ela (nenhuma afirma concordar totalmente). Entre as inquiridas com rendimentos de MOP21.001-24.000, 70,6% dá resposta negativa e 29,4% concorda com a ideia (nenhuma afirma concordar totalmente). Nas mulheres com rendimentos de MOP24.001-27.000, 82,4% rejeita a ideia e 17,6% concorda com ela (nenhuma afirma concordar totalmente). Entre as inquiridas que auferem entre MOP27.001-30.000, 87,5% discorda da afirmação (nenhuma afirma concordar totalmente) e 12,5% concorda com ela (nenhuma afirma concordar totalmente). Entre as inquiridas com rendimentos de MOP30.000 ou superiores, 84,6% dá resposta negativa e 15,4% concorda com a ideia (nenhuma afirma concordar totalmente). As restantes inquiridas não respondem.



2. É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens

O Estudo revela que (Gráfico 6.4.6), relativamente à ideia de que “é mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens”, mais de metade das mulheres (57,1%) dá resposta afirmativa, das quais, 46,5% concorda e 10,6% concorda totalmente com a afirmação. Entretanto, 30,1% das mulheres discorda e 2,8% discorda totalmente. A taxa de concordância é superior à taxa de discordância.

Gráfico 6.4.6 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens

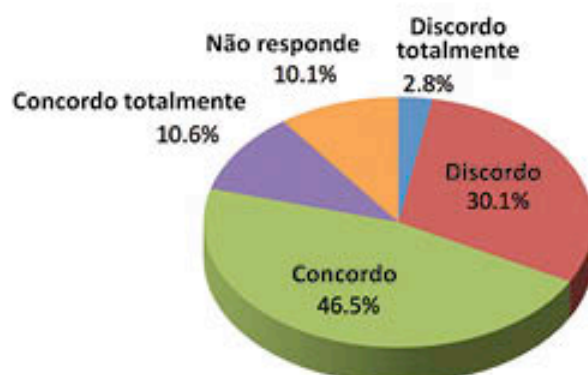
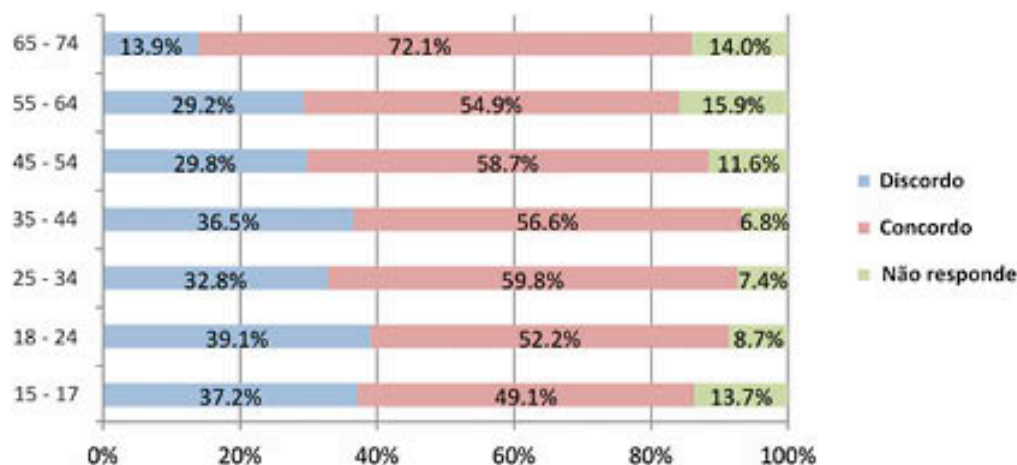


Gráfico 6.4.7 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens (por idade)



A análise cruzada dos dados revela que (Gráfico 6.4.7), em relação à ideia de que “é mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens”, quanto mais idosas são as inquiridas, maior a tendência para concordarem com a afirmação. Nas mulheres com idades entre os 15-17 anos, 37,2% discorda da ideia e 49,1% concorda com ela. Em relação às mulheres com idade entre os 65-74 anos, 13,9% discorda da afirmação e 72,1% concorda com ela.

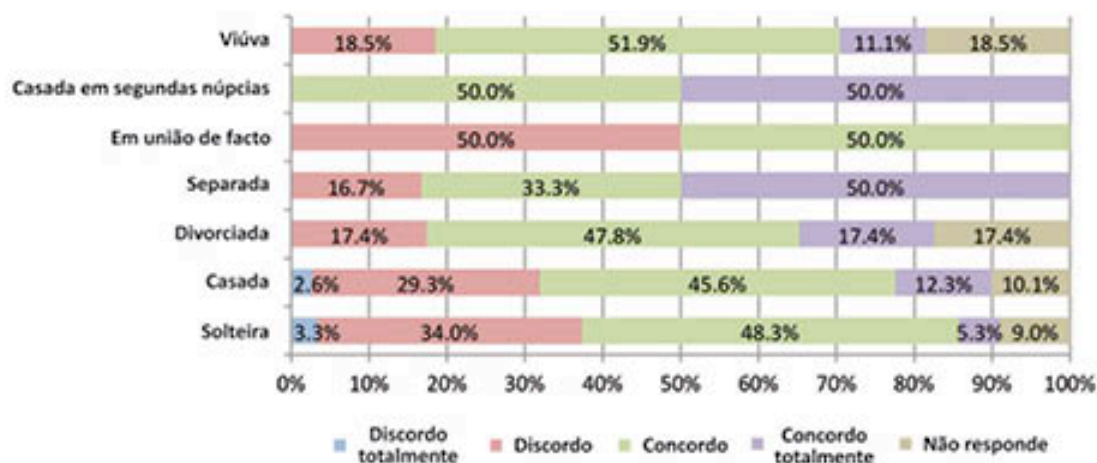


Gráfico 6.4.8 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens (por nível de escolaridade)



Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 6.4.8), quanto mais elevado é o nível de escolaridade das inquiridas, mais estas se opõem à ideia. Em mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 28,1% discorda da ideia e 59,1% concorda com ela. Entre mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, 30,9% nega a afirmação e 59,1% concorda com ela. Entre as inquiridas com o ensino secundário sénior, 34,4% rejeita a ideia e 56,2% concorda com ela. Nas mulheres com escolaridade ao nível universitário, 36% rejeita a afirmação e 55,3% concorda com a ideia (nenhuma afirma concordar totalmente). Em mulheres com pós-graduação ou superior, 41,4% rejeita a ideia e 48,8% concorda (nenhuma afirma concordar totalmente).

Gráfico 6.4.9 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens (por estado civil)



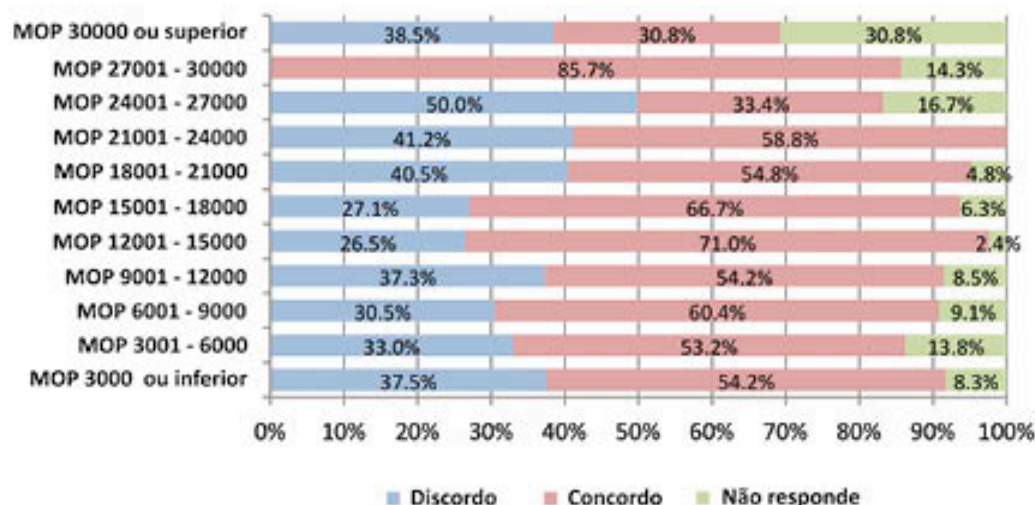
Em termos de estado civil (Gráfico 6.4.9), a percentagem de mulheres casadas com respostas afirmativas é ligeiramente superior à das solteiras. Assim, 37,3% e 53,6% das mulheres solteiras e 31,9% e 57,9% das mulheres casadas, dão, respectivamente, respostas negativas e afirmativas. E, entre as divorciadas, 17,4% opõe-se à ideia, não havendo nenhuma que discorde totalmente, enquanto 65,2% concorda com a afirmação. Entre as mulheres em regime de separação, 16,7% rejeita a afirmação, não havendo nenhuma que discorde totalmente, enquanto 83,3% que concorda com a ideia. Em inquiridas a viverem



em regime de união de facto e entre as mulheres casadas em segundas núpcias, a proporção entre respostas negativas e afirmativas é de 50:50. Entre as viúvas, 18,5% discorda da ideia, não havendo nenhuma que discorde totalmente, enquanto 63% concorda que “é mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens”.

Em termos de rendimentos (Gráfico 6.4.10), as taxas de concordância das mulheres variam de acordo com o rendimento médio mensal, não se notando, no entanto, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.4.10 É mais fácil as mulheres encontrarem emprego do que os homens (por rendimento pessoal mensal)



Papel da mulher

1. As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem

O estudo revela que (Gráfico 6.5.1) mais de metade das mulheres (53,9%) não concorda que “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”. Entre elas, 47,7% discorda e 6,2% discorda totalmente. Relativamente às mulheres que concordam com a afirmação, 34,1% concorda e 8,6% concorda totalmente. Embora a percentagem de respostas negativas seja superior à de respostas afirmativas, há ligeiramente menos inquiridas a discordar totalmente do que a concordar totalmente. Em geral, a taxa de discordância é ligeiramente superior à taxa de concordância.

Gráfico 6.5.1 As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem





Gráfico 6.5.2 As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por idade)



A análise cruzada dos dados (Gráfico 6.5.2) revela que mais de metade das inquiridas, com idade igual ou inferior a 44 anos, discorda que “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”, enquanto mais de metade das inquiridas com idades entre os 45-54 anos concorda com esta afirmação. Entretanto, menos de metade das inquiridas com idades entre os 55-64 anos opõe-se à ideia, confirmando a tendência de mais mulheres responderem negativamente do que afirmativamente. E mais de metade das inquiridas com idade entre os 65-74 concorda com a ideia. Entre as inquiridas com idade entre os 15-17 anos, 60,8% opõe-se à ideia e 35,3% concorda com ela. Entre mulheres do grupo 18-24 anos, 54,3% discorda da afirmação e 42% concorda com ela. 56,4% das mulheres do grupo 25-34 anos opõe-se à ideia e 40,4% concorda com ela. Em mulheres do grupo 35-44 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 60,5% e 37,8%. Em mulheres do grupo 45-54 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 45,5% e 52,3%. Em relação às mulheres com idade entre os 55-64, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 49,6% e 42,5%. Em mulheres do grupo etário dos 65-74 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 42,3% e 51,1%.

Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 6.5.3), quanto maior for o nível de escolaridade das inquiridas, maior é a tendência para discordarem da afirmação. Em mulheres com pós-graduação e superior, 80% opõe-se à ideia e 17,5% concorda com ela (nenhuma afirma concordar totalmente). Entre mulheres com escolaridade ao nível universitário, 57,5% rejeita a ideia e 39,6% concorda com ela. Para as inquiridas com o ensino secundário sénior, 58,9% discorda e 38,7% concorda com a ideia. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são, respectivamente, de 56,2% e

Gráfico 6.5.3 As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por nível de escolaridade)





40,9%, enquanto entre as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 36,2% discorda da afirmação e 58,1% concorda com ela. As restantes inquiridas não respondem.

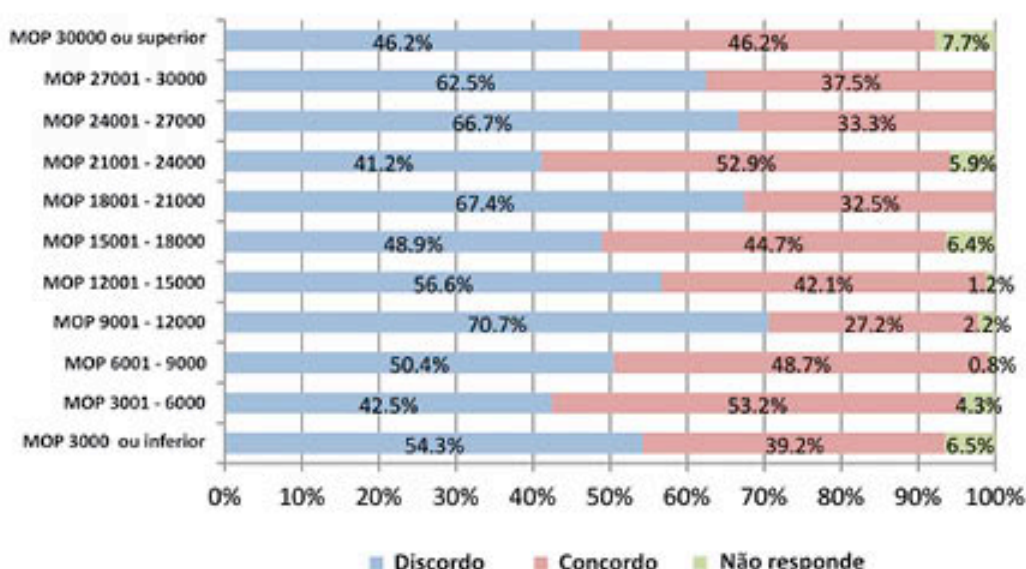
Em termos de estado civil (Gráfico 6.5.4), a percentagem de mulheres casadas que deram respostas afirmativas é ligeiramente superior à das solteiras. Assim, 56,5% e 39,2% das mulheres solteiras e 53,1% e 44% das mulheres casadas, dão, respectivamente, respostas negativas e afirmativas. Entre as divorciadas, 47,8% opõe-se à ideia, enquanto 43,5% concorda com ela. Entre as mulheres em regime de separação, 83,3% rejeita a afirmação, enquanto 16,7% concorda com ela. Todas as inquiridas a viver em regime de união de facto concordam totalmente com a ideia. Entre as mulheres casadas em segundas núpcias, a proporção entre respostas negativas e afirmativas é de 50:50. Entre as viúvas, 40,7% discorda da ideia, enquanto 51,8% concorda que “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”.

Gráfico 6.5.4 As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por estado civil)



Em termos de rendimentos (Gráfico 6.5.5), em relação à ideia de que “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”, o índice de concordância das mulheres varia de acordo com os seus rendimentos médios mensais, não se notando, contudo, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.5.5 As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por rendimento pessoal mensal)

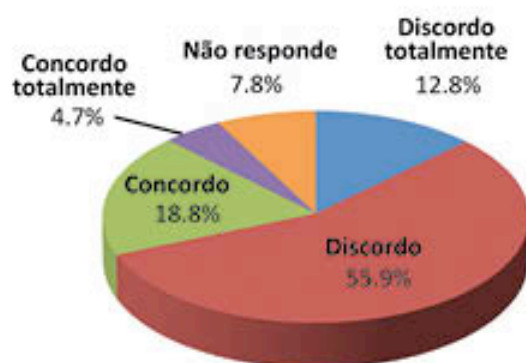




2. As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros

Os resultados do Inquérito de 2010 (Gráfico 6.5.6), revelam que 68,7% das mulheres discorda com a perspectiva de género de que “as mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros”. Entre estas, 55,9% discorda e 12,8% discorda totalmente da afirmação. Contudo, 18,8% das mulheres concorda e 4,7% concorda totalmente. O índice de concordância é obviamente mais elevado que o de discordância.

Gráfico 6.5.6 As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros



Uma análise cruzada dos dados revela que (Gráfico 6.5.7) relativamente à afirmação de que “as mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros”, quanto mais jovens são as inquiridas, maior é a tendência para discordarem da ideia. Em mulheres com idade entre os 15-17 anos, 80,4% discorda e 15,7% concorda com a afirmação e entre estas há respostas exprimindo uma concordância total. Em relação às inquiridas com idade entre os 65-74 anos, apenas 50% discorda e 27,2% concorda com a afirmação.

Gráfico 6.5.7 As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por idade)



Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 6.5.8), quanto mais elevado é o nível de escolaridade, maior é a percentagem de mulheres que rejeita a afirmação, entre as inquiridas com pós-graduação e qualificações superiores, como exceção, verifica-se uma ligeira descida na percentagem de respostas negativas. Entre as inquiridas com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 46,6% discorda da ideia e 37,1% concorda com ela. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, 72,6% rejeita a afirmação e 19,3% concorda com ela. Entre as inquiridas com o ensino secundário sénior, 74,9% discorda da ideia e 21,2% concorda com ela. Nas mulheres com escolaridade ao nível universitário, 77,4% discorda e 18,4% concorda com a afirmação. Em mulheres com pós-graduação e superior, 70,7% rejeita e 24,4% concorda com a ideia. As restantes inquiridas não respondem.



Gráfico 6.5.8 As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por nível de escolaridade)

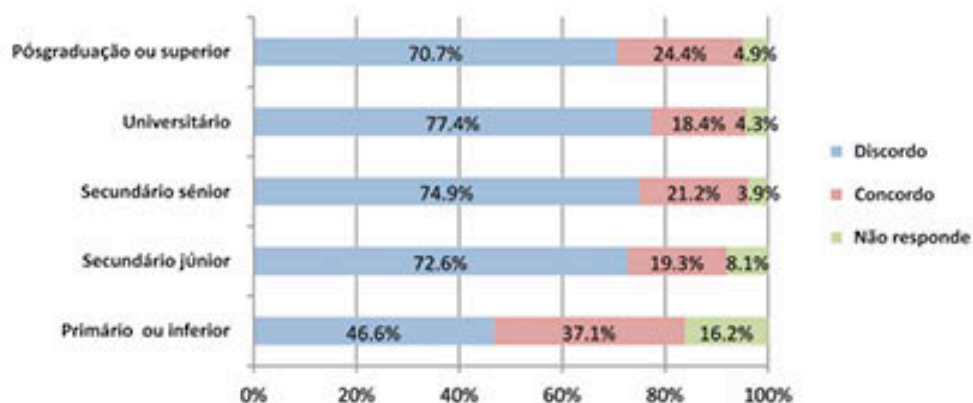


Gráfico 6.5.9 As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por estado civil)

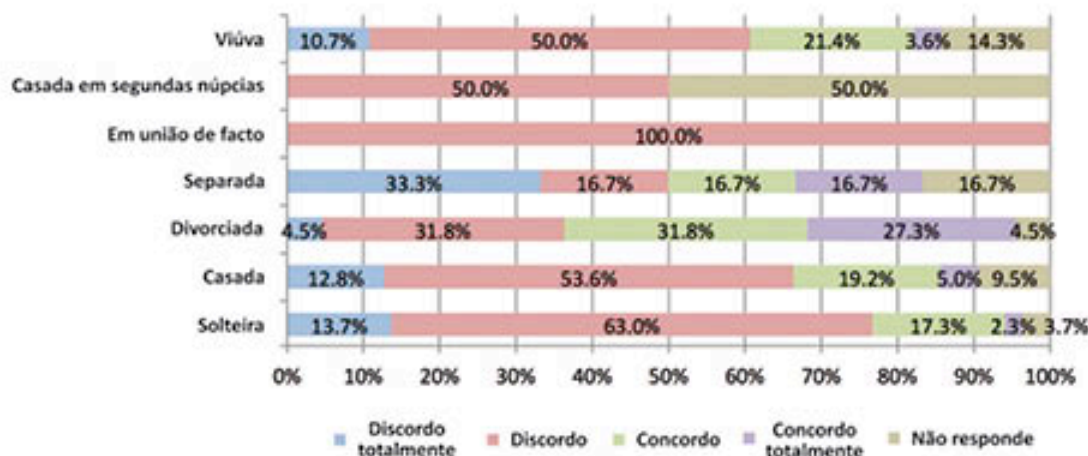
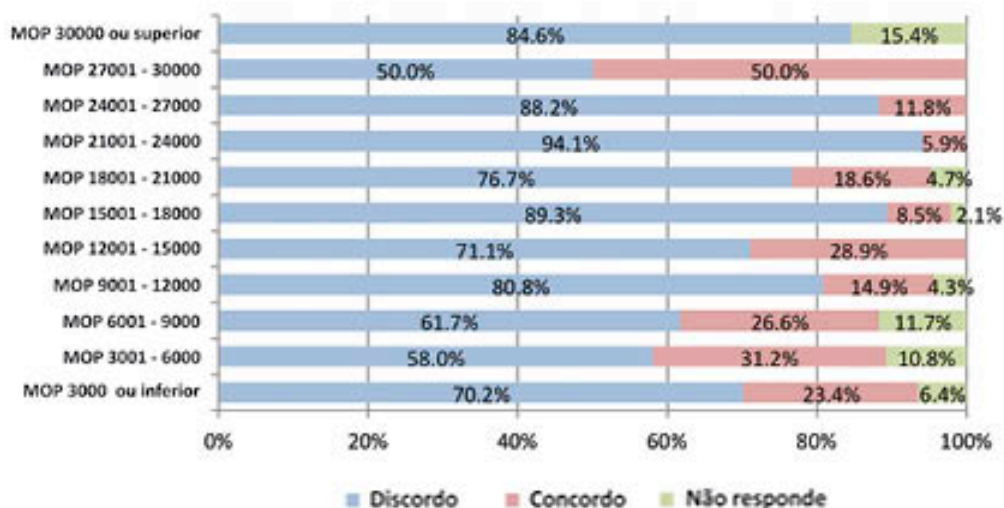


Gráfico 6.5.10 As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por rendimento pessoal mensal)





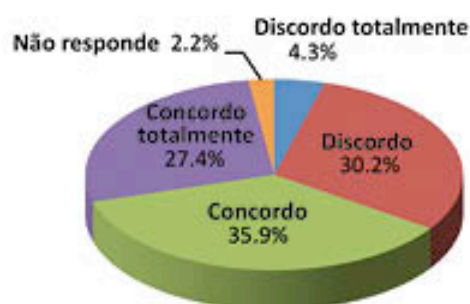
Relativamente ao estado civil (Gráfico 6.5.9), a percentagem de mulheres casadas com resposta afirmativa é ligeiramente superior à percentagem de solteiras. Assim, entre as mulheres casadas, 76,7% discorda da afirmação e 19,6% concorda com ela, e entre as inquiridas solteiras, 66,4% rejeita a ideia e 24,2% concorda com ela. No que respeita às divorciadas, 36,3% dá resposta negativa e 59,1% dá resposta afirmativa. Entre as que se encontram em regime de separação, 50% dá resposta negativa, enquanto 33,4% dá resposta afirmativa. Todas as inquiridas a viverem em regime de união de facto dão resposta negativa, mas nenhuma refere discordar totalmente. Metade das inquiridas casadas em segundas núpcias dá resposta negativa. Entre as viúvas, 60,7% dá resposta negativa e 25% dá resposta afirmativa. As restantes inquiridas não respondem.

Em termos de rendimentos (Gráfico 6.5.10), o índice de respostas afirmativas por parte das inquiridas varia de acordo com o seu rendimento médio mensal, não se notando, contudo, nenhum padrão evidente.

3. É muito importante para uma jovem casar com um bom marido

Os resultados do inquérito revelam (Gráfico 6.5.11), que em relação ao conceito conservador de ser “muito importante para uma jovem casar com um bom marido”, 63,3% das mulheres dão resposta afirmativa e, entre estas, 35,9% concorda com a afirmação e 27,4% concorda totalmente. Apenas 30,2% das mulheres não concorda com a afirmação e 4,3% discorda totalmente. A percentagem de discordância é claramente inferior à de concordância.

Gráfico 6.5.11 É muito importante para uma jovem casar com um bom marido



Na análise cruzada dos dados (Gráfico 6.5.12), a idade parece afectar, de forma clara, a atitude das mulheres relativamente à afirmação de que “é muito importante para uma jovem casar com um bom marido”. Quanto mais jovens são as mulheres, maior é a tendência para negarem este conceito. No grupo etário 15-17 anos, 53% das inquiridas discorda da afirmação e 45,1% das inquiridas concorda com ela. No grupo etário 18-24 anos, 47,1% das mulheres discorda da afirmação e 50% concorda com ela. Entre as inquiridas no grupo etário 25-34 anos, 42,8% diz discordar e 55,6% concorda com a afirmação. Nas mulheres do grupo etário 35-44 anos, 38,6% discorda e 60,9% concorda com a ideia. Entre as mulheres com idades entre os 45-54 anos, 25,6% discorda e 71,8% concorda com a afirmação, enquanto no grupo etário 55-64 anos, 14,3% discorda da ideia e 82,1% está de acordo com ela. Entre as inquiridas com idades entre os 65-74 anos, 16,3% discorda da afirmação, mas nenhuma discorda totalmente e 76,8% concorda com a ideia.

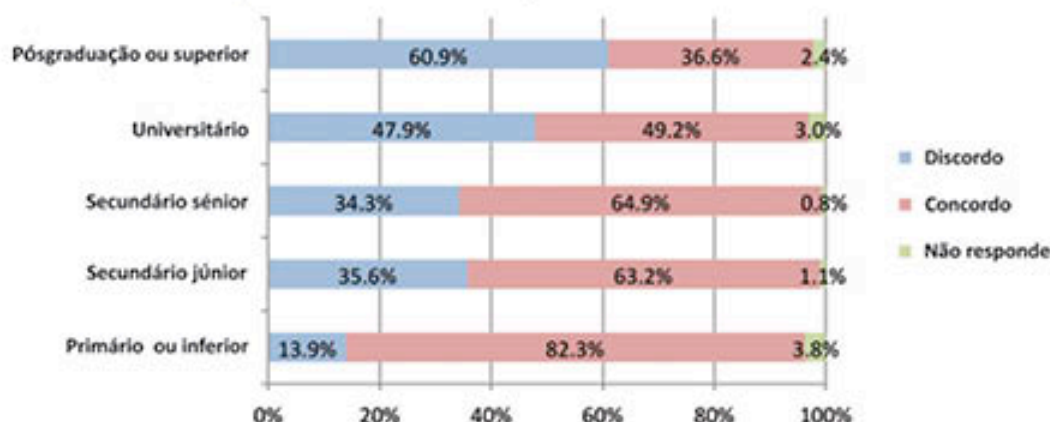


Gráfico 6.5.12 É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por idade)



Na análise cruzada dos dados (Gráfico 6.5.13), relativamente à afirmação de que “é muito importante para uma jovem casar com um bom marido” quanto maior for o nível de escolaridade das inquiridas, maior o índice de discordância da afirmação. Em mulheres com escolaridade ao nível da pós-graduação e superior, 60,9% discorda da afirmação e 36,6% concorda com ela. Nas mulheres com escolaridade ao nível universitário, 47,9% das inquiridas discorda e 49,2% concorda com a afirmação. Para as inquiridas com o ensino secundário sénior, 34,3% delas discordam e 64,9% concorda com a afirmação. Entre mulheres com ensino secundário júnior, as percentagens de discordância e concordância são, respectivamente, de 35,6% e 63,2%, enquanto entre mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, apenas 13,9% dá resposta negativa e 82,3% dá resposta afirmativa.

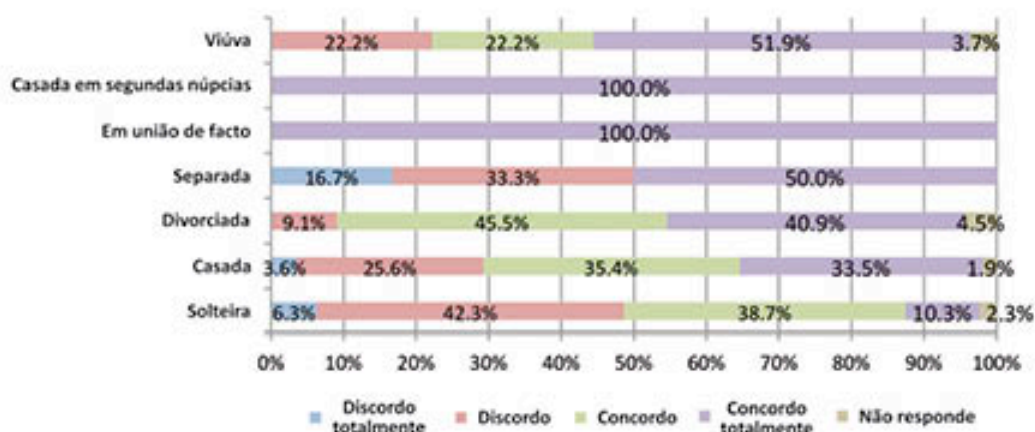
Gráfico 6.5.13 É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por nível de escolaridade)



Em termos de estado civil (Gráfico 6.5.14), em relação ao conceito de que “é muito importante para uma jovem casar com um bom marido”, a percentagem de mulheres casadas que concorda com a afirmação é, claramente, superior à das solteiras. Isto mostra que a situação conjugal afecta a atitude da mulher relativamente a este conceito. No que concerne às mulheres solteiras, 48,6% discorda e 49% concorda com a ideia; em relação às inquiridas casadas, 29,2% discorda e 68,9% concorda com a afirmação. E, entre as divorciadas, 9,1% discorda da afirmação, porém nenhuma discorda totalmente, e 86,4% concorda. Entre as mulheres em regime de separação, metade delas dão resposta negativa e a outra metade afirma a sua concordância, total. As inquiridas a viverem em regime de união de facto e as casadas em segundas núpcias concordam totalmente com a afirmação. Em relação às viúvas, 22,2% discorda, mas não de forma total, e 74,1% concorda com a ideia.

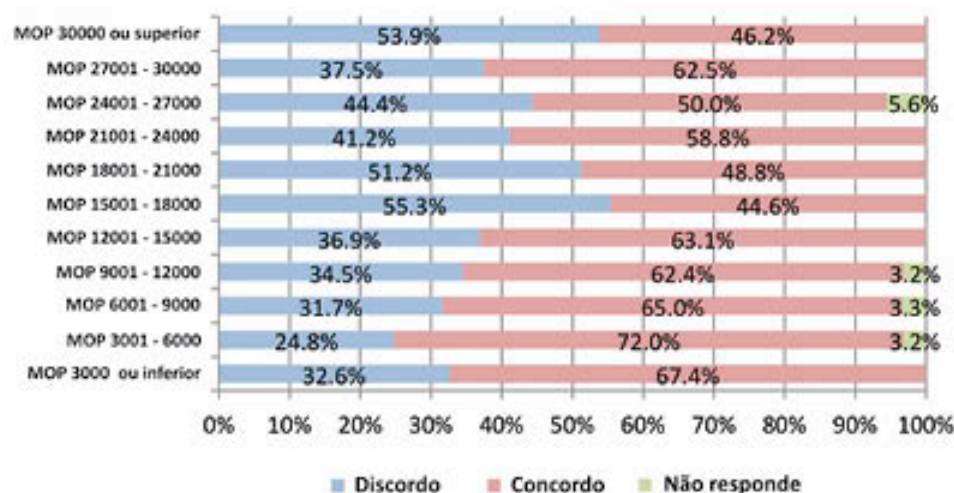


Gráfico 6.5.14 É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por estado civil)



Em termos de rendimentos (Gráfico 6.5.15), a percentagem de mulheres com resposta afirmativa varia de acordo com o rendimento médio mensal, não se detectando, porém, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.5.15 É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por rendimento pessoal mensal)



4. As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge / namorado

Os resultados do inquérito (Gráfico 6.5.16) para a perspectiva de género de que “as mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado”, revelam que 71,8% das mulheres dão resposta negativa, das quais, 61,5% discorda e 10,3% discorda totalmente. Apenas 18,8% das mulheres concorda com a afirmação e 2,9% concorda totalmente com ela. O índice de discordância é, claramente, mais elevado do que o de concordância.



Gráfico 6.5.16 As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado



A análise cruzada dos dados revela que (Gráfico 6.5.17), no que respeita à ideia de que “as mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado”, quanto mais jovens são as mulheres, mais elas discordam desta afirmação. Das inquiridas com idades compreendidas entre os 15-17 anos, 82,4% discorda e 15,7% concorda com aquela afirmação, mas sem concordar totalmente. Nas inquiridas do grupo 18-24 anos, 78,3% das mulheres nega a afirmação e 18,9% concorda com ela. Entre as inquiridas do grupo 25-34 anos, 78,2% discorda da afirmação e 18,7% concorda com ela. Em mulheres com idades entre os 35-44 anos, 75,9% discorda da afirmação e 20,4% concorda com ela. Entre as mulheres do grupo 45-54 anos, 65,5% dá resposta negativa e 27,8% dá resposta afirmativa, enquanto entre as inquiridas do grupo 55-64 anos, 60,7% discorda e 22,4% concorda com a afirmação. Entre as inquiridas do grupo 65-74 anos, 56,8% dá resposta negativa e 29,5% dá resposta afirmativa. As restantes inquiridas não respondem.

Gráfico 6.5.17 As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por idade)

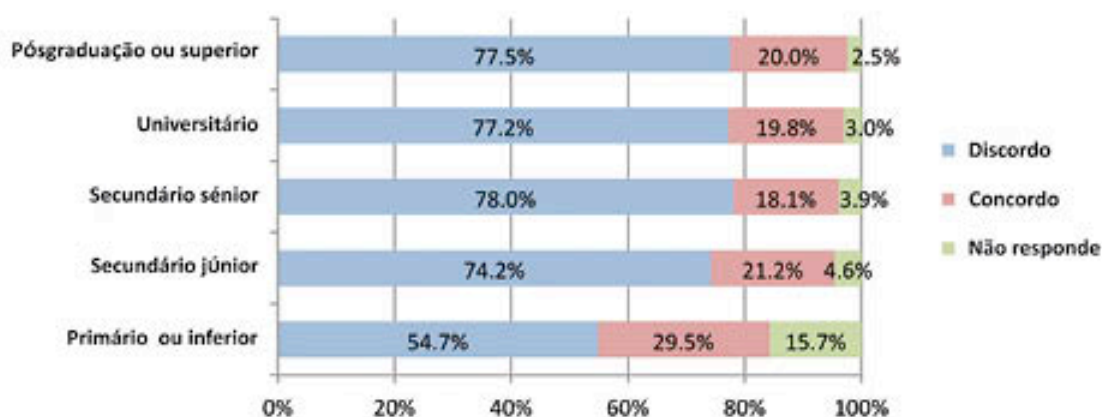


Em termos do nível de escolaridade (Gráfico 6.5.18), em relação ao conceito de que “as mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado”, quanto mais elevado é o nível de escolaridade das mulheres, maior é a tendência para contestarem a afirmação. Entre as inquiridas com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 54,7% discorda e 29,5% concorda com a afirmação. Entre as mulheres com ensino secundário júnior, 74,2% discorda da afirmação e 21,2% concorda com ela. Nas inquiridas com o ensino secundário sénior, 78% delas opõe-se e 18,1% concorda com a ideia. Entre as mulheres com escolaridade ao nível universitário, 77,2% delas discorda da afirmação e 19,8% concorda com ela. Em mulheres com pós-graduação e superior, 77,5% delas discorda da afirmação e 20% concorda com ela, mas nunca totalmente. As restantes inquiridas não respondem.



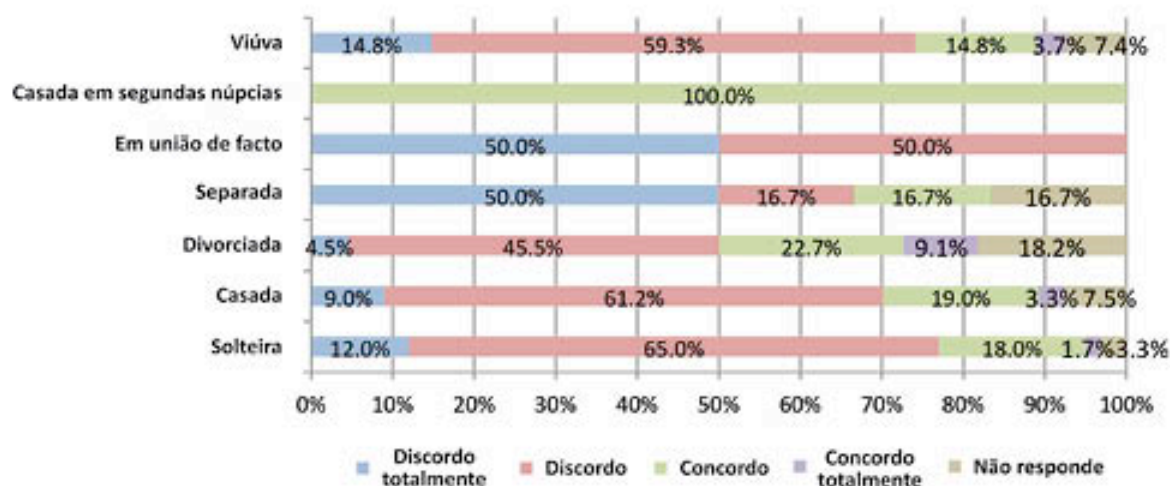


Gráfico 6.5.18 As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por nível de escolaridade)



Em termos de estado civil (Gráfico 6.5.19), no respeitante ao conceito acima referido, a percentagem de inquiridas com respostas afirmativas regista uma ligeira variação em termos de estado civil. A percentagem de mulheres solteiras que discorda da ideia é ligeiramente superior à das casadas. Entre as mulheres solteiras, 77% discorda da ideia e 19,7% concorda com ela; entre as mulheres casadas, 70,2% dá resposta negativa e 22,3% afirmativa. E, entre as divorciadas, 50% delas nega a ideia 31,8% concorda com ela. Entre as mulheres em regime de separação, 66,7% nega a ideia e 16,7% concorda com ela, porém, nunca totalmente. Em inquiridas que vivem em regime de união de facto, metade delas discorda da afirmação e a outra metade discorda totalmente dela. Entre as mulheres que contraíram segundas núpcias, todas elas concordam, mas nunca totalmente. Entre as viúvas, 74,1% delas discordam e 18,5% concorda. As restantes inquiridas não respondem.

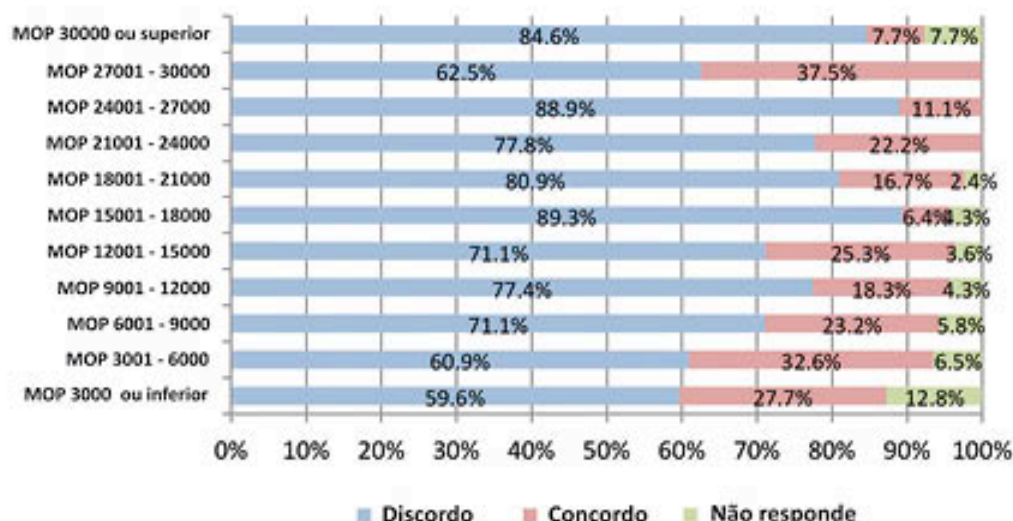
Gráfico 6.5.19 As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por estado civil)



Em termos de rendimentos (Gráfico 6.5.20), a percentagem de mulheres com respostas afirmativas varia de acordo com o seu rendimento médio mensal, não se notando, contudo, nenhum padrão evidente.



Gráfico 6.5.20 As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por rendimento pessoal mensal)



5. O homem deve ser o sustentáculo económico da família

Os resultados do inquérito revelam que (Gráfico 6.5.21), em relação à perspectiva de género e familiar de que “o homem deve ser o sustentáculo económico da família”, 64,7% das mulheres dá uma resposta afirmativa, das quais, 47,2% concorda e 17,5% concorda totalmente com a ideia. Apenas 29% das mulheres discorda e 3,5% discorda totalmente da afirmação. O índice de discordância é, claramente, inferior ao de concordância.

Gráfico 6.5.21 O homem deve ser o sustentáculo económico da família



Na análise cruzada de dados (Gráfico 6.5.22), relativos à afirmação de que “o homem deve ser o sustentáculo económico da família”, com excepção das mulheres do grupo etário mais jovem dos 15-17 anos, quanto mais idosas são as mulheres mais elas concordam com a afirmação.

Entre as inquiridas com idades compreendidas entre os 15-17 anos, 35,3% discorda da ideia e 64,7% concorda com ela. Nas mulheres do grupo etário 18-24 anos, 40,5% delas nega a ideia e 55,8% concorda com ela. Entre as inquiridas do grupo etário 25-34 anos, 39,6% discorda e 58,8% concorda com a afirmação. Entre as mulheres do grupo etário 35-44 anos, 37,6% discorda e 61,5% concorda com a ideia. Entre as mulheres do grupo etário 45-54 anos, 23,2% dá resposta negativa e 73,2% dá resposta afirmativa, ao passo que no grupo etário 55-64 anos, 20,6% discorda e 73,2% concorda com a ideia. Em inquiridas com idades entre os 65-74 anos, 25,6% discorda 72,1% concorda com a ideia. As restantes inquiridas não respondem.



Gráfico 6.5.22 O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por idade)



Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 6.5.23), quanto maior for o nível de escolaridade das inquiridas, maior é a tendência para contestarem a ideia. Em mulheres com pós-graduação e superior, quase metade (46,3%) discorda e 53,7% concorda com a ideia. Entre as mulheres com nível universitário, 44,7% delas rejeita a ideia e 51% concorda com ela. Para as inquiridas com o ensino secundário sénior, 38,8% discorda e 60,4% concorda com a afirmação. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, as percentagens de discordância e concordância são, respectivamente, de 30% e 68,1%, enquanto entre aquelas com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, apenas 11,9% discorda e 83,3% concorda com a ideia.

Gráfico 6.5.23 O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por nível de escolaridade)



Em termos de estado civil (Gráfico 6.5.24), a percentagem de mulheres casadas que responde afirmativamente é, claramente, superior à das solteiras. Entre as mulheres solteiras, 42,4% discorda e 55,3% concorda com a afirmação; entre as mulheres casadas, 28,6% discorda e 68,8% concorda com a afirmação. Entre as divorciadas, 18,2% delas responde negativamente mas sem discordar totalmente e 77,3% concorda com a afirmação. Entre as inquiridas em situação de separação, 20% discorda mas não totalmente, e 80% concorda com a ideia. Entre as inquiridas a viverem em regime de união de facto e as casadas em segundas núpcias, metade delas concorda e a outra metade concorda totalmente. Em relação às viúvas, 29,6% discorda e 59,2% concorda com a ideia. As restantes inquiridas não respondem.

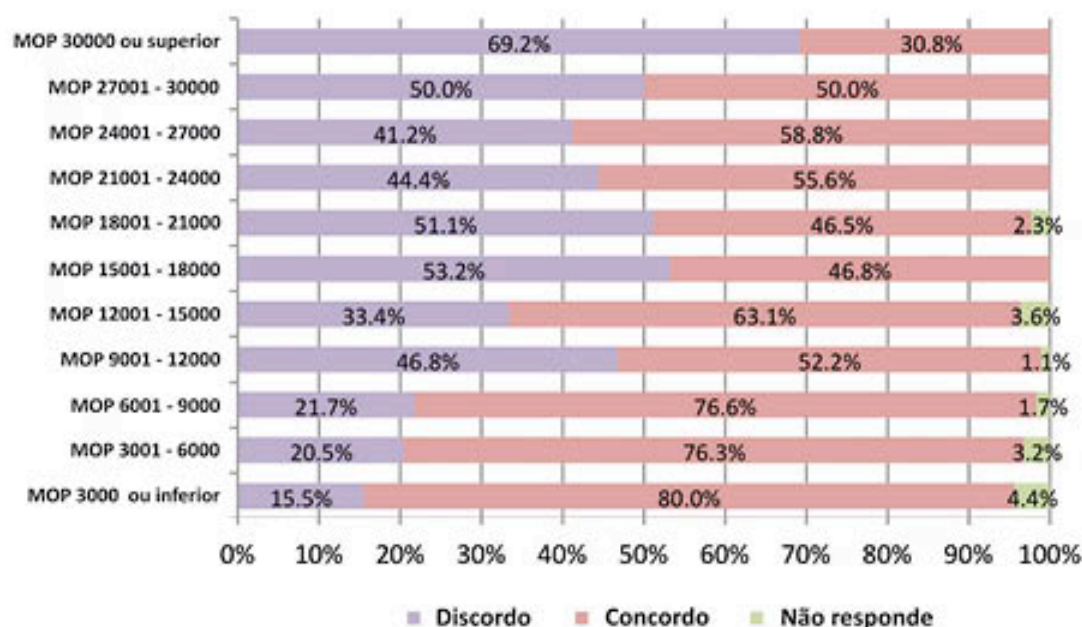


Gráfico 6.5.24 O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por estado civil)



Em termos de rendimentos (Gráfico 6.5.25), a tendência é, quanto maior for o rendimento médio mensal das inquiridas, menor é a percentagem das que contestam a afirmação. As percentagens expressando, respectivamente, discordância e concordância, em termos de rendimento mensal são: MOP3.000 ou inferior, 15,5% e 80%; MOP3.001-6.000, 20,5% e 76,3%; MOP6.001-9.000, 21,7% e 76,6%; MOP9.001-12.000, 46,8% e 52,2%; MOP12.001-15.000, 33,4% e 63,1%; MOP15.001-18.000, 53,2% e 46,8% (nenhuma refere que concorda totalmente); MOP18.001-21.000, 51,1% e 46,5%; MOP21.001-24.000, 44,4% (nenhuma refere que discorda totalmente) e 55,6%; MOP24.001-27.000, 41,2% e 58,8%; MOP27.001-30.000, 50% (nenhuma refere que discorda totalmente) e 50%; MOP30.000 ou superior, 69,2% e 30,8% (nenhuma refere que concorda totalmente).

Gráfico 6.5.25 O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por rendimento pessoal mensal)

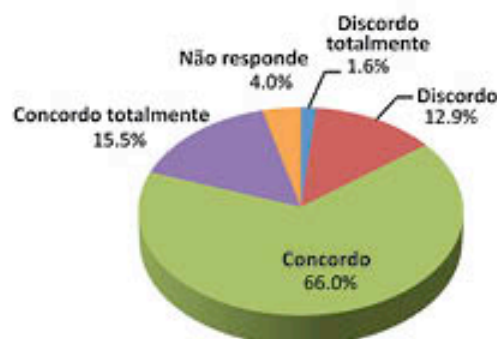




6. As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar

Os resultados do inquérito (Gráfico 6.5.26), mostram que em relação à ideia de que “as mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar”, 81,5% das mulheres dão resposta afirmativa, das quais, 66% concorda e 15,5% concorda totalmente com a ideia. Apenas 12,9% das mulheres rejeita a afirmação e 1,6% discorda totalmente dela. O índice de concordância é, claramente, superior ao de discordância.

Gráfico 6.5.26 As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar



A análise cruzada dos dados revela que (Gráfico 6.5.27) as percentagens de mulheres que respondem afirmativamente, em diferentes grupos etários, são semelhantes e todas se situam entre os 80% e os 90%. Basicamente, as inquiridas concordam que “as mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar”. Das inquiridas com idades compreendidas entre os 15-17 anos, 11,8% discorda da ideia e 88,2% concorda com ela. Nas mulheres do grupo etário 18-24 anos, 10,9% delas dão resposta negativa, mas nenhuma refere discordar totalmente e 89,1% concorda com a ideia. Entre as inquiridas do grupo etário 25-34 anos, 18,5% discorda da afirmação e 77,8% concorda com ela. Entre as mulheres do grupo etário 35-44 anos, 16,9% dá resposta negativa mas nenhuma refere discordar totalmente e 81,3% concorda com a ideia. Entre as mulheres do grupo etário 45-54 anos, 15,7% dá resposta negativa e 78% dá resposta afirmativa, enquanto entre as inquiridas do grupo etário 55-64 anos, 9,8% discorda e 83% concorda com a ideia. Entre as inquiridas do grupo etário 65-74 anos, 7% dá resposta negativa e 86% afirmativa.

Gráfico 6.5.27 As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por idade)





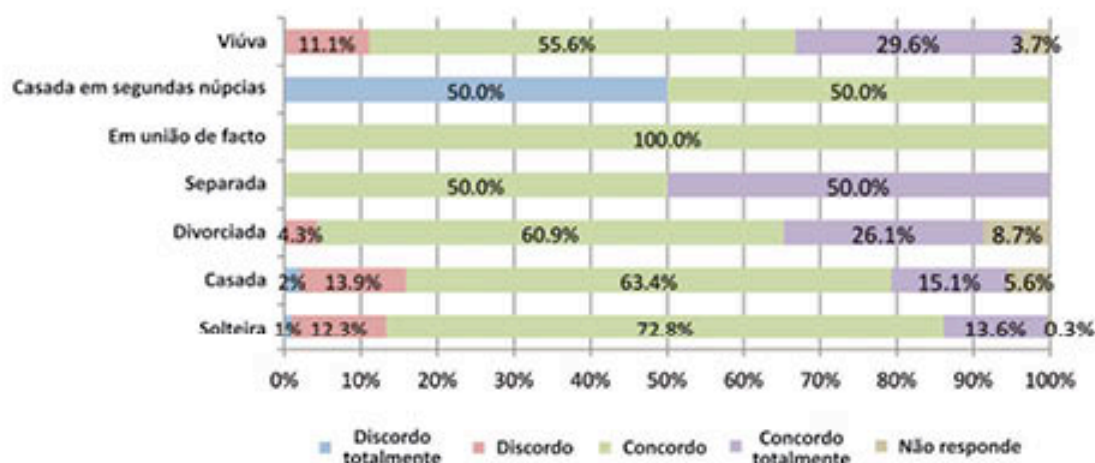
Em termos de nível de escolaridade (Gráfico 6.5.28), quanto maior é o nível de escolaridade das inquiridas, maior é a tendência para concordarem com a ideia. Entre as inquiridas com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 13,7% discorda e 78,7% concorda com a ideia. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, 15% discorda e 81,3% concorda com a afirmação. Entre as inquiridas com o ensino secundário sénior, 15,5% discorda e 81,4% concorda com a ideia. Entre as mulheres com escolaridade de nível universitário, 14,6% discorda e 83,7% concorda com a ideia. Entre as mulheres com pós-graduação e superior, 9,8% discorda e 85,4% concorda com a ideia. Entre as mulheres com pós-graduação e superior, 9,8% discorda da ideia, mas nenhuma afirma discordar totalmente e 85,4% concorda com a afirmação.

Gráfico 6.5.28 As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por nível de escolaridade)



Em termos de estado civil (Gráfico 6.5.29) a percentagem de mulheres casadas com resposta afirmativa é ligeiramente inferior à das solteiras. Assim, entre as mulheres solteiras, 13,3% discorda da afirmação e 86,4% concorda com a afirmação; entre as casadas, 15,9% discorda e 78,5% concorda. Entre as divorciadas, 4,3% das inquiridas discorda, nunca totalmente, e 87% concorda com a afirmação. Todas as mulheres em regime de

Gráfico 6.5.29 As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por estado civil)

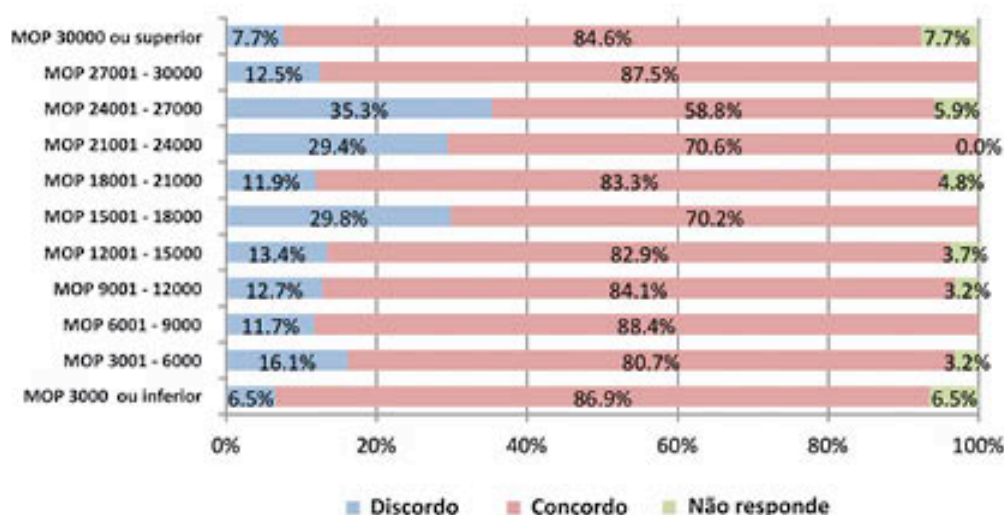




separação concordam com a ideia, metade concordando apenas e a outra metade concordando totalmente. Todas as inquiridas a viverem em regime de união de facto concordam com a ideia mas nunca referem concordar totalmente. Entre as casadas em segundas núpcias, metade discorda totalmente da ideia e outra metade concorda. Entre as viúvas, 11,1% rejeita a ideia, porém sem discordar totalmente, e 85,2% afirma que concorda com a ideia.

Em termos de rendimentos (Gráfico 6.5.30), a percentagem de mulheres com resposta afirmativa varia de acordo com o rendimento mensal média, não se notando, contudo, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.5.30 As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por rendimento pessoal mensal)



7. Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar

Relativamente à perspectiva de género de que “quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar” (Gráfico 6.5.31), a maioria das mulheres (72,1%) nega a ideia (62,7% discorda e 9,4% discorda totalmente), enquanto 19% das mulheres concorda com a ideia e 4% concorda totalmente com ela. O índice de discordância é, claramente, superior ao de concordância.

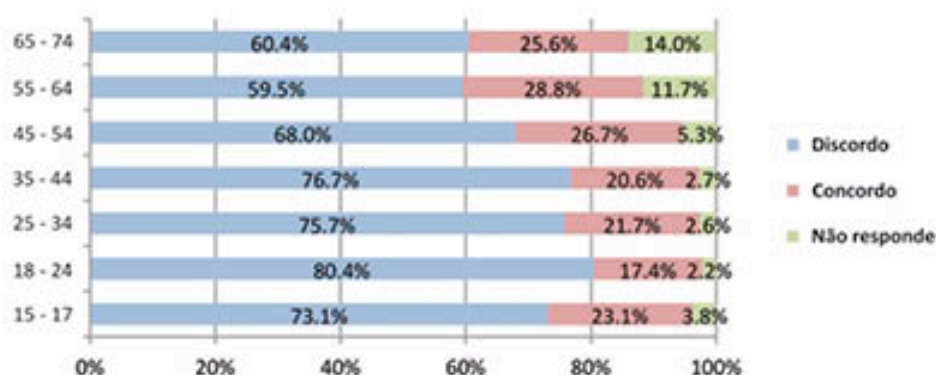
Gráfico 6.5.31 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar





Em relação à ideia de “quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar” (Gráfico 6.5.32), excepto em mulheres com idades compreendidas entre os 15-17 anos que apresentam uma ligeira queda anómala, basicamente quanto mais jovens as mulheres são, maior a tendência para discordarem da ideia. Das inquiridas do grupo etário 15-17 anos, 73,1% discorda e 23,1% concorda com a afirmação. Das inquiridas do grupo etário 18-24 anos, 80,4% delas discorda e 17,4% concorda com a afirmação. Entre as inquiridas do grupo etário 25-34 anos, 75,7% dá resposta negativa e 21,7% dá resposta afirmativa. Entre as mulheres do grupo etário 35-44 anos, 76,7% discorda e 20,6% concorda com a ideia. Entre as mulheres do grupo etário 45-54 anos, 68,0% dá resposta negativa e 26,7% dá resposta afirmativa, ao passo que entre as mulheres do grupo etário 55-64 anos, 59,5% discorda e 28,8% concorda com a afirmação. Entre as inquiridas do grupo etário 65-74 anos, 60,4% discorda da ideia e 25,6% concorda com ela. As restantes inquiridas não respondem.

Gráfico 6.5.32 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por Idade)



Relativamente à afirmação de que “quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar” (Gráfico 6.5.33), quanto mais elevado for o nível de escolaridade maior é a tendência para discordarem da afirmação. Em mulheres com escolaridade ao nível da pós-graduação e superior, 95% discorda e apenas 2,5% concorda, sem nenhuma concordância total. Entre as mulheres de nível universitário, 79% delas discorda e 19,3% concorda. Relativamente às inquiridas com ensino secundário sénior, 80,7% discorda e 17,5% concorda com a afirmação. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, as percentagens de discordância e concordância são, respectivamente, de 71,5% e 23,1%, enquanto entre as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, 50,3% discorda e 37,3% concorda com a afirmação. As restantes inquiridas não respondem.

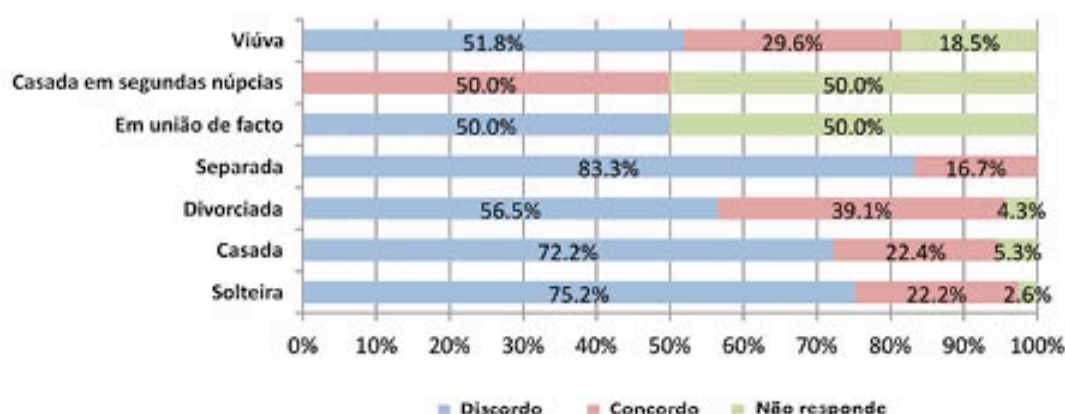
Gráfico 6.5.33 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por nível de escolaridade)





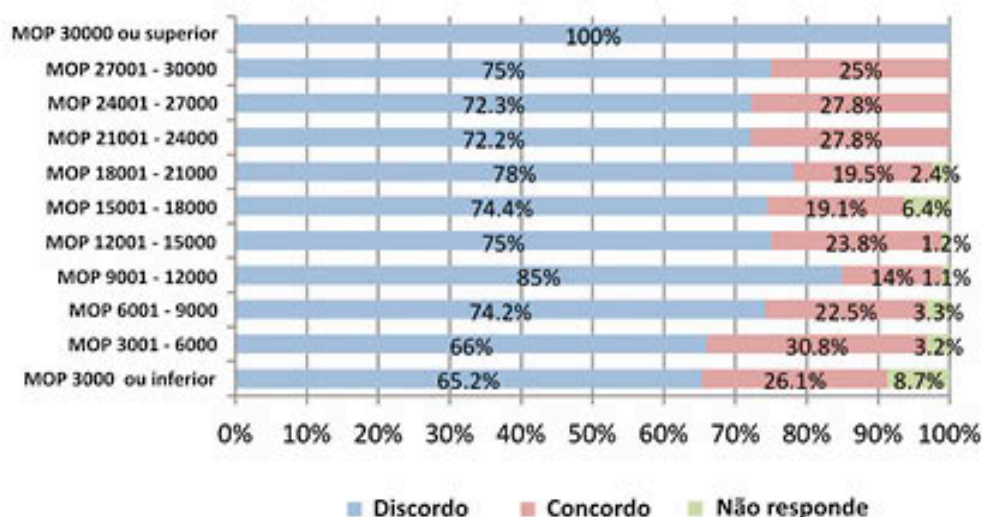
Entre as mulheres casadas e solteiras, as percentagens das que apresentam respostas afirmativas e respostas negativas são semelhantes (Gráfico 6.5.34), sendo ambas, respectivamente, de cerca de 20% e superior a 70%. Respectivamente, afirmam discordar/concordar com a afirmação 75,2% e 22,2% das mulheres solteiras, 72,2% e 22,4% das mulheres casadas. E, entre as divorciadas, 56,5% das inquiridas discorda da afirmação, sem se registar nenhuma discordância total, com 39,1% a concordar. Entre as mulheres em situação de separação, 83,3% contesta a afirmação e 16,7% concorda com ela, mas nenhuma em concordância total. Metade das inquiridas que vive em regime de união de facto discorda da afirmação e metade das inquiridas em segundas núpcias concorda com a afirmação. Entre as viúvas, 51,8% discorda e 29,6% concorda. As restantes inquiridas não respondem.

Gráfico 6.5.34 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por estado civil)



Em termos de rendimento pessoal mensal (Gráfico 6.5.35), a percentagem de mulheres com respostas afirmativas, em termos de concordância, varia de acordo com o rendimento mensal, não se notando, contudo, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.5.35 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por rendimento pessoal mensal)





Valores do casamento

1. O casamento deve durar para sempre

O Inquérito de 2010 mostra (Gráfico 6.6.1) que 81,7% das mulheres defende o valor da relação conjugal tradicional em que o “casamento deve durar para sempre”, com 49,9% a concordar com a afirmação, das quais 31,8% totalmente. No entanto, apenas 13,9% das mulheres dá respostas negativas e 1,2% contesta totalmente a afirmação. A percentagem de mulheres que concorda com este conceito é, de longe, superior à das que discorda.

Gráfico 6.6.1 O casamento deve durar para sempre



De acordo com a análise cruzada de dados (Gráfico 6.6.2), em termos do conceito de que o “casamento deve durar para sempre” tomando mulheres com idades entre os 25-34 anos como a linha mediana, quanto mais idosas são as mulheres, maior é a probabilidade de concordarem com a afirmação e também quanto mais jovens são as mulheres, maior a probabilidade de concordarem com a afirmação. Entre as inquiridas com idades entre os 15-17 anos, 13,4% contesta a afirmação e 84,6% dá resposta afirmativa. Entre aquelas com idades entre os 18-24 anos, 14,6% discorda, sem qualquer discordância total e 83,2% concorda com a ideia. Entre as mulheres com idades entre os 25-34 anos, 19,2% nega a afirmação e 78,2% concorda com a afirmação. As percentagens de discordâncias e concordâncias para mulheres com idades entre os 35-44 anos são de, respectivamente, 18,2% e 80,4%. As percentagens de discordâncias e concordâncias para mulheres com idades entre os 45-54 anos são de, respectivamente, 13,9% e 82,1%. Para as mulheres com idades entre os 55-64 anos, as percentagens de discordâncias e concordâncias são de, respectivamente, 9,0% e 84,6%. E em mulheres com idades entre os 65-74 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 2,2% e 93,4%, respectivamente, com nenhuma a discordar totalmente.

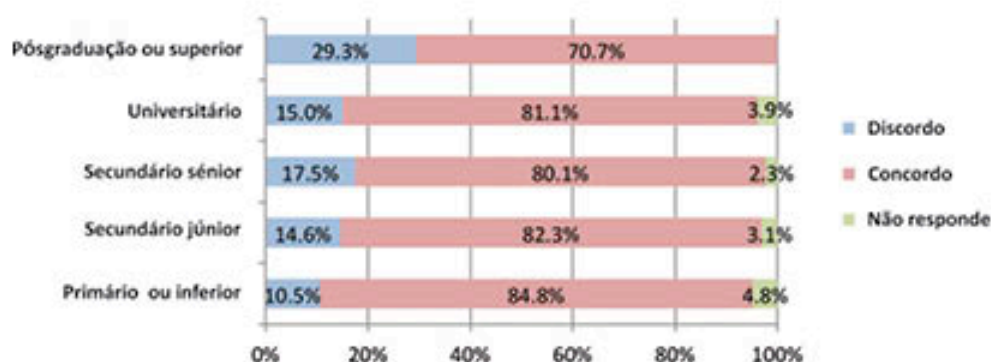
Gráfico 6.6.2 O casamento deve durar para sempre (por idade)





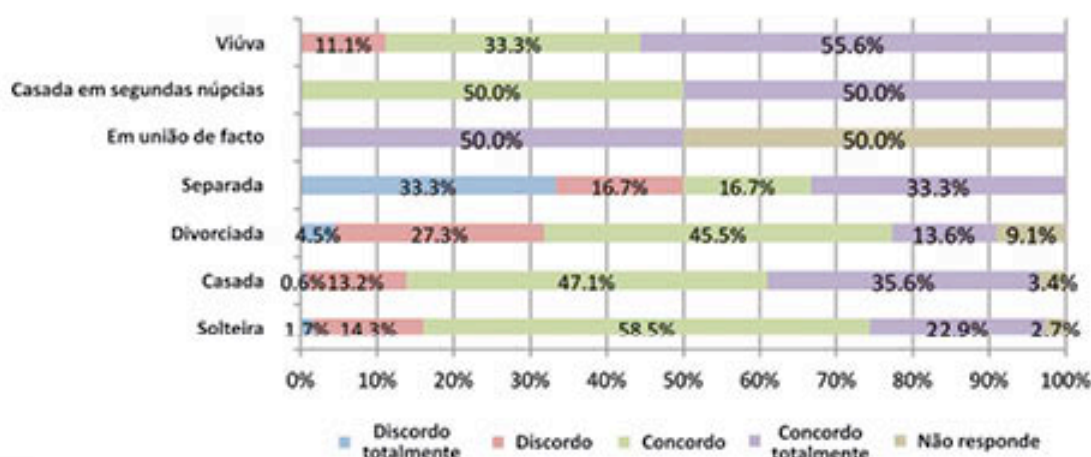
Em termos de escolaridade (Gráfico 6.6.3), quanto mais elevada for a escolaridade da mulher, maior é a probabilidade de discordarem da ideia de que “o casamento deve durar para sempre”, mas não se notam diferenças notáveis entre mulheres dos vários níveis de escolaridade. Para as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de, respectivamente, 10,5% e 84,8%. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de, respectivamente, 14,6% e 82,3%. Para as mulheres com o ensino secundário sénior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 17,5% e 80,1%. Em relação às mulheres com escolaridade de nível universitário, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 15% e 81,1%, respectivamente. E em mulheres com pós-graduação ou superior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 29,3% e 70,7%, respectivamente, com nenhuma a discordar totalmente.

Gráfico 6.6.3 O casamento deve durar para sempre (por nível de escolaridade)



Em termos de estado civil (Gráfico 6.6.4), as mulheres casadas apresentam uma maior percentagem de respostas afirmativas relativamente à afirmação de que “o casamento deve durar para sempre”, do que as mulheres não casadas/solteiras. Assim, 16% das solteiras rejeita a ideia e 81,4% concorda com ela. 13,8% das mulheres casadas discorda da ideia e 82,7% concorda com ela. No que respeita às mulheres divorciadas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 31,8% e 59,1%, respectivamente. Relativamente às mulheres separadas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas dividem-se equitativamente. Metade das mulheres que vive em regime de união de facto concorda totalmente com a ideia. Entre as mulheres casadas em segundas núpcias, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 50:50. 11,1% das viúvas discorda da ideia mas nenhuma afirma discordar totalmente e 88,9% concorda com a ideia. As restantes mulheres não respondem.

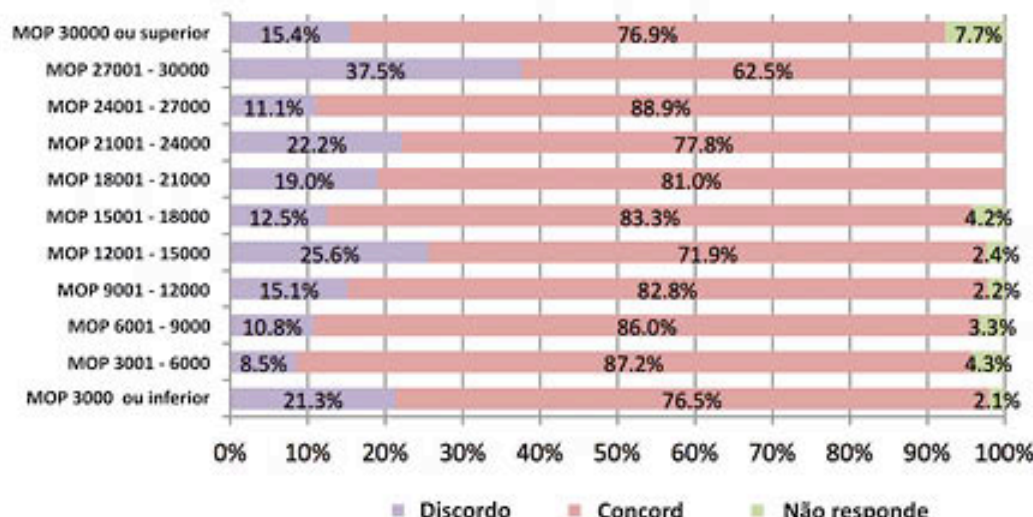
Gráfico 6.6.4 O casamento deve durar para sempre (por estado civil)





Em termos de rendimento pessoal mensal (Gráfico 6.6.5), as percentagens de respostas afirmativas variam de acordo com o rendimento das mulheres, mas não se nota, porém, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.6.5 O casamento deve durar para sempre (por rendimento pessoal mensal)



2. Viver em regime de união de facto é aceitável

O Inquérito de 2010 mostra que (Gráfico 6.6.6), relativamente à ideia de que “viver em regime de união de facto é aceitável” 73,4% das mulheres responde afirmativamente, incluindo 66,2% que concorda e 7,2% que concorda totalmente com a afirmação. Entretanto, temos, ainda, 17,3% que discorda da ideia e 5,2% que discorda totalmente. O índice de concordância é superior ao de discordância.

Gráfico 6.6.6 Viver em união de facto é aceitável



De acordo com a análise cruzada de dados (Gráfico 6.6.7), relativamente à afirmação de que “viver em regime de união de facto é aceitável”, tomando as mulheres dos 25-34 anos como linha da mediana, quanto mais jovens são as mulheres, maior é a probabilidade de discordarem da ideia e quanto mais idosas as mulheres são, maior é a probabilidade de discordarem da ideia, também. Entre as mulheres do grupo etário 15-17 anos, 26,9% discorda da afirmação e 71,1% concorda. Entre as do grupo etário 18-24 anos, 17,4% discorda da afirmação e 82,6% concorda com ela. 13,8% das mulheres do grupo etário 25-34 anos discorda da ideia e 83,1% concorda com ela. Para as do grupo etário 35-44 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 20% e 77,7%, respectivamente. Relativamente às mulheres do grupo etário 45-54 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas



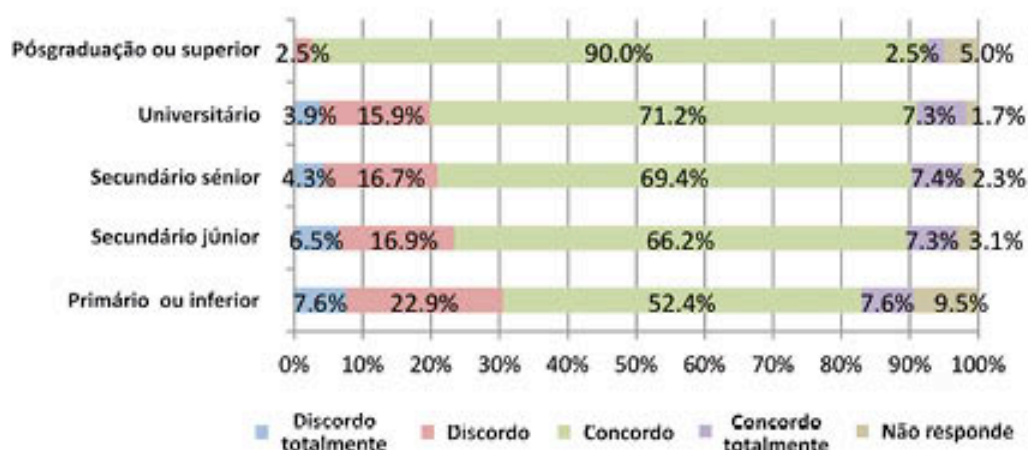
Gráfico 6.6.7 Viver em união de facto é aceitável (por idade)



são de 30,6% e 63,1%, respectivamente. Entre as mulheres com idades entre os 55-64 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 25,6% e 65,4%, respectivamente. Para as do grupo etário 65-74 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 32,5% e 60,5%, respectivamente.

Em termos de escolaridade (Gráfico 6.6.8), quanto mais elevado é o nível, maior é a probabilidade de concordarem com a afirmação de que “viver em regime de união de facto é aceitável” notando-se diferenças evidentes em relação aos vários níveis de escolaridade. A maioria (92,5%) das mulheres com pós-graduação ou superior concorda com a afirmação, sendo que apenas 2,5% não concorda, mas nenhuma afirma discordar totalmente. Entre as mulheres com escolaridade de nível universitário, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de 78,5% e 19,8%, respectivamente. Em relação às mulheres com o secundário sénior, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de 76,8% e 21%, respectivamente. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de 73,5% e 23,4%, respectivamente. Entre as mulheres com o ensino primário ou inferior, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de 60% e 30,5%, respectivamente.

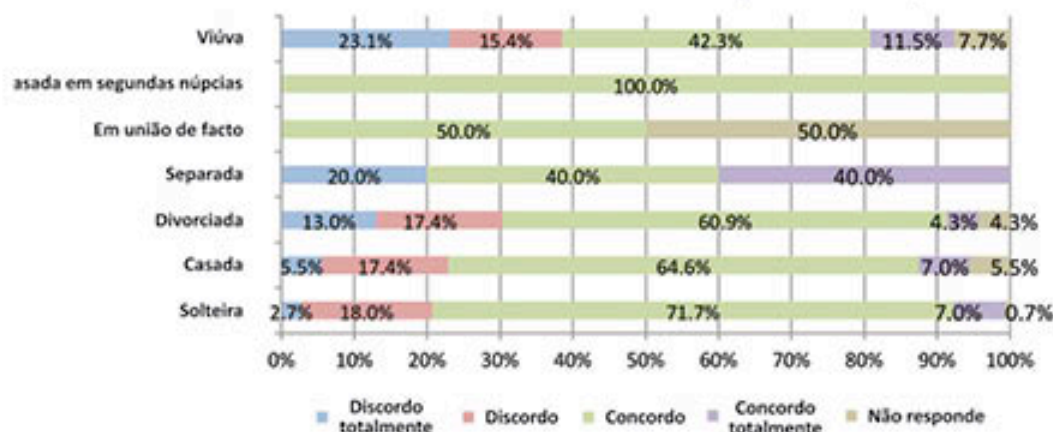
Gráfico 6.6.8 Viver em união de facto é aceitável (por nível de escolaridade)



Em termos de estado civil (Gráfico 6.6.9), as mulheres casadas apresentam um índice de concordância inferior ao das mulheres solteiras. Assim, 20,7% das solteiras discorda da ideia e 78,7% concorda com ela e 22,9% das casadas rejeita a ideia e 71,6% concorda com ela. É de notar que apenas metade das mulheres a viverem em regime de união de



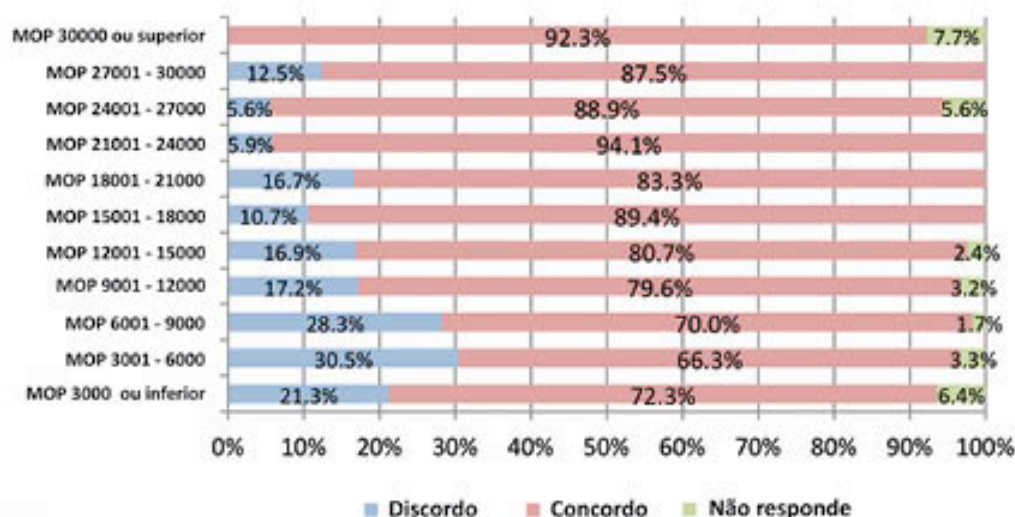
Gráfico 6.6.9 Viver em união de facto é aceitável (por estado civil)



facto afirma concordar com a afirmação. Entre as mulheres divorciadas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 30,4% e 65,2%, respectivamente. 20% das mulheres separadas rejeita a afirmação, todas em desacordo total, ao passo que 80% concorda com ela. Todas as mulheres casadas em segundas núpcias afirmam concordar com a afirmação, mas nenhuma o faz totalmente. 38,5% das viúvas rejeita a afirmação e 53,8 % concorda com ela.

Em termos de rendimento pessoal mensal (Gráfico 6.6.10), quanto maior é o rendimento das mulheres, maior é a percentagem de mulheres que concorda com a afirmação. Para as mulheres com um rendimento de MOP3.000, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 21,3% e 72,3%, respectivamente. Em relação ao grupo de rendimentos MOP3.001-6.000, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 30,5% e 66,3%, respectivamente. Entre as mulheres com rendimentos de MOP6.001-9.000, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 28,3% e 70%, respectivamente. Entre as mulheres com rendimentos de MOP9.001-12.000, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 17,2% e 79,6%, respectivamente. Para mulheres do escalão MOP12.001-15.000, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 16,9% e 80,7%, respectivamente. Para as mulheres com rendimentos de MOP15.001-18.000, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 10,7% e 89,4%, respectivamente. Já no escalão 18.001-21.000, há 16,7% que não concorda com a afirmação mas não discorda totalmente e 83,3% que concorda com a ideia. 5,9% das mulheres do escalão MOP21.001-24.000 rejeitam a afirmação mas não discordam totalmente e 94,1% concorda com a ideia. 5,6% das inquiridas do

Gráfico 6.6.10 Viver em união de facto é aceitável (por rendimento pessoal mensal)



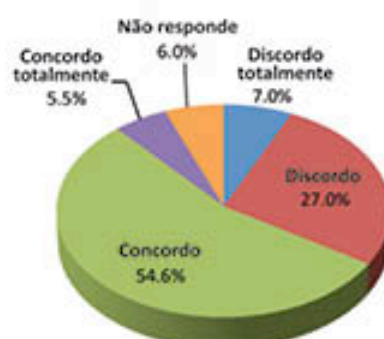


escalão MOP24.001-27.000 discorda totalmente da afirmação e 88,9% concorda com ela. 12,5% das mulheres com rendimentos de MOP27.001-30.000 rejeita a afirmação mas não discorda totalmente e 87,5% está de acordo com a ideia mas não de forma total. Nenhuma das mulheres com rendimento igual ou superior a MOP30.000 rejeita a ideia e 92,3% está de acordo embora não totalmente.

3. Ser mãe solteira não é vergonhoso

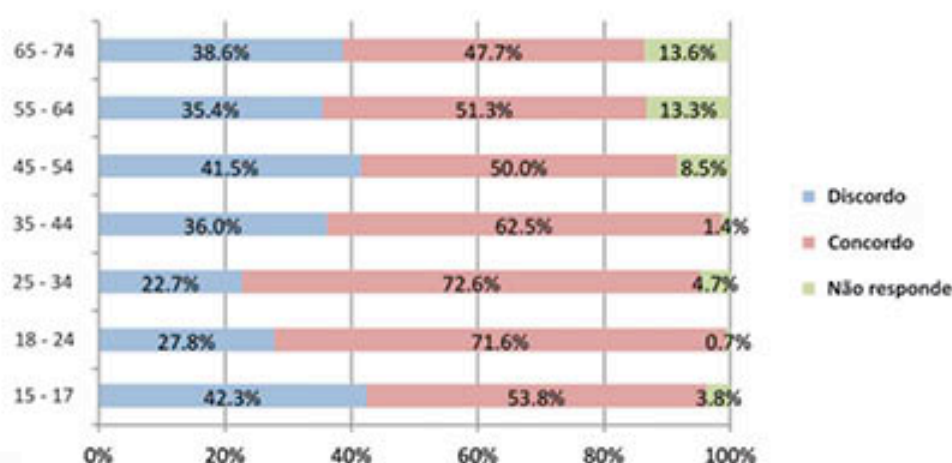
O Inquérito de 2010 mostra que (Gráfico 6.6.11), em relação ao conceito moderno de “ser mãe solteira não é vergonhoso” 60,1% das mulheres mostra aceitar esta prática, incluindo 54,6% que concorda e 5,5% que concorda totalmente. Registe-se que 27% das inquiridas discorda da afirmação e 7% o faz de forma absoluta. O índice de concordância em relação a esta questão é assim muito superior ao de discordância.

Gráfico 6.6.11 Ser mãe solteira não é vergonhoso



De acordo com a análise cruzada de dados (Gráfico 6.6.12), relativamente à afirmação de que “ser mãe solteira não é vergonhoso”, e tomando as mulheres com idades entre os 25-34 anos como linha da mediana, aquela, basicamente, revela que quanto mais jovens as mulheres são, mais elevada é a percentagem de respostas afirmativas e quanto mais idosas as mulheres são maior a percentagem de respostas negativas. 42,3% das mulheres inquiridas com idades entre os 15-17 anos discordam da afirmação e 53,8% concorda com ela. Entre as mulheres com idades entre 18-24 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 27,8% e 71,6% respectivamente. Nas mulheres do grupo etário 25-34 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 22,7% e 72,6%, respectivamente. Nas

Gráfico 6.6.12 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por idade)





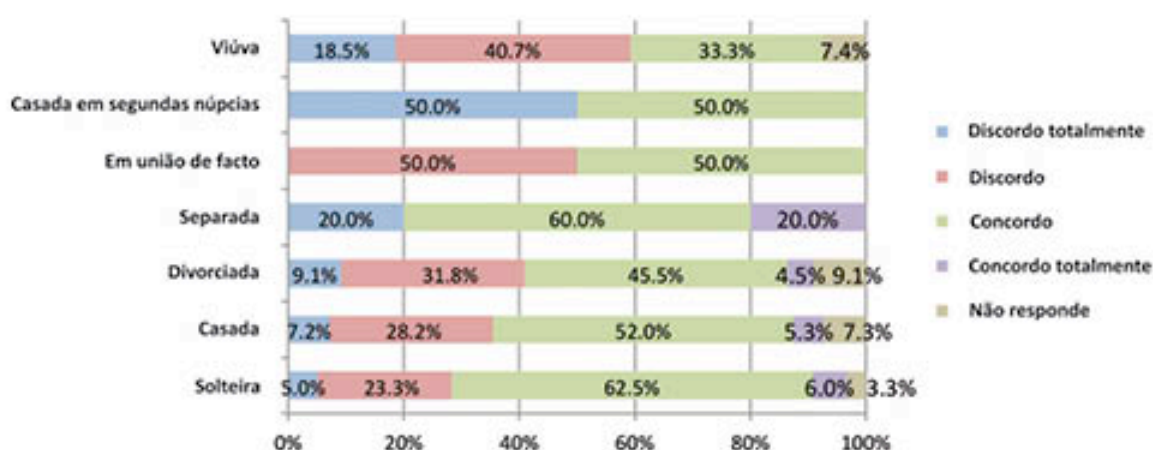
do grupo etário 35-44 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 36% e 62,5%, respectivamente. Entre as mulheres do grupo etário 45-54 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 41,5% e 50%, respectivamente. Em relação às mulheres do grupo etário 55-64 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 35,4% e 51,3% respectivamente. Entre o grupo etário 65-74 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de, respectivamente, 38,6 % e 47,7%.

No que se refere à escolaridade (Gráfico 6.6.13), quanto mais baixo é o nível de escolaridade das mulheres, maior é a probabilidade de discordarem da ideia. Assim, 26,8% das mulheres com pós-graduação ou superior responde negativamente mas não revela desacordo total, com 70,7% a afirmar a sua concordância. Nas mulheres com escolaridade de nível universitário, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 30,1% e 65,7%, respectivamente. Entre as mulheres com o ensino secundário sénior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 32,7% e 62,3%, respectivamente. Entre as mulheres com o ensino secundário júnior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 35,7% e 61,2%, respectivamente. Entre as mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de, respectivamente, 39,1% e 48,6%.

Gráfico 6.6.13 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por nível de escolaridade)



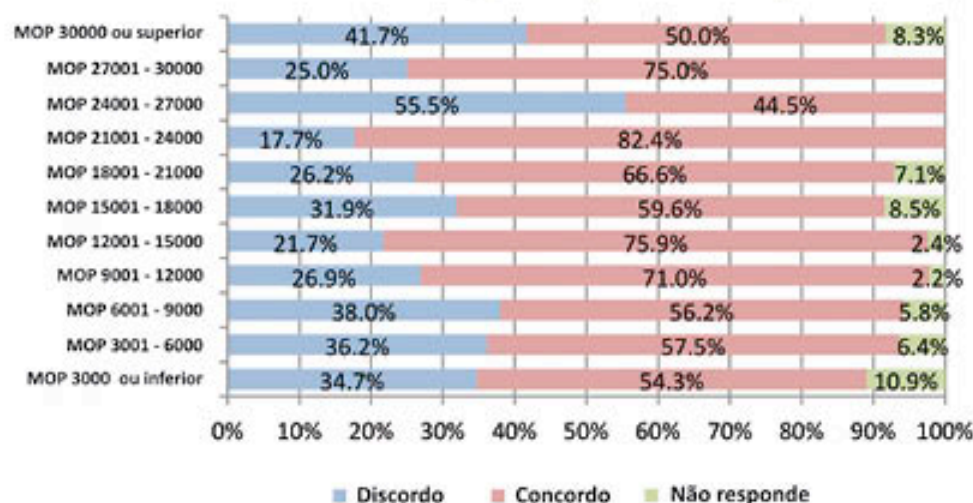
Gráfico 6.6.14 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por estado civil)





Em termos de estado civil (Gráfico 6.6.14), há uma percentagem relativamente baixa de mulheres casadas que concorda com a afirmação. Entre as solteiras, 28,3% rejeita a ideia e 68,5% concorda com ela. Entre as casadas, 35,4% discorda da ideia e 57,3% concorda com ela. Entre as mulheres divorciadas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 40,9% e 50%, respectivamente. Relativamente às mulheres separadas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 20% e 80%, respectivamente. Entre as mulheres que vivem em regime de união de facto, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 50:50. Metade das mulheres casadas em segundas núpcias discorda totalmente da ideia e outra metade admite que “ser mãe solteira não é vergonhoso”. 59,2% das mulheres viúvas rejeita a ideia e 33,3% concorda, mas nenhuma o faz de forma total.

Gráfico 6.6.15 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por rendimento pessoal mensal)



Em termos de rendimento pessoal mensal (Gráfico 6.6.15), as percentagens de respostas afirmativas das mulheres variam de acordo com o rendimento, não se notando, porém, nenhum padrão evidente.

4. Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto

O Inquérito de 2010 mostra que (Gráfico 6.6.16), em relação à afirmação de que “pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto”, 79,3% das mulheres responde afirmativamente, sendo que 68,2% concorda e 11,1% concorda em absoluto. Por outro lado, 12,2% discorda da afirmação e 4,7% discorda totalmente. Aparentemente, o índice de concordância é superior ao de discordância.

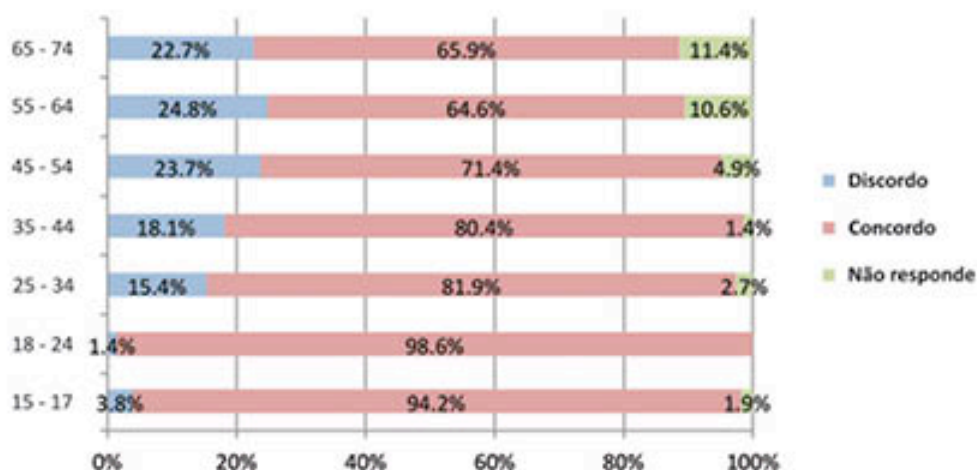
Gráfico 6.6.16 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto





De acordo com a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.6.17), em relação à ideia de que “pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto”, se não atentarmos nas mulheres do grupo etário 15-17 anos, constata-se, basicamente, que quanto mais jovens são as mulheres, mais de acordo estão com a afirmação. Para as inquiridas entre os 15-17 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 3,8% e 94,2%, respectivamente. Entre as mulheres com idades entre os 18-24 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 1,4% e 98,6%, respectivamente, não se registando qualquer concordância total. Entre mulheres com idades entre os 25-34, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 15,4% e 81,9%, respectivamente. Nas mulheres com idades entre os 35-44, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 18,1% e 80,4%, respectivamente. Entre as mulheres do grupo etário 45-54 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 23,7% e 71,4%, respectivamente. Entre mulheres do grupo etário 55-64 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 24,8% e 64,6%, respectivamente. Nas mulheres com idades entre os 65-74 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de, respectivamente, 22,7% e 65,9%.

Gráfico 6.6.17 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por idade)



Relativamente à influência da escolaridade (Gráfico 6.6.18), quanto mais elevada esta for, mais concordam com a afirmação. As percentagens de respostas afirmativas e negativas para mulheres com pós-graduação ou superior são de 92,7% e 7,3%, respectivamente. Entre as mulheres com escolaridade de nível universitário, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de 87,6% e 10,7%, respectivamente. As percentagens de respostas afirmativas e negativas em mulheres com o ensino secundário sénior são de 86% e 11,6%. As percentagens de respostas afirmativas e negativas em mulheres com o ensino secundário júnior são de 74,6% e 21,9%. As percentagens de respostas afirmativas e negativas em mulheres com o ensino primário ou inferior são de 65,6% e 25,8%, respectivamente.

Gráfico 6.6.18 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por nível de escolaridade)





respostas afirmativas e negativas em mulheres com o ensino secundário júnior são de 74,6% e 21,9%, respectivamente. Em mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior, as percentagens de respostas afirmativas e negativas são de 65,6% e 25,8% respectivamente.

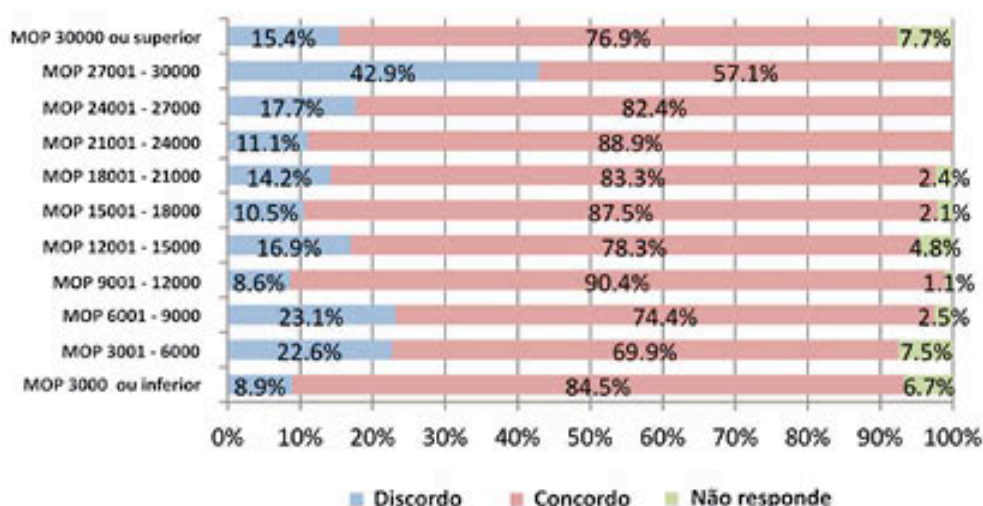
Em termos de estado civil (Gráfico 6.6.19), as mulheres casadas apresentam uma percentagem maior de respostas negativas do que as mulheres solteiras, revelando que a experiência do casamento é um factor importante que afecta a atitude da mulher em relação a esta questão. As percentagens de respostas negativas e afirmativas entre as mulheres solteiras são de 6,3% e 92,4%, respectivamente. As percentagens de respostas negativas e afirmativas entre as mulheres casadas são de 20,8% e 74,8%, respectivamente. 31,8% das mulheres divorciadas rejeita a afirmação e 63,6% concorda com ela. Todas as mulheres em regime de separação respondem afirmativamente, sendo que 60% concorda e 40% concorda totalmente. Entre as mulheres que vivem em regime de união de facto, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 50:50. Todas as casadas em segundas núpcias respondem afirmativamente, mas não em concordância total. Entre as mulheres viúvas, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 34,6% e 50%, respectivamente. As restantes inquiridas não respondem.

Gráfico 6.6.19 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por estado civil)



Em termos do rendimento pessoal mensal (Gráfico 6.6.20), as percentagens de respostas afirmativas das mulheres variam de acordo com o rendimento, não se notando, contudo, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.6.20 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por rendimento pessoal mensal)





5. As relações extraconjugais são aceitáveis

O Inquérito de 2010 mostra que (Gráfico 6.6.21), em relação à noção de que “as relações extraconjugais são aceitáveis”, a maioria (85,5%) das mulheres dá resposta negativa. Destas, 38,9% discorda da afirmação e, uma percentagem ainda superior, (46,6%) discorda em absoluto. 9,1% das mulheres concorda com a afirmação e 1,2% concorda em absoluto. A percentagem de respostas negativas é significativamente mais elevada do que a de respostas afirmativas.

Gráfico 6.6.21 Sexo antes do casamento é aceitável



De acordo com a análise cruzada dos dados (Gráfico 6.6.22), em relação à afirmação de que o “as relações extraconjugais são aceitáveis”, em mulheres jovens com idade inferior a 34 anos, quanto mais idosas são, maior é a probabilidade de contestarem a ideia; entre as mulheres com mais de 35 anos, quanto mais idosas são, maior é a probabilidade de concordarem com a ideia. 88,9% das mulheres com idades entre os 25-34 anos rejeita esta noção, encabeçando a lista, e 75% das mulheres com idades entre os 65-74 anos, discorda da ideia, também encabeçando a lista. Nas inquiridas com idades entre os 15-17 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 80,8% e 15,4%, respectivamente. As percentagens de respostas negativas e afirmativas no grupo etário 18-24

Gráfico 6.6.22 Sexo antes do casamento é aceitável (por idade)

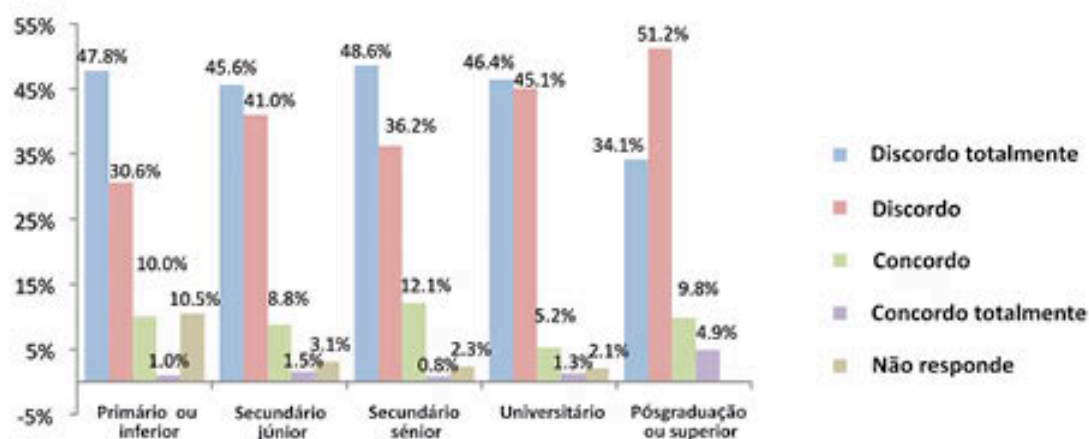




anos são, respectivamente, de 88,4% e 10,9% (nenhuma refere concordar totalmente). Nas mulheres do grupo etário 25-34 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 88,9% e 10,1%, respectivamente. As percentagens de respostas negativas e afirmativas em mulheres com idades entre os 35-44 anos são de 87,3% e 11,3%, respectivamente. Em mulheres com idades entre os 45-54 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 83,6% e 10,2%, respectivamente. Entre as mulheres do grupo etário 55-64 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de 82,1% e 8,9%, respectivamente. Relativamente às do grupo etário 65-74 anos, as percentagens de respostas negativas e afirmativas são de, respectivamente, 75% e 11,4%.

Em termos de escolaridade (6.6.23), as percentagens de respostas afirmativas variam de acordo com os níveis de escolaridade das mulheres, não se discernindo, porém, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.6.23 Sexo antes do casamento é aceitável (por nível de escolaridade)

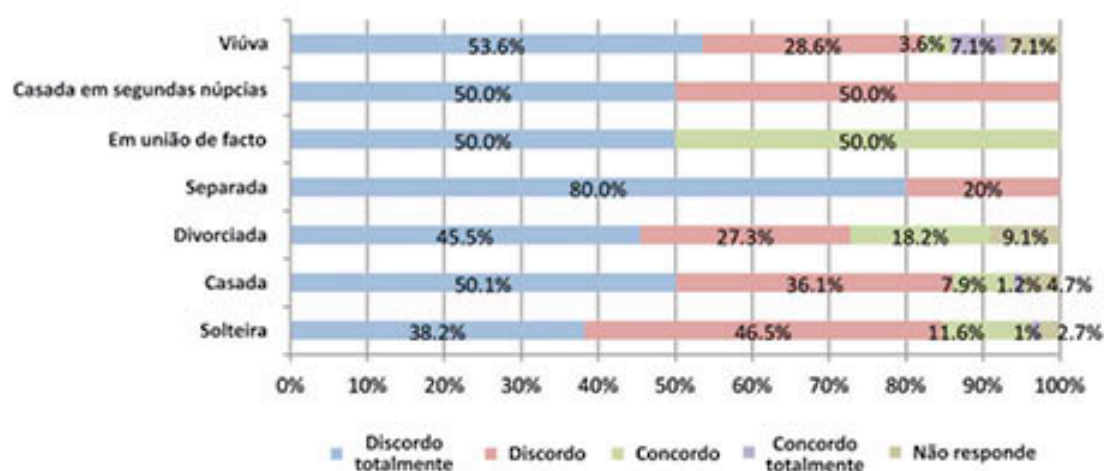


Em relação ao estado civil, (Gráfico 6.6.24), as mulheres casadas registam uma percentagem inferior de respostas afirmativas em relação às mulheres solteiras. As percentagens de respostas negativas e afirmativas entre as solteiras são de 84,7% e 12,6%, respectivamente e, entre as casadas, de 86,2% e 9,1%, respectivamente. As percentagens de respostas negativas e afirmativas entre as mulheres divorciadas são de 72,8% e 18,2% respectivamente, sem se registar qualquer discordância total. Todas as mulheres em regime de separação discordam da ideia, incluindo 80% que discorda totalmente e 20% que discorda, apenas. Metade das mulheres a viverem em regime de união de facto discorda totalmente da afirmação e metade delas concorda com a ideia.

Todas as mulheres casadas em segundas núpcias discordam da afirmação, com metade delas a discordar totalmente e a outra metade a discordar, simplesmente. As percentagens de respostas negativas e afirmativas entre as mulheres viúvas são de 82,2% e 10,7%, respectivamente.

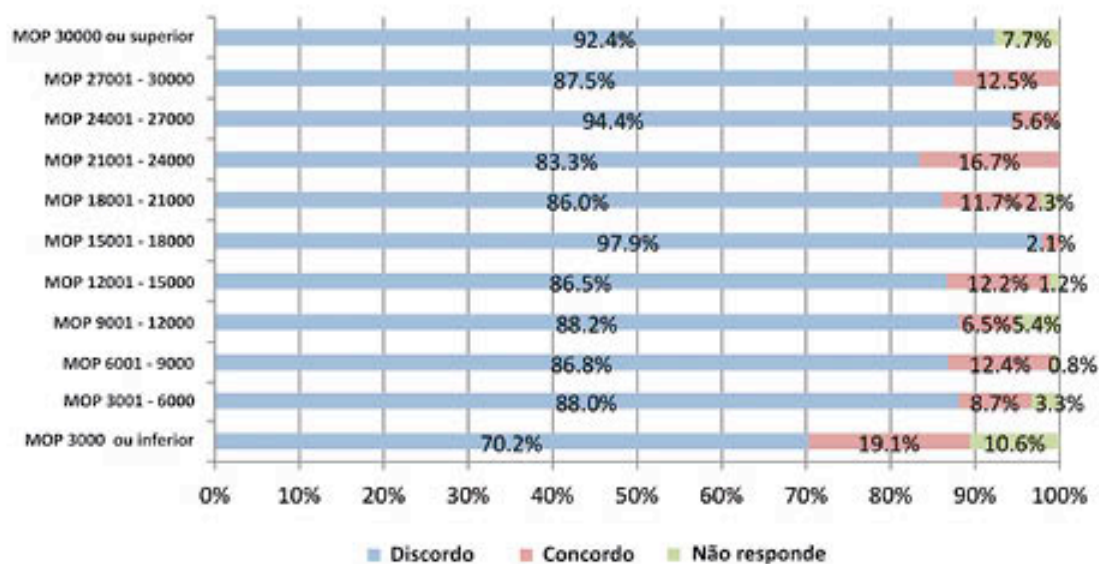


Gráfico 6.6.24 Sexo antes do casamento é aceitável (por estado civil)



Em termos de rendimento pessoal mensal (6.6.25), as percentagens de respostas afirmativas variam de acordo com os níveis de rendimento das mulheres, não se descortinando, no entanto, nenhum padrão evidente.

Gráfico 6.6.25 Sexo antes do casamento é aceitável (por rendimento pessoal mensal)



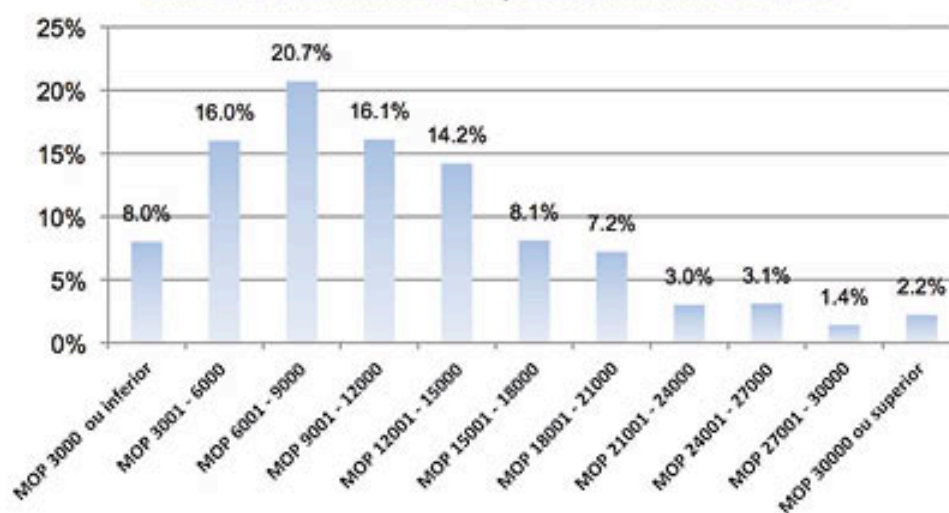


VII. Características das Inquiridas

Estatísticas do rendimento médio mensal

A percentagem de mulheres com rendimentos mensais de MOP3.001-6.000 baixou significativamente (de 22% em 2008 para 16% em 2010) e por outro lado, independentemente dos dois grupos com rendimentos de MOP12.001-15.000 e MOP21.001-24.000, a percentagem de mulheres nos grupos com rendimento superior a MOP6.000 registou um ligeiro aumento. No entanto, existem ainda 44,7% das mulheres com um rendimento igual ou inferior a MOP9.000, o salário médio mensal geral da população assalariada (Gráfico 7.1).

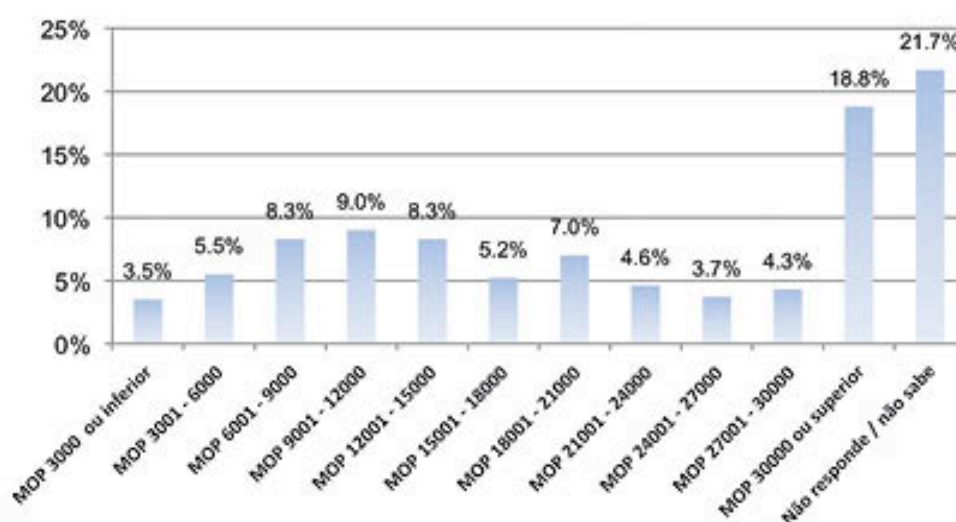
Gráfico 7.1 Rendimento médio pessoal nos últimos 12 meses



Estatísticas do rendimento médio mensal do agregado familiar

As conclusões do Estudo de 2010 revelam que os agregados familiares da maior parte (19%) das inquiridas têm rendimentos de média mensal superior a MOP30.000 (grupo de rendimento familiar mais elevado), o que representa um aumento de 4,4 pontos percentuais em comparação com os 14,4% do ano de 2008, a que se segue o grupo com rendimentos de MOP9.001-12.000, representando 9% (Gráfico 7.2).

Gráfico 7.2 Rendimento Médio Mensal nos últimos 12 meses

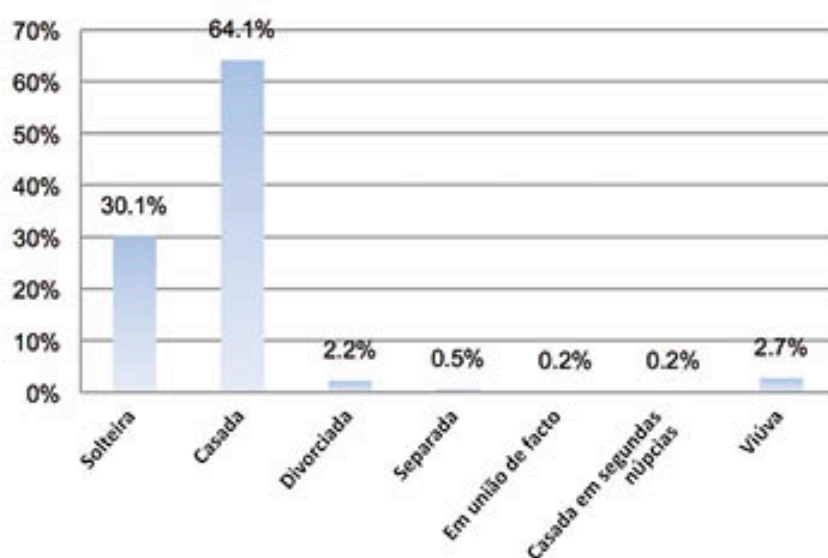




Estado civil

Entre as inquiridas, 64,1% são casadas, sendo 30,1% solteiras. O número de mulheres viúvas, separadas, a viver em regime de união de facto ou casadas em segundas núpcias não é representativo, sendo as percentagens de, respectivamente, 2,7%, 2,2%, 0,5%, 0,2% e 0,2%, (Gráfico 7.3).

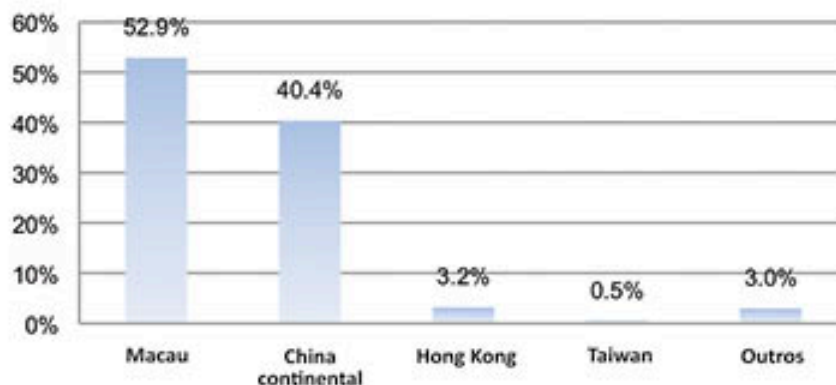
Gráfico 7.3 Estado civil



Local de nascimento dos cônjuges

Entre as inquiridas casadas (Gráfico 7.4), 52,9% dos seus cônjuges são oriundos de Macau, seguidos por 40,4% da China continental, sendo os restantes de Hong Kong (3,2%), outras regiões (3%) e de Taiwan (0,5%).

Gráfico 7.4 Local de nascimento do cônjuge

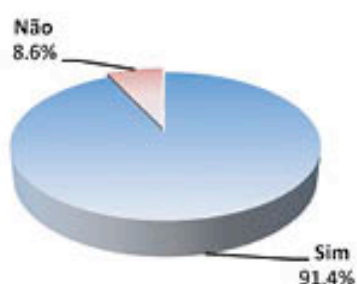




Ter ou não ter Filhos

A maior parte das mulheres tem filhos, representando 91,4% do universo das inquiridas, e apenas 8,6% não tem filhos (Gráfico 7.5).

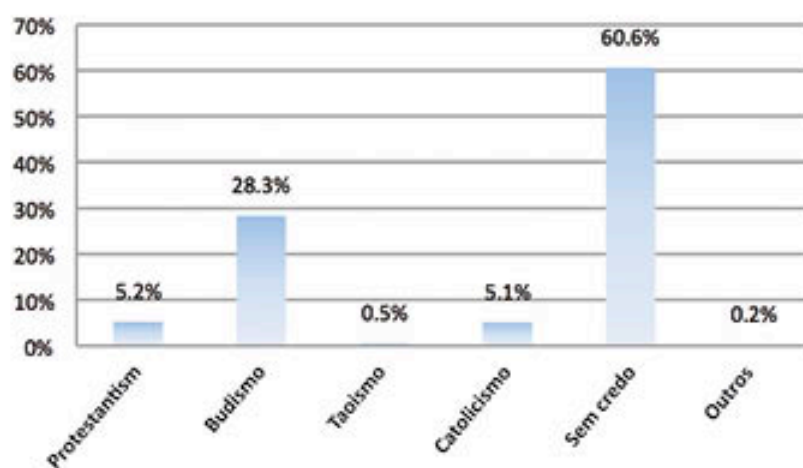
Gráfico 7.5 Ter ou não ter filhos



Religião

Entre as inquiridas, 60,6% afirma não professar qualquer religião. No que respeita às mulheres que dizem ter uma religião, a maioria é seguidora do Budismo, representando 28,3%, seguido do Catolicismo (5,1%) e Protestantismo (5,2%). Apenas um número reduzido (0,5%) diz seguir o Taoísmo (Gráfico 7.6).

Gráfico 7.6 Religião

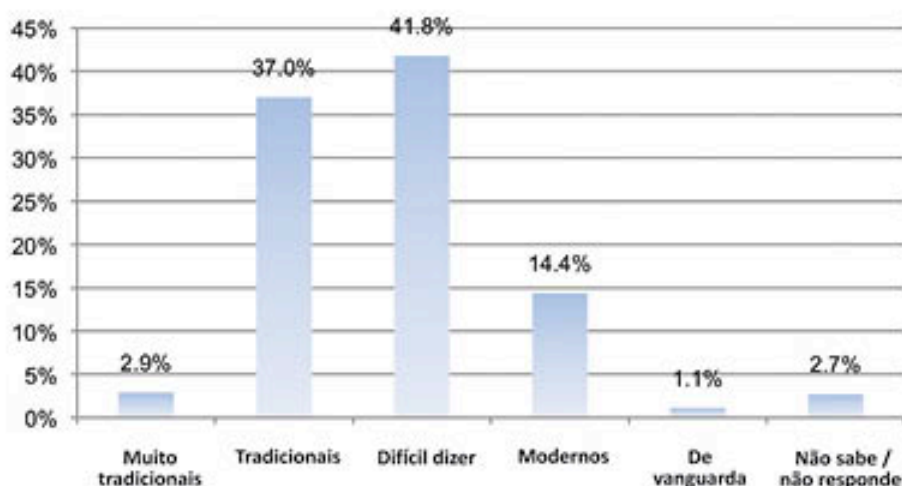




Valores das mulheres

Em termos de valores, 41,8% das inquiridas não está muito segura dos valores que segue, 39,9% diz ter valores conservadores e 15,5% valores liberais (Gráfico 7.7).

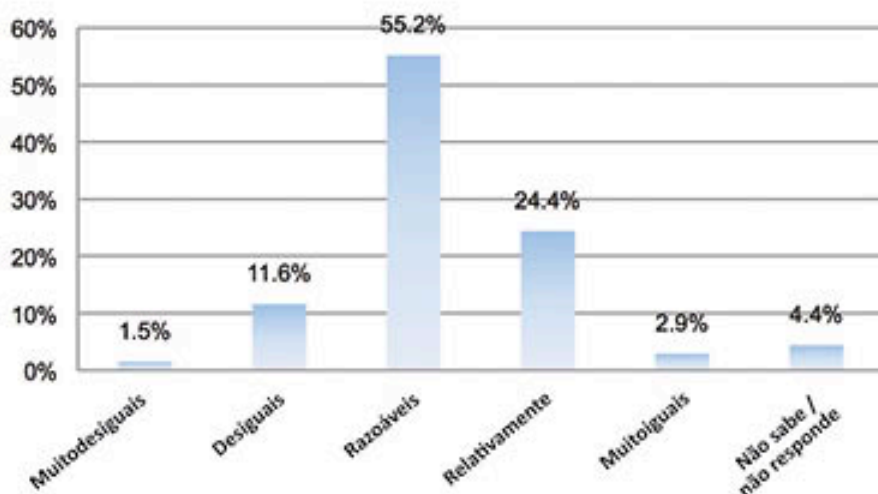
Gráfico 7.7 Valores das mulheres



Situação de Igualdade de Género em Macau

Em termos de igualdade de género, mais de metade das inquiridas acredita que as actuais condições de igualdade de géneros em Macau são razoáveis (55,2%), 24,4% das inquiridas considera que são relativamente equilibradas, 11,6% pensa que são desiguais. Apenas um número reduzido responde que “não sabe” (4,4%), ou considera-as muito equilibradas (2,9%) ou muito desequilibradas (1,5%) (Gráfico 7.8).

Gráfico 7.8 Situação de Igualdade de género em Macau

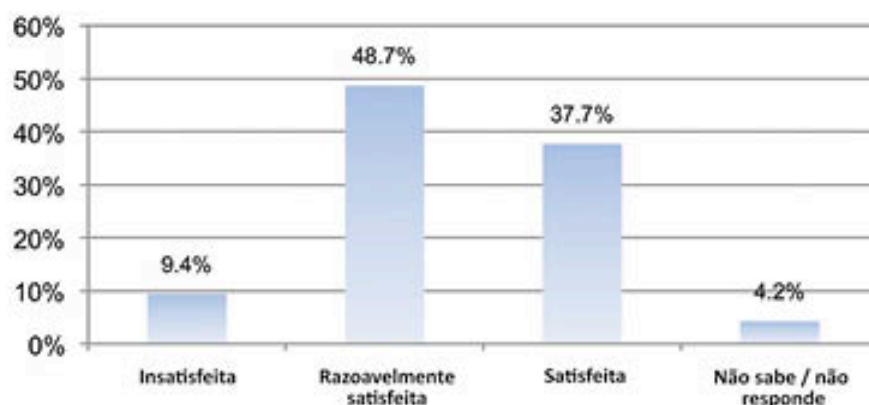




Grau de satisfação com a igualdade de género em Macau

Em termos de grau de satisfação com a igualdade de género, 48,7% das inquiridas refere que as condições de igualdade de género actualmente vigentes em Macau é razoável, 37,7% das mulheres sentem-se satisfeitas e apenas 9,4% sentem-se insatisfeitas (Gráfico 7.9).

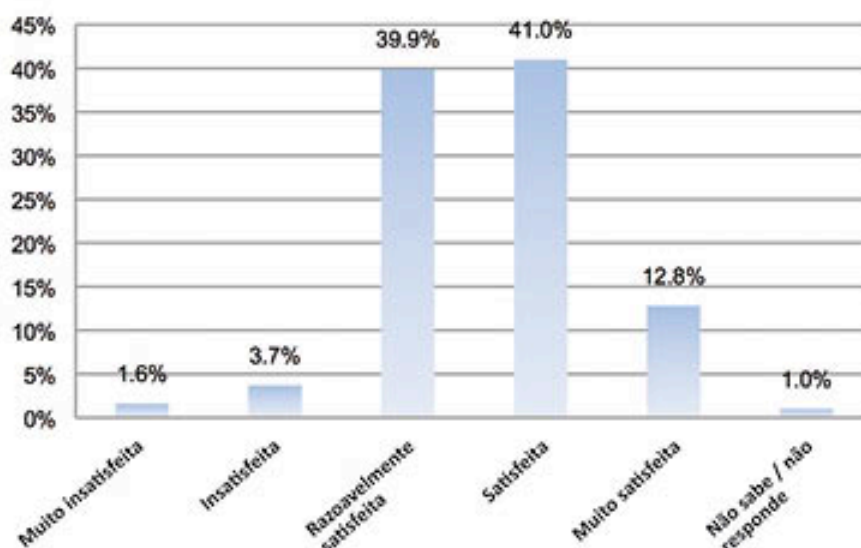
Gráfico 7.9 Satisfação com as condições de Igualdade de Género em Macau



Índice de satisfação com a vida

Em relação ao grau de satisfação com a vida, 41% das inquiridas afirmou estar satisfeita e 39,9% sente-se razoavelmente satisfeita. 12,8% das mulheres sente-se muito satisfeita com a sua vida actual e apenas um número reduzido se sente insatisfeito (3,7%), muito insatisfeito (1,6%) ou não sabe/não responde (1%) (Gráfico 7.10).

Gráfico 7.10 Índice de satisfação com a vida

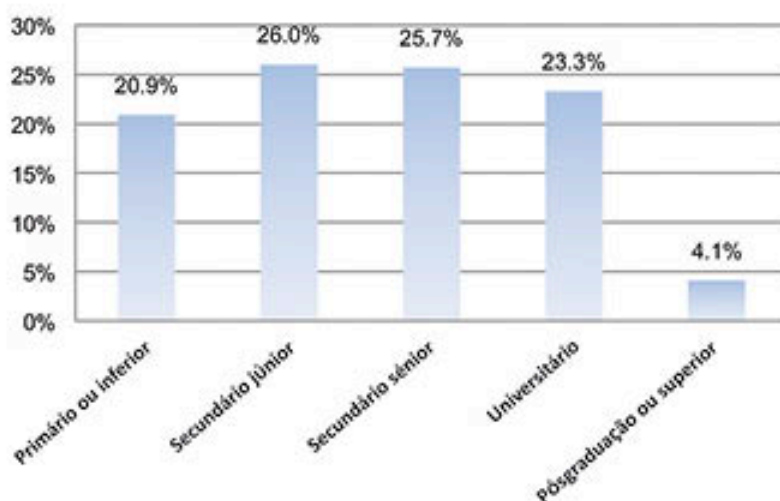




Nível de escolaridade

A maioria (26%) das inquiridas possui escolaridade ao nível do ensino secundário júnior, a que se segue 25,7% com o ensino secundário sénior. As percentagens de mulheres de nível universitário e ensino primário ou inferior são de, respectivamente, 23,3% e 20,9%. Apenas 4,1% possui pós-graduação ou superior, representando uma ínfima percentagem (Gráfico 7.11).

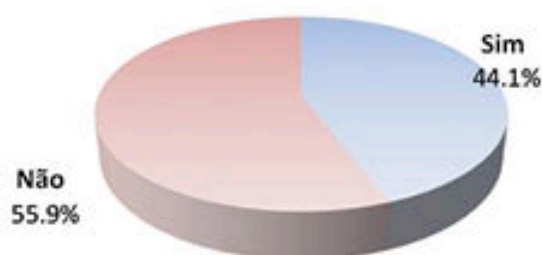
Gráfico 7.11 Nível de escolaridade



Local de nascimento

Entre as inquiridas, 44,1% são naturais de Macau, e as restantes 55,9% nasceram fora de Macau.

Gráfico 7.12 É natural de Macau

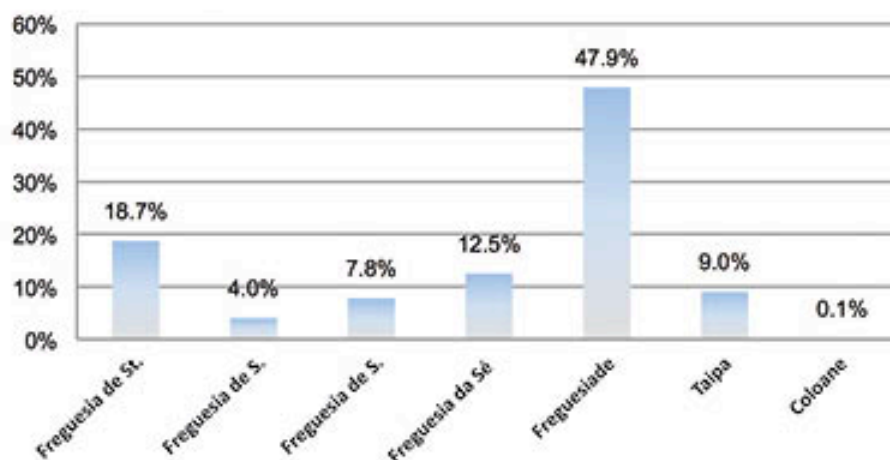




Zona residencial

Das mulheres inquiridas, 47,9% vive na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, com cerca de 18,7% a viver na Freguesia de Santo António e 12,5%, na Freguesia da Sé (Gráfico 7.13). As percentagens de mulheres que vivem noutras freguesias são inferiores a 10%, distribuindo-se da seguinte forma: Taipa (9%), Freguesia de São Lourenço (7,8%), São Lázaro (4%) e Coloane (0,1%).

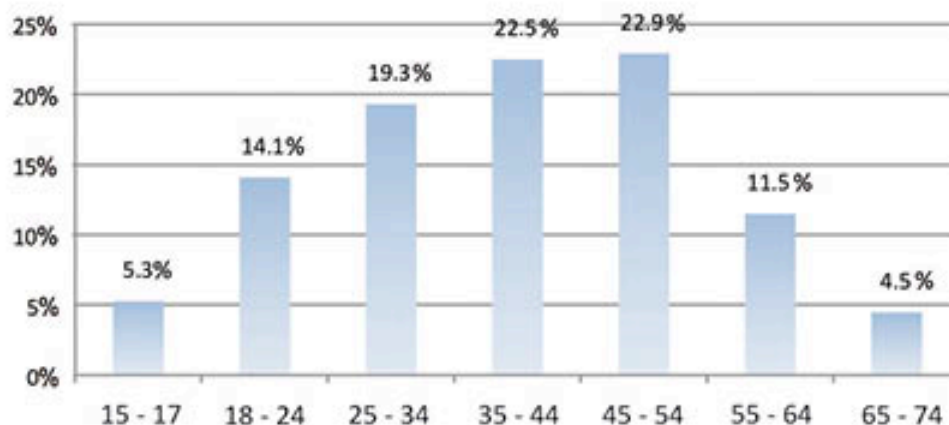
Gráfico 7.13 Freguesia de residência



Distribuição por grupos etários

A idade das inquiridas varia entre os 15 e os 74 anos e a sua idade média é de 39,2 anos. Das inquiridas, 90% tem entre 15 e 60 anos, sendo naturalmente mais reduzido o número de inquiridas com idade superior a 60 anos. Além disso, as mulheres com idade entre os 35-44 anos (22,5%) e os 45-54 anos (22,9%) representam a maior percentagem, seguidas das mulheres com idade entre os 25-34 anos, que perfazem 19,3%.

Gráfico 7.14 Distribuição das inquiridas por grupo etário



02

Comparação Internacional da Situação da Mulher
em Macau em 2010



02

Comparação internacional da situação da mulher em Macau em 2010

Para se poder compreender melhor a situação da mulher na sociedade, e saber-se os níveis de igualdade dos géneros em Macau, o Estudo de 2010 tenta fazer uma abordagem sobre estas questões a partir de uma perspectiva regional, comparando as condições de igualdade dos géneros em Macau com as de outras regiões de modo a identificar as semelhanças e as diferenças. Considerando as muitas pesquisas conduzidas nas várias regiões, o "Índice Global da Disparidade dos Géneros", compilado conjuntamente pela Universidade de Harvard e a Universidade da Califórnia em Berkley nos Estados Unidos da América, foi utilizado como padrão de comparação para este estudo realizado em 2008. Uma vez que Hong Kong, Taiwan e Macau não foram incluídos nas estatísticas do Índice Global da Disparidade dos Géneros, este estudo incorporou também o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice do Desenvolvimento do Género (IDG) e o Índice de Equidade de Género (IEG) compilados e publicados pelas Nações Unidas para se poder fazer uma melhor comparação regional. No caso de Taiwan calculou-se estes três índices, enquanto Hong Kong foi incluído nas listas das estatísticas oficiais do IDH e do IDG.

I. Índice Global da Disparidade dos Géneros

O Índice Global da Disparidade dos Géneros (IGDG) é um índice importante para medir as desigualdades do género que existem nos diferentes estratos sociais. O índice referencia, a nível mundial, os países sobre os critérios da disparidade nacional nas áreas da economia, política, educação e saúde, classificando depois esses mesmos países com base na pontuação dos seus índices. Em 2006, o Fórum Económico Mundial fez pela primeira vez um estudo sobre a Disparidade dos Géneros em países diferentes usando o Índice Global da Disparidade dos Géneros e publicou o "Relatório da Disparidade Global do Género".

O Índice Global da Disparidade dos Géneros emprega três princípios orientadores para assegurar a precisão do cálculo e a comparação das disparidades do género em todos os países do mundo: 1. medir disparidades em vez de níveis; 2. comparar os resultados políticos em vez dos meios políticos; 3. avaliar o nível da igualdade do género.



Disparidades em vez de níveis

O Índice foi concebido para medir as diferenças do género, baseando-se na disparidade de acesso à alocação de recursos e oportunidades de participação individual nos países, em vez dos níveis reais da disponibilidade de recursos e oportunidades nesses mesmos países. Esta estrutura foi assim concebida para assegurar que o Índice Global da Disparidade dos Géneros seja independente do desenvolvimento do país. Isto quer dizer, quanto menor for a disparidade entre homens e mulheres no acesso aos recursos e oportunidades de participação no país, mais baixo é o nível de desigualdade do género, e mais alta é a pontuação do país no Índice.



Resultados em vez de meios

A fim de se poder comparar com precisão as disparidades baseadas no género, e relacionadas com os direitos básicos nas áreas da saúde, educação, economia e política entre os diferentes países, o Índice foca as consequências políticas em vez dos meios utilizados por essas políticas. Por exemplo, o Índice calcula o rácio do sexo dos funcionários altamente qualificados mas não os requisitos para a sua nomeação; considera por exemplo, o número de feriados a que homens e mulheres têm direito mas não mede a duração da licença de maternidade.

Igualdade entre os géneros em vez de poder político das mulheres

A terceira característica distinta visa o nível de igualdade entre os géneros na sociedade de cada país, calculando o rácio dos sexos nos diferentes cenários sociais em vez de incidir na emancipação da mulher, ou saber se são vencedoras na "guerra dos sexos". O Índice Global da Disparidade dos Géneros utiliza quatro subíndices para analisar as disparidades do género em cada país em quatro áreas principais, nomeadamente: participação económica, nível de educação, nível de saúde e sobrevivência e emancipação política.

Subíndice (1): Oportunidades e participação económica

A área da participação económica abrange a diferença dos níveis de participação na força laboral, disparidade de rendimentos, e diferença do número de homens e mulheres altamente qualificados que são apresentados em rácios de homem-mulher obtidos a partir das diferentes variáveis, as quais incluem: nível de participação da força laboral, comparação salarial, número de cargos superiores na administração, e número de trabalhadores profissionais e técnicos.

Subíndice (2): Nível de escolaridade

Nesta categoria é avaliado o nível do êxito escolar e respectivas diferenças do género através de variáveis como taxa de alfabetização, taxa líquida de matrículas no ensino primário, taxa líquida de matrículas no ensino secundário e taxa líquida de matrículas no ensino terciário.

Subíndice (3): Saúde e esperança de vida

Esta categoria examina as diferenças na área da saúde entre homens e mulheres através de variáveis como o rácio entre os sexos no nascimento e sobrevivência.

Subíndice (4): Participação activa na política

Esta área capta a diferença entre o número de homens e mulheres que estão em lugares de chefia. Algumas das variáveis relacionadas são: o número de legisladores, o número de funcionários na categoria de chefes de gabinete ou directores, e o número de anos que uma mulher ocupa em postos de chefia no governo local (últimos 50 anos)





Cálculo do Índice Global de Disparidade dos Géneros

1. Rácios

Primeiro, todos os dados sobre as diferenças do género em cada Subíndice são convertidos para o rácio feminino/masculino (F:M) para garantir que o Índice revele as disparidades entre homens e mulheres nos diferentes aspectos da sociedade e não apenas comparar as diferenças ao nível real do desenvolvimento entre os países. Por exemplo, num país com 20% das mulheres em posições ministeriais é atribuído um rácio de 20 mulheres/80 homens = 0,25.

2. Bitola de Igualdade

Então, estas proporções estão truncadas numa "bitola de igualdade" a qual é considerada ser 1, o que significa que os homens e as mulheres estão em igual número. Ao definir a bitola de igualdade de rácios entre os sexos em cada subíndice como 1, é possível fazer-se comparações entre os rácios do sexo e as diferentes variáveis, e verificar se o país atingiu a paridade entre homens e mulheres ou se um género é predominante.

3. Cálculo da pontuação dos subíndices

Em terceiro lugar, calcula-se o valor de cada rácio do género dentro dos subíndices, obtém-se a média das diferentes variáveis nos subíndices, e depois calcula-se o desvio padrão entre cada variável. O desvio padrão é necessário para obter um cálculo preciso da pontuação média de cada subíndice.

4. Pontuações finais

Em todos os subíndices a pontuação mais alta é 1 (igualdade máxima entre os géneros) e a pontuação mais baixa é 0 (desigualdade absoluta entre os géneros). Depois de se obterem todas as pontuações dos subíndices, é calculada a média de cada subíndice. Este valor médio é a pontuação do índice da disparidade do género de um país e serve para classificar os países no Índice Global da Disparidade do Género.

"Relatório Global da Disparidade do Género" 2010

A quinta edição do "Relatório Global de Disparidade dos Géneros" publicado em 2010 mostra que os 134 países abrangidos pelo Relatório, representando mais de 90% da população mundial, eliminaram as disparidades entre homens e mulheres em quase 96% na área da saúde e em 93% nos níveis de educação. Contudo, as disparidades entre homens e mulheres na participação económica e no poder político continuam a ser grandes: apenas se reduziram 59% no campo económico e 18% no campo político.



Os países com as 15 classificações de topo no Índice Global de Disparidade dos Géneros são a Islândia, Noruega, Finlândia, Suécia, Nova Zelândia, Irlanda, Dinamarca, Lesoto, Filipinas, Suíça, Espanha, África do Sul, Alemanha, Bélgica e Inglaterra.

A maioria dos países que estão nos Primeiros 15 são europeus, com os países nórdicos a ocupar as posições de topo. A Islândia está na posição cimeira, com a menor disparidade do género no mundo. Tem um equilíbrio do género no poder político (o mandato contínuo de uma mulher primeiro-ministro e um parlamento quase equilibrado em termos de género), ambos os géneros desfrutam de oportunidades iguais na área da educação e as suas mulheres participam activamente na força laboral.

É de realçar que um país africano e um país asiático, respectivamente o Lesoto (8) e as Filipinas (9), tenham registado progressos excepcionais. O Lesoto é o único país da África subsaariana sem disparidades entre os sexos nas áreas da educação e da saúde, enquanto as Filipinas continua a ser o país com o escalão mais alto na Ásia na área da saúde e do acesso à educação. Os outros países asiáticos em posição relevante são Sri Lanka (16), Mongólia (27), Singapura (56), Tailândia (57) e China (61).

A classificação geral da China no Índice é ligeiramente baixa devido ao efeito combinado da baixa pontuação na igualdade salarial e no rácio entre os sexos no nascimento. O chamado fenómeno de "Mulheres em Falta" da China referido pelos estudiosos estrangeiros reflectiu-se na penúltima classificação da China (133) no subíndice de saúde e de sobrevivência. Abaixo da China estão o Vietname (72), Brunei Darussalam (77), Bangladesh (82), Indonésia (87), Japão (94), Camboja (97), Malásia (98), Maldivas (99), Coreia (104) e Fiji (108).

O Chad, na África (133) e o Iémen no Médio Oriente (134) estão na cauda da classificação do Índice Global da Disparidade dos Géneros.

Conforme se vê na folha da pontuação da Albânia (Tabela à direita) no Relatório Global de Disparidade dos Géneros, a pontuação no Índice de cada país, a sua classificação no Índice e a sua pontuação final no Índice, são listados numa série de dados referentes a cada país.

Os dados numerados como ❶ são os indicadores-chave. É de salientar que aqui, o Relatório Global da Disparidade dos Géneros calculou a pontuação média da disparidade do género a nível mundial. A pontuação média é representada por uma linha preta no gráfico de estrela, localizado no canto direito da folha da pontuação.

O gráfico de estrela é na verdade composto por um eixo com as pontuações dos quatro subíndices, nomeadamente "Economia", "Educação", "Saúde" e "Política" constituindo quatro dimensões para comparação. A pontuação correspondente a cada dimensão está na escala de 0 a 1. A figura rombóide a negro representa a pontuação média global, enquanto a azul representa a pontuação individual de cada país (neste caso, a Albânia).

As séries de dados por baixo do gráfico de estrela, os subíndices da Disparidade dos Géneros (com o número ❷), consistem nas pontuações dos quatro subíndices e nos valores das diferentes variáveis dos diversos subíndices.



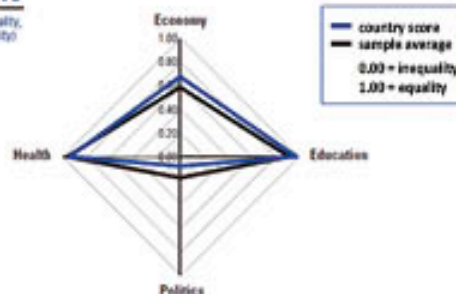


A série de dados denominada "Dados Adicionais" (com o número 3) são informações que podem ser relevantes. Servem apenas como referência e não foram utilizados para calcular o Índice Global da Disparidade dos Géneros.

Albania 2010

1 Gender Gap Index 2010

	78	0.673
	(out of 134 countries)	(0.00 = inequality, 1.00 = equality)
Key Indicators		
Total population (millions)	3.14	
Population growth (%)	0.35	
GDP (US\$ billions)	5.66	
GDP (PPP) per capita	3,911	
Mean age of marriage for women (years)	23	
Fertility rate (births per woman)	1.90	
Year women received right to vote	1920	
Overall population sex ratio (male/female)	0.97	



2 Gender Gap Subindexes

	Rank	Score	Sample average	Female	Male	Female-to-male ratio
Economic Participation and Opportunity						
Labour force participation	81	0.73	0.69	56	76	0.73
Wage equality for similar work (survey)	24	0.75	0.65	—	—	0.75
Estimated earned income (PPP US\$)	83	0.54	0.53	4,954	9,143	0.54
Legislators, senior officials, and managers	—	—	0.27	—	—	—
Professional and technical workers	—	—	0.64	—	—	—
Educational Attainment						
Literacy rate	60	0.99	0.86	99	99	0.99
Enrolment in primary education	1	1.00	0.98	91	91	1.00
Enrolment in secondary education	90	0.98	0.92	73	75	0.98
Enrolment in tertiary education	1	1.00	0.86	23	15	1.57
Health and Survival						
Sex ratio at birth (female/male)	128	0.91	0.92	—	—	0.91
Healthy life expectancy	117	1.00	1.04	64	64	1.00
Political Empowerment						
Women in parliament	73	0.20	0.22	16	84	0.20
Women in ministerial positions	107	0.07	0.18	7	93	0.07
Years with female head of state (last 50)	44	0.00	0.15	0	50	0.00

3 Additional Data

Maternity and Childbearing	
Births attended by skilled health staff (%)	100
Contraceptive prevalence, married women (%)	60
Infant mortality rate (per 1,000 live births)	13
Length of maternity leave	365 calendar days
Maternity leave benefits (% of wages paid)	80% prior to birth and for 150 days after birth, and 50% for the rest of the leave period
Provider of maternity coverage	Social insurance system
Maternal mortality ratio (per 100,000 live births)	92
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women aged 15-19)	13
Education and Training	
Female teachers, primary education (%)	76
Female teachers, secondary education (%)	56
Female teachers, tertiary education (%)	41

Employment and Earnings	
Female adult unemployment rate (%)	28
Male adult unemployment rate (%)	19
Women in non-agricultural paid labour (% of total labour force)	33
Ability of women to rise to positions of enterprise leadership*	5.14
Basic Rights and Social Institutions **	
Paternal versus maternal authority	0.50
Female genital mutilation	0.00
Polygamy	0.00
Existence of legislation punishing acts of violence against women	0.75

*Survey data, responses on a 1-to-7 scale (1 = worst score, 7 = best score)

**Data on a 0-to-1 scale (1 = worst score, 0 = best score)



Avaliação do Índice Global da Disparidade dos Géneros de Macau

Para avaliar as condições de igualdade de género em Macau, este estudo baseou os seus cálculos de pontuação da Disparidade dos Géneros de Macau no método de pontuação (inclusive os subíndices) empregado no "Relatório Global da Disparidade do Género". Para esse efeito, foram colectados dados relevantes para se fazer o cálculo, apesar da falta de dados directos. É de notar, que este estudo calculou os valores deduzidos de todos os critérios de pontuação de Macau seguindo o modelo do Índice Global da Disparidade dos Géneros, e serviu-se deles para deduzir a pontuação do índice de Disparidade dos Géneros de Macau. O estudo deduz apenas um valor aproximado da pontuação do Índice da Disparidade dos Géneros de Macau para o ano 2009, pois está limitado pela falta de dados fundamentais. Os resultados revelam que o Índice da Disparidade dos Géneros de Macau é de 0,7294, o que é superior à pontuação média de todos os países analisados nesse ano. E comparada com as centenas de países e regiões estudadas em 2009, a classificação de Macau estaria algures entre Moçambique (22) e Austrália (23).

Como é demonstrado abaixo pelo gráfico de estrela ilustrado (a pontuação de Macau é representada por uma linha verde), Macau naturalmente registou um valor acima da amostragem média em três subíndices. Sendo "1" a pontuação máxima, Macau registou "1" no "Nível de Saúde e Sobrevivência", 1,08 na "Educação" e 0,71 na "Economia". Apesar da pontuação de Macau nestas três áreas ser maior que a média da amostragem (0,955, 0,929 e 0,59, respectivamente), na área da "Política" porém o seu desempenho registou uma pontuação de 0,14, o que é inferior à média da amostragem (0,179) e desceu ligeiramente 0,03, quando comparado com a pontuação deduzida de Macau em 2006, que foi de 0,17. Isto quer dizer que ainda há lugar para melhorias na área da "Política", uma vez que a igualdade de géneros de Macau nesta área está ainda muito aquém do padrão internacional. As pontuações dos subíndices de Macau nos diferentes Subíndices da Disparidade dos Géneros encontram-se listadas nos seguintes gráficos (Tabela 7.1, 7.2 e 7.3).

Tabela 8.1 Valor Deduzido do Índice Global da Disparidade dos Géneros de Macau

**Valor deduzido do Índice da Disparidade dos Géneros de
Macau de 2009: 0,7294**
Indicadores chaves

População Total, 2009 Total Population, 2009	542,200
Crescimento Populacional (%) Population Growth (%)	0.57
GDP (bilhões MOP), 2009 GDP (billion MOP), 2009	169.34
GDP (PPC- Paridade do Poder de Compra), per capita GDP (PPP), per capita	55,770
Idade média de casamento da mulher (anos), 2009 Mean age of marriage for women (years), 2009	26.0
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher), 2009 Fertility rate (births per women), 2009	0.9
Ano em que as mulheres adquiriram o direito de voto Year women received right to vote	1976
Rácio do sexo da População Global (M/F), 2009 Overall population sex ratio (M/F), 2009	0.93

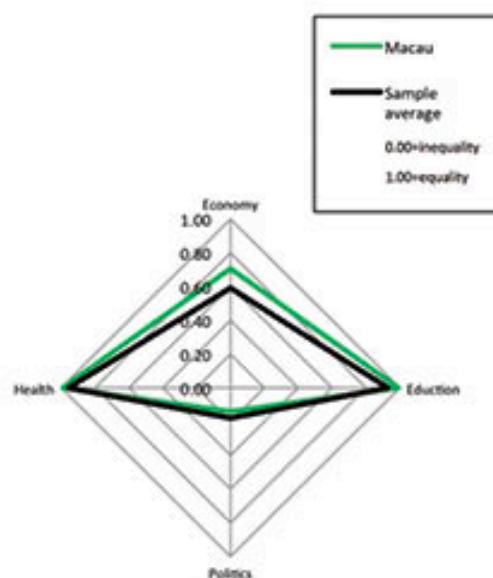




Tabela 8.2 Valor Deduzido dos Subíndices da Disparidade Global dos Géneros de Macau

Subíndice da Disparidade dos Géneros	Pontuação Média dos Subíndices	Amostragem Padrão	Feminino	Masculino	Rácio do Sexo	
Participação Económica e Oportunidades	0.71	0.590				
Participação da força laboral	0.85	0.69	66.5	78	0.85	
Estimativa dos rendimentos auferidos (MOP), 2009	0.78	0.53	10,640	13,622	0.78	
Legisladores, funcionários de chefia e directores	0.46	0.27	31.48	68.52	0.46	
Profissionais e trabalhadores técnicos	0.73	0.64	42.20	57.80	0.73	
Educação	1.08	0.929				
Nível de alfabetização	0.95	0.86	93	97.6	0.95	
Matrículas no ensino primário	1.03	0.98	89.80	86.80	1.03	
Matrículas no ensino secundário	1.06	0.92	75.60	71.40	1.06	
Matrículas no ensino terciário	1.27	0.86	27.10	21.29	1.27	
Saúde e Sobrevivência	1.00	0.955				
Rácio dos sexos no nascimento (M/F)	0.92	0.92	47.86	52.14	0.92	
Esperança de uma vida saudável	1.07	1.04	85.2	79.4	1.07	
Emancipação Política	0.14	0.179				
Mulheres no parlamento	0.16	0.22	4	25	0.16	
Mulheres em posições governamentais	0.25	0.18	1	4	0.25	
Anos com mulheres como chefes de estado (últimos 50 anos)	0	0.15	0	50	0	

Tabela 8.3 Classificação do Índice Global da Disparidade dos Géneros em 2010

Country	2010 rank	2010 score	2010 rank among 2009 countries	2009 rank	2009 score	2008 rank	2008 score	2007 rank	2007 score	2006 rank	2006 score
Iceland	1	0.8496	1	1	0.8276	4	0.7999	4	0.7836	4	0.7813
Norway	2	0.8404	2	3	0.8227	1	0.8239	2	0.8059	2	0.7994
Finland	3	0.8260	3	2	0.8252	2	0.8195	3	0.8044	3	0.7958
Sweden	4	0.8024	4	4	0.8139	3	0.8139	1	0.8146	1	0.8133
New Zealand	5	0.7808	5	5	0.7880	5	0.7859	5	0.7649	7	0.7509
Ireland	6	0.7773	6	8	0.7597	8	0.7518	9	0.7457	10	0.7335
Denmark	7	0.7719	7	7	0.7628	7	0.7538	8	0.7519	8	0.7462
Lesotho	8	0.7678	8	10	0.7495	16	0.7320	26	0.7078	43	0.6807
Philippines	9	0.7654	9	9	0.7579	6	0.7568	6	0.7629	6	0.7516
Switzerland	10	0.7562	10	13	0.7426	14	0.7360	40	0.6924	26	0.6997

Country	2010 rank	2010 score	2010 rank among 2009 countries	2009 rank	2009 score	2008 rank	2008 score	2007 rank	2007 score	2006 rank	2006 score
Spain	11	0.7554	11	17	0.7345	17	0.7281	10	0.7444	11	0.7319
South Africa	12	0.7535	12	6	0.7709	22	0.7232	20	0.7194	18	0.7125
Germany	13	0.7530	13	12	0.7449	11	0.7394	7	0.7618	5	0.7524
Belgium	14	0.7509	14	33	0.7165	28	0.7163	19	0.7198	20	0.7078
United Kingdom	15	0.7460	15	15	0.7402	13	0.7366	11	0.7441	9	0.7365
Sri Lanka	16	0.7458	16	16	0.7402	12	0.7371	15	0.7230	13	0.7199
Netherlands	17	0.7444	17	11	0.7490	9	0.7399	12	0.7383	12	0.7250
Latvia	18	0.7429	18	14	0.7416	10	0.7397	13	0.7333	19	0.7091
United States	19	0.7411	19	31	0.7173	27	0.7179	31	0.7002	23	0.7042
Canada	20	0.7372	20	25	0.7196	31	0.7136	18	0.7198	14	0.7165
Trinidad and Tobago	21	0.7353	21	19	0.7298	19	0.7245	46	0.6859	45	0.6797
Mozambique	22	0.7329	22	26	0.7195	18	0.7266	43	0.6883	n/a	n/a
Australia	23	0.7271	23	20	0.7282	21	0.7241	17	0.7204	15	0.7163
Cuba	24	0.7253	24	29	0.7176	25	0.7195	22	0.7169	n/a	n/a
Namibia	25	0.7238	25	32	0.7167	30	0.7141	29	0.7012	38	0.6864
Luxembourg	26	0.7231	26	63	0.6889	66	0.6802	58	0.6786	56	0.6671
Mongolia	27	0.7194	27	22	0.7221	40	0.7049	62	0.6731	42	0.6821
Costa Rica	28	0.7194	28	27	0.7180	32	0.7111	28	0.7014	30	0.6936
Argentina	29	0.7187	29	24	0.7211	24	0.7209	33	0.6982	41	0.6829
Nicaragua	30	0.7176	30	49	0.7002	71	0.6747	90	0.6458	62	0.6566
Barbados	31	0.7176	31	21	0.7236	26	0.7188	n/a	n/a	n/a	n/a
Portugal	32	0.7171	32	46	0.7013	39	0.7051	27	0.6959	33	0.6922
Uganda	33	0.7169	33	40	0.7067	43	0.6981	50	0.6833	47	0.6797
Moldova	34	0.7160	34	36	0.7104	20	0.7244	21	0.7172	17	0.7128
Lithuania	35	0.7132	35	30	0.7175	23	0.7222	14	0.7234	21	0.7077
Bahamas	36	0.7128	36	28	0.7179	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Austria	37	0.7091	37	42	0.7031	29	0.7153	27	0.7060	27	0.6986
Guyana	38	0.7090	38	35	0.7108	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Panama	39	0.7072	39	43	0.7024	34	0.7095	38	0.6954	31	0.6935
Ecuador	40	0.7072	40	23	0.7220	35	0.7091	44	0.6881	82	0.6433
Kazakhstan	41	0.7055	41	47	0.7013	45	0.6976	32	0.6983	32	0.6928
Slovenia	42	0.7047	42	52	0.6982	51	0.6937	49	0.6842	51	0.6745
Poland	43	0.7037	43	50	0.6998	49	0.6951	60	0.6756	44	0.6802
Jamaica	44	0.7037	44	48	0.7013	44	0.6980	39	0.6925	25	0.7014
Russian Federation	45	0.7036	45	51	0.6987	42	0.6994	45	0.6866	49	0.6770
France	46	0.7025	46	18	0.7331	15	0.7341	51	0.6824	70	0.6520
Estonia	47	0.7018	47	37	0.7094	37	0.7076	30	0.7008	29	0.6944
Chile	48	0.7013	48	64	0.6884	65	0.6818	86	0.6482	78	0.6455
Macedonia, FYR	49	0.6996	49	53	0.6950	53	0.6914	35	0.6967	28	0.6983
Bulgaria	50	0.6983	50	38	0.7072	36	0.7077	25	0.7085	37	0.6870
Kyrgyz Republic	51	0.6973	51	41	0.7058	41	0.7045	70	0.06653	52	0.6742
Israel	52	0.6957	52	45	0.7019	56	0.6900	36	0.6965	35	0.6889
Croatia	53	0.6939	53	54	0.6944	46	0.6957	16	0.7210	16	0.7145
Honduras	54	0.6927	54	62	0.6893	47	0.6960	68	0.6661	74	0.6483
Colombia	55	0.6927	55	56	0.6939	50	0.6944	24	0.7090	22	0.7049
Singapore	56	0.6914	56	84	0.6664	84	0.6625	77	0.6609	65	0.6550
Thailand	57	0.6910	57	59	0.6907	52	0.6917	52	0.6815	40	0.6831
Greece	58	0.6908	58	85	0.6662	75	0.6727	72	0.6648	69	0.6540
Uruguay	59	0.6897	59	57	0.6936	54	0.6907	78	0.6608	66	0.6549
Peru	60	0.6895	60	44	0.7024	48	0.6959	75	0.6624	60	0.6619
China	61	0.6881	61	60	0.6907	57	0.6876	73	0.6543	63	0.6561
Botswana	62	0.6876	62	39	0.7071	63	0.6839	53	0.6797	34	0.6897
Ukraine	63	0.6869	63	61	0.6896	62	0.6856	57	0.6790	48	0.6797



Tabela 8.4 Fonte de Dados do Índice Global da Disparidade dos Géneros de Macau

Indicador-Chave	Key Indicador	Fonte
População Total, 2009	Total Population, 2009	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
Crescimento Populacional (%)	Population Growth (%)	
GDP (bilhões MOP), 2009	GDP, 2009 (MOP)	
PIB (PPC), per capita	Overall population sex ratio (M/F), 2009	
Idade média de casamento da mulher (anos), 2009	GDP (PPP), per capita	* Estatísticas Demográficas 4º Tri/2009 01/03/2010
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher), 2009	Mean age of marriage for women (years), 2009	*Hong Kong Population Projections 2010-2039*, Departamento de Estatísticas e Censos de Hong Kong
Ano em que as mulheres adquiriram o direito de voto	Fertility rate (births per women), 2009	1976
Rácio do sexo da População Global (M/F), 2009	Year women received right to vote	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos

* O Banco Mundial anunciou apenas os dados do PPC de Macau em 01 de Julho de 2011 (após este Relatório ter sido apresentado publicamente.) O PPC neste Relatório é obtido por cálculos próprios.

Tabela 8.5 Fonte de Dados dos Subíndices da Disparidade dos Géneros de Macau

Subíndices da Disparidade dos Géneros		Fonte
Participação Económica e Oportunidades	Participação na força laboral	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
	Estimativa dos rendimentos auferidos (MOP), 2009	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (Cálculo próprio)
	Legisladores, funcionários de chefia e directores	
	Profissionais e trabalhadores técnicos	
Educação	Nível de alfabetização	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
	Matrículas no ensino primário	
	Matrículas no ensino secundário	
	Matrículas no ensino terciário	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
Saúde e Sobrevivência	Rácio dos sexos no nascimento (M/F)	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
	Esperança de uma vida saudável	
Emancipação Política	Mulheres no parlamento	Página Oficial do Governo da RAEM, 2010
	Mulheres em posições governamentais	
	Anos com mulheres como chefes de estado (últimos 50 anos)	



II. Índice de Desenvolvimento Humano

Elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento do Género (IDG) e Índice de Equidade de Género (IEG)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) começou a utilizar, e anunciou o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** em 1990 como uma medida de apurar o nível do desenvolvimento socioeconómico de cada país. Esta medida diferencia e **classifica os países como “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”,** com estatísticas derivadas dos índices sobre a expectativa de vida, educação e PIB per capita desses países.

O **Índice de Desenvolvimento de Género (IDG)** foi desenvolvido e introduzido pelas Nações Unidas em 1995, tomando como referência o seu IDH já estabelecido. O Índice mede as disparidades de género e **avalia o seu desenvolvimento médio nas áreas de saúde, educação, conhecimento e padrão de vida através do cálculo dos quatro índices da “esperança de vida ao nascer”, “nível de alfabetização de adultos”, “nível de escolarização bruta na educação” e “rendimento estimado na Paridade do Poder de Compra”.** Um país com um IDG alto significa que o seu desenvolvimento global é progressivo e o desenvolvimento global dos dois sexos também é bastante equilibrado. Se o IDG desce ou tende a ser baixo, significa que o desenvolvimento do país não é favorável ou, se houver uma diferença relativamente grande entre a evolução dos dois sexos representada pelas estatísticas relativas às quatro áreas. Ao comparar a IDG com o IDH do país, pode-se compreender as significâncias reflectidas por um IDG baixo.

O **Índice de Equidade de Género (IEG)** é outro índice introduzido pelo PNUD em 1995 para medir se as mulheres e os **homens eram capazes de participar activamente na vida económica e política e na tomada de decisões.** O IEG é determinado por quatro subíndices, relacionados com o rácio de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos, a percentagem de mulheres com ocupações profissionais e técnicas, a percentagem de mulheres com cargos administrativos e de gestão, bem como parte do PIB médio per capita (em Paridade do Poder de Compra) feminino contra a média do PIB masculino per capita. Se o IDG incide sobre o desenvolvimento de potencialidades e capacidades dos dois sexos, então o IEG concentra-se nas oportunidades disponíveis para que possam fazer uso de suas capacidades.

“Relatório do Desenvolvimento Humano” de 2009

O “Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009”, lançado pelo PNUD a 5 de Outubro de 2009, foi elaborado a partir dos dados de 2007. O relatório abrange 182 dos 192 estados membros das Nações Unidas, Hong Kong (China) e os territórios palestinos ocupados. Tal como o IDH, todos estes países e regiões são classificados em níveis de “desenvolvimento humano muito alto” (categoria recém-adicionada ao Relatório de 2009), “alto desenvolvimento humano”, “desenvolvimento humano médio” e “baixo desenvolvimento humano”. Desde 2009, que os países da primeira categoria são referidos como “países desenvolvidos” e os países que estão nas restantes três categorias são considerados como “países em desenvolvimento”.

Em relação ao IDH, os países ou regiões classificados nos 15 primeiros lugares foram a Noruega, Austrália, Islândia, Canadá, Irlanda, Holanda, Suécia, França, Suíça, Japão, Luxemburgo, Finlândia, EUA, Áustria e Espanha. Os resultados revelaram que a maioria dos





top 15 é constituída por países da Europa, com os países nórdicos no topo da classificação. O Japão (10) foi o único país asiático a estar no top 15, mostrando o seu alto desempenho a nível do desenvolvimento socioeconómico. Na categoria de “desenvolvimento humano muito elevado” – uma nova categoria introduzida em 2009 – estão 38 países, dos quais 10 são regiões ou países da Ásia: Japão (10), Singapura (23), Hong Kong (China) (24), Coreia (26), Israel (27), Brunei (30), Kuwait (31), Chipre (32), Qatar (33) e os Emirados Árabes Unidos (35). Quanto à China (92), foi a primeira vez que foi classificada como tendo um nível de desenvolvimento humano médio”.

Em relação ao IDG, os países que ficaram classificados no topo foram: Austrália, Noruega, Islândia, Canadá, Suécia, França, Holanda, Finlândia, Espanha, Irlanda, Bélgica, Dinamarca, Suíça, Japão e Itália. Repare-se que em comparação com a classificação do IDH, países como Luxemburgo, EUA e Áustria não conseguiram ficar nos tops 15 do IDG e foram substituídos pela Bélgica, Dinamarca e Itália. Obviamente que tanto o Luxemburgo, como os EUA e a Áustria são países com um estado de desenvolvimento humano aquém do ideal mas falharam em alcançar a cota da mesma forma, quando se trata do desenvolvimento do género.

Embora a Austrália tenha substituído a Noruega como número um no topo da classificação do IDG, todavia, os países nórdicos em geral, têm um excelente desempenho e permanecem no topo da classificação. O Japão (14) desceu quatro lugares no IDG quando comparado com o IDH, enquanto a classificação de Hong Kong-China no IDG (22), e no IDH (24), se manteve mais ou menos na mesma. No caso da China (75), como não foi possível calcular o IDG de alguns países, os países sem IDG não foram considerados e o resultado da classificação do IDH da China, menos o IDG, foi de “1”, mostrando que a posição da China no IDG foi apenas até ao lugar em comparação com o seu IDH, que ainda assim é razoavelmente. (Tabela 4)

Em relação ao IEG, os países que ficaram qualificados nos top 15 foram a Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Austrália, Islândia, Alemanha, Nova Zelândia, Espanha, Canadá, Suíça, Trindade e Tobago e Inglaterra. Em comparação com os 15 melhores do IDH, as mudanças da posição do país no IEG tornam-se mais evidentes. O Japão ficou em 10º lugar no IDH, mas caiu para o 57º no IEG. A ilha de Trindade e Tobago, nas Caraíbas, classificou-se na 64ª posição no IDH, mas subiu para a 14ª posição no IEG. Este aumento foi o resultado do desempenho do país nos três subíndices que se relacionam com o rácio de lugares ocupados por mulheres no parlamento (33%), percentagem de legisladores, altos funcionários e directores do sexo feminino (43%) e o rácio de mulheres que ocupam lugares profissionais e técnicos (53%). No caso do Japão, as proporções foram, respectivamente, de 12%, 9% e 46%, mostrando que o Japão tende a ter um baixo rácio de mulheres no parlamento, legisladores, altos funcionários e directores do sexo feminino. Por outras palavras, as mulheres japonesas têm menos oportunidades que os homens na participação económica e política do país. A China ficou em 72º lugar no IEG depois dos países sem IEG terem sido desclassificados e foi até ao 4º lugar em comparação com a sua posição no IDH, o que não é muito significativo. Hong Kong (China), não figura no IEG. (Tabela 5)

Como a RAEM nunca foi incluída no Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, este Relatório adoptou os padrões e o método de cálculo oficiais utilizados pelo PNUD para estimar o IDH, IDG e o IEG de Macau, particularmente o IDG e o IEG, uma vez que estão relacionados com o desenvolvimento dos dois sexos. Além disso, esperamos poder servir-nos do Índice Global da Disparidade dos Géneros para entender



melhor o desenvolvimento do género e o desenvolvimento das mulheres em Macau, o que servirá como suporte de dados para uma avaliação mais exacta da situação actual das mulheres em Macau, e para a comparar com as regiões vizinhas (por exemplo, a China Continental, Hong Kong e Taiwan). Embora as Nações Unidas não tenham incluído Taiwan nas suas estatísticas, o governo de Taiwan já criou comissões e organismos para conduzirem pesquisas sobre a situação das mulheres, calculando e publicando o IDG e o IEG de Taiwan seguindo o método de cálculo oficial das Nações Unidas.

Avaliação do IDH, IDG e IEG de Macau (2007-2009)

Para fazer uma avaliação mais abrangente da situação da igualdade de género em Macau, este estudo incorporou o internacionalmente reconhecido Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice do Desenvolvimento de Género (IDG) e o Índice de Equidade de Género (IEG), para além de manter o “Índice Global da Disparidade dos Géneros (IGDG)” como sua base, obtida em 2008. Os valores deduzidos destes três índices foram obtidos a partir dos dados colectados oficialmente e a dedução dos dados inexistentes sobre Macau através da utilização do método de cálculo e estimativa dos subíndices seguindo o método adoptado pela PNUD e que são aplicáveis ao seu “Relatório de Desenvolvimento Humano”.

Através dos dados colectados e dos dados oficialmente deduzidos, o Estudo de 2010 deduziu os valores do IDH, do IDG e do IEG de Macau para os três anos de 2007, 2008 e 2009. Uma vez que o “Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009” compilado pelo PNUD incidiu sobre os dados e valores numéricos referentes a 2007 (o valor numérico do IEG era o de Fevereiro de 2009), este estudo utilizou o IDH e o IDG de Macau de 2007 e o IEG de Macau de 2009 para efeitos de análise e comparações internacionais. Os valores numéricos relevantes a 2008 e 2009 serviram de base para as comparações sincrónicas entre os diferentes anos de Macau e também para as comparações com outros países e regiões.

Índice de Desenvolvimento Humano de Macau (IDH)

O IDH é uma medida composta pelos feitos obtidos pelo desenvolvimento humano em um país, que afere essas realizações segundo três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

1. Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
2. Conhecimentos, medido pelo nível de alfabetização de adultos (pesando dois terços) e o nível de escolarização combinada do ensino primário, secundário e terciário bruto (pesando um terço).
3. Um padrão de vida digno, medido pelo PIB per capita (PPC em USD = Paridade do Poder de Compra).





O IDH é medido numa escala de 0 a 1. Quanto maior for valor, maior é o IDH, melhor (mais elevado) é o desenvolvimento humano no país ou região. O IDH de Macau entre 2007 e 2009 está listado no Tabela 7.6 (consultar “nota técnica”¹ para o método de cálculo).

Tabela 8.6 Índice de Desenvolvimento Humano de Macau (IDH) 2007-2009

Valores do IDH	Vida longa e saudável		Conhecimento			Padrão de vida digno		
	Esperança de vida à nascença	Índice de esperança de vida	Nível de alfabetização de adultos	Taxa de escolarização bruta combinada	Nível de Educação	PIB per capita (PPC em USD)	Índice de PIB	
2007	0.948	82.4	0.957	95.0%	75.8%	0.886	53,138	1
2008	0.949	82.4	0.957	95.0%	76.7%	0.889	60,145	1
2009	0.949	82.4	0.957	95.2%	77.0%	0.891	60,152	1

Ao comparar o IDH de Macau em 2007 com o dos outros países (Gráfico 7.7), é evidente que Macau é de um nível muito alto em relação ao desenvolvimento humano, superando Hong Kong (China) que ficou classificado na 21ª posição. Isto mostra que a evolução de Macau nas áreas da saúde, educação e economia já está em posição cimeira, a nível internacional. Quando são feitas comparações em relação aos vários subíndices dos países na categoria do “desenvolvimento humano muito elevado”, particularmente dos primeiros 20 países, Macau está obviamente num nível baixo em relação ao “nível de escolarização bruta combinada com a educação primária, secundária e terciária”. O rácio da maioria dos primeiros 20 países é superior a 90%, enquanto o de Macau é de apenas 75,8%. No entanto, o índice do PIB de Macau é de 1, valor máximo, graças ao seu acelerado desenvolvimento socioeconómico nos últimos anos. Apenas pelo cálculo do PPC, o PIB de Macau per capita (53.138) está apenas atrás de Liechtenstein (85.382), de Luxemburgo (79.485) e da Noruega (53.433) que estão no Topo 20 dos países. O IDH de Macau entre 2008 a 2009 é de 0,949 até 0,001, o que em comparação com o de 2007 mostra que Macau tem vindo a beneficiar de um desenvolvimento estável, com um ligeiro crescimento humano nos últimos anos. O “rácio da escolarização bruta combinada com a educação primária, secundária e terciária” (Gráfico 7.6) contribuiu, naturalmente, para este ligeiro crescimento.

Apesar de Taiwan não estar incluído no Relatório das Nações Unidas, a Direcção-Geral de Contabilidade, Orçamento e Estatísticas do Executivo Yuan de Taiwan adoptou o método de cálculo do IDH das Nações Unidas e tem vindo a publicar regularmente o IDH do país. Em 2007, o IDH de Taiwan foi de 0,938 o que o coloca na 26ª posição a nível mundial. Ao comparar o IDH de Macau de 2007 com o da China Continental, Hong Kong e Taiwan, Macau (0,948) foi o que melhor pontuou, seguido por Hong Kong (0,944), Taiwan (0,938) e a China Continental (0,772). Isto mostra que Macau teve um excelente desempenho na área da economia, saúde e educação. No entanto, se fosse utilizado o género como termo de comparação, qual seria situação de Macau neste campo? Este estudo irá investigar e analisar nas secções seguintes o Índice de Desenvolvimento de Género (IDG) e o Índice de Equidade de Género (IEG).



Tabela 8.7 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2007

Classificação IDH	IDH	Esperança de vida à nascença	Nível de alfabetização de adultos	Nível de escolarização bruta combinada	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Educação	Índice de PIB	
									Índice
	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007	
Desenvolvimento humano muito elevado									
1	Noruega	0.971	80.5	99.0	98.6	53,433	0.925	0.989	1.000
2	Austrália	0.970	81.4	99.0	114.2	34,923	0.940	0.993	0.977
3	Islândia	0.969	81.7	99.0	96.0	35,742	0.946	0.980	0.981
4	Canadá	0.966	80.6	99.0	99.3	35,812	0.927	0.991	0.982
5	Irlanda	0.965	79.7	99.0	97.6	44,613	0.911	0.985	1.000
6	Países Baixos	0.964	79.8	99.0	97.5	38,694	0.914	0.985	0.994
7	Suécia	0.963	80.8	99.0	94.3	36,712	0.930	0.974	0.986
8	França	0.961	81.0	99.0	95.4	33,674	0.933	0.978	0.971
9	Suíça	0.960	81.7	99.0	82.7	40,658	0.945	0.936	1.000
10	Japão	0.960	82.7	99.0	86.6	33,632	0.961	0.949	0.971
11	Luxemburgo	0.960	79.4	99.0	94.4	79,485	0.906	0.975	1.000
12	Finlândia	0.959	79.5	99.0	101.4	34,526	0.908	0.993	0.975
13	Estados Unidos	0.956	79.1	99.0	92.4	45,592	0.902	0.968	1.000
14	Áustria	0.955	79.9	99.0	90.5	37,370	0.915	0.962	0.989
15	Espanha	0.955	80.7	97.9	96.5	31,560	0.929	0.975	0.960
16	Dinamarca	0.955	78.2	99.0	101.3	36,130	0.887	0.993	0.983
17	Bélgica	0.953	79.5	99.0	94.3	34,935	0.908	0.974	0.977
18	Itália	0.951	81.1	98.9	91.8	30,353	0.935	0.965	0.954
19	Liechtenstein	0.951	79.2	99.0	86.8	85,382	0.903	0.949	1.000
20	Nova Zelândia	0.950	80.1	99.0	107.5	27,336	0.919	0.993	0.936
	Macau, China (KALM)	0.948	82.4	96.0	76.8	63,138	0.967	0.886	1.000
21	Reino Unido	0.947	79.3	99.0	89.2	35,130	0.906	0.957	0.978
22	Alemanha	0.947	79.8	99.0	88.1	34,401	0.913	0.954	0.975
23	Singapura	0.944	80.2	94.4	85.0	49,704	0.920	0.913	1.000
24	Hong Kong, (China)	0.944	82.2	94.6	74.4	42,306	0.953	0.879	1.000
25	Grécia	0.942	79.1	97.1	101.6	28,517	0.902	0.981	0.944
26	Coreia	0.937	79.2	99.0	98.5	24,801	0.904	0.988	0.920
...								
92	China	0.772	72.9	93.3	68.7	5,383	0.799	0.851	0.665
...								



Índice do Desenvolvimento do Género (IDG)

O IDH reflecte os feitos médios do desenvolvimento humano, enquanto o IDG faz os ajustes desses feitos e mede a igualdade do género nos seguintes três aspectos

1. Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença
2. Conhecimento, medido pelo nível de alfabetização dos adultos e o nível de escolarização bruta combinada com a educação primária, secundária e terciária.
3. Um padrão de vida digno, medido pelo PIB per capita (PPC em USD)

Tal como o IDH, o IDG também é medido numa escala de 0 a 1. Quanto maior for o valor, maior é o IDG e mais estreito é o fosso de desigualdade do género. Os IDGs de Macau entre 2007 a 2009 estão listados no Tabela 7.8 (consulte a nota técnica "1" para o método de cálculo).

Tabela 8.8 Índice do Desenvolvimento do Género de Macau (IDG) 2007-2009

Valor do IDG	Vida longa e saudável (ano)		Nível de alfabetização dos adultos (%)		Nível de escolarização bruta combinada na educação (%)		Estimativa do Orçamento salarial (PPC em USD)	
	F	M	F	M	F	M	F	M
2007 0.947	85.2	79.4	92.4	97.7	77.0	74.6	41,358	65,215
2008 0.948	85.2	79.4	92.6	97.5	77.7	75.5	54,797	65,696
2009 0.949	85.2	79.4	93.0	97.6	78.4	75.5	52,016	68,925

Ao comparar o valor deduzido do IDG de Macau (0,947) em 2007 (Tabela 7.8) com o dos outros países (Tabela 7.9), o IDG Macau é igual ao do país nórdico, Suíça, que está posicionada em 13º lugar. Os países que estão acima de Macau na classificação são, por ordem decrescente: Austrália, Noruega, Islândia, Canadá, Suécia, França, Holanda, Finlândia, Espanha, Irlanda, Bélgica e Dinamarca. Quando a categoria do IDH de Macau é subtraída do IDG, o valor obtido é de 8, o que implica um desenvolvimento progressivo relacionado com o género de Macau, contudo, o desenvolvimento humano geral de Macau e a desigualdade de género em Macau continuam com baixa pontuação. Hong Kong (China) e a China Continental estão classificadas no IDG em 22º e 75º lugar, respectivamente.

De acordo com os dados fornecidos pelo Centro de Mulheres de Taiwan, o IDG de Taiwan em 2007 foi de 0,941 e correspondia à 20ª posição na classificação mundial. Ao comparar o IDG de Macau de 2007 com o da China Continental, Hong Kong e Taiwan, Macau (0,947) foi o melhor entre eles, seguido por Taiwan (0,941), Hong Kong, (0,934) e China Continental (0,770). Isto mostra que Macau não está apenas à frente dos outros países na área da economia, saúde e educação como tem registado um desenvolvimento do género significativo.



O desenvolvimento de Macau no IDG entre 2007 a 2009 tem registado uma ascensão constante, de 0,947 a 0,948 e a 0,949, com um aumento homólogo de 0,001. Ao analisar os diversos subíndices, o aumento gradual do nível de alfabetização e da taxa de escolarização bruta combinada na educação das mulheres de Macau, tem vindo a contribuir para esse aumento. Isto implica a necessidade de um rendimento estável para as mulheres de Macau, melhorando assim o seu nível de conhecimentos, ano após ano.

Tabela 8.9 Índice do Desenvolvimento do Género de 2007 (IDG)

HDI	Índice do Desenvolvimento do Género (IDG) 2007			Classificação IDH menos Classificação IDG
	Classificação IDH	Classificação	Valor	
Desenvolvimento humano muito elevado				
1	Noruega	2	0.961	-1
2	Austrália	1	0.966	1
3	Islândia	3	0.959	0
4	Canadá	4	0.959	0
5	Irlanda	10	0.948	-5
6	Países Baixos	7	0.954	-1
7	Suécia	5	0.956	2
8	França	6	0.956	2
9	Suíça	13	0.946	-4
10	Japão	14	0.945	-4
11	Luxemburgo	16	0.943	-5
12	Finlândia	8	0.954	4
13	Estados Unidos	19	0.942	-6
14	Áustria	23	0.930	-9
15	Espanha	9	0.949	6
16	Dinamarca	12	0.947	4
17	Bélgica	11	0.948	6
18	Itália	15	0.945	3
19	Liechtenstein
20	Nova Zelândia	18	0.943	1
	Macau, China (RAEM)	13	0.947	8
21	Reino Unido	17	0.943	3
22	Alemanha	20	0.939	1
23	Singapura



24	Hong Kong, (China)	22	0.934	0
25	Grécia	21	0.936	2
26	Coreia	25	0.926	-1
...			
Desenvolvimento Humano Médio				
...			
92	China	75	0.770	1
...			

Índice de Equidade de Género (IEG)

O IEG concentra-se nas oportunidades disponíveis para as mulheres em vez das suas capacidades. Mede a desigualdade do género em três parâmetros principais:

1. Participação política e tomada de decisão, medida pela percentagem de lugares ocupados por homens e mulheres no parlamento.
2. Participação económica e tomada de decisão, medida por dois índices: percentagem de legisladores femininos e masculinos, altos funcionários e directores e percentagem de homens e mulheres em cargos profissionais.
3. Poder sobre os recursos económicos medido pela estimativa dos rendimentos auferidos (PPC em USD) pelo sexo feminino e masculino.

Semelhante ao IDH e ao IDG, o IEG também é medido numa escala de 0 a 1. Quanto maior for o valor, maior é o IEG e maior é a igualdade entre os dois géneros no usufruto das oportunidades sociais. Como cada país têm o seu próprio calendário para as eleições políticas (lugares electivos como legislador, por exemplo), as respectivas bases de dados políticas só poderão ser actualizadas após as eleições. O IEG de 2007 quando foi anunciado pelo PNUD não se baseou na situação política vigente nesse ano mas sim num certo quadro de investigação de um determinado período de tempo. Os dados do "Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009" são de 28 de Fevereiro de 2009. Como Macau realizou as eleições do Chefe Executivo e as eleições da Assembleia Legislativa em 2009, este estudo calculou o IEG de Macau com base nas estatísticas do "Anuário Estatístico de 2009" publicado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Tal como está listado no Tabela 8.10, o IEG de Macau em 2009 foi de 0,797 (ver a nota técnica "1" para mais detalhes), ficando classificado entre os primeiros 15 países do mundo, mais especificamente entre as ilhas de Trindade e Tobago (0,801) e Inglaterra (0,790). Segundo os dados anunciados pelo Centro de Mulheres de Taiwan, o IEG de Taiwan em 2009 foi de 0,726, classificando-se entre os 22 primeiros países do mundo. Quando o IEG de Macau é comparado com o de Taiwan e o da China Continental (Hong Kong não tem IEG disponível para análise) o IEG de Macau (0,797) é o que tem o valor mais alto, seguido por Taiwan (0,726) e pela China Continental (0,533). Em relação aos países ou regiões asiáticas, o IEG de Macau é o mais elevado, colocando Macau entre os principais países a nível mundial, na oferta de oportunidades iguais



para homens e mulheres, e participação política e poder sobre os recursos económicos. Ao analisar-se os vários subíndices, verifica-se que a posição cimeira de Macau deriva da estimativa dos rendimentos auferidos pelo sexo feminino e masculino de Macau (PPC em USD) sendo o rácio de 0,76, um valor semelhante ao da Noruega (0,77). A diferença salarial entre as mulheres e os homens através da participação económica em Macau é relativamente pequena e os dois sexos desfrutam de igualdade de oportunidades na participação económica. No entanto, quando se compara o IEG de Macau com outros países de nível mais alto, o rácio de mulheres deputadas na Assembleia Legislativa é relativamente pequeno (14%), sendo inferior (33%) ao da Suécia (47%).

Tabela 8.10 Índice de Equidade de Género de 2009 (IEG)

Índice de Equidade de Género		Lugares no parlamento ocupados por mulheres (% do total)	Legisladores, oficiais de cargo superior e de gestão do sexo feminino (% do total)	Trabalhadores especializados e técnicos do sexo feminino (% do total)	Rácio da estimativa dos rendimentos auferidos pelo sexo feminino e masculino		
Classificação IDH	Classificação	Valor					
Desenvolvimento humano muito elevado							
1	Noruega	2	0.906	36	31	51	0.77
2	Austrália	7	0.870	30	37	57	0.70
3	Islândia	8	0.859	33	30	56	0.62
4	Canadá	12	0.830	25	37	56	0.65
5	Irlanda	22	0.722	15	31	53	0.56
6	Países Baixos	5	0.882	39	28	50	0.67
7	Suécia	1	0.909	47	32	51	0.67
8	França	17	0.779	20	38	48	0.61
9	Suíça	13	0.822	27	30	46	0.62
10	Japão	57	0.567	12	9	46	0.45
11	Luxemburgo	23	0.57
12	Finlândia	3	0.902	42	29	55	0.73
13	Estados Unidos	18	0.767	17	43	56	0.62
14	Áustria	20	0.744	27	27	48	0.40
15	Espanha	11	0.835	34	32	49	0.52
16	Dinamarca	4	0.896	38	28	52	0.74
17	Bélgica	6	0.874	36	32	49	0.64
	Macau, China (RAEM)	15	0.797	14	32	47	0.75
18	Itália	21	0.741	20	34	47	0.49
...						
24	Hong Kong, (China)	30	42	0.73
...						
Desenvolvimento Humano Médio							
...						
92	China	72	0.533	21	17	52	0.68
...						

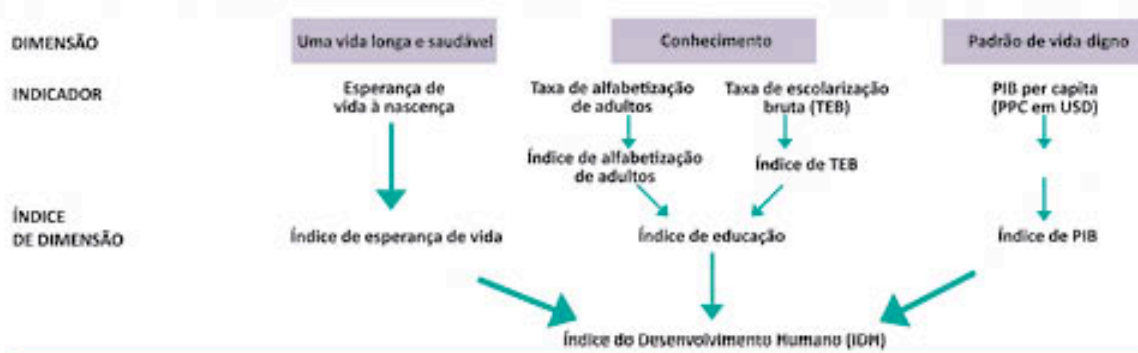


III. Anexo : Notas Técnicas (Detalhes sobre o cálculo dos diferentes índices)

Cálculo do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), Índice do Desenvolvimento de Género (IDG) e Índice de Equidade de Género (IEG)

Os seguintes diagramas oferecem uma visão clara de como são elaborados os três índices de desenvolvimento humano, destacando tanto as semelhanças como as diferenças. O texto nas páginas seguintes fornece uma explicação detalhada.

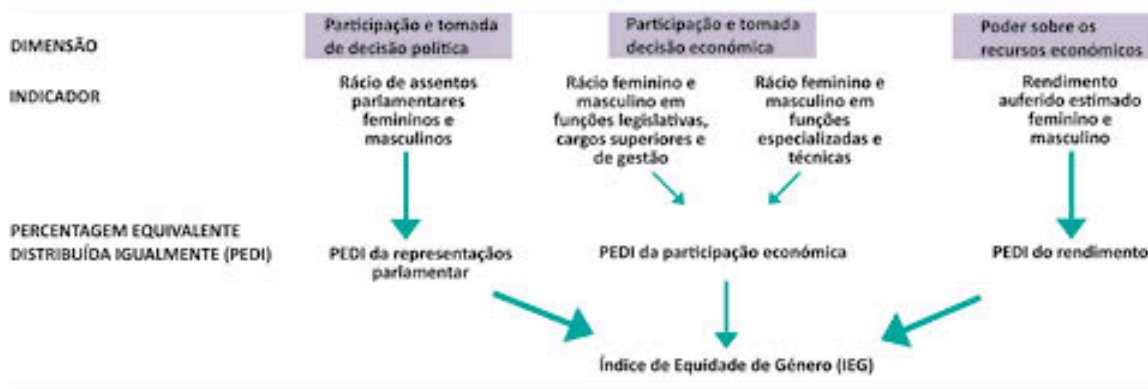
Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)



Índice do Desenvolvimento do Género (IDG)



Índice de Equidade de Género (IEG)





Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH é uma medida que resume o desenvolvimento humano. Mede as concretizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida ao nascer.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (pesando dois terços) e combinado com a taxa de escolarização da educação primária, secundária e terciária bruta (pesa um terço).
- Um padrão de vida digno, medido pelo PIB per capita (PPC em USD).

Antes de o IDH ser calculado, cria-se um índice para cada uma destas dimensões. Para calcular estes índices - a esperança de vida, educação e índices do PIB - os valores mínimos e máximos (balizas) são escolhidos para cada indicador subjacente.

O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1 aplicando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice da dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é então, calculado como uma média simples dos vários índices das dimensões.

A caixa do lado direito ilustra os cálculos do IDH de Macau em 2007.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	valor máximo	valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (anos)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (PPC em USD)	40000	100

(Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004)

Cálculo do IDH

A seguinte informação ilustra o cálculo do IDH utilizando os dados de Macau de 2007.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice de esperança de vida mede as concretizações relativas de um país dentro da esperança de vida à nascença. Para Macau, com uma esperança de vida de 82,4 anos em 2007, o índice da esperança de vida é 0,957.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{82.4 - 25}{85 - 25} = 0.957$$

2. Cálculo do índice da educação

O índice da educação mede a realização relativa de um país em ambas as áreas, de alfabetização de adultos e a escolarização bruta combinada do ensino básico, primário, secundário e terciária. Primeiro, são calculados um índice de alfabetização de adultos e de escolarização bruta combinada. Depois estes dois índices são combinados para se criar o índice da educação, sendo atribuída uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. Para Macau, com uma taxa de alfabetização de adultos de 95% em 2007, e uma taxa de escolarização bruta combinada de 75,8% (veja a nota técnica "2") no ano lectivo 2006/07, o índice de educação é 0,886.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{95 - 0}{100 - 0} = 0.95$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{75.8 - 0}{100 - 0} = 0.758$$

$$\text{Índice de educação} = 2/3 (\text{Índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{Índice de escolarização bruta}) = 2/3 (0.95) + 1/3 (0.758) = 0.886$$

3. Cálculo do índice do PIB

O índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (PPC em USD). No IDH, o rendimento serve como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O rendimento é ajustado porque, uma vez atingindo um nível respeitável de desenvolvimento humano não requer um rendimento ilimitado. Assim, o logaritmo do rendimento é usado. Para Macau, com um PIB per capita de 53.138 dólares americanos (PPC em USD) em 2007, o que é acima do máximo da meta de 40000. Este valor máximo é utilizado para o cálculo e o índice do PIB é de 1.

4. Cálculo do IDH

O valor do IDH é uma média simples dos três índices de dimensão.

$$\begin{aligned} \text{HDI} &= 1/3 (\text{índice de esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice da educação}) + 1/3 (\text{índice do PIB}) \\ &= 1/3 (0,957) + 1/3 (0,886) + 1/3 (1) \\ &= 0,948 \end{aligned}$$



Índice do Desenvolvimento do Género (IDG)

Enquanto o IDH mede o desempenho médio, o IDG ajusta a realização média que reflecte as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.

- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (pesa dois terços) e taxa de escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e terciário (pesa um terço).

- Um padrão de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (PPC em USD).

O cálculo do IDG envolve três etapas. Primeiro, os índices femininos e masculino de cada dimensão são calculados de acordo com esta fórmula geral:

$$\text{Índice da dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices femininos e masculinos de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças no rendimento entre homens e mulheres. O índice resultante, conhecido como o índice distribuído igualmente, é calculado de acordo com esta fórmula geral:

$$\text{Índice igualmente distribuído} = \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

O que dá a média harmónica dos índices femininos e masculinos.

Terceiro, o IDG é calculado pela combinação dos três índices igualmente distribuídos numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	87,5	22,5
Taxa de alfabetização Adulta (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (PPC em USD)	40000	100

(Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2004)

Cálculo do IDG

O seguinte ilustra o método de cálculo do IDG, utilizando os dados de Macau de 2007

1. Cálculo do índice de esperança de vida distribuído igualmente

O primeiro passo é calcular os índices separados para as realizações femininas e masculinas na esperança de vida, utilizando a fórmula geral da dimensão dos índices.

FEMININO

Esperança de vida: 85,2 anos

$$\text{Índice de esperança de vida} = \frac{85,2 - 27,5}{87,5 - 27,5} = 0,962$$

MASCULINO

Esperança de vida: 79,4 anos

$$\text{Índice de esperança de vida} = \frac{79,4 - 22,5}{82,5 - 22,5} = 0,948$$

Em seguida, o índice feminino e masculino são combinados para criar o índice de esperança de vida distribuído igualmente, utilizando a fórmula geral dos índices distribuídos igualmente.

FEMININO

Parcela da População : 0,506

Índice de esperança de vida : 0,962

MASCULINO

Parcela da População : 0,494

Índice de esperança de vida : 0,948

$$\text{Índice de esperança de vida distribuído igualmente} = \{[0,506 (0,962^{-1})] + [0,494 (0,948^{-1})]\}^{-1} = 0,955$$

2. Cálculo do índice da educação distribuído equitativamente

Primeiro, os índices da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e terciário são calculados separadamente para o sexo feminino e masculino.

FEMININO

Taxa alfabetização de adultos: 92,4%

Índice de alfabetização de adultos: 0,924

Taxa de escolarização bruta: 77%

Índice de escolarização brutas: 0,77

MASCULINO

Taxa alfabetização de adultos: 97,7%

Índice de alfabetização de adultos: 0,977

Taxa de escolarização bruta: 74,6%

Índice de escolarização brutas: 0,746

Segundo, o índice de educação, o que dá dois terços do peso para o índice de alfabetização de adultos e um terço do peso para o índice de escolarização bruta, é calculado separadamente para os sexos femininos e masculino.

$$\text{Índice de educação feminina} = 2/3 (0,924) + 1/3 (0,77) = 0,873$$

$$\text{Índice de educação masculina} = 2/3 (0,977) + 1/3 (0,746) = 0,9$$



Cálculo do IDG (continuação)

Finalmente, os índices de educação feminina e masculino são combinados para criar o índice da educação distribuídos igualmente.

FEMININO

Parcela da População : 0.506

Índice de educação : 0.873

MASCULINO

Parcela da População : 0.494

Índice de educação : 0.9

Índice da educação distribuído igualmente

$$= \{ [0.506(0.873^{-1}) + [0.494(0.9^{-1})] \}^{-1}$$

$$= 0.886$$

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído igualmente

Primeiro, os rendimentos auferidos estimados do sexo feminino e masculino (PPC em USD) são calculados (para mais detalhes sobre este cálculo ver a nota técnica "3"). Em seguida, o índice do rendimento é calculado para cada género. Para o IDG o rendimento é ajustado usando o logaritmo do rendimento auferido estimado (PPC em USD):

Índice do rendimento

$$= \frac{(\log) \text{ valor actual} - (\log) \text{ valor mínimo}}{(\log) \text{ valor máximo} - (\log) \text{ valor mínimo}}$$

FEMININO

Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 41,358

Índice do rendimento = 1 (uma vez que 41,358 excede a meta o cálculo é baseado em 40000)

MASCULINO

Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 65,215

Índice do rendimento = 1 (uma vez que 65,215 excede a meta, o cálculo é baseado em 40000)

Em segundo lugar, os índices dos rendimentos do sexo feminino e masculino são combinados para criar o índice do rendimento distribuído igualmente:

FEMININO

Parcela da população: 0,506

Índice do rendimento: 1

MASCULINO

Parcela da população: 0,494

Índice do rendimento: 1

Índice do rendimento distribuído igualmente

$$= \{ [0.506(1^{-1}) + [0.494(1^{-1})] \}^{-1} = 1$$

4. Cálculo do IDG

O IDG é simplesmente a média não ponderada dos componentes dos três índices:

$$IDG = 1/3(0.955) + 1/3(0.886) + 1/3(1) = 0.947$$





Índice de Equidade de Género (IEG)

Concentrando-se mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, o IEG capta a desigualdade do género em três áreas principais:

- Capacidade de participação e de tomada de decisão política, medida pelas parcelas percentuais dos assentos parlamentares ocupados por mulheres e homens.

- Capacidade de participação e de tomada de decisão económica, medida através de dois indicadores — as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão e as parcelas

percentuais de mulheres e homens em funções especializadas e técnicas.

- Poder sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado (PPC em USD) dos homens e mulheres.

Para cada uma dessas três dimensões, uma percentagem equivalente distribuída igualmente (PEDI) é calculada como uma média ponderada da população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$PEDI = \frac{[\text{parcela da população feminina} (\text{índice feminino}^{-1}) + \text{parcela da população masculina} (\text{índice masculino}^{-1})]}{2}$$

Cálculo do IEG

A seguinte informação ilustra o cálculo do IEG utilizando os dados de Macau de 2009.

1. Cálculo da PEDI para a representação parlamentar (2009)

Mede o poder relativo das mulheres em termos da sua participação política.

FEMININO

Parcela da população: 0,518

Parcela parlamentar: 13,8%

MASCULINO

Parcela da população: 0,482

Parcela parlamentar: 86,2%

PEDI para a representação parlamenta
 $= \frac{[0,518(13,8^{-1}) + 0,482(86,2^{-1})]}{2} = 23,20$

PEDI indexada para a representação parlamentar
 $= 23,2/50 = 0,464$

2. Cálculo da PEDI para a participação económica (2009)

FEMININO

Parcela da população: 0,518

Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 31,5%

Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 47%

MASCULINO

Parcela da população: 0,482

Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 68,5%

Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 53%

PEDI para funções legislativas, cargos superiores e de gestão
 $= \frac{[0,518(31,5^{-1}) + 0,482(68,5^{-1})]}{2} = 42,74$

PEDI indexada para funções legislativas, cargos superiores e de gestão

$EDEP = 42,74/50 = 0,855$

PEDI para funções especializadas e técnicas

$= \frac{[0,518(47^{-1}) + 0,482(53^{-1})]}{2} = 50$

PEDI indexada para funções especializadas e técnicas $= 50/50 = 1$

As duas PEDI indexadas são médias para criar a PEDI para a participação económica:

PEID para a participação económica

$= 0,855 + 1/2 = 0,928$

3. Cálculo da PEIDI para o rendimento (2009)

Os rendimentos auferidos (PPC em USD) pelos homens e mulheres são estimados em separado e depois indexados como balizas para o IDH e o GDI. Para o IEG, no entanto, o índice de renda é baseado em valores não ajustados, e não no logaritmo do rendimento auferido estimado.

De acordo com a nota técnica "3", o rendimento auferido estimado para as mulheres de Macau em 2009 é 52016 (PPC em USD) e para os homens é 68.925 (PPC em USD). Uma vez que o rendimento auferido estimado para ambos os géneros excede a média da baliza de 40000, o índice do rendimento e o PEDI dos dois géneros é 1.

4. Cálculo do IEG (2009)

O IEG de Macau 2009 é uma média simples dos três índices da PEDI.

$IEG = (0,464 + 0,928 + 1)/3 = 0,797$



Nota Técnica 2

A Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau, traduziu “taxa de escolarização líquida” como “taxa de escolarização”, referindo-se ao rácio do número de estudantes de todas as faixas etárias que estão a estudar em um determinado nível de ensino para a população estudantil do fim do ano (fim do ano lectivo) de uma determinada faixa etária que está a estudar nesse nível de ensino. A idade específica para o ensino primário é dos 6 aos 11 anos, para o secundário é dos 12 até aos 17 anos e para o superior é dos 18 aos 22 anos. Uma vez que não se considera a idade dos alunos que estão a estudar num determinado nível de ensino, pois pode haver alunos no ensino primário com idade superior a 11 anos, o valor da taxa de matrículas brutas pode ser acima de 100%. A taxa de escolarização bruta combinada refere-se ao número total de alunos no ensino primário, secundário e terciário dividido pela população total de estudantes em idade escolar (população total de estudantes com idade entre os 6 aos 22 anos) correspondente aos vários níveis de ensino teoricamente definidos.

Uma vez que a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos anunciou separadamente a taxa de matrículas bruta (taxa de escolarização) do ensino primário, secundário e superior, a taxa de escolarização bruta combinada é apenas uma simples média da taxa de matrículas bruta (taxa de escolarização) do ensino primário, secundário e terciário. Por exemplo, as respectivas taxas de escolarização bruta do ensino primário, secundário e terciário no ano lectivo 2006/2007 foram de 100,7%, 92,9% e 33,9%, a taxa de escolarização bruta combinada desse ano lectivo = $\left[\frac{1}{3} (\text{taxa de matrícula bruta do ensino primário}) + \frac{1}{3} (\text{taxa de escolarização bruta do ensino secundário}) + \frac{1}{3} (\text{taxa de matrícula bruta do ensino terciário}) \right] = \left[\frac{1}{3} (100,7\%) + \frac{1}{3} (92,9\%) + \frac{1}{3} (33,9\%) \right] = 75,8\%$

A taxa de escolarização bruta combinada (taxa de escolarização) e a taxa de escolarização bruta combinada baseada no género de Macau no anos lectivos de 2007/2008 e 2008/2009 está listada na seguinte tabela:

Tabela 8.11 Taxa de escolarização bruta combinada baseada no género de Macau no anos lectivos de 2007/2008 e 2008/2009

		Taxa de escolarização bruta combinada			
		2006/2007	2007/2008	2008/2009	Fonte dos dados
Taxa de escolarização primária bruta	MF	100,7%	101,5%	101,6%	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Macau
	M	102,4%	102,8%	103,3%	
	F	98,9%	99,4%	99,7%	
Taxa de escolarização secundária bruta	MF	92,9%	93,5%	89,0%	
	M	91,0%	92,9%	88,1%	
	F	94,4%	94,2%	90,0%	
Taxa de escolarização terciária bruta	MF	33,9%	35,2%	40,4%	
	M	29,9%	30,9%	35,1%	
	F	37,8%	39,4%	45,6%	
Taxa de escolarização bruta combinada	MF	75,8%	76,7%	77,0%	
	M	74,6%	75,5%	75,5%	
	F	77,0%	77,7%	78,4%	



Nota Técnica 3

Estimativa do rendimento auferido pelos homens e mulheres de Macau (PPC em USD)

Apesar de se reconhecer a importância dos dados relativos ao rendimento desagregado ajustado ao género, não existe ainda uma medição directa destes factores. Procedeu-se, assim, a uma estimativa bruta dos rendimentos auferidos por mulheres e homens para efeitos do presente Relatório.

A estimativa do rendimento utilizado no IDG e no IEG indica a capacidade de uma pessoa em auferir um determinado rendimento. Esta estimativa é usada no IDG para captar as disparidades entre os homens e mulheres em posições de comando sobre os recursos, e no IEG para captar a independência económica das mulheres.

Estimativa dos rendimentos femininos e masculinos auferidos (PPC em USD) de acordo com os seguintes dados:

- Rácio de um salário não agrícola feminino e um salário não agrícola masculino.
- Quota masculina e feminina da população economicamente activa.
- Total da população masculina e feminina.
- PIB per capita (PPC em USD).

Estimativa dos rendimentos femininos e masculinos auferidos

A seguinte informação ilustra a estimativa dos rendimentos femininos e masculinos auferidos segundo os dados de 2007 de Macau.

1. Cálculo total do PIB (PPC em USD)

O total do PIB (PPC em USD) é calculado através da multiplicação da população total pelo PIB per capita (PPC em USD).

População toda de 2007: 538,100
 PIB per capita (PPC em USD): 53,138
 Total do PIB (PPC em USD) = 53,138(538,100)
 = 28,593,557,800

2. Cálculo da remuneração salarial da quota feminina

Rácio salarial entre a remuneração não agrícola feminina e a remuneração não agrícola masculina (Wf / Wm) = 0,75

(De acordo com o PNUD, se os dados sobre o rácio salarial não estiverem disponíveis, usa-se o valor de 75%)

Parcela percentual da população feminina economicamente activa (Eaf) = 46,4%

Parcela percentual da população masculina economicamente activa (EAm) = 53,6%

Parcela feminina da remuneração salarial (Sf) = $Wf / Wm (Eaf) / [(Wf / Wm (Eaf)) + EAm]$
 = $0,75 (53,6) / [(0,75 (53,6)) + 46,4]$
 = 0,394

3. Cálculo dos rendimentos femininos e masculinos auferidos (PPC em USD)

Tem que se fazer suposição para que a quota feminina da remuneração salarial seja igual à quota feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (Sf) = 0,394
 Total do PIB (PPC em USD) (Y) = 28,593,557,800
 População feminina (Nf) = 272,400
 Estimativa dos rendimentos femininos auferidos (PPC em USD) (Yf) = $Sf (Y) / Nf$
 = $0,394 (28,593,557,800) / 272,400$
 = 41,358

População masculina (Nm) = 265,700
 Estimativa dos rendimentos masculinos auferidos (PPC em USD) (Ym) = $[Y - Sf (Y)] / Nm$
 = $(28,593,557,800 - 0,394 (28,593,557,800)) / 265,700$
 = 65,215

Da mesma forma, o valor dos rendimentos masculinos e femininos auferidos (PPC em USD) de Macau de 2008 e 2009 podem ser deduzidos:

Estimativa do rendimento feminino auferido em 2008 (PPC em USD) = 54,797
 Estimativa do rendimento masculino auferido em 2008 (PPC em USD) = 65,696
 Estimativa do rendimento feminino auferido em 2009 (PPC em USD) = 52,016
 Estimativa do rendimento masculino auferido em 2009 (PPC em USD) = 68,925



Fonte de dados

	Dimensão	Índice	Fonte de dados
IDH & IDG	Uma vida longa e saudável	Esperança de vida à nascença	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Macau
	Conhecimento	Taxa de alfabetização de adultos	Inquérito ao Emprego, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Macau
		Taxa de escolarização bruta combinada	Consulte a Nota Técnica 2
	Um padrão de vida digno	PIB per capita (PPC em USD)	Banco de Dados do Programa de Comparação Internacional, Banco Mundial
IDG & IEG	Demografia de Macau	Estatísticas demográficas de Macau	Anuário Estatístico 2009, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Macau
		Estatísticas da força laboral de Macau	
IEG	Participação política e económica	Deputados da Assembleia Legislativa de Macau	
		Deputados, altos funcionários e directores	
		Profissionais	
		Técnicos e profissionais associados	Portal do Governo da RAEM 2010



03

Conclusão do Relatório



03

Conclusão do Relatório

Este relatório é composto por quatro partes: em primeiro lugar, a avaliação do estado de igualdade do género de Macau com base nas comparações dos índices internacionais abrangidas pelo Capítulo 2 e dos dados resultantes do Inquérito; em segundo lugar, a avaliação das mudanças em relação às mulheres de Macau relativamente ao emprego, condição financeira, família, participação social e sua saúde física e mental ao longo dos últimos dois anos, referindo-se ao conteúdo do Inquérito realizada em 2010, que levou em conta os resultados do Inquérito realizado em 2008; em terceiro lugar, a generalização dos resultados da secção sobre os valores femininos que foram adicionados ao Inquérito de 2010; e, em quarto lugar, uma conclusão que define as características, assim como os problemas que enfrentam e as necessidades das mulheres de Macau, obtidos a partir de uma análise exaustiva dos dados coligidos

I. Avaliação das Condições de Igualdade de Género em Macau

Para poder fazer uma avaliação exaustiva sobre as condições de igualdade entre os géneros de Macau e compará-los com os padrões internacionais, o Estudo de 2010 incluiu vários modelos matemáticos cuja validade de cálculos é reconhecida internacionalmente. Os resultados revelam que (1) Macau pontuou 0,7294 no “Índice Global da Disparidade do Género” em 2009 – uma classificação relativamente mais elevada que a do índice deduzido de 0,7067 em 2006 e que foi utilizado para cálculos no Relatório de 2008 – e classificou-se em 23º lugar entre os países do mundo. (2) No “Índice do Desenvolvimento Humano” o valor deduzido para Macau em 2007 é de 0,948, classificando o território em 21º lugar a nível mundial; (3) O valor deduzido do “Índice de Desenvolvimento do Género” para Macau em 2007 é de 0,947, que o colocou em 13º lugar a nível mundial; (4) O valor deduzido da “Medida de Emancipação do Género” para Macau em 2009 foi de 0,797, o que o classificou em 15º lugar a nível mundial. De uma forma geral, estes números revelam que as mulheres de Macau gozam de condições relativamente boas em termos de condições de vida e desenvolvimento, sendo os seus padrões de vida mais elevados que a média dos padrões internacionais. A igualdade do género em Macau é também relativamente elevada comparada com as regiões (ou províncias) da Grande China e com o resto dos países do mundo.

No entanto, quando se olha para os valores de alguns índices, verifica-se que **Macau obteve uma classificação alta devido aos seus valores muito elevados de esperança de vida média e do PIB per capita. Por outro lado, Macau está relativamente atrasado na área da participação política e económica das mulheres, sobretudo quando comparado com os países que estão no topo da classificação.** Muitas análises e estudos mais abrangentes e sobre políticas são considerados necessárias para se poder encontrar formas impulsionadoras de uma maior participação das mulheres nas esferas política e económica. Até agora, destacam-se apenas dois aspectos que devem ser melhorados para se alcançar uma igualdade do género em Macau, com base na avaliação de diferentes índices e de alguns dados deduzidos a partir dos resultados dos Inquéritos.





1. O nível dos salários e número de postos de trabalho femininos precisam de ser aumentados

De acordo com o subíndice do “Índice Global da Disparidade do Género” (IGDG), no qual “1” é a pontuação mais elevada, Macau marcou 0,71 na “participação económica”. Apesar da classificação de Macau em 2009 ter sido superior à da amostragem média (0,59) o resultado desse subíndice é menor do que o das áreas de “saúde e sobrevivência” (1) e do “nível de educação” (1,08) o que implica que ainda há lugar para melhorias. Além disso, se o subíndice do nível salarial de Macau no “Índice Global da Disparidade do Género” (IGDG) for utilizado para efeitos de cálculo dedutivo, é óbvio que, à medida que os valores deduzidos do IGDG de Macau vão subindo, desde 0,7067 em 2006 até 0,7294 em 2009, a diferença entre os rendimentos auferidos pelas mulheres e pelos homens de Macau tende a aumentar cada vez mais.

Tabela 9.1 Comparação de salários entre homens e mulheres no IGDG de Macau

	Feminino (%)	Masculino (%)	Rácio do Género
Estimativa do rendimento auferido (MOP), 2006	8,078.73	10,138.34	0.80 (80%)
Estimativa do rendimento auferido (MOP), 2009	10,640.00	13,622.00	0.78 (78%)

Os valores numéricos acima deduzidos mostram que as mulheres de Macau tinham em 2006 um rendimento médio que era apenas 80% do dos homens. Em 2009, o rendimento médio das mulheres baixou para 78%. Esta tendência decrescente coincide com os resultados obtidos nos inquéritos. Para além disso, quando esses resultados são comparados com os resultados dos inquéritos realizados em 2008, é óbvio que o rendimento individual das mulheres de Macau tem registado uma tendência geral de subida ao longo dos últimos dois anos. O rendimento médio dos agregados familiares de Macau também tem registado um aumento estável, a par do aumento salarial das mulheres. Contudo, este incremento do rendimento individual das mulheres não tem conseguido acompanhar o ritmo de crescimento do rendimento do agregado familiar. Isto mostra que o incremento do rendimento individual das mulheres terá sido inferior ao do dos homens.

Adicionalmente, os resultados da sondagem revelam que 71,4% das inquiridas declarou que não tinha tido uma promoção no trabalho durante os últimos cinco anos, o que é semelhante ao resultado (71,8%) das sondagens realizadas em 2008. Isto implica que as mulheres de Macau não têm acesso facilitado nem mobilidade social para atingir as posições mais altas no local de trabalho.

Num futuro próximo, há que encontrar maneiras de aumentar o salário das mulheres e proporcionar-lhes oportunidades para subirem na carreira, definindo objectivos e directrizes que serão importantes para o melhoramento da igualdade do género em Macau.

2. A emancipação política das mulheres abaixo dos padrões internacionais

De acordo com o subíndice do Índice Global da Disparidade do Género (IGDG), na qual 1 é a pontuação máxima, Macau marcou 0,14 na “emancipação política” (Política), sendo a mais baixa entre os seus quatro subíndices. A pontuação é inferior à da amostragem média (0,179) e à de 2009 e também ligeiramente inferior (0,03) ao valor deduzido para 2006. Isto mostra que a igualdade de género Macau em termos de emancipação e poder político ainda está longe dos níveis internacionais e muito há a fazer para a melhorar.



Em comparação com os resultados das sondagens, infere-se que o poder político das mulheres de Macau é relativamente baixo e tal situação está estreitamente relacionada com os seus valores e nível de participação social.

Os inquéritos realizados revelam que, embora a maioria (85%) das inquiridas tenha contestado o conceito de “mulheres não devem estar em posições de liderança” e a maioria (91,3%) ter também discordado do conceito de “não há necessidade de as mulheres adquirem um nível muito de educação”, apenas 61,9% das inquiridas contestaram a ideia de “os homens geralmente terem maior capacidade de trabalho do que as mulheres”, o que é um resultado cerca de 25 aos 30 pontos percentuais proporcionalmente menor aos das duas primeiras questões. Quanto ao conceito, “os homens têm uma maior capacidade analítica do que as mulheres na vida política e social”, mais de metade (51,5%) das inquiridas respondeu que aceitava esta opinião, com 43,3% a concordar e 8,2% a concordar em absoluto. Por outro lado, 34,3% das inquiridas discordou desta opinião e 7,5% discordaram em absoluto.

Este conjunto de dados demonstra que embora as inquiridas partilhem de uma consciência de emancipação (devem estar em posição de liderança e possuem alto nível de escolaridade), parecem não ter confiança suficiente na sua própria capacidade de trabalho (quase 40% das inquiridas concorda que os homens geralmente têm maior capacidade de trabalho do que mulheres) e mostram-se ainda menos confiantes nos assuntos da esfera política e social, uma vez que mais de metade (51,5%) das inquiridas concorda que “os homens têm maior capacidade analítica do que as mulheres nas questões políticas e sociais”. Entre as inquiridas, quanto maior for o seu nível de escolaridade, mais elas tendem a contestar este conceito. No entanto, constatou-se que a idade, o nível de rendimentos mensais e o estado civil influenciam os valores que as inquiridas afirmam professar. Existe, obviamente, uma maior proporção de inquiridas nos vários grupos etários abaixo dos 54 anos que não concordam com o conceito dos dois grupos etários com mais de 54 anos de idade. As mulheres casadas concordam em mais 10 pontos percentuais do que as solteiras com este conceito, ao passo que quanto mais elevado for o salário das mulheres, mais elas tendem a discordar, com a notável exceção das mulheres que ganham mais de MOP30.000 mensais, o que mostra uma grande divergência de opiniões em relação a este tópico.

Revela-se, portanto, necessário melhorar a fraca emancipação política das mulheres através da educação, desenvolvendo as suas capacidades e proporcionando-lhes uma formação adequada sobre o seu papel social enquanto mulheres, para que interiorizem que não há qualquer diferença inata nas capacidades dos géneros, como sejam capacidade profissional e poder de análise em relação às questões políticas e sociais. Assim se reforçará a autoconfiança das mulheres para que possam participar de pleno direito em assuntos políticos e sociais, permitindo-lhes assim maximizar o seu poder de influência na sociedade.

II. Mudanças nas Condições de Sobrevivência das Mulheres de Macau: 2008 vs. 2010

O Estudo de 2010 definiu o emprego, as condições financeiras, a família, a participação social e a saúde física e mental como os cinco aspectos-alvo da pesquisa, para nortear o rastreio das mudanças ocorridas nas condições gerais de vida das mulheres de Macau. Até este ponto, esta seção tenta resumir as mudanças em relação a estes cinco aspectos ao longo dos dois últimos anos, socorrendo-se de comparações sincrónicas entre os resultados obtidos nos inquéritos realizados em 2008 e 2010.





1. Mudanças globais nas condições de emprego

Mais da metade das inquiridas (55,1%) afirmou ter um emprego fixo, proporção que é 0,6 pontos percentuais inferior a 2008 (55,7%), enquanto as restantes (44,9%) declararam não ter um emprego fixo.

Melhoria na situação de desemprego não voluntário, com mais mulheres de meia-idade a desistir do emprego para se dedicar à família

Entre as mulheres sem emprego fixo, a proporção daquelas que procuram emprego ou estão desempregadas é de 6,1 pontos percentuais inferior em comparação com 2008 (15,4%), mostrando que a **situação de desemprego não-voluntário entre as mulheres tinha melhorado. Para além das situações de idade escolar e de aposentação, os dois principais motivos invocados para não ter um emprego regular foram a necessidade de cuidar dos membros da família (24,8%) e ter de cuidar das tarefas domésticas (11,8%), representando ambas 36,6% do total. Esta proporção de mulheres que desiste de um emprego regular para o bem da família predomina sobre todos os outros motivos e agravou-se 4,2 pontos percentuais, em comparação com 2008 (32,4%).**

A análise da relação entre a idade da mulher e o facto de não ter um emprego regular, revela que muitas mulheres jovens e de meia-idade desistiram de um trabalho regular para cuidarem da família, sendo a situação semelhante à detectada em 2008. **A proporção de mulheres com idade entre 35-44 que desistiram de um trabalho regular para cuidarem da família (61,3%), registou um aumento dramático de 14,7 pontos percentuais em comparação com 2008 (46,6%).**

Aumentou 15% a proporção de mulheres com reforma antecipada

Existem 9,8% e 43,5% de mulheres, respectivamente com idades entre 45-54 e 55-64 reformadas e que não têm emprego regular. É óbvio que um número considerável de mulheres escolheram reformar-se antes dos 65 anos, que é a idade oficial para a reforma fixada pelo governo e dá direito à maioria dos benefícios sociais para a terceira idade. A proporção dessas reformas antecipadas aumentou 14,6 pontos percentuais em 2010, uma percentagem significativa quando comparada com a do estudo de 2008, respectivamente 5,9% (45-54) e 32,8% (55-64). As condições de vida deste grupo de mulheres reformadas antes do tempo são dignas de uma maior atenção.

Através da análise cruzada dos dados relevantes, constata-se que há uma certa correlação entre o nível de escolaridade das mulheres e os motivos por que dizem não ter um emprego regular. Quanto maior for o nível educacional da mulher, menor é a tendência de deixar de trabalhar para cuidar da família e executar tarefas domésticas e menor é a tendência de ficarem sem um emprego fixo porque estão desempregadas/ou procuram trabalho. **Isto mostra que quanto mais baixo for o nível de escolaridade mais alta é a probabilidade de terem de enfrentar uma situação de desemprego involuntário.**

Mobilidade na carreira no sector do jogo, entretenimento, cultural e outros

A proporção das mulheres (21,2%) a trabalhar no sector do jogo, entretenimento, cultura e outros registou uma queda de 9,9 pontos percentuais em comparação com 2008 (31,1%). Quanto às mulheres a trabalhar nos sectores da educação, serviços financeiros e de limpeza, as suas respectivas proporções (4,7%, 2,2% e 4,6%) aumentaram ligeiramente. **Isto revela que há uma tendência para as mulheres de Macau mudarem os seus postos trabalho da área do jogo, entretenimento, cultural e outros para a área da educação,**



serviços financeiros e serviços de limpeza. Para as profissões que requerem competências especializadas ou exigem força física, apenas uma pequena proporção das inquiridas trabalha nestas áreas, como cuidados médicos (2,5%) e a construção civil (2,3%).

Pela análise cruzada dos dados relevantes vê-se que há uma certa correlação entre o nível de instrução das mulheres e o tipo de empregos que detêm. Para as inquiridas com formação no ensino superior (ensino universitário, de pós-graduação ou acima), a maior parte trabalha na área da educação (incluindo aulas particulares), administração pública e serviços de assistência social. As inquiridas com uma formação ao nível do ensino secundário (incluindo secundário júnior e sénior), trabalham sobretudo nas áreas de jogo, entretenimento, cultura, e outros serviços, hotelaria, alimentação e restauração, comércio grossista ou retalhista, com a maior parte concentrada no sector de jogo, entretenimento cultura e outros serviços.

Cuidar de crianças pode afectar a promoção no emprego, e origina fraca mobilidade profissional ascendente

Os resultados do Inquérito de 2010 são semelhantes aos do Estudo de 2008, com 82,7% das inquiridas sendo empregadas assalariadas, seguindo-se as profissionais (6,5%) e médios a altos gerentes e directores (5,5%). Isso mostra que a situação geral das mulheres de Macau no mercado de trabalho está longe de ser boa. A análise cruzada dos dados relevantes mostra que quanto mais elevado for o nível de escolaridade das mulheres, mais elas tendem a ser gestoras de nível médio a alto e profissionais e quanto mais baixo o nível de estudos mais tendem a ser simples assalariadas.

Os resultados da pesquisa revelam que 71,4% das inquiridas não beneficiou de qualquer promoção no emprego ao longo dos últimos cinco anos, uma situação praticamente idêntica à de 2008 (71,8%). Isto revela que **para as mulheres de Macau não aumentou a mobilidade profissional ascendente nos últimos dois anos.**

A análise cruzada dos dados mostra que há uma evidente correlação entre a promoção das mulheres no emprego e a sua idade, nível de escolaridade, e se têm ou não filhos, mas o estado civil parece ser irrelevante para o caso. **As mulheres no grupo etário 25-34 anos estão na melhor idade para obter promoção no emprego e quanto mais alto for o seu nível de escolaridade mais amplas serão as oportunidades de promoção.** No caso de terem filhos, é de notar que as mulheres sem filhos (46,8%) revelam uma probabilidade maior de serem promovidas do que as que têm filhos (22,6%). **Isto pode significar que ter de cuidar de crianças afecta negativamente as oportunidades de promoção no emprego.**

As inquiridas que trabalham no sector de serviços financeiros, imobiliário e serviços industriais e comerciais constituem a maior proporção com chance de obter uma promoção no emprego, representando mais de 50% do total.

70% das mulheres teve aumento de salário e o não-aumento salarial está relacionado com um baixo nível de escolaridade

As mulheres sem aumento salarial ao longo dos últimos cinco anos ainda constituem a maior proporção (28,1%), revelando um ligeiro aumento de 3 pontos percentuais em comparação com os resultados (25,1%) obtidos em 2008. 69,9% das inquiridas logrou obter diferentes níveis de aumento salarial nos últimos cinco anos, com a maior parte (26,8%) a ter





um aumento entre 5% e 10%, o que representa uma subida de 8,8 pontos percentuais em comparação com os valores de 2008(18%).

As mulheres que não tiveram qualquer aumento salarial nos últimos cinco anos, a maioria delas (40,2%) tem um nível de escolaridade primário ou inferior, uma tendência semelhante à de 2008, apenas com um aumento de 9,8 pontos percentuais em 2010, quando comparado com 2008 (30,4%).

É óbvio que há uma correlação directa entre o aumento salarial acumulado das mulheres ao longo dos últimos cinco anos e o seu nível de escolaridade, numa situação similar à registada em 2008. Até agora, quanto mais elevado for o nível de escolaridade das mulheres, **maior é a probabilidade de terem sido aumentadas ao longo dos últimos cinco anos e maior é também o valor desse aumento.**

2. Alterações na Condição Financeira das Mulheres

Decréscimo evidente na população de mulheres com um rendimento pessoal mensal de MOP 6.000

Em comparação com os resultados do Estudo de 2008, a proporção de inquiridas com um rendimento de MOP3.001-6.000 diminuiu de forma evidente (de 22% em 2008 para 16% em 2010), ao passo que aumentou ligeiramente a daquelas com um rendimento acima de MOP6.000. No entanto, a proporção de inquiridas dos três grupos de rendimento (menos de MOP3.000, MOP3.001-6.000 e MOP6.001-9.000) com rendimentos mensais de até MOP9.000 (que constitui a mediana do rendimento mensal da população empregada no 4º trimestre de 2010, de acordo com os resultados do "Inquérito ao Emprego", realizado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos) representaram 44,7%, ou seja, um ligeiro decréscimo em relação aos 49,8% registados em 2008.

É evidente que as mulheres de Macau desfrutaram de um aumento estável nos seus rendimentos mensais auferidos ao longo dos últimos dois anos e o montante dos seus salários está, obviamente, em ascensão, apesar de o rendimento mensal de quase metade das inquiridas ainda se situar abaixo da mediana do rendimento mensal da população empregada. Ao analisar o caso das mulheres com um rendimento mensal de mais de MOP6.000, é óbvio que aumentou a proporção das que ganham menos

Há uma clara correlação entre o rendimento mensal médio das mulheres de Macau e o seu nível de escolaridade, ou seja, quanto mais elevado for o nível de escolaridade, mais alto será o seu rendimento mensal.

Os resultados da pesquisa também revelam que as inquiridas **com um rendimento familiar médio de mais de MOP30.000 durante o ano passado representaram a maior proporção (24%),** revelando um aumento de 9,6 pontos percentuais em comparação com 2008, seguido pelas mulheres com um rendimento familiar de MOP9.001-12.000, que representaram 11,5%. As mulheres com um rendimento familiar superior a MOP21.000 somaram 40,1%, (um aumento de 11,3 pontos percentuais quando comparado com os 28,8% de 2008) e um aumento de 30 pontos percentuais, (comparado com os 20 pontos percentuais em 2008) em relação à proporção de mulheres com um rendimento pessoal de MOP21.000 mensais, que foi agora de



9,7%. Isto significa que o rendimento mensal das mulheres subiu ao longo dos últimos dois anos, e o rendimento médio do agregado familiar de Macau também disfrutou de um aumento constante. No entanto, o incremento do rendimento pessoal das mulheres não acompanhou o dos rendimentos familiares, o que pode significar que o incremento do rendimento pessoal das mulheres foi inferior ao dos homens.

O peso das despesas familiares tornou-se claramente mais leve

Tal como verificado em 2008, são as próprias inquiridas (51%) ou as suas mães (20,1%) as principais responsáveis a arcar com as despesas do agregado familiar. A somatória destes dois grupos, 71,1%, é 11,9 pontos percentuais superior (foi 13,8% superior em 2008) aos 59,2% das inquiridas que disse ser o cônjuge (39,7%) ou o pai (19,5%) a cuidar das despesas familiares. **Isto mostra que há uma grande possibilidade das mulheres de Macau serem os principais responsáveis pelas despesas da família.**

Além disso, 28,3% das inquiridas afirmaram que gastaram mais de 80% do seu rendimento pessoal com despesas familiares, um decréscimo de 15,6 pontos percentuais em comparação com os 43,9% de 2008. Um total de 63,8% das inquiridas gastou 40% ou mais do seu rendimento com a família, um decréscimo de 18,8 pontos percentuais quando comparado com os 82,6% de 2008. **Tal indica que ainda há um número razoável de mulheres em Macau que carregam nos ombros o pesado fardo das despesas familiares, embora essa carga pareça ter sido aliviada no decurso dos últimos dois anos.**

A percentagem do rendimento pessoal das mulheres de Macau gasta em encargos familiares mostra uma correlação com o seu grupo etário. Quanto mais idosas são as mulheres, maior é percentagem dos seus rendimentos pessoais gastos com encargos familiares. Também, quanto mais baixo é o nível de escolaridade, mais gastam com encargos familiares.

Relativamente à percentagem de mulheres que gasta mais de 40% dos seus rendimentos pessoais com encargos familiares, é óbvio que quanto mais elevado for o nível de escolaridade, menor é o montante do rendimento pessoal gasto com encargos familiares. A percentagem do rendimento pessoal das mulheres de Macau gasto em encargos familiares está relacionada com o seu rendimento pessoal, mensal, no sentido em que **quanto menor for o rendimento pessoal, mensal, maior é a percentagem do seu rendimento gasto em encargos familiares e chegam a gastar mais de 80% dos seus rendimentos em despesas familiares.**

Menos gastos em compras e mais em comer fora

Tendo em vista um melhor conhecimento sobre a qualidade de vida das mulheres de Macau, o estudo incluiu também, um inquérito sobre o montante do rendimento mensal disponível depois pagos os encargos familiares. De acordo com os resultados, o rendimento médio mensal disponível é MOP3.779,60 (em 2008 foi MOP3.000) com uma mediana de MOP2.000 (em 2008 foi de MOP2.500).

Os resultados em 2010 são semelhantes aos de 2008. As inquiridas em 2010 gastaram 73,9% do seu rendimento mensal disponível em bens de consumo diário (38,6%) e a comer fora (35,3%), uma percentagem 10,3 pontos percentuais inferior nos gastos em bens de consumo diário e 15,3 pontos percentuais superior no que refere a comer fora, em comparação com 2008. Isso mostra que nos últimos 2 anos, **se verificou uma mudança óbvia no modo de gastar o rendimento disponível em relação aos bens de consumo diário e ao comer fora**, que atinge 10 pontos percentuais. Uma mudança deste tipo poderá estar relacionada com o aumento dos preços nos restaurantes, nos últimos dois anos.





3. Situação familiar

Entre as inquiridas, cerca de 64% são casadas e 30% são solteiras, verificando-se um aumento de 5,5 pontos percentuais no universo das mulheres casadas, em comparação com o de 2008.

Mais mulheres tomam a seu cargo as finanças familiares e menos os afazeres domésticos

Entre as inquiridas, 49,4% alegou ter a seu cargo as finanças familiares, um aumento de 4,6 pontos percentuais em comparação com os 44,8% verificados em 2008. Em relação às outras, as finanças familiares são da responsabilidade dos pais (23,2%) ou do cônjuge (11,7%). Relativamente àquelas cuja responsabilidade das finanças familiares é partilhada com o marido (10,6%), a percentagem teve uma descida de 4,2 pontos percentuais em comparação com os 14,8% de 2008.

Os resultados em 2010 são semelhantes aos de 2008. **A maioria das mulheres de Macau é, directa ou indirectamente, responsável pelas finanças familiares. Contudo, é de realçar que ao mesmo tempo que houve um aumento de 4,6 pontos percentuais de mulheres a tomarem conta das finanças da família, houve uma descida de 4,2 pontos percentuais na gestão partilhada pelos dois cônjuges. Isto reflecte a existência de um aumento de mulheres responsáveis pelas finanças familiares, nos últimos dois anos.**

Mais de metade das inquiridas (52,6%) ocupa-se dos afazeres domésticos enquanto em 19,6% são os pais a fazê-lo. **A percentagem de mulheres cujo cônjuge é responsável pelos afazeres domésticos aumentou 8,3 pontos percentuais, de 2,2% em 2008 para 10,5% em 2010, mostrando que cada vez mais os homens partilham os afazeres domésticos com as esposas.** Além disso, 7,8% das inquiridas afirma contratar empregadas domésticas estrangeiras para tratar da casa, uma percentagem ligeiramente superior àquela verificada há dois anos atrás.

Embora haja mais homens a partilharem os afazeres domésticos com as mulheres, no entanto, as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelas lides domésticas. Para além das solteiras com uma relativamente menor carga de trabalho doméstico (33,6%), as restantes inquiridas têm a seu cargo o trabalho doméstico.

Os resultados do Inquérito de 2010 são similares aos de 2008. 65,9% das inquiridas têm de cuidar dos idosos, crianças e doentes da família, enquanto as percentagens das mulheres cujos cônjuge, irmãos ou empregadas domésticas cuidam destes membros da família são de 14,7%, 15,1% e 12,6%, respectivamente. No caso de 6,6% das inquiridas, os filhos ou noras ajudam-nas a cuidar destes membros da família e apenas 3% contratou um profissional de saúde para o fazer. Em geral, 98% das inquiridas afirma cuidar destes membros da família por sua própria vontade.

Necessidade de mais serviços de apoio à família

As necessidades das mulheres em termos de serviços em 2010 são similares a 2008, com um ligeiro incremento. A maioria das inquiridas (34,9%) considera que **a necessidade mais premente é o serviço a idosos, com um aumento de 4,1 pontos percentuais em relação aos 30,8% de 2008. São necessários mais serviços de cuidados infantis (22,5%), um aumento de 5,6 pontos percentuais em relação aos 16,9% de 2008, o aumento mais significativo. Em relação às inquiridas que consideram ter necessidade de serviços de planeamento familiar (17,2%), o aumento é de cerca de 1 ponto percentual em relação aos 16,1% de 2008.**



A maioria das mulheres está satisfeita com a sua vida familiar embora sentindo pressões de natureza financeira

Embora muitas mulheres tenham de arcar com a responsabilidade das lides domésticas e de cuidar da família, ainda assim, **88,1% das inquiridas afirma que a sua vida familiar é satisfatória, com um incremento de 5,6% em relação aos 82,5% de 2008.** Em 2010, mais de 60% das inquiridas afirma estar razoavelmente satisfeita com sua actual vida familiar, 28% está muito satisfeita e 10% sente-se insatisfeita.

Os resultados revelam que quanto mais idosas as mulheres são, mais “insatisfeitas” se sentem com a vida familiar actual e o rendimento pessoal das mulheres, obviamente, afecta o seu grau de satisfação com a vida familiar. Quanto menor é o nível de escolaridade da mulher, maior é o número de inquiridas que afirma sentir-se “insatisfeita” e “muito insatisfeita”. Entre as mulheres insatisfeitas com sua actual vida familiar, 63% relaciona a sua insatisfação com questões financeiras, 11% queixa-se de problemas familiares, 6% alega problemas pessoais, 5% problemas com os filhos, 4% refere problemas com o marido e 4% refere pressão devido a problemas laborais.

20% sofre pressões para ter filhos, 10% sofre violência doméstica

O inquérito de 2010 estuda o problema de as mulheres serem pressionadas para terem filhos devido a factores externos, e, assim, incluiu uma nova questão com vista a um melhor conhecimento desta pressão que sofrem as mulheres de Macau. Os resultados revelam que **19% das inquiridas sofre de stress por ser pressionada para ter filhos**, principalmente devido à questão financeira (40,7%) e por motivos pessoais – o sentido de responsabilidade (31,8%).

A maioria das inquiridas afirma que a pressão para terem filhos vem da parte do marido ou namorado (38,5%), ao passo que 21,9% referiu serem os familiares do marido, 14,1% afirmou ser a sua própria família e 6,9% afirmou ser o médico ou especialistas.

Para melhor compreender a situação da violência doméstica em Macau, o inquérito de 2010 incluiu a questão de saber como as inquiridas definem violência doméstica. **A maioria (31,2%) considera-a uma questão de abuso físico, 23,7% considera serem os abusos sexuais, 23,3% os abusos de natureza psicológica e 21,6% a violência verbal.**

91% das inquiridas afirmou nunca ter sido vítima de violência doméstica, enquanto 9% refere já ter sido vítima dela.

A análise cruzada de dados revela que as inquiridas com idades entre os 45-64 anos que alegam ter sofrido de violência doméstica, são, claramente, as divorciadas, separadas ou viúvas, com nível de escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior e com um rendimento mensal de MOP3.000 ou inferior.

Como 39,1% das inquiridas divorciadas afirmam ter sido vítimas de violência doméstica, é possível estabelecer uma relação directa entre o divórcio e o facto de se ser vítima de violência doméstica. Além disso, parece haver uma relação entre o nível de escolaridade e nível de rendimentos e a violência doméstica. As mulheres com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior representam a maior percentagem (14,4%) de vítimas de violência doméstica e as mulheres com escolaridade ao nível do ensino secundário júnior aparecem logo a seguir, com





11,2%. Em termos de rendimentos, as mulheres com um rendimento mensal de MOP3.000 ou inferior são as principais vítimas de violência doméstica (19,6%), seguidas por 13% das que auferem rendimentos entre MOP3.001-MOP 6.000.

Herança familiar pela linha masculina, não pela feminina

Para uma melhor compreensão sobre se as mulheres de Macau têm o direito de herança do património familiar, o inquérito de 2010 incluiu uma questão atinente. Os resultados revelam que apenas 6,4% das inquiridas afirma que herdou ou herdará bens de família dos pais, enquanto 85,9% alega que não herdou, nem herdará qualquer património familiar. Isto significa que em Macau a herança familiar continua a seguir a prática de transmissão pela linha masculina.

4. Participação Social

Aumento da participação social, mas pouca expressão das opiniões em público

Mais de metade das inquiridas (53,5%) afirmou participar em actividades comunitárias de convivência social, um incremento de 8,2 pontos percentuais em relação aos 45,3% de 2008; 46,5% declarou não participar, revelando um decréscimo de 8,2 pontos percentuais em relação aos 54,7% de 2008. Os dados mostram que a percentagem de mulheres de Macau que participa em actividades de convivência social revela uma tendência para subir.

Existe uma correlação entre a participação das mulheres em actividades de convivência social e o facto de terem uma actividade laboral, regular ou não. É evidente que a percentagem de mulheres com um emprego regular, e que participa em actividades sociais é superior à das que não têm uma actividade laboral regular. Isto mostra que um emprego não proporciona apenas um rendimento pessoal, mas possivelmente facilita também o contacto social. Quanto mais elevado é o nível de escolaridade da mulher, maior o nível de participação em actividades de convivência social. As diferenças existentes nesta participação das mulheres, que correspondem aos níveis de escolaridade das mulheres são muito evidentes, como, a seguir, se pode constatar: ensino primário ou inferior (27,8%), secundário júnior (47,9%), secundário sénior (58,9%), universitário (73,1%) e pós-graduação ou superior (78%).

Entre as inquiridas, 56,5% contribui, “às vezes”, com donativos em dinheiro ou bens para organizações de beneficência, o que revela uma subida de 1,4 pontos percentuais em relação aos 55,1% de 2008, enquanto 37,4% aderiu a associações locais de carácter comunitário, **com um incremento de 12,1 pontos percentuais em relação a 2008.** Em relação a estas mulheres, quanto mais idosas são, maior é a sua participação em associações, e quanto mais elevada é a sua escolaridade, menor a participação em tais associações.

Além disso, 69,2% das inquiridas afirma que “nunca” se envolveu ou “raramente” se envolve em trabalho de voluntariado, 26,2% participa, “às vezes”, e apenas 4,6% se envolve “frequentemente” neste tipo de actividade social. Em relação a 2008 (58,4%), a percentagem de mulheres que “nunca” ou “raramente” se envolveu em trabalho de voluntariado registou uma subida de 10,8 pontos percentuais.



No Inquérito de 2010, 67,2% das inquiridas declarou estar recenseada como eleitora, o que constitui uma subida de 5,7 pontos percentuais em relação aos 61,5% de 2008, **notando-se uma tendência semelhante à registada em 2008, ou seja, quanto mais idosas as mulheres são, maior é a percentagem de recenseadas.** 87,7% das inquiridas exerceu o direito de voto em eleições, notando-se uma forte correlação entre o exercício do voto, a idade e a escolaridade. É evidente, que quanto mais idosas as mulheres são, mais elevada é a sua distribuição em termos do exercício do direito de voto. Em relação às mulheres entre os 18-24 anos, 69,9% exerce o direito de voto, o que constitui uma subida significativa de 46,5 pontos percentuais em relação aos 23,4% de 2008. **É evidente que, em Macau, nos últimos dois anos, as mulheres mais jovens revelaram ter uma maior consciência em termos de participação política.** Em relação à escolaridade, constata-se que quanto mais elevado é o nível de escolaridade das mulheres, menor é a sua participação nas eleições para a Assembleia Legislativa. **A percentagem da participação nas eleições para a Assembleia Legislativa de mulheres com um nível de escolaridade elevado é muito inferior à das inquiridas com baixas qualificações académicas. A fraca participação política das intelectuais de Macau parece revelar tendência para uma descida ainda mais acentuada.**

É importante realçar que a esmagadora maioria das inquiridas (99,1%) nunca expressou a sua opinião através de canais públicos ou sociais (por ex. manifestações), registando-se neste aspecto um agravamento de 9,4 pontos percentuais em relação aos 89,7% de 2008. **Respectivamente 94,3% e 90,2% das inquiridas nunca expressou as suas opiniões através dos media nem participou em quaisquer associações, situação esta merecedora de um estudo mais aprofundado.**

5. Saúde Física e Mental

Mulheres conscientes do agravamento das condições de saúde e de comunicação

54% das inquiridas consideram que a sua saúde física e mental é razoável, 36,1% pensa que é boa, 9,5% declara que não é boa. **É importante notar que, em relação a 2008, a percentagem de mulheres que referem que o seu estado de saúde física e mental é bom diminuiu de forma drástica 12,9 pontos percentuais para 49%.** Além disso, 47,8% das inquiridas considera que a sua saúde mental é boa, 45,3% razoável e 6% declara que o seu estado de saúde mental não é bom.

31% das inquiridas em 2010 afirma não sofrer de perturbações emocionais, 12% declara que os problemas emocionais são causados principalmente pelo trabalho, 12% refere a educação dos filhos ou a dificuldade em comunicar com os mesmos, como causa dos seus problemas emocionais, 10% diz-se emocionalmente perturbada por problemas financeiros e outros 10% por problemas de saúde física. Constata-se que a situação é semelhante à de 2008.

Em 2010, 29,5% das inquiridas recorrem aos amigos e colegas para obter apoio emocional, **28,5% afirma não ter ninguém a quem recorrer quando se depara com problemas emocionais, apenas um ligeiro incremento de 1,8 pontos percentuais em comparação com os 26,7% de 2008.** E em cada um dos grupos etários, existem mulheres que sentem não ter ninguém a quem recorrer para apoio emocional, com a situação a assumir um carácter particularmente grave nos grupos etários entre os 45-54 anos (44,4%), 55-64 (45,1%) e 65-74 (43,2%), visto mais de 40% destas mulheres considerar não ter ninguém a quem recorrer para efeitos de apoio emocional.

Em 2010, apenas 0,6% de mulheres recorreu a conselheiros profissionais para efeitos de apoio emocional, o que representa um decréscimo de 0,6 pontos percentuais em relação aos 1,2% de 2008.





III. Avaliação dos valores das mulheres de Macau

Com base no estudo de 2008, o inquérito por questionário de 2010 inclui uma área sobre os “valores” a fim de conhecer, de forma mais profunda, os valores relativos a questões de género e de que modo esse conhecimento afecta a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal das mulheres de Macau. Os resultados obtidos relativamente a esses valores revelaram algumas características, necessidades e problemas novos das mulheres.

Em primeiro lugar, este estudo tenta dissecar estes valores através de um mecanismo integrado e dinâmico, com cinco componentes intimamente relacionados com a qualidade de vida das mulheres. Esses componentes são: o “papel na família”, o “papel na sociedade”, o “papel na educação”, o “papel na profissão” e o “papel como mulher”. Foi concebida uma série de perguntas específicas, com base no universo social de Macau. Dado que o matrimónio desempenha um papel crucial na vida e desenvolvimento da mulher, o estudo concebeu uma área extra, independente, para inquirir as mulheres de Macau sobre os “valores e conceitos relativos ao casamento” além dos cinco papéis já referidos. E chegou-se a um sistema de valores “5+1” que foi aplicado à pesquisa.

Em termos de “papel na família”, certos conceitos tradicionais inerentes à cultura chinesa, como a piedade filial, o amor fraternal, a harmonia e unidade da família são amplamente reconhecidos pelas mulheres de Macau. Por exemplo, a maioria das inquiridas (91,8%) concorda que “os filhos têm a responsabilidade de sustentar os pais” e 88,6% admitiu que “como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais”. No entanto, existem alguns conceitos familiares tradicionais que já não são aceites, na totalidade, pela mulher, como seja, “o homem deve ser o sustentáculo económico da família” e “o homem dedica-se à profissão e a mulher à família”. Os resultados do Inquérito de 2010 revelam que 27% das inquiridas concordam que os “homens que estão desempregados podem cuidar da família” e mais de 35% afirma que “as mulheres não têm necessariamente de casar e ter filhos”. **Além disso, os resultados revelam que alguns valores mais modernos e de pendor feminista são também já aceites por parte das mulheres de Macau.** Por exemplo, 62,6% das inquiridas rejeita que a “mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família”, portanto, de forma clara, esta ideia é defendida apenas por uma minoria.

Em termos de “papel na sociedade”, as inquiridas mostraram opiniões divergentes no que refere a afirmação de que “os homens têm maior capacidade analítica nas questões de natureza política e social”. Contudo, 85% das inquiridas reconhece que “as mulheres podem também assumir papéis de liderança”. Este resultado **demonstra que a maior parte das mulheres está subjectivamente preparada para assumir lideranças femininas e ambiciona participar, de forma activa, na vida social e ocupar cargos de chefia, embora, ao mesmo tempo, possam aparentar alguma falta de autoconfiança nas suas capacidades.**

Em termos de “papel na educação”, a problemática é analisada sob dois aspectos: a realização da própria mulher em termos de educação formal, académica, e o papel da mulher na educação dos filhos. Relativamente ao primeiro aspecto, mais de 90% das inquiridas é de opinião que “as mulheres devem prosseguir estudos superiores”. Em relação ao segundo, mais de 85% das inquiridas mostrou-se contrária à ideia que “punir as crianças compete ao pai”. É evidente que as mulheres já não estão de acordo com a ideia tradicional de que “**mães tratam das crianças e os pais têm a seu cargo a disciplina**”. **A mulher de Macau tem uma nova abordagem da situação e tornou-se mais exigente em termos de realização académica e também mais consciente do seu papel como educadora.**



Em relação ao “papel na profissão”, o estudo revela que mais de 60% das inquiridas se opõe à ideia de que “os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais”. Contudo, 30,8% das mulheres concorda com a ideia e 5,2% concorda totalmente com ela. Os resultados também confirmam que as mulheres defendem a ideia de que “os homens têm maior capacidade analítica nas questões de natureza política e social”, no que se refere ao “papel na sociedade”. Estes resultados poderiam levar-nos a duas interpretações: em primeiro lugar, com base nas actuais condições sociais de Macau, existem diversos factores que tomam imperiosa a melhoria real das condições do trabalho feminino e da capacidade de liderança da mulher. Em segundo lugar, o trabalho, em geral, e a igualdade de liderança em termos de género, em Macau, é similar, não existindo diferenças qualitativas. No entanto, **devido aos resquícios da mentalidade tradicional que defende que os homens são superiores às mulheres, aliada à visão estereotipada de que os homens são biológica e intelectualmente mais fortes do que as mulheres, estas ainda admitem, subjectivamente, que são menos capazes e habilitadas do que os homens.**

Em relação ao “papel da mulher”, ou seja, em termos de “género”, o estudo revela que mais de 40% das inquiridas ainda reconhece que “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”, mais de 60% concorda que “é muito importante para uma jovem casar com um bom marido” e cerca de 65% admite que “o homem deve ser o sustentáculo económico da família”. Estes resultados são reveladores de que **os valores defendidos pelas mulheres de Macau, no que se refere ao papel em termos de género, continuam a revelar-se bastante conservadores, embora algumas respostas já mostrem alguma abertura e uma mentalidade mais liberal. É uma situação que merece uma reflexão mais profunda.** Por exemplo, para a maioria das mulheres “o homem deve ser o sustentáculo económico da família”, no entanto, mais de 80% das inquiridas concorda que “as mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar”. Este dado vem confirmar uma das características das mulheres de Macau de serem “devotadas à família e terem fortes valores familiares”.

Em termos de “valores do casamento”, os resultados do inquérito revelam a tendência das mulheres de Macau em defenderem os valores tradicionais do matrimónio; no entanto, a maioria das inquiridas é relativamente tolerante para alguns tipos de relações mais abertas entre os sexos, desde que tais relações não interfiram com os princípios do casamento tradicional. Por exemplo, mais de 80% das inquiridas afirmam que “o casamento deve durar para sempre” e opõe-se a “relações extraconjugais”, mas em questões como “viver em união de facto” e “ser mãe solteira”, mais de 60% das inquiridas mostram-se favoráveis e 79,3% aceita, mesmo, que “pessoas casadas podem ter bons amigos do sexo oposto”.

Breve resumo:

Através da meta-análise dos resultados do estudo sobre o entendimento que a mulher tem sobre os diferentes papéis sociais, as conclusões são: **as mulheres de Macau, em geral, tendem a ser conservadoras e obedientes aos valores tradicionais chineses.** Esta defesa dos valores conservadores é uma espada de dois gumes, que, por um lado, mantém virtudes tradicionais como a piedade filial e o amor fraternal que são benéficas para o desenvolvimento harmonioso da família e da sociedade. Por outro lado, alguns conceitos obsoletos, como “os homens são mais fortes do que as mulheres” e “conseguir casar com um bom marido é melhor





do que conseguir fazer as coisas bem”, poderá continuar a ser a ideologia social dominante, durante um período relativamente longo, o que poderá ser impeditivo de as mulheres virem a ter um nível de desenvolvimento mais global e elevado, para além de originar limitações e desperdício de recursos sociais.

Os resultados da análise revelam também que **certos conceitos tradicionais já não se encontram enraizados nas mulheres da sociedade contemporânea. Há uma maior tolerância em relação a valores de natureza mais liberal, e verifica-se uma nova maneira de pensar imbuída de alguns ideais feministas.** Estão a tomar forma valores novos e progressistas de natureza diversa, embora com características locais únicas.

No limiar da transição de valores, do antigo para o moderno, as mulheres de Macau necessitam de mais atenção, apoio e ajuda para que mais rapidamente possam melhorar e fazer uso das suas capacidades. **Mais importante ainda, seria necessário ajudar as mulheres a romperem com certas imagens estereotipadas e a adquirirem um grau de autoconfiança que lhes permita fazer face a todos os tipos de desafios sociais e familiares.** Durante esta fase de evolução, deveria ser colocada ênfase na manutenção do diálogo entre os géneros, já que é indispensável uma comunicação eficaz de modo a facilitar o desenvolvimento harmonioso dos géneros em paralelo com o progresso social.

IV. Características e necessidades das mulheres de Macau

O Relatório de 2008 concluiu haver “três características distintas” e “oito problemas principais” das mulheres de Macau, que eram:

“3 Características Distintivas”

1. Forte ligação à família e estar disposta a dedicar-se à família
2. Com um alto grau de cidadania mas pouca participação social
3. Com problemas consideráveis de stress e problemas emocionais mas em geral física e mentalmente saudáveis

“8 Problemas Principais”

1. Serviços de aconselhamento psicológico
2. Serviços de apoio à família
3. Instalações recreativas
4. Distribuição de recursos e serviços de assistência médica
5. Trabalho por turnos
6. Participação económica
7. Mobilidade social
8. Condições de vida das mulheres com baixos rendimentos

De acordo com os dados e estudo mais recentes, os resultados obtidos a partir do inquérito realizado em 2010 confirmam as características e problemas típicos partilhados pelas mulheres de Macau, já identificados no relatório de 2008. Contudo, com a introdução das questões relacionadas com avaliação dos valores e o modo como alguns dados evoluíram,



particularmente os dados referentes à “saúde física e mental”, este estudo decidiu retirar a questão “com problemas consideráveis de stress e problemas emocionais mas em geral física e mentalmente saudáveis” das características distintivas e incorporá-la na área sobre as necessidades das mulheres, elaborando uma definição das características das mulheres em quatro pontos:

Características das Mulheres

1. Com fortes valores familiares e dispostas a dedicar-se à família

O estudo de 2008 revelou que as mulheres de Macau se preocupam muito com a família e a principal razão invocada pelas mulheres para não terem um emprego regular é a necessidade de cuidar da família e das lides domésticas. Maioritariamente são as mulheres quem tem a seu cargo os afazeres domésticos, gere as finanças familiares e está disposta a despende a maioria de seus rendimentos pessoais em encargos familiares. Os resultados do Inquérito de 2010 revelam que a questão familiar permanece como o factor mais importante que impede as mulheres de terem um emprego regular.

Através de uma análise cruzada de dados, constata-se que a principal razão de muitas mulheres jovens e de meia-idade não terem um emprego regular no auge da sua vida profissional é a família. Entre os diferentes grupos de idade, 64,9% das mulheres entre os 25-34 anos não tem um emprego regular devido à família, um decréscimo de 3 pontos percentuais em relação aos 67,9% de 2008. No que respeita às inquiridas com idades entre os 35-44 anos (61,3%), houve um agravamento significativo de 14,7 pontos percentuais em relação aos 46,6% de 2008. O facto de mulheres jovens não terem pleno emprego devido a questões familiares, é um grande desperdício em termos da sua criatividade pessoal e também do mercado de trabalho.

As mulheres despendem o seu rendimento com a família, o que constitui um sacrifício importante para elas. Os resultados do Inquérito de 2010 revelam que mais de metade das inquiridas (51%) são as únicas responsáveis pelos encargos familiares e 20,1% declarou ser a mãe a única responsável. A percentagem (71,1%) destas duas situações é 11,9 pontos percentuais, superior à soma (59,2%) das que partilham aquelas despesas com o marido (39,7%) e o pai (19,5%). Nota-se uma diferença de menos de 2 pontos percentuais em relação aos 13,8% de 2008, o que demonstra que é ainda relativamente comum serem os indivíduos femininos (mãe, esposa ou filha) os pilares financeiros da família.

Os resultados mais recentes revelam que os encargos familiares das mulheres diminuíram nos últimos dois anos. Por exemplo, a percentagem (28,3%) das inquiridas que gasta 80% ou mais dos seus rendimentos pessoais com a família registou uma queda de 15,6 pontos percentuais, em relação aos 43,9% de 2008. Além disso, 21,6% das inquiridas gastou mais de 40% a 60% dos seus rendimentos com a família e 13,9% gastou mais de 60% e até 80%. Em termos globais, a percentagem cumulativa (63,8%) das mulheres que gastaram 40% ou mais do seu rendimento pessoal com a família registou um decréscimo de 18,8 pontos percentuais em relação aos 82,6% de 2008.





É manifesto que mais de metade das inquiridas assume a responsabilidade das funções domésticas e se dispõe a gastar a maior parte dos seus rendimentos pessoais com encargos familiares. Há também um número considerável de mulheres que sacrifica ter um trabalho regular para poder servir a família. São dados que confirmam a caracterização das mulheres de Macau como sendo “devotadas à família e terem fortes valores familiares”.

As mudanças em termos da parcela do rendimento da mulher gasto com as despesas familiares poderiam ser assim interpretadas: os encargos familiares da mulher estão a tornar-se mais leves; a estrutura das despesas das mulheres com a família está em fase de adequação. A análise cruzada de dados revela que, em geral, quanto mais jovem, com mais escolaridade e com rendimento mais alto, menor é a porção do rendimento pessoal gasto com a família. Outra generalização é quanto mais idosa, com menos escolaridade e com rendimento mais baixo, mais fortes são os valores da família e tanto maior é a parcela do rendimento pessoal que é gasta com o agregado familiar.

2. Com sentimento de cidadania, mas pouca participação social

Esta característica das mulheres de Macau foi confirmada pela análise de 2008, bem como pela de 2010. Os dados de 2010 revelaram que 77,3% das mulheres “frequentemente” ou “às vezes” efectuam donativos para instituições de caridade, uma actividade social muito participada pelas mulheres de Macau, enquanto 67,2% está recenseada como eleitora. Vale realçar que mais de metade (53,5%) das mulheres afirma participar em actividades comunitárias de convivência social e 37,4% participa em associações, um aumento de 8,2 pontos percentuais e 12,1 pontos percentuais, respectivamente, em comparação com os 45,3% e os 25,3% de 2008. É evidente que a participação das mulheres em actividades sociais e nas associações aumentou nos últimos dois anos. No entanto, a participação das mulheres nas associações resume-se a “serviços de natureza social e de beneficência”, “socialização” (como em associações de conterrâneos) e apenas uma pequena percentagem de mulheres participa em organizações de natureza política, em comparação com outros tipos de associações. Além da questão de cariz político, a esmagadora maioria das mulheres de Macau (99,1%) nunca expressou as suas opiniões através dos media. A situação das mulheres “sem voz” poderá, possivelmente, azer com que muitos problemas sociais permaneçam escamoteados e, assim, não se tornem do conhecimento público.

Em geral, as mulheres de Macau são bem-intencionadas e dispostas a ajudar os outros, como os pobres e carenciados, e, deste modo, contribuir para criar uma sociedade harmoniosa. No entanto, é digno de nota que na sociedade contemporânea, a “participação social dos cidadãos” deve ser a vários níveis e diferentes aspectos, envolvendo a participação na vida política, económica e cultural. Como a participação política é um parâmetro importante para medir o contributo social e o estatuto social de um determinado grupo social, o caso de Macau mostra que ainda existe espaço para as mulheres elevarem o seu grau de cidadania, participarem activamente na actividade política, em discussões de natureza política, e darem livre expressão às suas opiniões, tanto publicamente como a nível social. É necessário alterar o actual desequilíbrio relativo à participação social das mulheres e encorajá-las a participar plenamente na sociedade.



3. Têm noção do conceito de igualdade de género e estão dispostas a aceitar papéis não tradicionais

Os resultados de 2010 revelam que as mulheres de Macau são muito tradicionais no que respeita aos conceitos familiares, inerentes à cultura chinesa, como a piedade filial, o amor fraternal, a harmonia familiar e as reuniões familiares, e são também muito dedicadas à família. Estas conclusões são confirmadas por 91,8% das inquiridas afirmando que “os filhos têm obrigação de sustentar os pais” e 88,6% admitindo que “como membros da família devem participar nas refeições de família durante as ocasiões especiais”. No entanto, existem alguns conceitos familiares tradicionais e papéis sociais de género que as mulheres começam a não aceitar totalmente. Por exemplo, 62,6% das inquiridas rejeita o conceito de que “a mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família”, 27% concorda que “os homens, quando desempregados, podem tomar conta da família” e mais de 35% aceita a ideia de que “as mulheres não têm necessariamente de casar e ter filhos”, com as mulheres com escolaridade e rendimentos mais elevados a liderar esta tendência de opinião. Embora este grupo de mulheres não represente uma maioria, no entanto, mostra que **há uma percentagem considerável de mulheres de Macau que estão dispostas a aceitar papéis não tradicionalmente femininos em matéria de família tais como “mulheres como sustentáculo económico” e “homens com afazeres domésticos”.**

A área sobre valores revela também que **as mulheres de Macau começam a ter certas ideias sobre a igualdade de género**, claramente confirmadas na questão de “quem deve ser o sustentáculo económico da família”. 64,7% das inquiridas crê que “os homens devem ser o sustentáculo económico da família” e 81,5% concorda que “as mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar”. No caso das relações sociais entre homem e mulher, 72,1% de mulheres não concorda com a ideia de que “quando um casal janta fora, deva ser o homem a pagar”.

4. Têm noção da sua autonomia mas alguma falta de autoconfiança

A área relativa a valores revela que as mulheres de Macau têm um sentido considerável de autonomia. Embora 63,3% das inquiridas concorde que “é muito importante casar com um bom marido”, contudo, em comparação com outros dados, a atitude da mulher em relação a este conceito vai mais no sentido de mostrar o que elas esperam do casamento do que de serem dependentes dos homens e por eles protegidas. Esta ideia é confirmada pelo facto de 91,3% das inquiridas discordar da afirmação “a mulher não necessita de prosseguir estudos superiores”, 85% rejeitar a ideia de que “as mulheres não devem assumir posições de liderança”, 71,8% opor-se à ideia de que “as mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado”, 61,9% mulheres negarem que “os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais” e 53,9% rejeitar a ideia de que “as mulheres nasceram para serem protegidos pelo homem”.

Todos estes números confirmam as características apuradas de as mulheres **terem noção de autonomia mas alguma falta de autoconfiança, particularmente quando se trata de questões de natureza política e social**, uma vez que 51,5% das inquiridas concorda com a ideia de que “os homens têm maior capacidade analítica nas questões de natureza política e social”. Esta convicção poderá estar na origem profunda da autocontenção das mulheres e do facto de não se envolverem em assuntos de natureza política e social. Mais importante ainda,





com 61,9% das inquiridas a rejeitarem a ideia de que “os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais”, isto significa que as cerca de 40% das mulheres que aceitam aquela afirmação não tem suficiente confiança em si próprias, o que, por sua vez, pode afectar o desempenho em termos profissionais.

Problemas que as mulheres enfrentam e as suas necessidades

O “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau, 2008” identificou oito grandes problemas que as mulheres de Macau enfrentam. Contudo, alguns destes problemas não estão dentro do âmbito do estudo e foram obtidos a partir de estatísticas oficiais. Para a pesquisa de 2010, os problemas e as necessidades mulheres definidos foram alterados como se segue, tomando como modelo os resultados dos inquéritos por questionário de 2008 e 2010.

1. Mulheres com emprego a tempo inteiro têm fraca progressão na carreira

Com 55,1% das inquiridas afirmando que têm um emprego regular e tendo como referência os resultados dos inquéritos por questionário de 2008 e 2010, é óbvio que as mulheres são confrontadas com uma fraca promoção na carreira. Os resultados destas duas pesquisas mostram que mais de 70% das mulheres não foi promovida nos últimos cinco anos, e que **quanto mais idade têm e quanto mais elevado for o nível de escolaridade menos progridem na carreira. Mas vale a penas realçar** que o facto de terem filhos, ou não, tem a ver com a promoção, ou não, ou seja, a percentagem de mulheres sem filhos que beneficia de promoções (46,8%) é claramente superior à das mulheres promovidas que têm filhos (22,6%), **indicando que a promoção das mulheres pode ser afectada negativamente pelo facto de terem de cuidar dos filhos.**

Tomando como referência os resultados dos inquéritos por questionário de 2008 e 2010 e a partir dos dados relevantes para a situação de igualdade de género contidos na primeira secção deste capítulo, o aumento do rendimento pessoal das mulheres não consegue acompanhar o do homem e o das despesas familiares. Por outras palavras, o aumento do nível de rendimento das mulheres de Macau não corresponde ao ritmo geral do desenvolvimento social.

Por conseguinte, é necessário apoiar as mulheres que têm a seu cargo cuidar da família, de modo a aliviar as suas incumbências e melhorar as oportunidades de promoção na carreira, tendo em atenção a escolaridade, de modo a atingir estes objectivos através da prestação de uma maior variedade de serviços sociais. É também importante realizar mais estudos para saber os motivos que levam a que o nível de rendimento da mulher não esteja a par do desenvolvimento social em geral.

2. Dificuldades laborais das mulheres em regime parcial e problemas de convivência comunitária

Um olhar mais abrangente sobre os dados de várias questões investigadas, revela que a necessidade de cuidar da família é a principal razão para as mulheres não terem um emprego regular. No que respeita a estas mulheres sem emprego, a sua percentagem em termos de participação em reuniões de convívio social é obviamente menor do que a das mulheres com um emprego regular. É evidente que o trabalho não é apenas uma fonte de rendimento familiar, mas facilita também o seu relacionamento social. Além disso, 28,5% das mulheres não tem ninguém a quem recorrer para ajuda, em caso de problemas emocionais, situação que é muito



óbvia no caso de mulheres idosas e daquelas que não têm emprego regular. É evidente que uma percentagem considerável de mulheres não tem uma rede de contactos sociais que lhe dê apoio emocional em caso de necessidade.

Por isso, para além da prestação de mais serviços de apoio à família, para reduzir a percentagem de mulheres em situação de desemprego involuntário por terem de cuidar da família, afigura-se necessário também realizar estudos de modo a encontrar estratégias para ajudar as mulheres sem emprego regular a construírem uma rede funcional de contactos sociais.

3. Diferentes grupos de mulheres têm necessidade de serviços diferentes

As necessidades das mulheres em termos de diferentes serviços sociais e familiares, em 2010, são semelhantes a 2008, mas com um aumento significativo no que se refere à necessidade de serviços de apoio familiar. Por exemplo, 34,9% das inquiridas refere os serviços de cuidados a idosos como os mais prementes, 22,5% afirmou que o serviço de apoio às crianças era muito necessário, 17,2% necessita de mais planeamento familiar, ou seja, aumentos de, respectivamente, 4,1 pontos percentuais, 5,6 pontos percentuais e cerca de 1 ponto percentual em relação aos 30,8%, 16,9% e 16,1% registados em 2008.

A análise cruzada de dados revela que as mulheres quanto mais idosas são, mais recorrem a serviços de apoio a pessoas idosas. Isso mostra a situação dos idosos em Macau em que persiste a sensação de não terem ninguém para cuidar deles ou eles próprios serem incapazes de cuidar do seu velho cônjuge. E, tal como em 2008, as viúvas têm uma necessidade muito premente do serviço de apoio a idosos (61,1%).

As mulheres solteiras têm uma necessidade óbvia de serviços de planeamento familiar (20,2%) enquanto as divorciadas (25%) e casadas em segundas núpcias (50%) têm mais necessidade de serviços de aconselhamento psicológico. Em relação às mulheres casadas, o serviço de apoio às crianças é o de maior premência (25,8%), um incremento de 2,9 pontos percentuais em comparação com os 22,9% de 2008. Em relação às inquiridas com idades entre os 25-34 anos, revelam uma carência absoluta de mais serviços de apoio infantil (41,1%), um aumento de 12,4 pontos percentuais em comparação com os 28,7% de 2008.

Constata-se a tendência de, quanto mais jovens são as mulheres, mais elas precisarem de serviços de planeamento familiar e de aconselhamento psicológico. A situação é particularmente notória em mulheres com idades entre os 15-17 anos, a necessitarem de serviços de planeamento familiar (36,5%), um aumento de cerca de 5 pontos percentuais em comparação com os 31,1% de 2008. Isto mostra que as mulheres deste grupo etário poderão, muito possivelmente, estar preocupadas com as questões do planeamento familiar ou problemas de saúde mental.

4. Papel da educação na emancipação da mulher

Em referência à secção dos índices e dados internacionais provenientes do inquérito sobre valores do presente capítulo constata-se que, embora as mulheres de Macau tenham a noção da sua emancipação (reconhecem que as mulheres devem assumir papéis de liderança e também prosseguir estudos superiores), têm contudo, falta de autoconfiança nas suas capacidades





de trabalho (cerca de 40% das inquiridas concorda que “os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais” e revelam-se ainda menos confiantes em assuntos de natureza política e social, tendo em conta que 51,5% das inquiridas concorda com a afirmação de que “os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social”.

É necessário desenvolver a emancipação política das mulheres de Macau através de uma escolaridade mais diferenciada, de modo a serem capazes de desenvolver competências gerais, e proporcionar uma educação adequada no que respeita aos papéis de género e também em termos sociais. Desta forma, as mulheres compreenderiam que não existe nenhuma aptidão inata, em termos de género, na capacidade de trabalho ou na capacidade analítica para tratar de questões de natureza política e social. Mais mulheres, assim, ganhariam confiança e participariam em assuntos de natureza política e social e seriam capazes de ter um papel influente na sociedade.

5. Atenção especial às condições de vida das mulheres com fracos recursos

O relatório de 2008 concluiu que as condições de vida das mulheres de fracos recursos de Macau necessitavam de uma atenção especial. Passados dois anos, melhoraram as suas condições de vida? A sociedade preocupa-se com as suas necessidades e estas necessidades foram de alguma forma satisfeitas? Baseado no estudo de 2008, o Inquérito de 2010 investigou e analisou a situação das “mulheres de fracos recursos”, conforme definido no estudo de 2008.

O inquérito de 2010 revela que as mulheres que auferem menos de MOP3.000 mensais continuam a ser um grupo carenciado dentro da sociedade e estão pressionadas por duras condições de vida. Em 2010, cerca de 8% das mulheres em Macau auferem um vencimento inferior a MOP3.000, um agravamento de 0,3 pontos percentuais em comparação com os 7,7% de 2008. A maioria tem ocupações pouco diferenciadas como empregadas de limpeza (15,8%), operárias da indústria transformadora (14,3%) e trabalhadoras da indústria hoteleira e restauração (12,2%). Dentro deste grupo, 61,2% tem um emprego regular e 38,8% não o tem.

As mulheres com baixos rendimentos estão, inevitavelmente, sob pressão financeira, o que, por sua vez, afecta a sua saúde física e mental bem como os papéis que desempenham na família e na sociedade. O inquérito revelou que as mulheres de baixos rendimentos, em geral, são relativamente conservadoras no que se refere aos valores, o casamento é algo de muito importante na sua vida e são muito dedicadas à família e aos filhos. Revelam disposição para se sacrificar pelo bem-estar da família. Assim, há 76,6% de mulheres satisfeitas com a vida familiar, que é a percentagem mais baixa entre os vários grupos de rendimentos e registou uma ligeira descida em comparação com os 83,4% de 2008. **Vale a pena realçar que 19,8% destas mulheres de baixos rendimentos já foi vítima de violência doméstica, percentagem que é claramente superior às registadas nos outros grupos de rendimentos.**

É evidente que as condições de vida destas mulheres não melhoraram nos últimos dois anos. Houve um aumento percentual da população com baixos rendimentos e registou-se uma informação mais detalhada sobre violência doméstica. As mulheres desfavorecidas de fracos recursos são as que mais necessitam de cuidados e apoio. Mas, além de as apoiar através de cuidados e assistência, é necessário gerar em toda a sociedade respeito para com estas mulheres carenciadas e tentar estimular nelas a confiança em si próprias, a auto-estima, noção de autonomia, que são cruciais para alterar as suas condições de vida actuais.



6. Condições de vida das jovens e adolescentes e seu desenvolvimento

A pesquisa revela que as jovens partilham características distintas em comparação com as mulheres de outros grupos etários pois estão numa fase importante do seu desenvolvimento mental, biológico, cognitivo e outras competências. Esta fase importante do seu desenvolvimento pessoal ocorreu num momento em que Macau passou por mudanças rápidas, no início do século XXI. As condições de vida e o desenvolvimento destas mulheres jovens é outro foco de interesse público, uma vez que elas são o futuro e a esperança de Macau.

Para uma melhor comparação, o Relatório de 2010 adoptou a categorização usada em 2008, definindo “jovens”, como aquelas com idades entre os 15 e 17 anos. 98,1% destas jovens não têm um emprego regular, visto estarem a frequentar a escolaridade normal ou a prosseguir outros estudos (98%) enquanto 10% afirma ter emprego a tempo parcial. Sugere-se a realização de mais estudos, para saber e estas percentagens são razoáveis entre a juventude e **quais são os possíveis aspectos, positivos e negativos, para os jovens com empregos a tempo parcial.**

O inquérito revelou que as mulheres jovens (39,2%) encabeçam todos os grupos etários, sendo as que mais referem estar “muito satisfeitas” com a vida familiar, apesar de **7,7% já ter sido vítima de violência doméstica.** Além disso, quanto mais jovens são as mulheres, mais necessitam de serviços de planeamento familiar e de aconselhamento psicológico, e assim temos que **36,5% das mulheres jovens sentem grande necessidade do serviço de planeamento familiar, um aumento de cerca de 5 pontos percentuais em relação aos 31,1% de 2008. Esta situação pode estar relacionada com as mães adolescentes e solteiras, e portanto merece uma maior atenção.** Em termos de interesse em obter informações, 42,4% das mulheres jovens interessa-se por “lazer, entretenimento e desporto”, 30,6% por “medicina e saúde” e “segurança e ordem social”. É digno de atenção que 27,1% das jovens se preocupa com a “vida familiar (cuidados infantis e cozinha)”, que predomina sobre o interesse por “situações políticas e internacionais” e “cuidados de beleza”. Estes números vêm, de novo, confirmar a característica das mulheres de Macau de terem fortes valores familiares. No que respeita às mulheres jovens, esta característica deve ser bem orientada através de uma escolaridade mais elevada para que o seu anseio pela vida familiar e a necessidade de aconselhamento sejam satisfeitos a um determinado nível. Também é necessário ajudá-las a alargar horizontes para ganhar uma perspectiva mais independente da vida e formarem uma ideia própria sobre o mundo. Estes são os princípios básicos para uma vida familiar feliz e planeamento a longo prazo.

As mulheres jovens são relativamente entusiastas em termos de participação social, com 61,5% a participar em convívios organizados na escola, o que representa um incremento de 15,1 pontos percentuais em relação aos 46,4% de 2008. A percentagem de mulheres jovens a fazer trabalho de voluntariado também é a mais elevada dentre todos os grupos etários, com 72,7% a declarar que se envolve em trabalho voluntário “frequentemente” ou “às vezes”. No entanto, 96,2% de jovens nunca “expressou opinião através de canais públicos e sociais” e mesmo para 20% que participa em actividades associativas, 92% nunca expressou as suas opiniões através das associações a que pertence. **É evidente que as mulheres jovens gostam de participar na sociedade e as suas atitudes concretas colocam-nas na vanguarda das mulheres de Macau.** Ainda assim, há falta de oportunidades e canais para expressarem as suas opiniões o que se torna uma desvantagem para a sua participação social. Tendo em atenção este óbice, as escolas e a sociedade devem apoiá-las, guiando-as adequadamente no





sentido de desenvolverem determinação em expressar as suas opiniões e oferecer-lhes meios e oportunidades para o fazerem. No que se refere às mulheres jovens, a participação social não é apenas a prestação de serviços sociais básicos, mas mais importante ainda, é desenvolver uma consciência e a capacidade de responsabilização perante a sociedade, para desenvolver aptidões para ocupar cargos de liderança, participar em eleições democráticas, participar na política e em discussões políticas e monitorar democraticamente a evolução política para se tornar uma cidadã qualificada, numa nova era.

Em termos de valores, as mulheres jovens são caracterizadas por estar numa fase de transição de valores mais tradicionais para mais modernos. Uma comparação horizontal revela que as mulheres jovens são relativamente firmes na oposição a ideias conservadoras como “as mulheres devem casar e ter filhos”, “é muito importante que uma jovem se case com um bom marido”, “as mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem”, “as mulheres não devem assumir posições de liderança” e “os homens têm maior capacidade analítica nas questões de natureza política e social”, e constituem a maior percentagem entre todos os grupos etários que rejeitam esses conceitos. No entanto, a maioria das mulheres jovens reconhece alguns valores tradicionais, como “membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais” e “os filhos têm obrigação de sustentar os pais”, sendo a sua percentagem também a mais elevada dentre todos os grupos etários.

Os resultados do inquérito conduzem a uma perspectiva em dois sentidos: por um lado, as mulheres jovens são mais radicais ainda que simplistas no modo de pensar e na concordância e discordância com factos e pessoas quando comparadas com as mulheres mais idosas. À medida que envelhecem e adquirem mais conhecimentos, aliado à experiência de vida, a sua maneira de pensar, atitude e modos de expressão poderão alterar-se e aproximar-se dos outros grupos etários. Por outro lado, seja qual for a perspectiva dominante (na realidade, estas duas perspectivas podem coexistir, de uma forma interligada ou combinada), este Relatório tem duas chamadas de atenção a fazer: em primeiro lugar, a família, as escolas, a sociedade e o governo devem preocupar-se mais com as condições de vida das mulheres jovens e guiá-las adequadamente e em tempo útil a atravessar uma fase tão importante de maturação, sem grandes problemas, o que estabeleceria as bases necessárias para o desenvolvimento de uma nova geração de cidadãos de qualidade. Em segundo lugar, as mulheres jovens entre os 15-17 anos são a nova geração de jovens que cresceram após a transferência de soberania de Macau. Será que as características reveladas por estas jovens respeitam determinados padrões? Estes traços de personalidade distintivos continuarão a predominar nestas jovens, à medida que crescem? Ou poderão vir a ocorrer mudanças drásticas nesses traços de personalidade? Todos estes aspectos são importantes e indispensáveis para o estudo das mulheres de Macau. Daí a necessidade urgente de realizar estudos de acompanhamento dirigidos a certos temas específicos e a este grupo particular de mulheres.



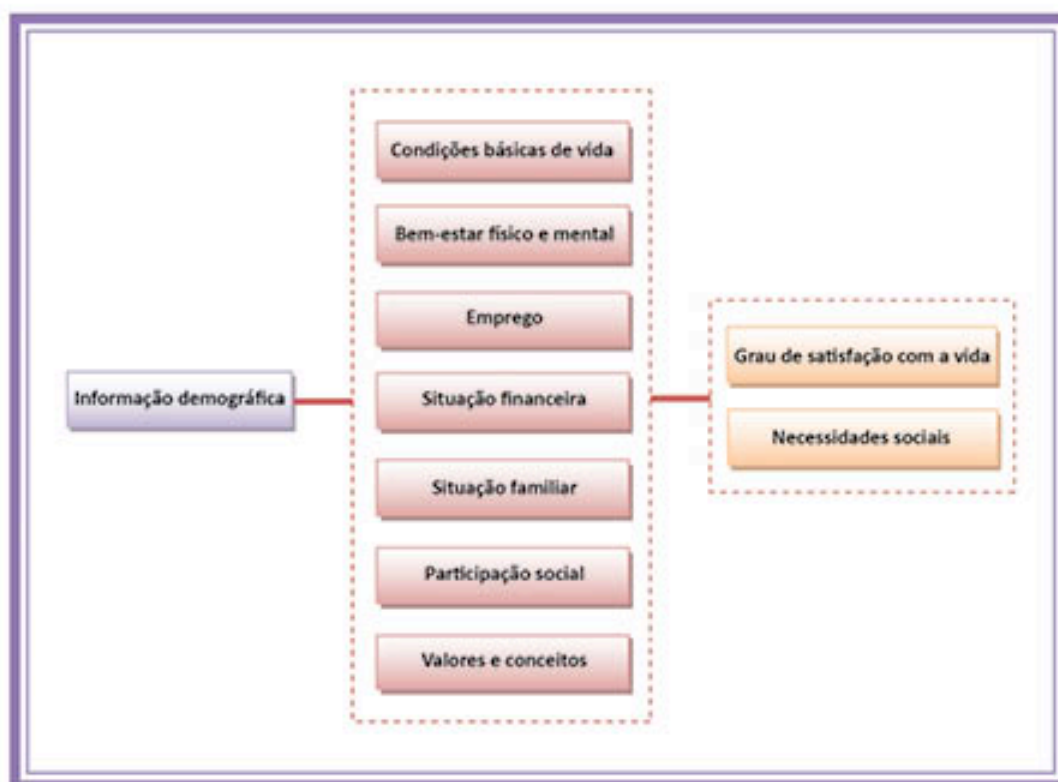
Anexo I : Questionário do Relatório

Questionário do Inquérito sobre a Condição da Mulher em Macau, 2010

Objectivo do Inquérito:

Actualizar a condição da mulher em Macau e investigar o grau de consciência e disparidade de género na sociedade de Macau, valores e conceitos, estatuto social das mulheres, divisão do trabalho no seio da família, condições de vida das mulheres, grau de satisfação das mulheres em relação à vida e a percepção que têm das carências que obstam a uma melhor qualidade de vida.

Concepção Estrutural do Questionário:





Conteúdo do Questionário :

1. Condições básicas de vida (aplicável a todas)
2. Bem-estar físico e mental
3. Emprego (apenas para as inquiridas com emprego a tempo inteiro ou parcial)
4. Situação financeira
5. Situação familiar
6. Participação social
7. Valores e conceitos
8. Informação demográfica

Inquérito sobre a Condição da Mulher em Macau 2010

Para se obter a amostragem de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos foi utilizado o método da "data do último aniversário".

Q1_1. Está actualmente empregada a tempo inteiro?

- | | |
|-------------------------------|--------|
| 1. Sim (passar à questão 2.1) | 2. Não |
|-------------------------------|--------|

Q1_2. Qual é o principal motivo para não estar a trabalhar a tempo inteiro?

1. Ter de cuidar de membros da família
2. Ter de cuidar das tarefas domésticas
3. Estar a estudar ou a prosseguir estudos
4. Estar reformada à procura de emprego /desempregada
5. (Não voluntário) estar à procura de emprego/desempregada
6. (Voluntário) Fazer uma pausa, sem vontade de trabalhar
7. Outros motivos (por favor, especifique)
8. Não sabe/não responde

Q1_3. Tem algum trabalho a tempo parcial (incluindo o contrabando de artigos paralelos de importação)?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

Q2_1. De uma forma geral, como considera a sua actual condição física? (ler de 1 a 5)

- | | |
|-------------|--------------------------|
| 1. Muito má | 4. Boa |
| 2. Má | 5. Muito boa |
| 3. Razoável | 6. Não sabe/não responde |

Q2_2. De uma forma geral, como considera a sua actual condição mental? (ler de 1 a 5)

- | | |
|-------------|--------------------------|
| 1. Muito má | 4. Boa |
| 2. Má | 5. Muito boa |
| 3. Razoável | 6. Não sabe/não responde |



**Q2_3. Qual é/quais são o(s) problema(s) que lhe causa(m) mais distúrbios emocionais :
(selecione no máximo 3)**

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Saúde física | 10. Pressão derivada dos estudos |
| 2. Problemas psicológicos | 11. Problemas amorosos ou conjugais |
| 3. Problemas financeiros | 12. Relacionados com a maternidade |
| 4. Problemas laborais | 13. Relacionados com a habitação |
| 5. Violência doméstica | 14. Assédio sexual |
| 6. Relacionamento com o cônjuge ou familiares | 15. Outros (por favor, especifique) |
| 7. Cuidar de membros da família | 16. Não tem distúrbios emocionais |
| 8. Relacionamento com o cônjuge | 17. Não sabe/não responde |
| 9. Educação dos filhos ou falta de comunicação com os filhos | |

Q2_4. Quem a pode consolar em caso de distúrbio emocional?

- | | |
|--------------------------|--|
| 1. Cônjuge/namorado | 7. Filhos, noras |
| 2. Pais | 8. Terapeuta profissional
(assistente social/psicólogo) |
| 3. Familiares do cônjuge | 9. Ninguém |
| 4. Irmãos | 10. Outros (por favor, especifique) |
| 5. Amigos, colegas | 11. Não sabe/não responde |
| 6. Vizinhos | |

Q3_1. Em que ramo da indústria trabalha?

- | | |
|---|--|
| 1. Manufatura | 9. Administração e segurança públicas |
| 2. Abastecimento de água, gás e electricidade | 10. Serviços recreativos, culturais, jogo e outros |
| 3. Construção | 11. Educação (incluindo aulas particulares) |
| 4. Comércio por grosso e a retalho | 12. Empregada de limpeza e doméstica
(tarefas domésticas) |
| 5. Hotelaria e restauração | 13. Cuidados de saúde |
| 6. Transportes, comunicação e armazenagem | 14. Outros (por favor, especifique) |
| 7. Sector financeiro | 15. Não sabe/não responde |
| 8. Imobiliário e negócios | |

Q3_2. Qual é o seu perfil ocupacional? (pode dar sugestões)

- | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Empregadora | 5. Empregado |
| 2. Quadro de chefia em empresa | 6. Trabalhador por conta própria |
| 3. Quadro médio ou superior de gestão | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Profissional por conta de outrem | 8. Não sabe/não responde |

Q3_3. Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos?

(incluindo ter-se tornado empregadora ou trabalhadora por conta própria)

1. Sim (passar à questão 3.5)
2. Não
3. Não se adequa para trabalhadora por conta própria





Q3_4. Quais julga serem as razões de não ter sido promovida nos últimos 5 anos?

1. Experiência profissional/aptidões/nível de escolaridade
2. Problemas relacionados com a personalidade
3. Problemas de relacionamento interpessoal
4. Incapaz de chamar a atenção do superior hierárquico
5. Discriminação sexual
6. Não existência de outros cargos disponíveis na empresa
7. Problemas relacionados com a idade
8. Problema de falta de experiência/permanência no trabalho por um período curto de tempo
9. Ter um trabalho em tempo parcial
10. Outros (por favor, especifique)
11. Não sabe/não responde

Q3_5. Quando ocorreu a sua última promoção?

(Por favor, introduzir o número de anos)

(Promovida em 2010, introduzir "0")

(88=nunca foi promovida; 99= não se recorda/não responde)

Q3_6. Qual foi o seu aumento salarial nos últimos 5 anos?

- | | |
|--|-----------------------------------|
| 0. Aumento negativo (dedução salarial) | 5. 16% a 20% |
| 1. Sem aumento | 6. 21% a 25% |
| 2. Inferior a 5% | 7. 26% a 30% |
| 3. 5% a 10% | 8 Superior a 30% |
| 4. 11% a 15% | 9. Não sabe ao certo/não responde |

Q3_7. Qual foi o seu rendimento médio mensal nos últimos 12 meses?

- | | |
|-------------------------|---------------------------|
| 0. Sem rendimento | 7. MOP18.001-MOP21.000 |
| 1. MOP3.000 ou inferior | 8. MOP21.001-MOP24.000 |
| 2. MOP3.001-MOP6.000 | 9. MOP24.001-MOP27.000 |
| 3. MOP6.001-MOP9.000 | 10. MOP27.001-MOP30.000 |
| 4. MOP9.001-MOP12.000 | 11. Mais de MOP30.000 |
| 5. MOP12.001-MOP15.000 | 12. Não sabe/não responde |
| 6. Mop15.001-MOP18.000 | |

A série de questões seguinte está relacionada com a situação financeira da família

Q4_1. Qual foi o rendimento médio mensal da sua família nos últimos 12 meses?

(se o entrevistado tiver dúvidas, leia as opções em voz alta)

- | | |
|--------------------------|---------------------------|
| 1. MOP3.000 ou inferior | 7. MOP18.001-MOP21.000 |
| 2. MOP3.001-MOP6000 | 8. MOP21.001-MOP24.000 |
| 3. MOP6.001-MOP9.000 | 9. MOP24.001-MOP27.000 |
| 4. MOP9.001-MOP12.000 | 10. MOP27.001-MOP30.000 |
| 5. MOP12.001-MOP15.000 | 11. Mais de MOP30.000 |
| 6. Mop15.001 - MOP18.000 | 12. Não sabe/não responde |



**Q4_2. Na sua família, quem é o responsável pelas despesas familiares?
(pode escolher mais de uma opção)**

- | | |
|--------------|------------------------------------|
| 1. A própria | 5. Namorado |
| 2. Pai | 6. Filhos |
| 3. Mãe | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Cônjuge | 8. Não sabe/não responde |

Q4_3. Quanto gasta dos seus rendimentos mensais em despesas familiares?

- | | |
|----------------------|--------------------------------------|
| 1. Mais de 80% | 5. 20% ou menos |
| 2. Mais de 60% a 80% | 6. Não gasta com despesas familiares |
| 3. Mais de 40% a 60% | 7. Não sabe/não responde |
| 4. Mais de 20% a 40% | |

Q4_4. Quanto é o seu montante mensal, disponível para gastos? (MOP)

(Se a resposta for 2.000 e tal, introduzir 2.500; e assim por diante)

(Se a resposta for 2.000 a 3.000, pergunte, com pormenor, se são 2000 ou 3000; e assim por diante)

(Não sabe ao certo/não responde: 99)

(Não tem: 0) Passar à questão 4.6

Q4_5. Gasta este montante disponível principalmente em:

1. Entretenimento (incl. Karaoke, mahjong, cinema)
2. Artigos gerais de consumo /bens de necessidade diária (incl. roupas e sapatos)
3. Artigos de luxo (incl. carteiras de marca, jóias, relógios e automóveis)
4. Produtos de cosmética (incl. produtos de beleza e emagrecimento)
5. Artigos electrónicos (incl. computadores, câmaras e telefones)
6. Despesas com transportes
7. Jantar fora
8. Outros
9. Não sabe ao certo

Q4_6. Herdou ou vai herdar algum património dos seus pais?

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| 1. Sim/vai herdar | 3. Não sabe/ não responde |
| 2. Não/não vai herdar | |

A série de questões seguinte é relacionada com a situação familiar

Q5_1. Com quem vive actualmente? (Pode escolher mais de uma opção)

- | | |
|--|---|
| 1. Sozinha | 7. Netos |
| 2. Cônjuge (incl. companheiro em união de facto) | 8. Irmãos |
| 3. Pais | 9. Amiga(s), colega(s) de escola ou de trabalho |
| 4. Filhos não casados | 10. Outros familiares |
| 5. Avó (avó) | 11. Outros |
| 6. Filhos casados (incluindo os cônjuges) | 12. Não sabe/ não responde |





Q5_2. Quem cuida das despesas familiares?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. A própria | 5. Filhos ou noras |
| 2. Cônjuge | 6. Avô (avó) |
| 3. Gestão conjunta dos cônjuges | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Pais | 8. Não sabe/ não responde |

Q5_3. Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas?

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. A própria | 7. Empregada doméstica estrangeira |
| 2. Cônjuge | 8. Empregada doméstica local |
| 3. Irmãos, familiares do cônjuge | 9. Trabalhadora da China |
| 4. Pais | 10. Outros (por favor, especifique) |
| 5. Filhos ou noras | 11. Não sabe/não responde |
| 6. Avô (avó) | |

Alguém da sua família necessita dos seguintes cuidados especiais?

Q5_4a. idosos com problemas de locomoção ou doenças crónicas (maiores de 65 anos)

Q5_4B. crianças menores de 12 anos

Q5_4C. membros da família com idades entre os 13-64 anos que sofram de deficiências (incluindo mentais ou físicas) ou doenças graves

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

Q5_5. Quem é a pessoa responsável por cuidar destes membros da família?

(escolha no máximo 3 opções)

- | | |
|----------------------------------|--|
| 1. A própria (Resposta 5.5a) | 6. Avô (avó) |
| 2. Cônjuge | 7. Empregada doméstica |
| 3. Irmãos, familiares do cônjuge | 8. Assistentes domiciliários profissionais |
| 4. Pais | 9. Outros (por favor, especifique) |
| 5. Filhos ou noras | 10. Não sabe/ não responde |

Q5_5a. Presta cuidados voluntário a esse(s) membro(s) da família?

- | | |
|--------|---------------------------|
| 1. Sim | 3. Não sabe/ não responde |
| 2. Não | |

Q5_6. Está satisfeita com a sua actual vida familiar? (ler em voz alta de 1 a 4)

- | | |
|--|---------------------------|
| 1. Muito satisfeita (passar à questão 5.8) | 4. Muito insatisfeita |
| 2. Razoavelmente satisfeita (passar à questão 5.8) | 5. Não comenta / não sabe |
| 3. Insatisfeita | |



Q5_7. Causas de insatisfação com a actual vida familiar devido a pressão de:

- | | |
|--------------|------------------------------------|
| 1. A própria | 5. Finanças |
| 2. Cônjuge | 6. Trabalho |
| 3. Filhos | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Família | 8. Não sabe/ não responde |

Q5_8. Na sua opinião, que tipos de serviços deveriam ser prestados à família?

- | | |
|-------------------------------|--|
| 1. Planeamento familiar | 5. Linha aberta de assistência telefónica
(por ex. violência doméstica) |
| 2. Cuidados infantis | 6. Outros (por favor, especifique) |
| 3. Cuidados a idosos | 7. Não sabe/ não responde |
| 4. Aconselhamento psicológico | |

Q5_9. O que considera ser violência doméstica?(pode escolher várias opções)

1. Maus tratos físicos (por ex. espancamento)
2. Violência verbal (por ex. improperios, insultos)
3. Abuso mental (por ex. ameaças, intimidações)
4. Abuso sexual (por ex. sexo forçado, recusa em usar preservativos)
5. Outros (por favor, especifique)
6. Não sabe/ não responde

Q5_10. Alguma vez foi vítima do que considerou violência doméstica?

- | | |
|--------|---------------------------|
| 1. Sim | 3. Não sabe/ não responde |
| 2. Não | |

Q5_11. Já se sentiu pressionada na decisão/ponderação acerca de ter filhos?

- | | |
|--------|--|
| 1. Sim | 3. Sem intenções de ter filhos, não sabe |
| 2. Não | |

Q5_12. A maior pressão para ter filhos vem de:

- | | |
|--|--|
| 1. Outras pessoas (passar à questão 5.12a) | 4. Razões pessoais (sentido da responsabilidade) |
| 2. Razões económicas | 5. Outras (por favor, especifique) |
| 3. Razões relacionadas com o trabalho | 6. Não sabe/ não responde |

Q5_12a. As pressões de outras pessoas, vêm, principalmente, de:

- | | |
|--------------------------|------------------------------------|
| 1. Cônjuge/namorado | 5. Patrão |
| 2. Familiares da própria | 6. Médico/profissionais |
| 3. Familiares do cônjuge | 7. Outras (por favor, especifique) |
| 4. Colegas/amigas | 8. Não sabe/ não responde |

A série de questões seguinte está relacionada com a participação social

Q6_1. É membro de alguma associação de Macau?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|





**Q6_2. Qual é a natureza das associações em que tem participado?
(pode escolher mais de uma opção)**

- | | |
|---------------------------------------|--|
| 1. Política | 6. Socialização
(por ex. associações de conterrâneos) |
| 2. Profissional | 7. Religiosa |
| 3. Artes e cultura | 8. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Desportiva e recreativa | 9. Não sabe/ não responde |
| 5. Serviços sociais e de beneficência | |

**Q6_3. Alguma vez esteve envolvida em trabalho de voluntariado?
(Se sim, por favor, refira opções 1-3)**

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 1. Frequentemente | 4. Nunca |
| 2. Às vezes | 5. Não sabe/ não responde |
| 3. Raramente | |

Q6_4. Tem participado em encontros sociais, no local de trabalho/escola?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

Q6_5. Está recenseada como eleitora?

- | | |
|--------|-------------------------------|
| 1. Sim | 2. Não (passar à questão 6.7) |
|--------|-------------------------------|

Q6_6. Votou alguma vez nas eleições para a Assembleia Legislativa de Macau?

- | | |
|--------|------------------------------------|
| 1. Sim | 3. Não sabe ao certo/não se lembra |
| 2. Não | |

Q6_7. Alguma vez efectuou donativos (em dinheiro ou géneros) para actividades de beneficência?

(Se sim, por favor refira opções 1-3)

- | | |
|-------------------|----------------------|
| 1. Frequentemente | 4. Nunca |
| 2. Às vezes | 5. Não tem a certeza |
| 3. Raramente | |

**Q6_8. Em que tipo de informação está mais interessada?
(escolha no máximo 3 opções)**

1. Situação política e internacional
2. Investimentos, gestão de riqueza, finanças públicas e mercados financeiros
3. Segurança social
4. Saúde e cuidados médicos
5. Lazer, entretenimento e desporto
6. Vida familiar (por ex. cuidados infantis, culinária)
7. Cuidados de beleza
8. Outros (por favor, especifique)
9. Não sabe/ não responde
10. Não está interessada em nenhuma informação



Q6_9. Qual é o meio de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa? (escolha apenas uma opção)

- | | |
|----------------------------|------------------------------------|
| 1. Internet via computador | 5. Radiodifusão |
| 2. TV | 6. Internet via telemóvel |
| 3. Jornais | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Revistas | 8. Não sabe/ não responde |

Q6_10. Qual é o meio de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer? (escolha apenas uma opção)

- | | |
|----------------------------|------------------------------------|
| 1. Internet via computador | 5. Radiodifusão |
| 2. TV | 6. Internet via telemóvel |
| 3. Jornais | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Revistas | 8. Não sabe/ não responde |

Q6_11. Já expressou as suas opiniões publicamente através de canais sociais, tais como participar em manifestações?

(Se sim, refira as opções 1-3)

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 1. Frequentemente | 4. Nunca |
| 2. Às vezes | 5. Não sabe/ não responde |
| 3. Raramente | |

Q6_12. Já expressou as suas opiniões através das associações em que colabora?

(Se sim, refira as opções 1-3)

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 1. Frequentemente | 4. Nunca |
| 2. Às vezes | 5. Não sabe/ não responde |
| 3. Raramente | |

Q6_13. Já expressou as suas opiniões publicamente através de meios de comunicação (incluindo escrever cartas aos jornais, telefonar para a rádio)?

(Se sim, refira as opções 1-3)

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 1. Frequentemente | 4. Nunca |
| 2. Às vezes | 5. Não sabe/ não responde |
| 3. Raramente | |

Concorda com os seguintes afirmações sobre o papel na família?

Q7_1_1. "A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família" (Indique o grau de concordância ou discordância desta afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |





Q7_1_2. “As mulheres devem casar e ter filhos” (Indique o grau de concordância ou discordância desta afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_1_3. “Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família” (Indique o grau de concordância ou discordância desta afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_1_4. “Membros da família devem participar nas refeições de família em ocasiões especiais” (Indique o grau de concordância ou discordância desta afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_1_5. “Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais” (Indique o grau de concordância ou discordância desta afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Concorda com as seguintes afirmações sobre o papel da mulher na sociedade?

Q7_2_1. As mulheres não deverem assumir funções de liderança” (Indique o grau de concordância ou discordância desta afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_2_2. “Os homens têm maior capacidade analítica nas questões de natureza política e social” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |





Concorda com os seguintes afirmações em relação ao papel da escolaridade?

Q7_3_1. "A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores" (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_3_2. "Punir os filhos é uma tarefa reservada, sobretudo, ao pai" (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Concorda com as seguintes afirmações em relação ao papel na profissão?

Q7_4_1. "Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais" (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_4_2. "É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens", (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Concorda com as seguintes afirmações em relação ao papel em termos de género?

Q7_5_1. "As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem" (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_5_2. "Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar" (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |





**Q7_5_3. “As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros”
(Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)**

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

**Q7_5_4. “É muito importante para uma jovem casar com um bom marido”
(Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)**

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Concorda com os seguintes afirmações em relação aos papéis em termos de género?

Q7_5_5. “As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_5_6. “O homem deve ser o sustentáculo económico da família” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_5_7. “As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Concorda com as seguintes afirmações em relação aos valores do casamento?

Q7_6_1. “O casamento deve durar para sempre” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |



Q7_6_2. “Viver em união de facto é aceitável” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_6_3. “Ser mãe solteira não é vergonhoso” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_6_4. “Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Q7_6_5. “As relações extraconjugais são aceitáveis” (Indique o grau de concordância e discordância da afirmação)

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Discordo totalmente | 4. Concordo totalmente |
| 2. Discordo | 5. Não responde |
| 3. Concordo | |

Para finalizar, queira fornecer-nos, por favor, alguns dados pessoais, para efeitos de análise. Toda a informação prestada, será considerada estritamente confidencial.

Q8_1. Que idade tem? (escolha entre entre 15-74 anos de idade)

99 : Não responde

Q8_2. Qual é o seu nível de escolaridade?

- | | |
|-------------------------|------------------------------|
| 1. Primário ou inferior | 4. Universitári |
| 2. Secundário júnior | 5. Pós-graduação ou superior |
| 3. Secundário sénior | 6. Não sabe /não responde |

Q8_3. É natural de Macau?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe/não responde

Q8_4. Há quantos anos reside em Macau?

Não se lembra/ não responde : 99





Q8_5. Em que freguesia reside?

- | | |
|---|--------------------------|
| 1. Freguesia de S. António | 6. Taipa |
| 2. Freguesia de S. Lourenço | 7. Coloane |
| 3. Freguesia de S. Lázaro | 8. Outras |
| 4. Freguesia da Sé | 9. Não sabe/não responde |
| 5. Freguesia de Nossa Senhora de Fátima | |

Q8_6. Qual é a o seu estado civil?

1. Solteira (passe à questão 8.10)
2. Casada
3. Divorciada (passe à questão 8.8)
4. Separada (passe à questão 8.8)
5. A viver em união de facto (passe à questão 8.8)
6. Casada em segundas núpcias (passe à questão 8.8)
7. Viúva (passe à questão 8.8)
8. Não sabe/não responde (passe à questão 8.8)

Q8_7. De onde é natural o seu cônjuge?

- | | |
|----------------------|---|
| 1. Macau | 4. Taiwan |
| 2. China Continental | 5. Outro lugar (por favor, especifique) |
| 3. Hong Kong | 6. Não sabe/não responde |

Q8_8. Tem filhos?

- | | |
|--------|--------------------------------|
| 1. Sim | 2. Não (passe à questão 8.10)) |
|--------|--------------------------------|

Q8_9. Tenho _____ filho (s)

(Não responde: 99)

Q8_10. A sua religião é

- | | |
|-------------------|------------------------------------|
| 1. Protestantismo | 5. Islamismo |
| 2. Budismo | 6. Sem credo religioso |
| 3. Taoísmo | 7. Outros (por favor, especifique) |
| 4. Catolicismo | 8. Não sabe/não responde |

Q8_11. De uma forma geral, como classifica os seus valores?

(Indique opções 1-5)

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| 1. Muito tradicionais | 4. Modernos |
| 2. Tradicionais | 5. De vanguarda |
| 3. Dificil dizer | 6. Não sabe/não responde |



Q8_12. De uma forma geral, como considera as condições de igualdade de género vigentes em Macau? (Indique opções 1-5)

- | | |
|--------------------|--------------------------|
| 1. Muito desiguais | 4. Relativamente iguais |
| 2. Desiguais | 5. Muito iguais |
| 3. Razoáveis | 6. Não sabe/não responde |

Q8_13. Com base na sua experiência, está satisfeita com as condições de igualdade de género vigentes em Macau? (Indique opções 1-5)

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| 1. Muito insatisfeita | 4. Relativamente satisfeita |
| 2. Insatisfeita | 5. Muito satisfeita |
| 3. Razoavelmente satisfeita | 6. Não sabe/não responde |

Q8_14. Está satisfeita com a sua actual vida diária? (Indique opções 1-5)

- | | |
|-----------------------------|--------------------------|
| 1. Muito insatisfeita | 4. Satisfeita |
| 2. Insatisfeita | 5. Muito satisfeita |
| 3. Razoavelmente satisfeita | 6. Não sabe/não responde |

Q8_15. Numa escala de 0 a 10 com "0" sendo muito insatisfeita e "10" sendo muito satisfeita, qual é o seu grau de satisfação?

(88= não sabe ao certo/não sabe; 99= não responde)

Por fim, posso saber o seu nome?

Os outros entrevistadores podem ter de lhe telefonar, para efeitos de verificação da entrevista.

(recusa em dar o nome: 99)

Muito obrigado(a), o questionário está concluído. Desejo-lhe muitas felicidades! Adeus!





Anexo II : Relatório de Execução do Estudo

Responsável: Prof. Cheong Weng Hin

Data do Inquérito: 5 – 17 de Novembro de 2010

1. Resultados das entrevistas telefónicas, taxa de resposta, número de entrevistas e realizadas com sucesso e duração da entrevista :

Chamadas telefónicas realizadas: 13.993

Total de números telefónicos utilizados: 5.479

Entrevistas realizadas com sucesso: 1.006 (completas), tendo demorado, em média, 16 minutos, cada entrevista telefónica realizada

2. Taxa de Resposta

Entre os métodos definidos pela AAPOR - Associação para a Pesquisa da Opinião Pública dos Estados Unidos, é adoptada, neste estudo, a Fórmula 3, método comum mas rigoroso.

Fórmula 3 para Taxa de Resposta da AAPOR: $I / ((I+P) + (R+NC+O) + e(UH + UO)) = 40,4\%$

3. Taxa de Cooperação :

A taxa de cooperação é usada como método de cálculo da taxa de resposta em inquéritos de opinião. A Fórmula 3 foi utilizada, entre uma variedade de fórmulas usada pela AAPOR, para efeitos de comparação.

Fórmula 3 para Taxa de Cooperação da AAPOR: $I / ((I+P) + R) = 61,6\%$

4. Margem de Erro :

De acordo com a fórmula simples, mais vulgarmente utilizada para cálculo, $se = 1/\sqrt{n}$, n= número de entrevistas telefónicas realizadas com sucesso Com um nível de confiança de 95%, a margem de erro deste inquérito é de $\pm 3,15\%$

5. Situações de Chamada Telefónica

Taxa de Resposta: Com base no código padrão definido pela Associação para a Pesquisa de Opinião Pública dos Estados Unidos (AAPOR)



Código de Disposições	Descrição	Registos
1100	1100 Completo	1006
1200	1200 Parcialmente completo	97
2111	2111 Elegível - Recusa inicial por agregado familiar	413
2112	2112 Elegível - Recusa pelo entrevistado-alvo predefinido	68
2120	2120 Elegível - entrevista semi-concluídas	63
2210	2210 Elegível - o entrevistado-alvo não se encontrava em casa	80
2221	2221 Elegível - mensagem de voz - não foi deixada mensagem	5
2222	2222 Elegível - mensagem de voz - não foi deixada mensagem	1
2310	2310 Elegível - falecimento	0
2320	2320 Elegível - mas não adequado à entrevista devido a doença física ou mental	45
2330	2330 Elegível - problemas de comunicação linguística	101
2340	2340 Elegível - outras circunstâncias que tornaram a entrevista impossível	27
3120	3120 Linha ocupada	108
3130	3130 Não atenderam	992
3140	3140 Mensagem de voz - desconhece-se se era do residente do agregado familiar	7
3160	3160 Problemas técnicos da companhia telefónica	48
3210	3210 Agregado familiar - elegibilidade desconhecida - seleção incompleta	16
3900	3900 Agregado familiar - elegibilidade desconhecida - outras circunstâncias	7
4100	4100 Amostragem exterior	2
4200	4200 Linha de transmissão de fax/dados	140
4310	4310 O n.º está fora de serviço	964
4320	4320 O n.º está desligado	2
4410	4410 O n.º foi alterado	19
4420	4420 Extensões	3
4430	4430 Transferência de chamadas	21
4510	4510 Empresa / governo / outra instituição	203
4520	4520 Organização	20
4530	4530 Local de acampamento	1
4700	4700 Entrevistado-alvo não elegível	564
4800	4800 Cota de amostragem esgotada	2
5100	5100 Retorno de chamada - entrevistado-alvo indefinido	454
Total de Tentativas		5479





Índice de Gráficos e Tabelas

Índice de Gráficos e Tabelas

Parte 1

I. Situação geral de emprego

Gráfico 1.1	Está actualmente empregada a tempo inteiro	22
Gráfico 1.2	Está actualmente empregada a tempo inteiro? (por idade)	23
Gráfico 1.3	Percentagem de inquiridas a trabalhar a tempo inteiro (por nível de escolaridade)	23
Gráfico 1.4	Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro	24
Gráfico 1.5	Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro (por idade)	24
Gráfico 1.6	Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro (por nível de escolaridade)	25
Gráfico 1.6a	Motivos para não estar a trabalhar a tempo inteiro (por nível de escolaridade)	26
Gráfico 1.7	Tem algum trabalho a tempo parcial	26
Gráfico 1.8	Motivos para não ter trabalho a tempo parcial (por idade)	27
Gráfico 1.9	Motivos para não ter trabalho a tempo parcial (por nível de escolaridade)	27
Gráfico 1.10	Motivos para não ter trabalho a tempo parcial (por rendimento mensal)	28
Gráfico 1.11	Em que ramo da indústria trabalha	28
Gráfico 1.12	Em que ramo da indústria trabalha (por nível de escolaridade)	29
Gráfico 1.13	Situação laboral	30
Gráfico 1.14	Situação laboral (por nível de escolaridade)	31
Gráfico 1.15	Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos	31
Gráfico 1.16	Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (por idade)	32
Gráfico 1.17	Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (por nível de escolaridade)	32
Gráfico 1.18	Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (relacionado com o facto de ter ou não filhos)	33
Gráfico 1.19	Foi promovida alguma vez nos últimos 5 anos (por ramos de indústria em que trabalha)	33
Gráfico 1.20	Razões de não ter sido promovida nos últimos 5 anos	34
Gráfico 1.21	Aumento salarial nos últimos 5 anos	34
Gráfico 1.22	Aumento salarial nos últimos 5 anos (por idade)	35
Gráfico 1.23	Aumento salarial nos últimos 5 anos (por nível de escolaridade)	36
Gráfico 1.24	Aumento salarial nos últimos 5 anos (por ramo da indústria em que trabalha)	37

II. Situação financeira

Gráfico 2.1	Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses	38
Gráfico 2.2	Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses (por idade)	39
Gráfico 2.3	Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses (por nível de escolaridade)	40
Gráfico 2.4	Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses (por ramo da indústria onde trabalha)	41
Gráfico 2.5	Rendimento médio mensal nos últimos 12 meses	42
Gráfico 2.6	Na sua família, quem é o responsável pelas despesas familiares	43
Gráfico 2.7	Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares	43
Gráfico 2.8	Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares (por idade)	44
Gráfico 2.9	Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares (por nível de escolaridade)	45
Gráfico 2.10	Percentagem do rendimento pessoal em despesas familiares (por rendimento pessoal, mensal)	46
Gráfico 2.11	Comparação dos rendimentos disponíveis para gastar	46
Gráfico 2.12	Em que gasta o rendimento mensal disponível principalmente	47

III. Situação familiar

Gráfico 3.1	Estado civil	48
Gráfico 3.2	Naturalidade do cônjuge	48
Gráfico 3.3	Ter filhos ou não	49



Gráfico 3.4	Com quem vivem as mulheres actualmente	49
Gráfico 3.5	Quem cuida das despesas familiares	50
Gráfico 3.6	Quem cuida das despesas familiares (por idade)	51
Gráfico 3.7	Quem cuida das despesas familiares (por estado civil)	51
Gráfico 3.8	Quem cuida das despesas familiares (casadas)	52
Gráfico 3.9	Quem cuida das despesas familiares (solteiras)	52
Gráfico 3.10	Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas	53
Gráfico 3.11	Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas (por idade)	53
Gráfico 3.12	Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas são as próprias mulheres (por estado civil)	54
Gráfico 3.13	Quem se ocupa principalmente das tarefas domésticas (por rendimento pessoal mensal)	54
Gráfico 3.14	Alguém da família necessita dos seguintes cuidados especiais	55
Gráfico 3.15	Quem é a pessoa responsável por cuidar de membros da família com necessidade de cuidados especiais	55
Gráfico 3.16	Presta cuidados voluntário a esse(s) membro(s) da família com necessidades especiais	56
Gráfico 3.17	Tipos de serviços que deveriam ser prestados à família, em Macau	57
Gráfico 3.18	Tipos de serviços que deveriam ser prestados à família, em Macau (por idade)	57
Gráfico 3.19	Tipos de serviços que deveriam ser prestados à família, em Macau (por estado civil)	58
Gráfico 3.20	Está satisfeita com a actual vida familiar	58
Gráfico 3.21	Está satisfeita com a sua actual vida familiar	59
Gráfico 3.22	Satisfação com a actual vida familiar (por idade)	59
Gráfico 3.23	Satisfação com a actual vida familiar (por estado civil)	60
Gráfico 3.24	Satisfação com a actual vida familiar (por rendimento pessoal, mensal)	60
Gráfico 3.25	Satisfação com a actual vida familiar (por nível de escolaridade)	61
Gráfico 3.26	Origem da Pressão	61
Gráfico 3.27	Já se sentiu pressionada na decisão/ponderação de ter filhos	62
Gráfico 3.28	Maior pressão para ter filhos	62
Gráfico 3.29	As pressões de outras pessoas	62
Gráfico 3.30	O que considera ser violência doméstica	63
Gráfico 3.31	Já foi vítima de violência doméstica	63
Gráfico 3.32	Já foi vítima de violência doméstica (por idade)	64
Gráfico 3.33	Já foi vítima de violência doméstica (por estado civil)	64
Gráfico 3.34	Já foi vítima de violência doméstica (por nível de escolaridade)	64
Gráfico 3.35	Já foi vítima de violência doméstica (por rendimento pessoal mensal)	65
Gráfico 3.36	Herdou ou herdará algum património dos seus pais?	65

IV. Participação social

Gráfico 4.1	Participa em reuniões de convívio social	66
Gráfico 4.2	Participação em reuniões de convívio social e emprego a tempo inteiro	66
Gráfico 4.3	Participação em reuniões de convívio social (por idade)	67
Gráfico 4.4	Participação em reuniões de convívio social no trabalho ou escola (por idade)	67
Gráfico 4.5	Participação em reuniões de convívio social (por idade)(não participam em reuniões de convívio)	68
Gráfico 4.6	Participação em reuniões de convívio social (por nível de escolaridade)	68
Gráfico 4.7	Donativos (em dinheiro ou géneros) para actividades de beneficência	69
Gráfico 4.8	Donativos (em dinheiro ou géneros) para actividades de beneficência (por rendimento pessoal mensal)	69
Gráfico 4.9	Ser membro de associações sociais em Macau	70
Gráfico 4.10	Participação das mulheres em associações sociais (por idade)	70





Gráfico 4.11	Participação das mulheres em associações sociais (por nível de escolaridade)	71
Gráfico 4.12	Natureza das associações em que a mulher participa	71
Gráfico 4.13	Nível de escolaridade e natureza das associações em que as mulheres participam	72
Gráfico 4.14	Participação das mulheres em trabalho de voluntariado	73
Gráfico 4.15	Participação das mulheres em trabalho de voluntariado (por idade)	74
Gráfico 4.16	Participação das mulheres em trabalho de voluntariado (por nível de escolaridade)	74
Gráfico 4.17	Recenseada como eleitora	75
Gráfico 4.18	Recenseamento como eleitora (por idade)	75
Gráfico 4.19	Recenseamento como eleitora (por nível de escolaridade)	76
Gráfico 4.20	Votação para a Assembleia Legislativa de Macau	76
Gráfico 4.21	Exercício de voto (por idade)	77
Gráfico 4.22	Exercício de voto (por nível de escolaridade)	78
Gráfico 4.23	Expressão de opiniões através de canais sociais	78
Gráfico 4.24	Expressão de opiniões através de canais sociais (por idade)	79
Gráfico 4.25	Expressão de opiniões através de canais sociais (por nível de escolaridade)	79
Gráfico 4.26	Expressão de opiniões através de associações	80
Gráfico 4.27	Expressão de opiniões através de associações (por idade)	80
Gráfico 4.28	Expressão de opiniões através de associações (por nível de escolaridade)	81
Gráfico 4.29	Expressão de opiniões através dos media	81
Gráfico 4.30	Expressão de opiniões através dos media (por idade)	82
Gráfico 4.31	Expressão de opiniões através dos media (por nível de escolaridade)	82
Gráfico 4.32	Tipo de informação estão mais interessadas as mulheres	83
Gráfico 4.33	Tipo de informação em que estão mais interessadas as Mulheres (por idade)	84
Gráfico 4.34	Tipo de informação em que estão mais interessada as mulheres (por estado civil)	85
Gráfico 4.35	Tipo de informação em que estão mais interessadas as mulheres (por rendimento pessoal mensal)	86
Gráfico 4.36	Tipo de informação em que estão mais interessadas as mulheres (por nível de escolaridade)	87
Gráfico 4.37	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa	88
Gráfico 4.38	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por idade)	89
Gráfico 4.39	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por estado civil)	90
Gráfico 4.40	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por rendimento pessoal mensal)	91
Gráfico 4.41	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informação noticiosa (por nível de escolaridade)	92
Gráfico 4.42	Melo de Comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer	93
Gráfico 4.43	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por idade)	94
Gráfico 4.44	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por estado civil)	95
Gráfico 4.45	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por rendimento pessoal mensal)	96
Gráfico 4.46	Melo de comunicação mais comum usado como fonte de informações de lazer (por nível de escolaridade)	97

V. Saúde física e mental

Gráfico 5.1	Avaliação da condição física das mulheres de Macau	98
Gráfico 5.2	Actual condição física e mental (2008)	98
Gráfico 5.3	Avaliação da condição física das mulheres de Macau (por idade)	99
Gráfico 5.4	Avaliação da condição física (por rendimento pessoal mensal)	99
Gráfico 5.5	Avaliação da saúde mental	100



Gráfico 5.6	Avaliação da condição mental (por idade)	101
Gráfico 5.7	Avaliação da saúde mental (por rendimento pessoal mensal)	101
Gráfico 5.8	Problema(s) que causa(m) mais distúrbios emocionais	102
Gráfico 5.9	Distúrbios emocionais (por idade)	103
Gráfico 5.10	Distúrbios emocionais (por profissão)	103
Gráfico 5.11	Distúrbios emocionais (por rendimento pessoal mensal)	104
Gráfico 5.12	Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional	105
Gráfico 5.13	Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por idade)	105
Gráfico 5.14	Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por estado civil)	106
Gráfico 5.15	Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por perfil ocupacional)	107
Gráfico 5.16	Quem consola as mulheres em caso de distúrbio emocional (por rendimento pessoal mensal)	107

VI. Valores

Gráfico 6.1.1	A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família	108
Gráfico 6.1.2	A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por idade)	108
Gráfico 6.1.3	A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por nível de escolaridade)	109
Gráfico 6.1.4	A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por estado civil)	110
Gráfico 6.1.5	A mulher deve sacrificar a sua carreira ou educação para se dedicar à família (por rendimento pessoal mensal)	110
Gráfico 6.1.6	As mulheres devem casar e ter filhos	111
Gráfico 6.1.7	As mulheres devem casar e ter filhos (por idade)	111
Gráfico 6.1.8	As mulheres devem casar e ter filhos (por nível de escolaridade)	112
Gráfico 6.1.9	As mulheres devem casar e ter filhos (por estado civil)	112
Gráfico 6.1.10	As mulheres devem casar e ter filhos (por rendimento pessoal mensal)	113
Gráfico 6.1.11	Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família	113
Gráfico 6.1.12	Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por idade)	114
Gráfico 6.1.13	Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por nível de escolaridade)	114
Gráfico 6.1.14	Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por estado civil)	115
Gráfico 6.1.15	Os homens podem estar desempregados para tomar conta da família (por rendimento pessoal mensal)	115
Gráfico 6.1.16	Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais	116
Gráfico 6.1.17	Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por idade)	116
Gráfico 6.1.18	Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por nível de escolaridade)	117
Gráfico 6.1.19	Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por estado civil)	117
Gráfico 6.1.20	Como membros da família devem participar nas refeições de família durante ocasiões especiais (por rendimento pessoal mensal)	118





Gráfico 6.1.21 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais	119
Gráfico 6.1.22 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por idade)	119
Gráfico 6.1.23 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por nível de escolaridade)	120
Gráfico 6.1.24 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por estado civil)	120
Gráfico 6.1.25 Os filhos têm a obrigação de sustentar os pais (por rendimento pessoal mensal)	121
Gráfico 6.2.1 As mulheres não devem assumir funções de liderança	122
Gráfico 6.2.2 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por idade)	122
Gráfico 6.2.3 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por nível de escolaridade)	123
Gráfico 6.2.4 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por estado civil)	123
Gráfico 6.2.5 As mulheres não devem assumir funções de liderança (por rendimento pessoal mensal)	124
Gráfico 6.2.6 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social	124
Gráfico 6.2.7 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por idade)	125
Gráfico 6.2.8 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por nível de escolaridade)	125
Gráfico 6.2.9 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por estado civil)	126
Gráfico 6.2.10 Os homens têm maior capacidade analítica em questões de natureza política e social (por rendimento pessoal mensal)	126
Gráfico 6.3.1 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores	127
Gráfico 6.3.2 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por idade)	128
Gráfico 6.3.3 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por nível de escolaridade)	128
Gráfico 6.3.4 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por estado civil)	129
Gráfico 6.3.5 A mulher não necessita de prosseguir estudos superiores (por rendimento pessoal mensal)	129
Gráfico 6.3.6 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai	130
Gráfico 6.3.7 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por idade)	131
Gráfico 6.3.8 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por nível de escolaridade)	131
Gráfico 6.3.9 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por estado civil)	132
Gráfico 6.3.10 Punir os filhos é uma tarefa que compete ao pai (por rendimento pessoal mensal)	132
Gráfico 6.4.1 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais	133
Gráfico 6.4.2 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por idade)	133
Gráfico 6.4.3 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por nível de escolaridade)	134
Gráfico 6.4.4 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por estado civil)	135
Gráfico 6.4.5 Os homens são mais capazes do que as mulheres em termos profissionais (por rendimento pessoal mensal)	135
Gráfico 6.4.6 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens	136
Gráfico 6.4.7 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens (por idade)	136
Gráfico 6.4.8 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens (por nível de escolaridade)	137
Gráfico 6.4.9 É mais fácil as mulheres obterem emprego do que os homens (por estado civil)	137
Gráfico 6.4.10 É mais fácil as mulheres encontrarem emprego do que os homens (por rendimento pessoal mensal)	138



Gráfico 6.5.1	As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem	138
Gráfico 6.5.2	As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por idade)	139
Gráfico 6.5.3	As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por nível de escolaridade)	139
Gráfico 6.5.4	As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por estado civil)	140
Gráfico 6.5.5	As mulheres nasceram para serem protegidas pelo homem (por rendimento pessoal mensal)	140
Gráfico 6.5.6	As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros	141
Gráfico 6.5.7	As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por idade)	141
Gráfico 6.5.8	As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por nível de escolaridade)	142
Gráfico 6.5.9	As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por estado civil)	142
Gráfico 6.5.10	As mulheres solteiras são mais infelizes do que os homens solteiros (por rendimento pessoal mensal)	142
Gráfico 6.5.11	É muito importante para uma jovem casar com um bom marido	143
Gráfico 6.5.12	É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por idade)	144
Gráfico 6.5.13	É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por nível de escolaridade)	144
Gráfico 6.5.14	É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por estado civil)	145
Gráfico 6.5.15	É muito importante para uma jovem casar com um bom marido (por rendimento pessoal mensal)	145
Gráfico 6.5.16	As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado	146
Gráfico 6.5.17	As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por idade)	146
Gráfico 6.5.18	As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por nível de escolaridade)	147
Gráfico 6.5.19	As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por estado civil)	147
Gráfico 6.5.20	As mulheres devem evitar ser mais bem sucedidas na profissão do que o seu cônjuge/namorado (por rendimento pessoal mensal)	148
Gráfico 6.5.21	O homem deve ser o sustentáculo económico da família	148
Gráfico 6.5.22	O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por idade)	149
Gráfico 6.5.23	O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por nível de escolaridade)	149
Gráfico 6.5.24	O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por estado civil)	150
Gráfico 6.5.25	O homem deve ser o sustentáculo económico da família (por rendimento pessoal mensal)	150
Gráfico 6.5.26	As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar	151
Gráfico 6.5.27	As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por idade)	151
Gráfico 6.5.28	As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por nível de escolaridade)	152
Gráfico 6.5.29	As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por estado civil)	152
Gráfico 6.5.30	As mulheres têm a mesma responsabilidade que os homens de providenciar o sustento do lar (por rendimento pessoal mensal)	153
Gráfico 6.5.31	Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar	153
Gráfico 6.5.32	Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por idade)	154
Gráfico 6.5.33	Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por nível de escolaridade)	154





Gráfico 6.5.34 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por estado civil)	155
Gráfico 6.5.35 Quando um casal janta fora, deve ser o homem a pagar (por rendimento pessoal mensal)	155
Gráfico 6.6.1 O casamento deve durar para sempre	156
Gráfico 6.6.2 O casamento deve durar para sempre (por idade)	156
Gráfico 6.6.3 O casamento deve durar para sempre (por nível de escolaridade)	157
Gráfico 6.6.4 O casamento deve durar para sempre (por estado civil)	157
Gráfico 6.6.5 O casamento deve durar para sempre (por rendimento pessoal mensal)	158
Gráfico 6.6.6 Viver em união de facto é aceitável	158
Gráfico 6.6.7 Viver em união de facto é aceitável (por idade)	159
Gráfico 6.6.8 Viver em união de facto é aceitável (por nível de escolaridade)	159
Gráfico 6.6.9 Viver em união de facto é aceitável (por estado civil)	160
Gráfico 6.6.10 Viver em união de facto é aceitável (por rendimento pessoal mensal)	160
Gráfico 6.6.11 Ser mãe solteira não é vergonhoso	161
Gráfico 6.6.12 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por idade)	161
Gráfico 6.6.13 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por nível de escolaridade)	162
Gráfico 6.6.14 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por estado civil)	162
Gráfico 6.6.15 Ser mãe solteira não é vergonhoso (por rendimento pessoal mensal)	163
Gráfico 6.6.16 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto	163
Gráfico 6.6.17 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por idade)	164
Gráfico 6.6.18 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por nível de escolaridade)	164
Gráfico 6.6.19 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por estado civil)	165
Gráfico 6.6.20 Pessoas casadas podem ter amigos do sexo oposto (por rendimento pessoal mensal)	165
Gráfico 6.6.21 Sexo antes do casamento é aceitável	166
Gráfico 6.6.22 Sexo antes do casamento é aceitável (por idade)	166
Gráfico 6.6.23 Sexo antes do casamento é aceitável (por nível de escolaridade)	167
Gráfico 6.6.24 Sexo antes do casamento é aceitável (por estado civil)	167
Gráfico 6.6.25 Sexo antes do casamento é aceitável (por rendimento pessoal mensal)	168

VII. Características das Inquiridas

Gráfico 7.1 Rendimento médio pessoal nos últimos 12 meses	169
Gráfico 7.2 Rendimento Médio Mensal nos últimos 12 meses	169
Gráfico 7.3 Estado civil	170
Gráfico 7.4 Local de nascimento do cônjuge	170
Gráfico 7.5 Ter ou não ter filhos	171
Gráfico 7.6 Religião	171
Gráfico 7.7 Valores das mulheres	172
Gráfico 7.8 Situação de igualdade de género em Macau	172
Gráfico 7.9 Satisfação com as condições de igualdade de Género em Macau	173
Gráfico 7.10 Índice de satisfação com a vida	173
Gráfico 7.11 Nível de escolaridade	174
Gráfico 7.12 É natural de Macau	174
Gráfico 7.13 Freguesia de residência	175
Gráfico 7.14 Distribuição das Inquiridas por grupo etário	175



Parte 1

Comparação Internacional da Situação da Mulher em Macau em 2010

Tabela 8.1	Valor Deduzido do Índice Global da Disparidade dos Géneros de Macau	182
Tabela 8.2	Valor Deduzido dos Subíndices da Disparidade Global dos Géneros de Macau	183
Tabela 8.3	Classificação do Índice Global da Disparidade dos Géneros em 2010	183
Tabela 8.4	Fonte de Dados do Índice Global da Disparidade dos Géneros de Macau	185
Tabela 8.5	Fonte de Dados dos Subíndices da Disparidade dos Géneros de Macau	185
Tabela 8.6	Índice de Desenvolvimento Humano de Macau (IDH) 2007-2009	189
Tabela 8.7	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2007	190
Tabela 8.8	Índice do Desenvolvimento do Género de Macau (IDG) 2007-2009	191
Tabela 8.9	Índice do Desenvolvimento do Género de 2007 (IDG)	192
Tabela 8.10	Índice de Equidade de Género de 2009 (IEG)	194
Tabela 8.11	Taxa de escolarização bruta combinada baseada no género de Macau no anos lectivos de 2007/2008 e 2008/2009	200

Parte 1

Conclusão do Relatório

Tabela 9.1	Comparação de salários entre homens e mulheres no IGDG de Macau	205
------------	---	-----

